



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LINEKER ALAN GABRIEL NUNES

**MIGRAÇÃO E TRABALHO DOS HAITIANOS NO PARANÁ  
(2010-2022)**

---

Londrina  
2023

LINEKER ALAN GABRIEL NUNES

**MIGRAÇÃO E TRABALHO DOS HAITIANOS NO PARANÁ  
(2010-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ideni Terezinha Antonello

Londrina  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

NUNES, Lineker Alan Gabriel.

MIGRAÇÃO E TRABALHO DOS HAITIANOS NO PARANÁ (2010-2022) /  
Lineker Alan Gabriel NUNES. - Londrina, 2023.  
284 f. : il.

Orientador: Ideni Terezinha Antonello.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro  
de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.  
Inclui bibliografia.

1. Migração - Tese. 2. Trabalho - Tese. 3. Haitianos - Tese. 4. Paraná - Tese.  
I. Antonello, Ideni Terezinha. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de  
Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

LINEKER ALAN GABRIEL NUNES

## **MIGRAÇÃO E TRABALHO DOS HAITIANOS NO PARANÁ (2010-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ideni Terezinha  
Antonello  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Siqueira Baltar  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gislene Aparecida dos Santos  
Universidade Federal do Rio de Janeiro –  
UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jamille da Silva Lima  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Rosário Brumes  
Universidade Estadual do Centro-Oeste –  
UNICENTRO

Londrina, 21 de março de 2023

## **AGRADECIMENTOS**

Escrever uma tese se tornou, até o momento, o maior desafio profissional ao qual me prôpus. Foram dedicadas muitas e muitas horas diárias, com marcações no cronômetro de tempo junto à cadeira. Foram assim horas e horas desses quatro anos. Foi um exercício de lidar comigo mesmo e da Rosi, minha esposa, em lidar comigo durante todo esse tempo, já que encaramos juntos a pandemia e o período em casa afastados para estudos.

Gostaria de agradecer a Deus, por sempre me ajudar em todos os momentos, que eu me lembre desde o Jardim Alvorada, lá em Campo Mourão. Obrigado Senhor.

À minha esposa, que me acompanha e me atura desde o mestrado. No mestrado, eu já comentava com ela: “Não vou aguentar”. E ela sempre foi esse porto seguro para todos os momentos. Muito obrigado por ser luz em minha vida. Amo-te.

À Professora Ideni, minha orientadora, por ter confiado e acreditado em mim e em minha pesquisa desde o mestrado. A conheci exatamente no momento em estava prestando o exame de seleção para o mestrado e ela estava aplicando a prova. Ela disse: “Oi, eu sou a Ideni”. Eu todo sem graça me apresentei. Não imaginava que aprenderia não somente questões teóricas da pesquisa, mas também sobre responsabilidade e humanidade. Há lições que levarei para a vida toda. Muito obrigado.

À Minha mãe e ao meu pai, que me ensinaram a ser quem sou, como sou. Tenham certeza que as mais valiosas lições de minha vida foram aprendidas com os ensinamentos de vocês. Muito obrigado.

Aos meus irmãos, Sá e Fia, que me ajudaram e me acompanharam durante toda minha vida, inclusive em minha trajetória acadêmica. Eles são pais de meus sobrinhos, que são sempre um refúgio brincalhão e feliz no tempo que passamos juntos.

À minha avó Maria, que, em meus aniversários, quando criança, me chamava em um cantinho me dava algum dinheirinho para eu comprar doce e que no mestrado e no doutorado sempre me acolheu com um pouso, um prato de comida e muito afeto nas várias vezes que passei por Campo Mourão para voltar a Cascavel.

Ao Claudino, à Dona Rosi e à Dona Maria, pais e avó da Rosi, que muito bem me acolheram desde que nos conhecemos.

Às Professoras Cláudia, Gislene, Jamille e Karla, pelas enormes contribuições para o melhoramento da tese.

À Professora Alice Asari, que ministrou uma disciplina maravilhosa sobre migrações no doutorado. Mesmo em um tempo curto, tive a imensa felicidade de ter convivido e aprendido muito de humanidade com ela. Muito obrigado.

Ao IFPR, pela condição dada para poder estudar no mestrado e doutorado, mesmo não estando em afastamento durante a maioria do tempo. É nesse modelo de educação que acredito, mas que vem sofrendo inúmeros ataques nos últimos anos. Entretanto, resistiremos!

Aos amigos Douglas e Solange, que conheci em Marechal Rondon e que várias vezes me acolheram. Ao amigo Pedro, pelo acolhimento em tempos de frio em Londrina. Jamais esquecerei aquela costela com mandioca em um inverno desses. Ao Dean, pela parceria e pela empatia nas várias caronas que peguei até Campo Mourão. Muito obrigado.

A Cáritas Cascavel, Embaixada Solidária de Toledo, Cáritas Londrina e CEIM, pela abertura das portas quando fiz a pesquisa de campo. O trabalho de vocês é imprescindível para os migrantes e para a sociedade. Meu muito obrigado e meus parabéns.

A todos os haitianos e haitianas que me receberam muito bem durante a realização das entrevistas. Foi pensando e admirando a força daqueles que decidiram migrar sem olhar pra trás que esta pesquisa foi inspirada. Vocês são parte muito importante para a igualdade substantiva que acreditamos. Vamos à luta!

## RESUMO

NUNES, Lineker Alan Gabriel. **Migração e trabalho dos haitianos no Paraná (2010-2022)**. 2023. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

A migração haitiana para o Brasil, de natureza transnacional, advém de variados fatores explicativos oriundos da herança colonial francesa e, mais tarde, da vinculação político-econômica com os Estados Unidos, que situaram o Haiti historicamente como um país de emigração. Ademais, o enrijecimento da política migratória nos Estados Unidos e na Europa, o momento econômico vivido pelo Brasil nos anos 2010 e a atuação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) aproximaram os dois países, fazendo com que o terremoto de 2010 se tornasse um divisor de águas que acelerou as relações já existentes entre as duas nações. No Paraná, o fluxo de haitianos se constitui o maior movimento migratório ocorrido em décadas. A difusão da população do país caribenho se deu por várias regiões do estado, adquirindo grande amplitude e tendo como elemento comum a busca por trabalho e melhores condições de vida. Nesse contexto, esta tese objetivou investigar a dinâmica da inserção do migrante haitiano no mercado de trabalho no Paraná e sua relação com as políticas públicas e demais esferas voltadas à inclusão territorial do migrante. Para tanto, a metodologia abrangeu a esfera teórica bibliográfica, passando pelo universo quantitativo até chegar à empiria, por meio da realização de entrevistas. Dividiu-se a pesquisa em dois grandes campos: o da migração e do trabalho, visando a abordar a questão da inserção laboral dos migrantes haitianos no Paraná e consequentemente das implicações disso, como as condições de trabalho, de moradia e de acesso à educação, haja vista que o trabalho é elemento central que permeia as demais condições para a migração. A partir da pesquisa de campo e das informações quantitativas reunidas, dividiu-se o Paraná em três territórios do trabalho: Oeste e Sudoeste (polarizado por Cascavel, Toledo e Pato Branco), Norte (Polarizado por Maringá, Londrina, Cambé e Rolândia) e Leste (Polarizado por Curitiba). Trabalho, racismo, xenofobia, dificuldades para afirmação no território e desafios quanto ao trabalho de mulheres haitianas, atuação de entidades que atuam com os migrantes e conquistas dos haitianos no Paraná estão entre as questões abordadas na pesquisa.

**Palavras-chave:** migração; trabalho; Haitianos; Paraná.

## ABSTRACT

NUNES, Lineker Alan Gabriel. **Migration and work of Haitians in Paraná (2010-2022)**. 2023. 284 p. Thesis (Doctorate in Geography) - Center for Exact and Earth Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2023.

The Haitian migration to Brazil, of transnational nature, stems from several explanatory factors arising from the French colonial heritage and, later, from the political-economic link with the United States, which historically placed Haiti as a country of emigration. Moreover, the tightening of migration policies in the United States and Europe, the economic moment experienced by Brazil in 2010, and Brazil's participation in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH, Portuguese abbreviation) brought the two countries closer together, making the 2010 earthquake a watershed that accelerated existing relations between the two nations. In Paraná, the flow of Haitians is the largest migratory movement in decades. The diffusion of the population from the Caribbean country took place in several regions of the state, acquiring great amplitude and having as a common element the search for work and better living conditions. In this context, this thesis aimed to investigate the dynamics of the insertion of Haitian migrants in the labor market in Paraná and its relationship with public policies and other spheres focused on the territorial inclusion of migrants. To this end, the methodology covered the bibliographical theoretical sphere, passing through the quantitative universe until it reached the empirical, employing interviews. The research was divided into two major fields: migration and labor, aiming to address the issue of labor insertion of Haitian migrants in Paraná and consequently the implications of this, such as working conditions, housing, and access to education, given that work is a central element that permeates the other conditions for migration. Based on the field research and the quantitative information gathered, Paraná was divided into three work territories: West and Southwest (polarized by Cascavel, Toledo, and Pato Branco), North (polarized by Maringá, Londrina, Cambé, and Rolândia), and East (polarized by Curitiba). Work, racism, xenophobia, difficulties for affirmation in the territory, challenges regarding the work of Haitian women, the performance of entities that work with migrants, and achievements of Haitians in Paraná are among the issues addressed in the research.

**Keywords:** migration; work; Haitians; Paraná.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 –</b>	Localização do Haiti .....	54
<b>Figura 2 –</b>	Abrigo para imigrantes haitianos em Brasília (AC) .....	76
<b>Figura 3 –</b>	Diagrama das resoluções normativas do CNlg que abarcam os haitianos .....	78
<b>Figura 4 –</b>	Imigrantes haitianos residentes no Brasil, por unidade da federação (2000-2021) .....	95
<b>Figura 5 –</b>	Municípios paranaenses com abatedouros de aves (2018) .....	103
<b>Figura 6 –</b>	Registros de imigrantes haitianos por município no Paraná (2010-2020) .....	104
<b>Figura 7 –</b>	Vínculos empregatícios de imigrantes haitianos nos municípios selecionados (2018) .....	108
<b>Figura 8 –</b>	Espaços econômicos relevantes do Paraná (2013) .....	137
<b>Figura 9 –</b>	Espacialidades com relevância, concentração e densidade econômica e social no Paraná .....	138
<b>Figura 10 –</b>	Participação do município no total do emprego formal do Estado (2013) .....	139
<b>Figura 11 –</b>	Espaço na Cáritas Cascavel destinado ao atendimento aos migrantes .....	157
<b>Figura 12 –</b>	Comunicado da Cáritas Cascavel para contratação em frigorífico de Cascavel .....	161
<b>Figura 13 –</b>	Curso de capacitação para vagas de emprego .....	162
<b>Figura 14 –</b>	Sede da Embaixada Solidária em Toledo .....	165
<b>Figura 15 –</b>	Alimentos doados a migrantes pela Embaixada Solidária .....	166
<b>Figura 16 –</b>	Comércio de migrante Senegalês em Toledo (PR) .....	175
<b>Figura 17 –</b>	Fachada de comércio de migrante haitiano em Toledo (PR) .....	176
<b>Figura 18 –</b>	Sede da AJOHAVITO em Toledo (PR) .....	178
<b>Figura 19 –</b>	Elementos da migração haitiana em Toledo (PR) .....	185
<b>Figura 20 –</b>	Intercâmbio em 5 idiomas, livro de Mackenson .....	194
<b>Figura 21 –</b>	Cartaz do Dia da Bandeira e Festa Cultural Haitiana 2022 em Coronel Vivida (PR) .....	197
<b>Figura 22 –</b>	Elementos da migração haitiana em Coronel Vivida (PR) .....	200

<b>Figura 23</b> – Anúncio da Prefeitura de Maringá para mutirão de regularização documental para haitianos.....	207
<b>Figura 24</b> – Primeiro Congresso Evangélico da Comunidade Haitiana de Maringá e Região .....	208
<b>Figura 25</b> – Distância entre o conjunto Flores do Campo e os serviços básicos .....	217
<b>Figura 26</b> – Elementos da migração haitiana em Maringá e Londrina .....	231
<b>Figura 27</b> – Elementos da migração haitiana em Curitiba.....	252

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Número de registros para migrantes de longo termo, segundo principais países de nascimento, Brasil, 2010-2017 .....	49
<b>Tabela 2</b> – Número de Carteiras de Trabalho emitidas, por ano, segundo os principais países, Brasil, 2010-2017 .....	50
<b>Tabela 3</b> – Nacionalidades com as maiores medianas salariais no Brasil (2017).....	51
<b>Tabela 4</b> – Emigrantes provenientes do Haiti (1990-2019) .....	62
<b>Tabela 5</b> – Estimativa da população haitiana no exterior, países selecionados (2019).....	62
<b>Tabela 6</b> – Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países (2011-2019) .....	74
<b>Tabela 7</b> – Principais atividades econômicas desenvolvidas por imigrantes haitianos no Paraná (2018).....	102
<b>Tabela 8</b> – Granjas de corte de frango por região do Paraná (2019).....	102
<b>Tabela 9</b> – Municípios com mais registros de imigrantes haitianos no Brasil (2000-2021).....	105
<b>Tabela 10</b> – Vínculos empregatícios de imigrantes haitianos por município do Paraná (2018*).....	107
<b>Tabela 11</b> – Movimentação de imigrantes no mercado formal de trabalho no Paraná (2019) .....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Registros de haitianos no Paraná (2010-2020).....	96
<b>Gráfico 2</b> – Vínculos de emprego ativos de imigrantes haitianos no Paraná (2011-2018).....	96
<b>Gráfico 3</b> – Registro de imigrantes haitianos, por sexo no Paraná (2010- 2020) .....	97
<b>Gráfico 4</b> – Registros de imigrantes haitianos no Paraná, por idade e sexo (2010- 2020).....	99
<b>Gráfico 5</b> – Vínculos de emprego de imigrantes haitianos no Paraná por sexo (2011-2018) .....	99
<b>Gráfico 6</b> – Ocupações formais selecionadas pelos imigrantes haitianos no Paraná (2018) .....	101
<b>Gráfico 7</b> – Registros de imigrantes haitianos por município no Paraná (2004-2021).....	106

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Colaboradores(as) haitianos(as) entrevistados(as).....	26
<b>Quadro 2</b> – Colaboradoras(es) brasileiras(os) entrevistadas(os).....	27
<b>Quadro 3</b> – Etapas da migração haitiana .....	63
<b>Quadro 4</b> – Produção acadêmica sobre a migração haitiana no Brasil.....	85
<b>Quadro 5</b> – Eixos Temáticos do Plano Estadual de Políticas Públicas para promoção e defesa dos direitos de refugiados, migrantes e apátridas do Paraná 2014-2016 .....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AERM	Associação dos Estrangeiros Residentes na Região Metropolitana de Maringá
AJOHAVITO	Associação dos Jovens Haitianos que vivem em Toledo
ASHBRA	Associação para a Solidariedade dos Haitianos no Brasil
BNRH	Banco Nacional da República do Haiti
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CadÚnico	Cadastro Único
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEGET	Centro de estudos de Geografia do Trabalho
CEIM	Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná
CERMA	Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná
CERM	Comitê Estadual para os Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná
CMC	Câmara Municipal de Curitiba
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COOPAVEL	Cooperativa Agroindustrial de Cascavel
CORMA	Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados Migrantes e Apátridas
COP	Conferência das Partes
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DETRAN	Departamento de Trânsito
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FMP	Força Multinacional Provisória

G20	Grupo dos 20
GMDAC	Centro de Análise Mundial de Dados sobre a Migração
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IOM	International Organization for Migration
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MHAPA	Movimento Haitiano Pato Branco
MHAVE	Ministério dos Assuntos Estrangeiros e do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior
MINUSJUSTH	Missão das Nações Unidas para o Suporte à Justiça no Haiti
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MPI	Migration Policy Institute
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCP	Rede CEGeT de Pesquisadores
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RN	Resolução Normativa
RNM	Registro Nacional Migratório
SEJU	Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SEJUF	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINCRE	Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros
SINE	Sistema Nacional de Emprego

SINDIAVIPAR	Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
UCEPH	União da Comunidade dos Estudantes e Profissionais Haitianos
UEH	Université d'État d'Haiti
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
2.1	AS DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO E TRABALHO .....	20
2.2	AS BASES DE DADOS E A MIGRAÇÃO HAITIANA .....	21
2.3	A METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO: A TÉCNICA DA PESQUISA, COLABORADORES E ENTIDADES .....	23
<b>3</b>	<b>O DEBATE ACERCA DAS MIGRAÇÕES: TEORIAS E SENTIDOS .....</b>	<b>29</b>
3.1	MIGRAÇÕES: ABORDAGENS TEÓRICAS .....	29
3.2	MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E AMÉRICA LATINA: UMA TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO E ENTENDIMENTO .....	36
<b>4</b>	<b>A MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL E PARANÁ: UMA DINÂMICA EM CONSTRUÇÃO .....</b>	<b>53</b>
4.1	HAITI: HISTÓRICO E TRADIÇÃO DE MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO .....	53
4.2	O CIRCUITO DA MOBILIDADE HAITIANA PARA O BRASIL: TRAJETÓRIA, PROCESSOS, ATORES E A POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA .....	64
4.3	A QUANTAS ANDAM OS ESTUDOS SOBRE A MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL? .....	80
4.4	O PARANÁ COMO DESTINO PREFERENCIAL: RELATOS, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	87
<b>5</b>	<b>TRABALHO E A MIGRAÇÃO HAITIANA NO PARANÁ .....</b>	<b>113</b>
5.1	O TRABALHO NA GEOGRAFIA E OS SENTIDOS E A CENTRALIDADE DO TRABALHO .....	113
5.2	AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE .....	125
5.3	O PARANÁ COMO TERRITÓRIO ATRATIVO E COMO POSSIBILIDADE: OS FRIGORÍFICOS E A INSERÇÃO PRECÁRIA DOS MIGRANTES NO MUNDO DO TRABALHO .....	133
<b>6</b>	<b>A MIGRAÇÃO HAITIANA NO PARANÁ PAUTADA NA VISÃO DOS MIGRANTES .....</b>	<b>152</b>

6.1	OESTE E SUDOESTE: TERRITÓRIOS DO TRABALHO DOS HAITIANOS NOS FRIGORÍFICOS DO PARANÁ.....	152
6.2	MARINGÁ E LONDRINA: ESPAÇOS DE IGUALDADE SUBSTANTIVA PARA OS MIGRANTES NO PARANÁ?.....	201
6.3	CURITIBA: A METRÓPOLE PARANAENSE E SEUS NOVOS CONTORNOS POPULACIONAIS DEVIDO ÀS MIGRAÇÕES .....	234
6.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MARCAS TERRITORIAIS DO TRABALHO DOS MIGRANTES HAITIANOS NO PARANÁ .....	253
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>255</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>262</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>279</b>
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	279
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA COLABORADORES HAITIANOS .....	281
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA COLABORADORES BRASILEIROS.....	282

## 1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2010, o Paraná se consolidou como um destino preferencial da migração haitiana. Para além de municípios como Curitiba, Cascavel, Pinhais e Maringá, que detêm grande parte da população proveniente do país caribenho, observamos uma espacialização dos haitianos pelo Estado, em municípios pequenos como Itapejara D'Oeste e Cafelândia. A oferta de trabalho em atividades do setor agroindustrial, notadamente naquelas ligadas à linha de produção e às atividades correlatas, se destacam dentro do espectro do emprego formal dos migrantes.

Para o entendimento da migração haitiana, é necessário considerá-la como um fenômeno de natureza transnacional, pois não se explica somente pelos fatores atrativos brasileiros (a partir da oferta de trabalho no Centro-Sul e pela facilidade de acesso a documentação), mas por uma série de fatores internos e externos que dão o tom dos mecanismos da migração haitiana, a qual, nos anos 2010, encontrou no Brasil mais uma possibilidade.

Historicamente, o Haiti foi considerado como um país de emigração, a partir da construção de relações dependentes e subalternas com nações como a França e os Estados Unidos. A diáspora se converteu então como um importante elemento do país, alicerçando-se a partir de um projeto de âmbito familiar que fomenta a sua economia de fora para dentro.

Assim sendo, a diáspora, o terremoto de janeiro de 2010, a fragilidade do Estado haitiano, as relações internacionais brasileiras visando a um maior peso no cenário geopolítico internacional, o momento econômico brasileiro nos anos 2010 com grande oferta de emprego no setor agroindustrial, o enrijecimento da política migratória dos Estados Unidos e países europeus e outros aspectos corroboraram para o atual cenário da migração haitiana no Brasil ou para que o país tenha se tornado um destino possível, mas não necessariamente o desejado, para a população haitiana que migra.

No período de 2010 a 2021, houve 167.416 registros de haitianos no Brasil. Desses, 28.878 ocorreram no Paraná, em menor intensidade somente do que em São Paulo e Santa Catarina (SISMIGRA, 2021). Em 2018, as principais ocupações formais dos migrantes haitianos no Paraná eram Magarefe, Alimentador de Linha de Produção, Retalhador de Carne, Abatedor e Armazenista. Do mesmo

modo, os principais setores de atividades econômicas com emprego dos migrantes eram Abate de aves, Abate de suínos, Restaurantes e similares e Construção de edifícios (BRASIL, 2018).

É nesse bojo que o Paraná se tornou um dos estados mais atrativos para os migrantes haitianos, a partir da oferta de trabalho no setor agroindustrial, na construção civil e no setor terciário. Com diferentes dinâmicas em suas distintas regiões, esse estado é um dos *lócus* da reprodução da migração haitiana no Brasil.

Por isso, a partir de uma série de evidências empíricas, quantitativas e da pesquisa de campo, dividimos o Paraná em três territórios do trabalho: Oeste e Sudoeste (polarizado por Cascavel, Toledo e Pato Branco), Norte (polarizado por Maringá, Londrina, Cambé e Rolândia) e Leste (polarizado por Curitiba). Os territórios Oeste e Sudoeste e Norte apresentam similaridades quanto à dinâmica da inserção no mercado de trabalho, com forte ligação a ocupações em frigoríficos, na construção civil e em atividades correlatas. O território Leste caracteriza-se por uma prevalência das atividades do setor terciário, a partir do adensamento populacional de Curitiba.

Nessa realidade, evidencia-se a questão da inserção laboral dos migrantes haitianos no Paraná e, conseqüentemente, das implicações disso, como as condições de trabalho, de moradia e de acesso à educação, haja vista que o trabalho é elemento central que permeia as demais condições para a migração.

Podemos suscitar uma série de perguntas a partir dessa relação: Mesmo sem postos de trabalho disponível, os imigrantes haitianos continuarão nos municípios paranaenses? Há mecanismos institucionais, ações ou políticas públicas que possibilitam a acolhida e a permanência dos imigrantes no Paraná/Brasil? Há migração qualificada haitiana no Brasil? Há ascendência profissional de haitianos no Brasil, a partir da ocupação de cargos públicos importantes ou de alta qualificação profissional e acadêmica? Quais são as conquistas alcançadas pelos migrantes a partir da organização coletiva em associações? As crianças brasileiras com ascendência haitiana continuarão com a tradição de migração haitiana?

Considerando-se o trabalho como elemento central, buscamos nesta tese evidenciar de maneira multifacetada a migração haitiana no Estado do Paraná, a partir de suas variadas dimensões: a do trabalho, a da organização dos migrantes, a das Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades e órgãos públicos que

atuam junto aos migrantes, a educacional e a cotidiana, a partir da vivência dos migrantes nos diferentes municípios com diferentes realidades.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar a dinâmica da inserção do migrante haitiano no mercado de trabalho no Paraná e a sua relação com as políticas públicas e demais esferas voltadas para a inclusão territorial do migrante.

Os objetivos específicos, por sua vez, são: i) identificar e mapear o mercado de trabalho, onde se concentram e os locais de trabalho dos imigrantes haitianos no estado do Paraná; ii) analisar as políticas públicas referentes aos direitos dos imigrantes haitianos; iii) caracterizar os movimentos/associações/sindicatos representativos dos direitos dos haitianos no Paraná; iv) compreender as diversas formas de organização da população haitiana no Paraná; v) interpretar as conquistas alcançadas pelos haitianos, organizados ou não em associações e sindicatos no Paraná; vi) especificar os problemas referentes à inserção dos imigrantes haitianos nas diversas esferas sociais do estado do Paraná (trabalho, educação, saúde, moradia etc.).

Dividimos a pesquisa em dois grandes campos: o da migração e do trabalho. Esses não são antagônicos, mas complementares, haja vista que permitem captar as características, as transformações e as implicações da migração haitiana no Paraná.

Quanto à organização, o trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, sendo precedidos por esta introdução. O primeiro capítulo é de natureza metodológica e elucida as escolhas metodológicas utilizadas, a saber: discussão da esfera teórica bibliográfica, passando pelo universo quantitativo até chegar à empiria, por meio da realização de entrevistas.

No segundo capítulo, também de natureza teórica, discorreremos sobre os grandes debates da migração e das etapas migratórias vividas pelo Brasil, desde o recrutamento de força de trabalho no início do século XX até os movimentos migratórios mais recentes, com a vinda de migrantes advindos países periféricos.

No terceiro capítulo, abordamos a migração haitiana para o Brasil, considerando (para além da explicação causal, em voga no discurso popular brasileiro, do terremoto como o único desencadeador da migração para o Brasil) a tradição de migração da população haitiana e as trajetórias no território brasileiro, muitas das vezes em direção ao Centro-Sul do país, territórios com intensa presença

de frigoríficos. Ademais, tratamos da migração haitiana no Paraná, buscando apreender, a partir de dados quantitativos, o fenômeno nesse estado. Também discorreremos acerca das políticas públicas estaduais e das instituições que trabalham com o acolhimento e auxílio aos migrantes.

No quarto capítulo, discutimos os conceitos e as categorias fundamentais relacionadas ao trabalho, os quais servem como arcabouço teórico para o entendimento da realidade em questão. Ademais, abordamos a estrutura econômico-social do Paraná e a contribuição do pensamento meszariano para a igualdade substantiva dos migrantes em sua integração e vivência no território paranaense.

No quinto capítulo, a partir de pesquisa de campo nos municípios onde a migração haitiana é mais significativa, buscamos apreender, empiricamente, as facetas e os principais elementos da migração haitiana no Paraná. Consideramos as marcas territoriais do trabalho vinculado à população haitiana, evidenciando as características, as complicações e a contribuição da população migrante, que vem demarcando novos paradigmas migratórios no estado. Além disso, demarcamos os territórios do trabalho dos haitianos no Paraná a partir de todo o conjunto explanado e discutido.

Por fim, tecemos as considerações finais. Nosso escopo é contribuir com a elucidação, no ambiente acadêmico, de uma população marginalizada em sua inserção cotidiana nos diferentes espaços, que é força de trabalho primordial para as demandas dos frigoríficos e construção civil, mas que, para além disso, carrega conhecimentos, aptidões e elementos culturais que, a partir de uma igualdade mais substantiva, contribuem para o fomento de uma sociedade paranaense mais rica.

## 2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa que, para sua efetivação, engloba procedimentos que vão desde a esfera teórica bibliográfica, passando pelo universo quantitativo até chegar à empiria, por meio da realização de entrevistas, é importante, neste momento, abordar as escolhas metodológicas utilizadas a fim de investigar a migração haitiana no Paraná.

O recorte espacial deste estudo refere-se ao estado do Paraná, mais especificamente à análise da relação migração-trabalho nos municípios com um número maior de imigrantes haitianos, de acordo com dados já tabulados do banco interativo do Observatório das Migrações em São Paulo<sup>1</sup>, como os microdados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) e do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) disponíveis no Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

O recorte temporal da pesquisa, por sua vez, se dá no período de 2010 a 2022, um pouco mais de uma década dos primeiros impulsos migratórios da população haitiana em direção ao Brasil e ao Paraná.

A seguir serão apresentadas as etapas metodológicas que a pesquisa compreendeu que são: a discussão teórica/bibliográfica, o levantamento e análise de dados estatísticos, a pesquisa de campo: com a realização de entrevistas, visando aplicar a técnica da história oral com colaboradores haitianos; e brasileiros atuantes junto a demandas da população migrante em diferentes municípios do Paraná.

### 2.1 AS DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE MIGRAÇÃO E TRABALHO

Como buscamos relacionar o fenômeno migratório haitiano ao trabalho, são necessárias discussões teóricas de ambas as naturezas a fim de, juntamente com as outras etapas da pesquisa, conferir unidade conceitual e analítica ao fenômeno estudado. Por isso, em um primeiro momento, realizamos reflexões teóricas com base marxista. De um lado, foram abordados importantes

---

<sup>1</sup> O Observatório das Migrações em São Paulo é um grupo de pesquisa vinculado ao Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

elementos do debate migratório: as abordagens teóricas das migrações, as migrações internacionais no Brasil e a migração haitiana no Brasil e no Paraná (capítulos três, quatro e cinco). De outro lado, consideramos o trabalho como categoria central, aspecto fundamental para compreendermos a migração haitiana no Brasil e no Paraná, bem como as suas transformações, perpassando-se pela precarização do trabalho, especialmente nos frigoríficos, e pelo debate meszariano como contribuinte para o entendimento da migração haitiana no Paraná (capítulo sete).

Entendemos que base teórica empregada é relevante ao nos permitir explicar os sentidos e as contradições da migração haitiana no Paraná, espaço no qual os migrantes, quem fazem parte de uma dinâmica específica do mundo do trabalho, passam a viver em determinados lugares moldados de acordo com os interesses do capital regional e mundial. Inseridos nessa teia de relações, a migração dos haitianos no estado, que ocorre pela porta dos fundos, ganha uma série de contornos até então inéditos nas características populacionais paranaenses.

## 2.2 AS BASES DE DADOS E A MIGRAÇÃO HAITIANA

Tratar das informações estatísticas sobre a migração haitiana constitui-se um desafio, haja vista que precisamos articular bases de dados internacionais e nacionais. Sabendo da velocidade e da volatilidade dos fluxos de migrantes haitianos, em especial a partir dos anos 2010, é difícil existir uma base sólida e ao mesmo tempo veloz que acompanhe e reflita em seus números as transformações ocorridas e que sirvam como aporte para a captação da migração haitiana de um modo mais amplo e satisfatório.

Então, a fim de compreender a dinâmica migratória no Brasil e no Paraná, é fundamental apresentar as bases de dados pertinentes à regularização documental brasileira, aos vínculos de trabalho e à educação utilizadas na presente tese. Essas informações serviram como complemento analítico das informações qualitativas trabalhadas.

Inicialmente, citamos o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), fundado em 2013, que é constituído a partir da parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Universidade de Brasília (UnB). As informações do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), a Relação



Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) utilizados foram refinados pelo OBMigra.

O SISMIGRA<sup>2</sup> permite averiguar os imigrantes que entraram com o pedido de cadastro para a emissão do Registro Nacional Migratório (RNM). Entretanto,

[...] essa fonte de informação não é capaz de estimar o total de imigrantes internacionais residentes no país. Uma vez emitido o RNM, a pessoa permanece na base do SISMIGRA, mesmo tendo falecido ou deixado o país tempos depois. Tampouco estão incluídos os indocumentados ou solicitantes de refúgio. (SISMIGRA, 2022, s.p.).

Apesar de não estimar o total de imigrantes internacionais residentes, ressaltamos a importância dessa base, pois evidencia os municípios e as regiões preferenciais para o registro no Brasil.

Também consideramos as informações da RAIS, que advêm das declarações obrigatórias de empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e que demonstram os vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano. Esse registro é importante para verificar a inserção de migrantes internacionais no emprego formal do Brasil.

Outra base utilizada foi o CAGED, que serve como um registro permanente de admissões e dispensa de empregados. A primeira característica importante desse registro é averiguar a rotatividade de trabalhadores. Do mesmo modo, é possível acompanhar movimentos de maior admissão e demissão de trabalhadores, considerando diferentes municípios e regiões.

Recorremos ainda ao Banco Interativo de dados do Observatório das Migrações em São Paulo, cujas informações disponibilizadas se referem a produtos gráficos já organizados e sistematizados para o público em geral (pesquisadores, professores, estudantes, gestores públicos etc.) e são oriundas do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do, SINCRE/SISMIGRA, do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), da RAIS,

---

<sup>2</sup> Até 2017, tendo como marco legal o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), o SISMIGRA era denominado Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE). A partir de 2018, com a nova lei de migração, passou a ser denominado SISMIGRA.

do Censo Escolar, do Censo da Educação Superior e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Com relação às bases de dados internacionais, pautamo-nos em duas. A primeira é o *Migration Data Portal*, que reúne informações migratórias de países do mundo todo organizadas pelo Centro de Análise Mundial de Dados sobre a Migração (GMDAC), vinculado à Organização Internacional para as Migrações (OIM). A segunda é o *Migration Policy Institute*, fundado em 2001 e sediado em Washington, Estados Unidos da América (EUA), que é uma instituição não governamental e apartidária que coleta e fornece informações migratórias sobre todas as regiões do globo.

## 2.3 A METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO: A TÉCNICA DA PESQUISA, COLABORADORES E ENTIDADES

A partir da pesquisa<sup>3</sup> de campo<sup>4</sup>, ocorrida entre setembro de 2021 e julho de 2022, entrevistamos oito migrantes haitianos, a partir da técnica de História oral, representantes de entidades que atuam com os migrantes e representantes do poder público.

O recorte geográfico estabelecido para as entrevistas contemplou as regiões geográficas Leste, Oeste, Sudoeste, Norte Central do Paraná, nos municípios de Cascavel, de Curitiba, de Maringá, de Londrina e de Toledo, que são os que concentram mais haitianos no Paraná (SISMIGRA, 2021). Esses municípios e regiões apresentam marcas singulares da migração, por exemplo, a existência de associações, a atuação de lideranças locais, os serviços assistenciais (por meio de ONGs e entidades religiosas) e os órgãos públicos direcionados ao atendimento a migrantes. São expressões espaciais muito recentes no estado, o que confere ao processo migratório um *status* especial que merece ser investigado. Nesse sentido, reside a importância da presente tese.

Optamos pela entrevista em História oral como técnica de pesquisa na realização dos trabalhos de campo. A partir da documentação dos discursos dos colaboradores do processo migratório no Paraná, o objetivo é apreender as

---

<sup>3</sup> A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina sob o CAAE nº 37726620.9.0000.5231.

<sup>4</sup> A pesquisa de campo se encontra no capítulo sete.

motivações, as causas, as especificidades, os desdobramentos, os conflitos e as conquistas quando tratamos da população haitiana no estado, mediante as histórias de vida dos migrantes.

Meihs e Ribeiro (2021) informam que a História oral pode ser vista como ferramenta, como técnica, como metodologia ou como disciplina. Na condição de técnica, “[...] ela é feita para discutir algum postulado já estabelecido. Nessa alternativa, ela deve duvidar dos discursos estabelecidos que, prioritariamente, instruem argumentos que serão contrapostos às entrevistas.” (MEIHY; RIBEIRO, 2021, p. 41).

São vários os conceitos que podem ser atribuídos à História oral, sendo sua definição motivo de vários embates, mas, neste momento, é coerente dizer que a

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2020, p. 15).

Salientamos a necessidade do respeito a cada etapa da pesquisa utilizando-se da História oral como técnica, além do compromisso para com os colaboradores estudados, sendo que os resultados (a tese, em nosso caso) devem retornar aos colaboradores, uma obrigação social inerente à prática da pesquisa. Na prática das entrevistas, não se deve confundi-las com depoimentos, que remetem ao período da ditadura militar, a exemplo da realização de inquéritos (MEIHY; HOLANDA, 2020). Além disso, o tom de “depoimento” pode levar a um estado de coerção na relação entre o entrevistado e o entrevistador. É por isso que: “O entrevistador e o entrevistado, na situação de entrevista, devem se reconhecer como *colaboradores*. Porque a participação é espontânea, as duas partes devem manter uma possibilidade confortável para o estabelecimento da entrevista.” (MEIHY; HOLANDA, 2020, p. 20-21, grifo dos autores)

Assim, quando nos referirmos a todos os entrevistados, utilizaremos o termo *colaboradores*, pois o processo de realização das entrevistas com os

imigrantes, representantes de ONGs e do poder público, ocorreu de forma espontânea, a partir da livre vontade dos entrevistados. Trata-se, desse modo, de um processo de colaboração, com vistas à abordagem da migração haitiana no Paraná.

No planejamento da pesquisa, ou em como fazê-la, deve-se delimitar o grupo de colaboradores, a partir da definição de sua abrangência numérica, de seu espaço geográfico do desenvolvimento do projeto e do momento temporal da pesquisa (MEIHY; RIBEIRO, 2021).

Meihs e Ribeiro (2021) ressaltam o compromisso social da História oral para com grupos excluídos/marginalizados. São sujeitos que vivenciam problemas cotidianos e não fazem parte daqueles grupos mais fortemente representados nos espaços de poder. Assim, por meio dessa técnica, “Esses “eus” podem se inscrever socialmente por meio de suas histórias até então pouco expostas e, dessa forma, evidenciar personalidade política, atuação social, cultural e econômica.” (MEIHY; RIBEIRO, 2021, p. 28)

Para uma população subrepresentada, como a dos imigrantes haitianos no Paraná, porque não o registro oral de suas falas, de modo a apreender as dinâmicas do tempo presente, com seus saberes, costumes, histórias, vivências, potencialidades e problemas? Consideramos de fundamental importância o tratamento do tema em questão com a técnica aqui utilizada.

Além disso, as entrevistas com os colaboradores não devem servir apenas para simples coleta de informações, mas devem ter como fundamento a transcendência do trato senso comum diante de determinados temas (como o da migração haitiana no Paraná). Logo, “O que se propõe é que, antes de tudo, se busque formular suportes documentais que menos cuidem de informar e mais de produzir estratégias capazes de produzir o entendimento além de informações.” (MEIHY; RIBEIRO, 2021, p. 30).

Discutir questões de extrema relevância social dentro da academia, como as propostas nesta tese, a partir da documentação das falas acerca das vivências dos colaboradores, nos leva, por que não, a um cenário de maior visibilidade dos grupos imigrantes haitianos. O fomento da pesquisa, a partir do levantamento dos problemas da inserção dos imigrantes em novo espaço, é um importante instrumento que pode dar respaldo à formulação de políticas públicas voltadas para os migrantes.

Quanto ao universo dos entrevistados, o Quadro 1 apresenta os migrantes haitianos que aceitaram fazer parte desta pesquisa.

**Quadro 1** - Colaboradores(as) haitianos(as) entrevistados(as)

<b>Nome<sup>5</sup></b>	<b>Sexo</b>	<b>Profissão</b>	<b>Atuação</b>	<b>Município</b>
Adeline	Feminino	Trabalhadora autônoma	-	Cascavel
Willy	Masculino	Comerciante	Vice-presidente da Associação para a Solidariedade dos Haitianos no Brasil (ASHBRA)	Curitiba
Jean	Masculino	Estudante (Graduação)	Presidente da União da Comunidade dos Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH)	Curitiba
Mackenson	Masculino	Professor/ Técnico em Segurança do Trabalho/Auxiliar de produção	-	Itapejara D'Oeste (on-line)
Joseph	Masculino	Secretário de Juventude e Cidadania de Maringá	-	Maringá
Frantz	Masculino	Estudante (Pós-Graduação / Doutorado)	-	Londrina (on-line)
Evens	Masculino	Cabeleireiro / Estoquista	Presidente da Associação dos Jovens Haitianos que vivem em Toledo (AJOHAVITO)	Toledo
Wilky	Masculino	Motorista de Aplicativo	Membro da Associação dos Jovens Haitianos que vivem em Toledo (AJOHAVITO)	Toledo

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022).

<sup>5</sup> Com o intuito de preservar a identidade dos colaboradores, os nomes são fictícios, porém, escolhemos os que são comuns no Haiti.

No Quadro 2, constam as(os) colaboradoras(es) brasileiras(os) que atuam junto aos migrantes, seja em entidades como a Cáritas, ONGs ou mesmo a partir da atuação no setor público.

**Quadro 2** - Colaboradoras(es) brasileiras(os) entrevistadas(os)

<b>Profissão / Atuação</b>	<b>Sexo</b>	<b>Município</b>
Coordenador da Cáritas Cascavel	Masculino	Cascavel
Coordenadora do CEIM	Feminino	Curitiba
Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina	Feminino	Londrina
Secretária da Associação dos Estrangeiros Residentes na Região Metropolitana de Maringá (AERM)	Feminino	Maringá ( <i>on-line</i> )
A Presidente da Embaixada Solidária	Feminino	Toledo

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022).

Por conta da pandemia da covid-19, que limitou a circulação e o contato presencial com outras pessoas, algumas entrevistas foram feitas de forma virtual, por meio do *Google Meet*. Nesse caso, as pessoas contactadas dessa maneira foram listadas no campo município dos Quadros 1 e 2 com a indicação *on-line*.

As entrevistas, seguindo a técnica da História oral, tiveram como objetivo apreender as vivências e experiências dos colaboradores, permitindo-nos estabelecer relações com o processo migratório, com o trabalho e com as demais questões pertinentes a esta tese. Para tanto, elaboramos dois roteiros de perguntas<sup>6</sup> (um para os haitianos entrevistados e outro para os brasileiros entrevistados, representantes de entidades e do setor público), mas foram adaptados em cada situação, de acordo com o diálogo estabelecido com os colaboradores. Desse modo, os diálogos não se restringiram à lista de perguntas pré-estabelecidas. Os temas contemplados nas entrevistas referem-se à história de vida dos colaboradores, à trajetória no Brasil, ao trabalho, às relações familiares no Brasil e no Haiti, à moradia, ao racismo e xenofobia e outras questões importantes.

Ressaltamos que, para além da empiria trazida neste trabalho, há a possibilidade de existirem outras iniciativas de cunho assistencial e o não (como aulas de português para haitianos, aulas de creole haitiano e francês para brasileiros, grupos informais de migrantes que atuam na assistência aos haitianos

<sup>6</sup> Os roteiros encontram-se disponíveis nos Apêndices B e C.

recém-chegados etc.). tanto dos migrantes quanto da sociedade civil organizada, principalmente vinculadas às igrejas.

Acreditamos que as entrevistas realizadas e as técnicas de pesquisa empregadas corroboram para a apreensão da migração haitiana no Paraná e de seus desdobramentos no espaço, visíveis muitas vezes de maneira secundária na sociedade, mas que são enfatizados nesta tese.

### 3 O DEBATE ACERCA DAS MIGRAÇÕES: TEORIAS E SENTIDOS

Neste capítulo, discorreremos teoricamente sobre os grandes debates da migração e das etapas migratórias vividas pelo Brasil, desde o recrutamento de força de trabalho no início do século XX até os movimentos migratórios mais recentes, com a vinda de migrantes advindos países periféricos.

#### 3.1 MIGRAÇÕES: ABORDAGENS TEÓRICAS

As indagações referentes às questões populacionais (e às migrações) são vistas na atualidade - observando-se a prevalência das migrações internacionais, da questão dos refugiados, da xenofobia e do preconceito, como também da violência sofrida por aqueles que migram, principalmente nas sociedades receptoras – com grande preocupação por parte de governos e das populações locais. Em geral, nos estudos migratórios, são três as principais vertentes teóricas: os *modelos neoclássicos*; a *perspectiva histórico-estrutural* e a *mobilidade da força de trabalho*. Elas foram estruturadas e assim classificadas (com pequenas diferenças e especificidades em cada uma) por pesquisadores tais como Salim (1992), Rua (1997) e Sasaki e Assis (2000).

A perspectiva neoclássica, de cunho liberal, assenta-se no argumento da liberdade de ir e vir da população (caracterizando os movimentos migratórios), sendo essa mobilidade um direito individual. Nesse sentido, Rua (1997) informa que as migrações se apresentam, nessa vertente, como um mecanismo responsável pelo ajuste de desequilíbrios entre regiões<sup>7</sup> ou setores econômicos, a fim de balancear os excedentes e os déficits populacionais. A migração é o resultado de desequilíbrios socioeconômicos, ocorridos no espaço, sendo, ao mesmo tempo, um fator de correção dos desequilíbrios, por meio dos fluxos entre as diferentes regiões. Em resumo,

---

<sup>7</sup> Quanto à escala adotada na perspectiva neoclássica, o espaço como um todo é considerado, pois, no caso da perspectiva liberal, leva-se em conta uma suposta “liberdade” de escolha e de ir e vir de indivíduos iguais. A ausência do caráter histórico é uma das marcas dessa perspectiva, assim, “O espaço é concebido como um espaço de liberdade e a migração como o exercício dessa liberdade [...]” (RUA, 1997, p. 6), o que não concordamos.



[...] na ótica neoclássica, os estudos da migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, ou seja, a mesma lógica locacional das firmas. Esta é a razão do livre trânsito dos corpos no espaço: o movimento dirime a heterogeneidade espacial e propicia o equilíbrio, no sentido da igualdade possível. (SALIM, 1992, p. 124).

Entretanto, nessa perspectiva, há uma ausência da preocupação com o caráter histórico das migrações, ao mesmo tempo em que não se analisam questões estruturais ou conjunturais. As migrações ocorrem em “[...] decorrência inevitável da vontade individual para o deslocamento rumo a melhores condições de vida, entendidas como melhores níveis salariais [...]” (RUA, 1997, p. 61).

É interessante destacar que muitos modelos neoclássicos, como o de Ravenstein (1885), com as ideias de *pull* e *push*, reproduzem no campo das migrações conceitos desenvolvidos no campo das ciências exatas. Ravenstein, por exemplo, considerado o único autor clássico das migrações, publicou, em 1885, a obra *The Laws of Migration*. De maneira geral, o autor entendia que a migração é uma maneira de minimizar o desconforto social, sendo efetivada por meio de fatores como atração e de repulsão (*Pull* e *Push*). Com relação aos fatores de repulsão, Ravenstein (1885) destacava a falta de acesso à propriedade da terra, o desemprego, os baixos salários, o crescimento populacional, as secas e as fome. No caso dos fatores de atração, ressaltava a oferta de emprego e os salários elevados (MATOS, 1993). O autor acreditava que, com o passar do tempo, os salários tenderiam a igualar-se, tanto na região de origem quanto no destino. Desse modo,

[...] a decisão de migrar é apresentada como um processo racional que responde às forças que a impelem por forma a minimizar o desconforto (ou a maximizar o bem-estar – a solução do problema dual é idêntica). Na base desta decisão estão as variáveis que, na região de origem, funcionam como factores de repulsão e os factores de atracção na região de destino, que, normalmente, constituem as contrapartidas positivas daqueles; afectando estas duas forças estarão as variáveis intervenientes que, não podendo ser englobadas nas características objectivas das duas regiões, agem como motivadoras ou inibidoras da migração. (MATOS, 1993, p. 5).

Matos (1993), ao analisar as ideias de Ravenstein, argumenta que não se deu qualquer destaque às migrações em massa, em contraposição às migrações individuais. Nessa perspectiva, um fluxo migratório nada mais é que um conjunto de migrantes se movendo a partir de suas decisões individuais, processo

que terminará quando se igualarem as produtividades marginais do trabalho e os salários entre as regiões de origem e de destino.

A perspectiva neoclássica apresenta, assim como todas as outras vertentes teóricas, possibilidades e limitações, as quais são elencadas a seguir, de maneira resumida, com base em Salim (1992):

- a) A centralidade da análise do indivíduo, que limita a compreensão científica da migração;
- b) A migração não implica necessariamente a eliminação de desigualdades regionais e econômicas;
- c) A vertente teórica em questão caracteriza-se como um importante instrumento ideológico na defesa do *status quo*, sendo os discursos utilizados para justificar toda e qualquer forma de mobilidade forçada;
- d) A ênfase nos custos e benefícios revela fatores secundários, em detrimento do caráter histórico das migrações;
- e) Não explica as causas e os fatores determinantes da desigualdade e da liberdade do trabalhador.

Atualmente, movimentos populacionais estão em busca de melhores condições de vida, o que tem ocorrido no caso de populações latino-americanas em direção aos EUA ou de africanos em direção às grandes economias do continente europeu (Alemanha, Inglaterra, França, Itália etc.). Entretanto, ao mesmo tempo em que as motivações, pelo menos no discurso, sejam ensejadas por impulsos individuais, há que se considerar que há toda uma conjuntura social, econômica e política composta por crises, perseguições e questões ambientais que perfazem a vida daquele que migra e que fazem com que a migração seja uma decisão viável.

Outra vertente teórica de forte tradição nos estudos migratórios é a análise histórico-estrutural, de cunho marxista. Nessa perspectiva, a migração é considerada um fenômeno social, sendo que os fluxos são compostos por classes sociais que advém de distintas estruturas sociais. Os estudos, nesse viés, têm como foco as contradições inerentes ao capitalismo, nas relações sociais de produção. Enfatiza-se a visão da estrutura como um todo, ou seja,

[...] as condições estruturais de nível social, econômico e político que contextualizam a sua dinâmica, tornam possível certas escolhas ou mesmo definem a natureza e direção dos fluxos migratórios na espacialidade heterogênea e contraditória. (SALIM, 1992, p. 125).

De acordo com Rua (1997), a abordagem histórico-cultural enfatiza que a saída de uma região se deve à relação capital-trabalho, sendo que os conflitos, inerentes ao capitalismo, são reproduzidos nos locais de chegada. Assim, as razões de saída são priorizadas em relação aos fatores atrativos, que, a partir dessa visão, não contêm força suficiente para a mobilização da população. A orientação dos fluxos migratórios fica, desse modo, em segundo plano.

Essa vertente teórica também tem suas limitações. A principal questão encontra-se nos estudos empíricos, quando se analisam as migrações em nível individual. Com um arcabouço teórico ligado às questões estruturais (geralmente em nível macro), pode-se não enxergar ou compreender questões engendradas individualmente, pecando-se, desse modo, na conciliação entre os níveis macro e micro de análise. Póvoa Neto (1997) argumenta que:

[...] é difícil a compatibilização deste enfoque socialmente contextualizado com a análise da motivação individual do migrante. O pesquisador se encontra, muitas vezes, dividido entre, por um lado, o inquérito, a observação, o trabalho de campo e, por outro lado, o entendimento dos processos sociais segundo uma perspectiva mais ampla. (PÓVOA NETO, 1997, p. 13).

Salim (1992) pondera que, em vários estudos, evidenciam-se hipóteses frágeis e reducionistas, imbricadas à dimensão econômica, havendo uma concepção teleológica das causas das migrações. Assim, a ordem de análise é invertida e explica-se a migração pelas suas consequências. Além disso, o autor alega que a base empírica serve simplesmente como alicerce para argumentos teóricos. Tanto Salim (1992) quanto Póvoa Neto (1997) concordam que há um descompasso entre as análises micro e macro.

Uma outra vertente teórica referente às migrações é a da mobilidade da força de trabalho. Jean-Paul de Gaudemar (1977) é o seu grande precursor, abordando as migrações enfocando a relação capital/trabalho e sua produção e reprodução ampliada (SALIM, 1992).

Gaudemar (1977), tratando da mobilidade da força de trabalho, realizou uma crítica às perspectivas anteriores, embora apresente semelhanças com o enfoque histórico-estrutural. A sua abordagem atua no sentido de desenvolver teorias gerais de migração, mas sem focar na questão da mobilidade do trabalho

(a partir da relação capital x trabalho), que é vista como uma necessidade fundamental do capitalismo.

Percebemos que o conceito central é o de mobilidade (específica da força de trabalho). Com relação à movimentação da população, a partir das diferentes estruturas que a condicionam, pode-se dizer que existe uma característica que é adquirida pela força de trabalho. Essa é chamada de mobilidade e está vinculada aos limites da atuação do capital. Com isso, é possível afirmar que os fluxos populacionais e a força de trabalho limitam-se inexoravelmente aos anseios locacionais do capital ou à mobilidade do capital.

Nessa perspectiva, Gaudemar (1977) defende que a mobilidade da força de trabalho é uma característica do trabalhador “[...] submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista. Ela funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim definitivamente o trabalhador livre do escravo [...]” (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Ao abordar os aspectos positivos e negativos da liberdade da força de trabalho, o autor pontua que,

No seu aspecto positivo, a liberdade conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o seu local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos, quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. (GAUDERMAR, 1977, p. 190).

É importante questionarmos a questão da liberdade, defendida e vista com espontaneidade pelos defensores neoclássicos. Ora, se, a partir das características locacionais do território, direcionam-se fluxos de capital, a força de trabalho será requerida. A mesma lógica existe em qualquer nível escalar no espaço. Admite-se que a liberdade do trabalhador na verdade é condicionada ou até mesmo forçada (a exemplo do recrutamento de força trabalho em frigoríficos, trabalhos sazonais agrícolas e outros).

Nesse sentido, na mesma linha de pensamento de Gaudemar (1977), defende-se que a liberdade do trabalhador (e do trabalho) está submetida aos limites da atuação do capital, sendo essa dita liberdade forjada para posterior incorporação da classe trabalhadora. A “[...] mobilidade forçada é uma estratégia capitalista de mobilização do trabalho. Não existe migração maciça espontânea [...]” (SALIM, 1992, p. 128).

As diferentes vertentes teóricas e as suas respectivas análises suscitaram uma gama de debates de grande importância no que tange às migrações, tais como os seguintes pontos: Por que as pessoas migram? Qual deve ser a unidade de análise das migrações? Deve-se atentar às decisões individuais ou às estruturas sociais? Observamos um grande imbróglio conceitual, ainda em aberto nesse campo de estudos. Então, a questão fundamental a ser levantada é: As migrações ocorrem a partir de decisões individuais ou de estruturas sociais? Tentamos abordar cada um desses vieses a seguir.

No caso dos que concebem a migração como um movimento espontâneo, advindo da liberdade individual e que tem como objetivo a melhoria das condições de vida do migrante, a partir das diferentes possibilidades em outras regiões, destacam-se “[...] os modelos de custo-benefício, de capital humano e as análises sociológicas de "atração-repulsão” [...]” (MATOS, 1993, p. 4).

Nesse sentido, adeptos do aporte individualista defendem que há ganhos para o migrante, para a região de origem e para a região de destino. Logo, não há disparidade entre os ganhos dos migrantes ou das regiões, havendo, em longo prazo, uma ótima distribuição e equiparação dos ganhos para ambas as regiões.

A migração assume, nessa perspectiva, a forma de investimento em capital humano. No que se refere à região de origem, embora perca força de trabalho, poderá se beneficiar pelas remessas enviadas pelos migrantes. Por outro lado, o retorno dos migrantes e a sua qualificação em outra região podem impulsionar o mercado local e o desenvolvimento da região de origem. Já a região de destino obtém acesso a mais força de trabalho, anteriormente escassa, podendo aumentar a sua produção e as riquezas. Além disso, em épocas de recessão, os migrantes “[...] quais andorinhas no Outono, abandonarão os seus empregos em busca de melhores oportunidades, não havendo, portanto, lugar para qualquer tipo de tensões.” (MATOS, 1993, p. 6).

Tem-se, com isso, uma visão idealista do processo migratório, como se fosse harmônico, perfeito, em uma perspectiva de neutralidade que não considera as tensões sociais que perfazem as relações sociais no espaço e, por que não, as migrações.

Devemos questionar e se atentar aos limites e possibilidades da migração como sendo uma decisão individual. Nesse sentido, Matos (1993) defende que a liberdade de escolhas tomadas em um vazio social não existe, sendo que o indivíduo se insere na sociedade a partir de um conjunto de relações que o influenciam, de maneira consciente e inconsciente. Para o autor, a

[...] acção individual encontra-se diluída numa trama social que prepara o indivíduo para as escolhas, moldando a forma de apreender os factores de atracção e repulsão e a sua resposta. O indivíduo encontra-se, sempre, coagido por estruturas sociais, tanto na região de origem, como na região de destino, que interagem entre si, alimentando o fluxo migratório. (MATOS, 1993, p. 7).

Ora, considerando-se a possibilidade da escolha da migração como uma decisão individual, eliminam-se todos os nexos relacionados à estrutura social e às conjunturas a quais qual determinado cidadão, em seu país e região, está envolvido.

Por outro lado, a ideia de migração atrelada às estruturas sociais advém da escola histórico-estrutural, entendendo o indivíduo dentro de um conjunto de relações, o que pode ocasionar, na análise, a desconsideração da capacidade decisória desse indivíduo.

Nas análises da perspectiva histórico-estrutural, notamos, em comum, que: a) há a adoção de uma perspectiva histórica, com ênfase nas forças históricas condicionantes dos fluxos; b) a análise tem um caráter estruturalista, ou seja, para os autores, as estruturas sociais são o objeto de estudo; c) as formações sociais nacionais tornam-se permeáveis diante dos fenômenos econômicos e internacionais; d) se mantém uma perspectiva crítica; e) se restringem as análises das migrações na busca pelas causas relacionadas às migrações econômicas (MATOS, 1993).

A migração, sendo defendida como um fenômeno oriundo de estruturas sociais ou mesmo de decisões individuais<sup>8</sup>, torna-se um conceito cada vez mais trabalhado e desenvolvido, o que pode, talvez, levar à tão almejada unidade conceitual, supracitada anteriormente. Ademais, sustentamos que as migrações, particularmente a haitiana em direção ao Brasil, um dos motes de análise desta tese, se constituem como um processo social. O trabalho como principal fator motivador, necessário à reprodução social, de uma maneira ampla, das mais variadas esferas da vida dos migrantes, apresenta-se como emergencial, necessidade primeira. Assim, fatores tais como instabilidades de ordem política e econômica e desastres de ordem socioambiental inserem-se no bojo da centralidade do trabalho.

### 3.2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E AMÉRICA LATINA: UMA TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO E ENTENDIMENTO

No que se refere às migrações, o Brasil passou por várias etapas, a quais inclusive foram (e são) determinantes para a constituição do povo brasileiro e para a visão estereotipada de um país miscigenado e pacífico. Darcy Ribeiro (1995) bem nos ensina acerca da formação do povo brasileiro e das suas características, a partir da visão de democracia racial, que esconde e nega uma profunda estratificação social vigente desde os mais incipientes tempos formadores da nação que se tornaria o Brasil. “A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário [...]” (RIBEIRO, 1995, p. 20)

Consideramos, a seguir, os diferentes períodos relacionados às migrações internacionais no Brasil, sabendo-se que o Estado brasileiro desempenhou um papel fundamental para a mobilização e para a distribuição de migrantes, vistos como força de trabalho. Cada momento histórico foi acompanhado de dinâmicas que suscitaram consequentemente processos migratórios. O que

---

<sup>8</sup> Existem análises focadas no conceito de exército industrial de reserva, na segmentação do mercado de trabalho de trabalho, proposto por Doeringer e Piore (1971), na exportação de trabalho de economias periféricas e na oposição à importação do trabalho.

discorreremos nesta seção passa pela centralidade do trabalho em um contexto de migrações internacionais do Brasil.

Pensar a mobilização de força de trabalho no Brasil requer que retornemos brevemente à época da colonização portuguesa, em 1500. A partir desse ponto e durante aproximadamente três séculos, estabeleceram-se fluxos de mobilização de força de trabalho escrava, provenientes do continente africano.

A partir dos anos 70 do século XIX, e mais notadamente após a abolição da escravatura, a constituição do trabalho livre leva às migrações internacionais no país, que ganharam impulso em um Brasil em formação, sendo que os fluxos eram constituídos de europeus e asiáticos, introduzindo-se cerca de cinco milhões de imigrantes no país (BASSANEZI, 1995).

Vainer (2000) comenta que não é exagero afirmar que a história e a evolução do Estado brasileiro passam por práticas voltadas a administrar e equacionar a mobilização de populações. Nesse sentido, o grande desafio para esse mesmo Estado ocorreu no fim da escravidão, momento de transição para o trabalho livre. As dúvidas quanto à mobilização e ao futuro da força de trabalho nas pujantes lavouras cafeeiras brasileiras (às custas da força vital do escravo negro) pairavam no ar da elite agrária da época. Então, “[...] como assegurar braços para a lavoura? Como substituir o trabalho escravo?” (VAINER, 2000, p. 15).

A partir disso, estabeleceu-se uma estratégia de mobilização de força de trabalho imigrantista e agrarista baseada na grande propriedade (*plantation*) e no modelo agrário exportador, que cultivou raízes profundas e perversas no campo brasileiro que estendem até os dias atuais, com o agronegócio.

O negro foi excluído do processo social de inserção do trabalho livre (para vender a sua força de trabalho) no país. Ao invés da sua inserção, a preferência da elite agrário-exportadora e do Estado brasileiro foi pela população branca europeia, optando por uma estratégia racista e branqueadora (VAINER, 2000). Constrangimentos legais foram utilizados, inclusive não permitindo a entrada de população não branca no Brasil, como se observa no Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890:

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso



Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL, 1890, s.p.).

A transição para o trabalho livre no Brasil ocorreu de maneira a excluir e a marginalizar (mais uma vez) a população negra, acompanhada do desejo de branqueamento da nação por parte de uma elite branca, em uma tentativa eugênica de seleção e de recrutamento da população. O perfil do imigrante ideal a ser recebido em território brasileiro é bem representado por Vainer (2000), quando o caracteriza como “Trabalhador, morigerado e eugenicamente apto a contribuir com a formação do povo brasileiro: eis o imigrado ideal que emerge do conjunto dos debates e políticas a respeito da imigração, da ocupação do território, da oferta de trabalho.” (VAINER, 2000, p. 18).

A partir de então, italianos, espanhóis, portugueses, alemães, japoneses e eslavos, principalmente, constituíram os grupos majoritários de imigrantes que chegaram para trabalhar e povoar o território brasileiro. Assim, variados setores da sociedade defendiam que os movimentos migratórios deveriam reforçar o alicerce europeu de uma sociedade marcada pela escravidão, surgindo um desejo comum à época: “Braços brancos para a lavoura!” (BASSANEZI, 1995; VAINER, 2000).

Com o recebimento de imigrantes, observou-se uma desqualificação do brasileiro como trabalhador, haja vista que os negros e os mulatos eram vistos como indisciplinados para o trabalho e indolentes (SASAKI, 2006). Ao mesmo tempo, havia um discurso de desqualificação do trabalhador imigrante, com o intuito de legitimar medidas discriminatórias (VAINER, 1995).

Uma importante questão referente à incipiente relação dos imigrantes com um novo lugar é a da formação identitária. Ao mesmo tempo em que a elite agrária e o Estado visavam à formação de uma identidade nacional, os sujeitos do processo migratório, ou os primeiros imigrantes, não eram e não se identificavam como “brasileiros”. As relações identitárias foram se construindo a partir da relação da população com o território. Logo, a identidade nacional constituía-se uma importante esfera.

Um exemplo a ser ressaltado nesse contexto é o dos imigrantes japoneses. As grandes diferenças culturais e a questão da raça contribuíam para que fossem menos aceitos. Para muitos setores da sociedade brasileira, o “amarelo” era considerado inferior, até mesmo aos escravos. Além disso, a migração de

asiáticos era defendida como provisória (BASSANEZI, 1995). Acerca da problemática no Brasil, Vainer (2000) comenta que:

O imigrante, cujo amor ao trabalho, disciplina e eugenia haviam sido exaltados como salvação da pátria, aparecia, agora, à luz da problemática assimilacionista, como grande ameaça a essa mesma pátria. Desconhecedor de nossos costumes, fiel a outros Estados, o imigrante era ainda mais perigoso quando adepto do anarquismo ou socialismo, ideologias dissolventes completamente estranhas à índole pacífica e cordata de nosso povo. (VAINER, 2000, p. 19).

A consolidação dos fluxos migratórios dos primeiros imigrantes no Brasil contribuiu para o processo de submissão do trabalho ao capital, por meio do discurso do trabalho disciplinado, da defesa e conformação da nacionalidade e da formação de um povo homogeneizado por uma cultura nacional (VAINER, 2000).

Não se pode negar ou negligenciar o papel do negro nesse contexto das grandes migrações, pois a sua não inserção ocorreu a partir de doutrinas eugênicas com a tentativa de branqueamento de uma nação que já era em sua maioria negra. Por esse motivo é fundamental se pensar contemporaneamente a partir de elementos históricos existentes, pois, na atualidade, imigrantes negros vêm inserindo-se territorialmente em diferentes espaços, mais expressivamente em cidades médias e no Sul do Brasil, lugar de grande ocupação de europeus e de seus descendentes.

Então, não acreditamos em uma desconexão dos movimentos migratórios anteriores com os atuais fenômenos sociais lamentáveis (racismo, xenofobia etc.). Ao negro não foi propiciada uma inserção pela porta da frente, mas sim pelos porões do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, a elite agrária, alinhada aos interesses do capital à época, optou por forjar e cultivar características muito convenientes para a incipiente população brasileira: pacífica, ordeira e servil ao trabalho para outrem.

Após o período da chegada de grandes levas de imigrantes, o Brasil vivenciou, a partir dos anos 1930, movimentos migratórios internos, com a utilização de força de trabalho nacional no sentido de mobilização ou até mesmo de recrutamento. Exemplos são vistos no caso dos “soldados da borracha”, durante a

ocupação territorial da Região Amazônica para a extração do látex, assim como na formação de colônias de povoamento<sup>9</sup>, mais predominantes no Sul do Brasil.

Posteriormente, no país, grandes movimentos migratórios internacionais aconteceram somente a partir da década de 1980, com um contexto de emigração de brasileiros, em decorrência da derrocada econômica e da forte atração rumo ao exterior, devido às condições sociais favoráveis encontradas nos Estados Unidos, países da Europa e Japão. Bassanezi (1995) pontua que o país, a partir do final do século XX, assume uma característica emigrantista, no que se refere a movimentos populacionais, contrastando-se com a sua história como recebedor de imigrantes. O Brasil transita, desse modo, em menos de 1980 anos, de um massivo cenário imigratório para um também massivo cenário emigratório, sendo reflexo da fragilidade econômica nacional, na qual, a partir de então, a migração (seja ela emigração ou imigração) e o trabalho despontam como soluções para as condições estruturais vigentes em cada momento.

Os destinos dos fluxos migratórios corroboram com a questão da centralidade do trabalho, nesse caso, a busca por trabalho (e melhores condições de vida, por meio dele) em países e regiões centrais do capitalismo e no topo da divisão internacional do trabalho. Sasaki (2006) explica que os imigrantes brasileiros no Japão, os chamados “dekasseguis” (em grande parte, filhos e netos de imigrantes japoneses que vieram ao Brasil no início do século XX), foram em direção ao país dos seus “ancestrais”, sendo a migração uma alternativa à grave crise econômica enfrentada pelo Brasil nos anos 1980. Um contingente expressivo buscou trabalho em ocupações de baixa qualificação. O contraste ficava por conta do *boom* econômico no país asiático em detrimento dos sofríveis indicadores sociais e econômicos apresentados pelo Brasil.

Ao passo que fluxos migratórios de brasileiros para o Japão foram se consolidando, o país asiático chegou a contar, em 2020, com uma população de 211.138 brasileiros (BRASIL, 2021). A rede migratória apresentou consolidação com elementos materializados no espaço que indicam permanência, tais como

---

<sup>9</sup> As colônias de povoamento constituíram-se como uma estratégia de ocupação territorial no Brasil. Foram mais concentradas na região Sul, com o trabalho de migrantes, principalmente a partir do final do século XIX.

[...] uma centena de escolas com currículo em português; várias casas comerciais fornecedoras de produtos brasileiros; jornais; revistas e um canal de televisão em língua portuguesa; 7 agências do Banco do Brasil, uma do Banco Itaú e um escritório de representação da Caixa Econômica Federal; além da Embaixada em Tóquio e dos consulados-gerais em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu. (GRADILONE, 2010, p. 7-8).

Outro fluxo emigratório de brasileiros nos anos 1980 se deu em direção aos Estados Unidos, com a intenção de “fazer a América” (ASSIS, 1995). Margolis (1995) confirma que as motivações tinham relação com os péssimos indicadores sociais e econômicos, tais como hiperinflação, desemprego, baixos salários, incessante aumento do custo de vida e uma constante situação de insegurança econômica.

Os discursos na época, inclusive, defendiam que a única maneira de ascensão social e econômica era por meio da migração, exemplos como o de que a única saída para a crise brasileira eram os Aeroportos. Isso foi tão intenso que, em 1990, três dias antes de assumir a presidência, Fernando Collor de Mello, em um discurso, pediu: “Não saiam do Brasil. Fiquem aqui. Me ajudem.” (MARGOLIS, 1995, p. 9). Possivelmente, o caso mais emblemático dessa emigração seja o dos valadarenses, sendo que Governador Valadares (MG) ficou conhecida como “Valadólare”, em decorrência do grande fluxo de cidadãos do município que migraram rumo aos Estados Unidos (ASSIS, 1995).

No percurso histórico da migração brasileira para os Estados Unidos, as dificuldades giravam em torno de questões legais para permanecer no país. Nesse sentido, a partir de medidas restritivas do governo norte-americano, muitos brasileiros recorreram à migração ilegal, por meio de rotas clandestinas nas fronteiras entre Estados Unidos e México.

Além do Japão e Estados Unidos, nos anos 1980, observou-se um grande fluxo de brasileiros migrando para países do continente europeu. O resultado desse processo foi que, nesse continente, os países que mais concentram população de brasileiros foram Portugal, com 166.775 migrantes, Espanha, com 128.638 migrantes, Reino Unido, com 120.000 migrantes, e Alemanha, com 113.716 migrantes (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2014). A migração de brasileiros para Alemanha e Reino Unido talvez tenha ocorrido pelo fato de serem as duas principais economias do continente. Já no caso de Portugal e Espanha, além de outros aspectos, as línguas foram fatores fundamentais.

Portugal foi um dos principais destinos dos brasileiros. Bógus (1995) informa que o perfil dos migrantes nos anos 1990 era de jovens de média qualificação e dispostos a se dedicarem a serviços de baixa remuneração, desvinculados das profissões ocupadas no país de origem. A Espanha, outro país ibérico, também teve um incremento de imigrantes brasileiros em sua população, mais ativamente a partir dos anos 1990. A entrada da Espanha na União Europeia, em 1986, e as medidas de desenvolvimento econômico nos anos 1980 favoreceram a entrada de imigrantes em busca de trabalho. Ripoll e Padilla (2010) explicam que

La entrada de España en la Unión Europea y el desarrollo económico que ha venido experimentando desde mediados de la década de los ochenta, favoreció la llegada de inmigrantes económicos procedentes de terceros países, lo que supuso un punto de inflexión en el panorama migratorio español. Con la incorporación al espacio común europeo, el mercado de trabajo español pasó por una profunda reestructuración que se tradujo en una ampliación del mercado de trabajo secundario e informal, produciéndose un aumento en la demanda de trabajadores extranjeros. (RIPOLL; PADILLA, 2010, p. 65).

Ao se considerar cada país de relevância da emigração brasileira, características específicas surgem, as quais devem ser consideradas, mesmo não sendo um objetivo desta investigação. Nessa perspectiva, tentamos captar nessa seção elementos gerais dos fluxos migratórios no continente europeu, atentando-se à centralidade do trabalho no contexto migratório. Verificamos que, em um curto período, do início do século XX até anos 1980, ocorreu uma mudança nas características migratórias brasileiras: de um cenário de recepção de imigrantes para outro de emigração de brasileiros<sup>10</sup> (descendentes de imigrantes que chegaram ao Brasil no primeiro quarto do século XX).

Em meio a contextos amplos de transformações no padrão produtivo, da necessidade de recrutamento de força de trabalho e de crises econômicas, as migrações surgiram no país como sendo uma válvula de escape. Um ponto comum em todas as etapas migratórias (e que defendemos nesta tese) é a centralidade do trabalho, categoria fundamental para a integração dos migrantes no território.

---

<sup>10</sup> Recomendamos a leitura de Sasaki (1998) e Rossini (2003) a esse respeito.

Os anos 2000 representam, no Brasil, uma transição na característica dos fluxos migratórios internacionais existentes. Anteriormente abordamos os primeiros movimentos migratórios no país, com a inserção do branco migrante em substituição ao negro. Posteriormente, nos anos 1980, a saída de brasileiros com destino aos países centrais do capitalismo caracterizou o esse período. Tem-se nisso uma ressignificação nos fluxos migratórios internacionais no Brasil, como bem aponta Baeninger (2016):

O tema das migrações internacionais ressurgiu, pois, como questão demográfica no Brasil ao final do século XX. Depois de quase um século da entrada em massa dos estrangeiros no Brasil, a virada para o século XXI apontou novamente a importância desse fenômeno social, que se torna cada vez mais visível e de enorme complexidade no país no decorrer desta década. (BAENINGER, 2016, p. 14).

Cidades e regiões brasileiras apontadas como tendo um perfil étnico já delineado assistem à chegada e à incorporação de migrantes em seus territórios. É o caso, por exemplo, dos haitianos em Manaus (SILVA, 2016), em Santa Catarina (MAGALHÃES, 2017) e no Paraná (NUNES, 2017).

Diante disso, nesta seção, pontuamos o contexto migratório em que o Brasil se insere no século XXI, a fim de se ter um cenário mais amplo e claro acerca das dinâmicas atuais. Para tanto, é preciso considerar o processo de reestruturação produtiva e a reestruturação urbana, assim como a relação entre migração e desenvolvimento e a governança das migrações internacionais (BAENINGER, 2016).

Optamos pelo olhar a partir da reestruturação produtiva do capital (HARVEY, 1992) e suas transformações, com as novas relações escalares na economia-mundo e no mundo do trabalho. Consequentemente, a mobilidade populacional ou a “mobilidade da força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977) também é alterada. O processo de reestruturação produtiva leva consequentemente à reestruturação urbana, com novas feições sendo cunhadas, da mesma forma que são criadas relações escalares nos movimentos migratórios.

Nesse ponto, é importante considerar, no contexto da economia-mundo, a aceleração da circulação de capital, de mercadorias, de pessoas e de informações. Em um contexto de globalização, há um encurtamento das distâncias,

a redefinição de localizações e os desdobramentos na economia (como no caso dos blocos econômicos) que tendem a dinamizar a atuação do capital no espaço. Com isso, no século XXI, assistimos a uma significativa circulação de migrantes, resultado da movimentação de capital e de mercadorias. No Brasil, tem-se a entrada tanto de latino-americanos, de haitianos, de venezuelanos e de asiáticos, por exemplo (BAENINGER, 2016).

Como exemplo, citam-se as travessias de migrantes, em diferentes partes do mundo, que ocorreram (e ocorrem) com precários meios de transporte, alguns caracterizados pela ilegalidade. De acordo com relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), intitulado *Desperate Journeys* (2018), em média, seis pessoas morreram por dia ao tentar atravessar o mar mediterrâneo e chegar ao continente Europeu. Do mesmo modo, travessias desesperadas, com meios de transporte precários (ou até mesmo com a ausência de meios de transporte) ocorrem na fronteira entre México e Estados Unidos e na diáspora de venezuelanos em direção à Colômbia e ao Brasil, principalmente.

Nesse contexto, acredita-se que, no Brasil do século XXI, o trabalho continua sendo o principal motivador dos movimentos migratórios, principalmente alicerçados a partir de imigrantes que vêm de países também periféricos, mas em uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho capitalista. Nisso consiste a ideia dos “periféricos na periferia” (VILLEN, 2016), situação na qual cada vez mais o Sul global emerge como destino de imigrantes, em virtude de um enrijecimento dos países centrais do capitalismo no que diz respeito às políticas migratórias, aos investimentos em muros e cercas e ao aparato policial no intuito de restringir a circulação de pessoas.

Em termos absolutos, os maiores números da migração giram, sobretudo, e em torno dos Estados Unidos e Alemanha, os quais apresentaram, em 2019, um número de 51 milhões e 13.1 milhões de residentes não nascidos no país, respectivamente. Ao mesmo tempo, os países com maior número de nacionais vivendo fora de seu país eram a Índia, o México e a China (IOM, 2020).

Os maiores fluxos migratórios acontecem nos países da América do Norte, na Europa e na Ásia. O que se observa no Brasil é uma tendência migratória de atração de imigrantes advindos de países da América Latina. A necessidade urgente de trabalho é uma das características das populações inseridas nesse

contexto, pois “[...] antes se trabalha, depois se busca o resto.” (VILLEN, 2016, p. 51). Como são imigrantes pobres, o trabalho surge como necessidade imediata e não como mais uma opção. Desse modo, a migração ocorre a partir,

[...] exatamente (de) sua *necessidade imediata, extrema e ininterrupta de trabalhar*. Do mesmo modo, é verdade, que por serem de proveniência de países periféricos, em geral, não-brancos, compõem uma base social representativa de um novo enquadramento para as dinâmicas de atuação do racismo no Brasil, o que ajuda também a entender a carga de agressividade muitas vezes manifestada por nacionais contra esses imigrantes. (VILLEN, 2015, p. 253, grifos da autora).

A herança escravista, ainda marcada na estratificação da sociedade brasileira, emerge como um dos enfrentamentos dos novos imigrantes. Assim,

[...] além de enfrentarem todas as condicionantes do trabalho dentro de um regime de acumulação flexível, e os preconceitos de uma sociedade de herança escravista – que, no fundo, ainda associa a imigração com o mesmo referencial racista da modernização dependente no passado – também se deparam com políticas migratórias formalmente fechadas. (VILLEN, 2016, p. 47).

Muitas vezes, ao chegarem ao Brasil, os imigrantes têm como única opção de apoio (no tocante à moradia, à alimentação e à documentação) organizações vinculadas a instituições de cunho religioso, como é o caso da Cáritas, Pastoral do imigrante e igrejas evangélicas diversas. Nesse sentido, uma das maiores iniciativas de acolhimento dos imigrantes no Brasil encontra-se em São Paulo, denominada Missão Paz, que é

[...] uma instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Pertencente aos missionários Scalabrinianos, ela atua em favor do público migrante desde os anos trinta do século XX. Ao longo de sua história, ela recebeu italianos, vietnamitas, coreanos, chilenos, bolivianos, paraguaios, peruanos, congoleses, angolanos, nigerianos, colombianos, haitianos, venezuelanos, entre tantos outros povos do mundo. Atualmente, a instituição atende indivíduos de mais de 70 nacionalidades. (MISSÃO PAZ, [20--]).

Com a ausência ou o distanciamento do poder público no acolhimento das populações migrantes, as igrejas se constituíram como espaço



fundamental. Versando sobre o papel das instituições religiosas na imigração haitiana em Manaus, Silva (2018) argumenta que

[...] igrejas de diferentes denominações têm tido, em geral, um papel fundamental no processo de inserção dos haitianos, seja em Manaus ou em outras cidades do Brasil, sobretudo no momento da chegada para quem não conta com a ajuda de amigos ou parentes para resolver os primeiros desafios de todo migrante: encontrar trabalho e moradia. (SILVA, 2018, p. 470).

Além das instituições que atuam na acolhida dos imigrantes em território brasileiro, as redes de imigrantes são um importante elemento, principalmente na chegada desses sujeitos no Brasil, a partir do contato com imigrantes já estabelecidos no país e com um conhecimento maior da língua, das relações de trabalho e do espaço intramunicipal. Há que se salientar, entretanto, que a inserção dos imigrantes provenientes do Sul global tem ocorrido de maneira precária, em que o acolhimento passa por um número grande de pessoas vivendo em casas pequenas, pelo desemprego dos que acolhem e pela precarização laboral e das condições de vida, já que o trabalho é condição fundamental para se obter uma renda e uma vida digna.

Um outro ponto relevante refere-se à percepção da população (e dos governos) para com a chegada de imigrantes internacionais provenientes do Sul global. De 2010 até 2020, a vinda desses sujeitos, principalmente, tem sido vista como se o processo migratório tivesse ocorrido do nada, como se fosse um acaso. Em decorrência disso, as medidas estabelecidas para com os imigrantes são paliativas, emergenciais e temporárias, com base em perspectiva de provisoriedade do imigrante. Na ótica estatal (do Estado-nação), são medidas provisórias para imigrantes provisórios. Nesse viés, tais pessoas são vistas e tratadas como um

[...] acaso da história da imigração no país, fora dos parâmetros de planejamento seletivo delineados pelo Estado brasileiro. É como se essa imigração viesse “do nada”, pelas fronteiras, trazendo ao Brasil custos ao invés de riqueza. Em decorrência, lhe é oferecido um tratamento legal diferenciado, de caráter prevalentemente emergencial (anistia, vistos humanitários, reconhecimento do pedido de refúgio ou regularização extraordinárias). (VILLEN, 2016, p. 47).

A história das imigrações no país mostra que, em diferentes períodos, houve uma segregação bem delimitada entre os “desejados” e os

“indesejados”. Os imigrantes não brancos - haitianos, bolivianos e venezuelanos -, representativos dessa dinâmica, são tidos como indesejados e como aqueles que trarão custos à nação, sendo uma ameaça aos empregos dos nativos (VILLEN, 2015). Não foi sem motivo que foram instituídas medidas pelo Governo Federal para regularizar, de forma paliativa, a situação dos imigrantes haitianos que começavam a chegar ao Brasil em grande número no início dos anos 2010. Possivelmente, o grande exemplo é a Resolução Normativa nº 97/2012, instituída pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que tratava da concessão de visto a nacionais do Haiti por razões humanitárias.

À época do início dos fluxos migratórios de haitianos em direção ao Brasil, o Equador, o Peru, o Chile e a Argentina não exigiam visto para a entrada de haitianos em seu território, mas, mesmo assim, o Brasil se consolidou como o maior receptor desse desses imigrantes (FERNANDES; FARIA, 2016). Essa dinâmica pode ser explicada pela centralidade do país como a maior economia da América do Sul, além do fato de que os indicadores econômicos estavam em crescimento a ponto de haver carência de força de trabalho nacional para determinados trabalhos (frigoríficos e construção civil), por isso, a ideia do recrutamento de força de trabalho haitiana (MAMED; DE LIMA, 2015).

Em território brasileiro, a situação dos imigrantes foi de um cenário de desemprego (e a busca pelo emprego, necessidade primeira) e de inserção no mercado de trabalho por meio atividades com baixa remuneração e com condições de insalubridade. De acordo com Basso (2018),

[...] esses imigrantes servem! Eles servem à produção de bens e à de serviços, mas é melhor que permaneçam na sombra, o menos visível possível, em uma condição de perene transitoriedade, melhor ainda se à espera de documentos, entre o ser e o não ser. (BASSO, 2018, p. 19).

Um exemplo nesse sentido é o dos imigrantes bolivianos, que tiveram nos anos 1990 o início do processo migratório para o Brasil, tendo como principal destino o município de São Paulo (FREITAS, 2012). O setor têxtil constituiu-se como um grande impulsionador e um atrativo para os imigrantes, mas enfrentou problemas devido à falta de regulamentação trabalhista de fábricas de costura, com condições análogas à escravidão. Nesse sentido,

[...] os bolivianos passaram a ser incorporados como trabalhadores temporários sem nenhuma forma de regulamentação trabalhista, tornando-se vulneráveis, seja pelo fato de parte deles estar indocumentada no país, seja por não ter um contrato de trabalho regulamentado. Esta situação possibilita a ação inescrupulosa de outros bolivianos que se tornam intermediários entre os patrões e os costureiros (as). Assim, nessa situação de subalternidade e, ao mesmo tempo, de convivência dos trabalhadores (as), a única possibilidade de ascensão é reproduzir o mesmo esquema de exploração com outros compatriotas que chegam na cidade, ou através de esquemas de aliciamento iniciados na Bolívia mediante propaganda enganosa. Tal prática se tornou comum entre os bolivianos, cujos abusos têm sido denunciados pela imprensa local como trabalho em condições análogas à escravidão. (SILVA, 2012, p. 21).

Observa-se a precariedade de parte desses imigrantes bolivianos, inclusive indocumentados em São Paulo, que, na maioria das vezes, eram recrutados para trabalhar no setor de costura, que funciona, de maneira geral, a partir de desregulamentação. Esse perfil de imigrante torna-se frágil em virtude do recrutamento de força de trabalho no setor de costura.

A precariedade das relações de trabalho na qual os “periféricos na periferia” se inserem é uma das infelizes marcas da dinâmica das migrações Sul-Sul. Recrutadores, empresas e o próprio Estado podem agir e coagir as populações migrantes a fim de se aproveitarem dessa força de trabalho, como alerta Basso (2018):

[...] pode-se pagá-la menos, fazê-la trabalhar mais e mais intensamente e, conforme for, mandá-la de volta “para casa” ou ameaçá-la disso; é possível - e inútil - fazer dessa força de trabalho imigrante o bode expiatório das mazelas sociais sofridas por uma parte significativa da população autóctone. O que há de melhor? (BASSO, 2018, p. 18).

As flexibilizações nas relações trabalhistas, cada vez mais comuns no Brasil, aparecem como um reflexo do processo de reestruturação produtiva do capital, com o trabalhador estando progressivamente sujeito ao trabalho em moldes flexíveis. Assim, tanto os trabalhadores nacionais quanto os imigrantes inserem-se no bojo de uma mesma lógica. Na prática, essas características são chamadas de “reformas”. Para Marinucci (2017),

[...] mudanças nas leis trabalhistas estão sendo implementadas com o objetivo, real ou fictício, de aumentar a competitividade em um contexto de crise econômica. Essas reformas, em geral, visam

flexibilizar os contratos de trabalho e, ao mesmo tempo, alterar os processos de negociação coletiva. Na realidade, para além dos discursos oficiais, o que ocorre é uma redução dos direitos dos trabalhadores. (MARINUCCI, 2017, p. 7).

Nesse contexto, a vulnerabilidade dos imigrantes é acentuada quando há a intersecção com a cor e com questões de gênero e religião. Os imigrantes se encontram diante de questões históricas, econômicas e culturais no país de destino (no caso, o Brasil).

Ressaltadas as características gerais da dinâmica dos periféricos na periferia, é importante demonstrarmos alguns dados estatísticos ou elementos que comprovem a importância dessa questão no Brasil. A Tabela 1 destaca o número de registros de imigrantes de longo termo<sup>11</sup>, conforme as nacionalidades, no período de 2010 a 2017.

**Tabela 1** - Número de registros para migrantes de longo termo, segundo principais países de nascimento, Brasil, 2010-2017

<b>Países de nascimento</b>	<b>Total</b>
<b>República do Haiti</b>	95.497
<b>Bolívia</b>	44.041
<b>Colômbia</b>	28.991
<b>Argentina</b>	22.055
<b>Cuba</b>	21.825
<b>República Popular da China</b>	20.804
<b>Paraguai</b>	16.693
<b>Portugal</b>	16.389
<b>Peru</b>	16.225
<b>Venezuela</b>	14.166
<b>Itália</b>	13.130
<b>Espanha</b>	9.669
<b>Uruguai</b>	9.651
<b>Outros Países</b>	120.036

Fonte: Adaptada de SISMIGRA (2020).

Notamos que o maior número de registros é de países periféricos do capitalismo, com as características supracitadas (Haiti, Bolívia, Colômbia, Argentina, Cuba, Paraguai, Peru, Venezuela e outros). Observamos também a questão transfronteiriça, no caso de Bolívia, Colômbia, Argentina, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai.

<sup>11</sup> Os imigrantes de longo termo são aqueles que residem no Brasil há mais de um ano.

Um segundo elemento diz respeito ao número de carteiras de trabalho emitidas entre 2010 e 2017 (Tabela 2). Com exceção de Portugal, todos os países (considerando as suas especificidades) fazem parte da mesma dinâmica já mencionada, de migrantes originários de países também periféricos. Haiti e Bolívia, contudo, sobressaem-se em relação aos demais países.

**Tabela 2** - Número de Carteiras de Trabalho emitidas, por ano, segundo os principais países, Brasil, 2010-2017

<b>País</b>	<b>Total</b>
<b>República do Haiti</b>	76.183
<b>Bolívia</b>	16.142
<b>Argentina</b>	13.665
<b>Paraguai</b>	13.063
<b>Venezuela</b>	12.260
<b>Peru</b>	9.067
<b>Portugal</b>	8.972
<b>Uruguai</b>	8.105
<b>Senegal</b>	7.548
<b>Colômbia</b>	7.499
<b>Outros</b>	64.307

Fonte: Adaptada de Brasil (2017a).

Sabe-se que a busca por trabalho (e por melhores condições de vida a partir dele) caracteriza os fluxos migratórios do Haiti e da Bolívia em direção ao Brasil. No caso do primeiro país, houve um *boom* migratório pós-terremoto de 2010, situação na qual os que migraram ocuparam postos de trabalho em frigoríficos e na construção civil, muitas vezes na Região Sul do Brasil. Com relação ao segundo país, houve uma concentração de migrantes no município de São Paulo, com uma predominância de ocupação no setor de costura<sup>12</sup>.

Ao mesmo tempo em que há uma primazia, com relação ao número de carteiras de trabalho emitidas no Brasil, por parte das nações supracitadas na Tabela 2, verificamos, com auxílio da Tabela 3, que são imigrantes de outras nacionalidades os que têm as maiores médias salariais.

<sup>12</sup> De acordo com dados do SISMIGRA (2020), no período entre 2000 e 2020, a nacionalidade com mais registros foram os bolivianos, com 99.933. As ocupações com mais registros foram as de “Decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro ou assemelhado”, características do trabalho dos bolivianos em São Paulo.

**Tabela 3** - Nacionalidades com as maiores medianas salariais no Brasil (2017)

<b>País</b>	<b>Mediana Salarial (em R\$)</b>	<b>Mediana Salarial (em \$)<sup>13</sup></b>
<b>Noruega</b>	25.534	8.029
<b>Japão</b>	11.607	3.650
<b>Costa Rica</b>	9.000	2.830
<b>Panamá</b>	8.263	2.598
<b>França</b>	7.930	2.493
<b>Canadá</b>	7.470	2.349
<b>Alemanha</b>	6.136	1.929
<b>Estados Unidos</b>	5.668	1.782
<b>Holanda</b>	5.046	1.586
<b>Inglaterra</b>	5.007	1.574

Fonte: Adaptado de Brasil (2017a).

Assim, controversamente, as nacionalidades dos imigrantes que mais requerem a carteira de trabalho não são as mesmas daqueles com maiores salários (em relação à mediana), sendo possível que a questão tenha a ver com a migração internacional qualificada ou de “trabalhadores do conhecimento” (DOMENICONI; BAENINGER, 2018).

Tais argumentos, balizados por alguns dados estatísticos, auxiliam na compreensão da dinâmica dos periféricos na periferia. As dificuldades e as barreiras encontradas pelos migrantes em acessar os países centrais do capitalismo fizeram com que se estabelecessem fluxos periféricos de migrantes. O Brasil, como maior economia da América do Sul, entrou na rota de haitianos, de venezuelanos, de bolivianos, dentre outros, como uma alternativa ao destino preterido e como sendo um novo espaço de possibilidades relacionadas ao trabalho, à educação e à reprodução cultural.

Entretanto, os percalços vivenciados por esses sujeitos são muitos, como a situação que ocorreu em 2018, em Pacaraima (RR), na fronteira com a Venezuela, quando brasileiros se organizaram ateando fogo e destruindo abrigos (barracas) de venezuelanos, após um caso de violência que supostamente ocorreu por parte dos imigrantes. Esse fato exemplifica a violência contra um grupo migratório que já é marginalizado e violentado no cotidiano, em sua travessia e nas relações sociais para com outras nacionalidades. O mesmo ocorre, de maneira diferente, com outras nacionalidades de imigrantes de países periféricos no Brasil.

<sup>13</sup> A mediana do valor do dólar no ano de 2017 foi de R\$ 3,18 (IPEA, 2022).

Acreditamos que a coordenação de políticas públicas, juntamente com um contexto amplo de inserção social dos imigrantes, pode fazer com que esse processo ocorra de maneira mais justa e solidária, de modo a conferir qualidade à inserção desses indivíduos nos diferentes territórios.

Neste capítulo, descrevemos as abordagens teóricas sobre as migrações, consideramos as etapas migratórias vividas pelo Brasil, desde o recrutamento da força de trabalho no início do século XX até os movimentos migratórios mais recentes, com a vinda de migrantes advindos países periféricos.

No próximo capítulo, concentramo-nos na migração de haitianos para o Brasil, discutindo a tradição de emigração da população haitiana, as motivações da migração para o Brasil (para além da explicação causal que o terremoto seria o único desencadeador desse processo) e as trajetórias desses sujeitos em território brasileiro, muitas das vezes em direção ao Centro-Sul do país, para o trabalho em frigoríficos.

## **4 A MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL E PARANÁ: UMA DINÂMICA EM CONSTRUÇÃO**

A chegada dos primeiros imigrantes haitianos no Brasil completou, em 2020, uma década. A prerrogativa (e o discurso do senso comum) de boa parte da população, quando se indagava os porquês da presença dos haitianos no Brasil, girava em torno principalmente do terremoto que, em janeiro de 2010, atingiu a capital Porto Príncipe e seus arredores com 7.0 graus de magnitude. O que não se observou (e se observa) é que boa parte do país não foi atingida pelo terremoto, desestabilizando esse argumento comum e corrente. Neste capítulo, analisamos os diferentes aspectos do país caribenho que nos permitem enxergar com mais amplitude e lucidez o fenômeno migratório haitiano. Assim sendo, consideramos as características físicas do Haiti e os diversos fenômenos naturais que atingiram o país, a colonização francesa e a posterior influência dos Estados Unidos na política nacional, o histórico de migrações e a tradição emigrantista do Haiti e, por fim, a imigração haitiana no Brasil e no Paraná.

### **4.1 HAITI: HISTÓRICO E TRADIÇÃO DE MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO**

Em 2019, a população total do Haiti era de 11.263.079 habitantes, com uma densidade demográfica de 408,67 hab./km<sup>2</sup> (WORLD POPULATION PROSPECTS, 2019). O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,503 (HUMAN DEVELOPMENT REPORTS, 2019), o que o classificava como um país de baixo desenvolvimento humano, o menor índice da América Latina (Figura 1).



**Figura 1 - Localização do Haiti**

**Fonte:** Nunes (2017, p. 65).

A história da ilha caribenha se entrelaça com o desenvolvimento do capitalismo. Magalhães e Baeninger (2016) comentam que “[...] a história haitiana dos últimos séculos é a história do desenvolvimento de seu subdesenvolvimento.” (MAGALHÃES; BAENIGER, 2016, p. 229). O principal aspecto foi a subordinação às principais potências de cada tempo (e ao capital), haja vista que o país teve, desde os primórdios de sua colonização, a função de prover às grandes potências, sendo subalterno aos interesses da Espanha, da França e dos Estados Unidos. O resultado disso foi que se tornou o país mais pobre das Américas.

O início da sua ocupação pelos colonizadores ocorreu em 1492. No período colonial, a ilha era chamada de *Hispaniola* ou São Domingos. Com o passar do tempo, foi dividida em duas, ficando a parte Oeste sob a tutela da França e a parte Leste sob o controle da Espanha. Essa divisão entre francófonos e hispanófonos caracterizou os futuros países que seriam formados: Haiti e República Dominicana.

A ilha (o Haiti) era a mais produtiva das colônias francesas, chegando a receber a denominação de “pérola das Antilhas” (COTINGUIBA, 2014,

p. 72). Foi em função da sua rentabilidade na produção de cana-de-açúcar e de café que, “[...] durante as guerras de disputa das terras na América, a França preferiu ceder o Canadá à Inglaterra, a fim de conservar as ilhas do Caribe, então as maiores produtoras de açúcar do mundo.” (FIGUEIREDO, 2006, p. 374).

A partir de 1791, eclodiram no país várias revoltas com o intuito de forçar o domínio colonial francês a ceder à independência, o que ocorreu em 1804, com a vitória sobre tropas de Napoleão Bonaparte. Essa conquista colocou o Haiti como sendo o primeiro país livre das Américas e a primeira república negra. O país tornou-se, desse modo, o principal símbolo de possíveis revoluções e de liberdade, gerando o medo (por parte das elites brancas) de que revoltas similares pudessem ser recorrentes no continente americano, inclusive no Brasil. A respeito disso, Figueiredo (2006) comenta que

O país independente, praticamente destruído, não foi reconhecido nem pela antiga metrópole, nem pelos Estados Unidos, potência em ascensão. Na América escravista, todos os brancos tinham muito medo do exemplo haitiano. O pânico foi particularmente forte em países com maioria negra como o Brasil. (FIGUEIREDO, 2006, p. 374).

Duas grandes questões foram vividas pelo Haiti no período pós-independência. A primeira refere-se ao seu não reconhecimento, por parte dos Estados Unidos e da França, como independente (FIGUEIREDO, 2006). A segunda diz respeito ao embargo comercial sofrido pelo país, similar ao ocorrido com Cuba no século seguinte. Galeano (2010) assevera que “[...] a nação recém nascida foi condenada à solidão. Ninguém lhe comprava, ninguém lhe vendia, ninguém a reconhecia.” (GALEANO, 2010, s.p.). Esses percalços, considerados condições históricas e sociais exteriores, se impuseram ao possível projeto de nação haitiana defendida pelos revolucionários, que não seguiu de acordo com a vontade daqueles que lutaram pela liberdade (COTINGUIBA, 2014).

O período de 1915 a 1934 foi marcante para o Haiti, a partir da invasão dos Estados Unidos e do controle, por exemplo, do banco do país e de uma mudança radical no modo de produção agrícola do país, antes baseado na pequena propriedade de subsistência, mas, após a intervenção estadunidense, com um viés exportador, caracterizando o chamado “ecocídio” (LOUIDOR, 2013). Para Louidor (2013),

Sob o pretexto de estabilizar o Haiti, os Estados Unidos ocuparam o país caribenho para estender seu imperialismo e o capital estadunidense através da implantação de suas corporações, que se dedicaram principalmente às indústrias açucareira e bananeira. A ocupação americana foi acompanhada por grandes expropriações de terras dos camponeses e pela apropriação dos recursos financeiros do Banco Nacional da República do Haiti (BNRH). (LOUIDOR, 2013, p. 19).

O Haiti novamente foi colocado sob o signo da exploração e da subalternidade, características dos processos imperialistas de avanço do capitalismo em relação à gerência de determinados países. Com o fim da ocupação norte-americana em 1934, o Haiti ainda continuou, nos anos seguintes, sendo influenciado (em termos de comando) pelos Estados Unidos. Em 1957, iniciou-se mais um período ditatorial no país, com ascensão de François Duvalier (conhecido como *Papa Doc*) ao poder, com o apoio dos Estados Unidos. Um fato marcante foi a repressão a toda forma de manifestação, por meio da milícia pessoal chamada *Tontons Macoute* (*bichos-papões*), que foi responsável pelo assassinato de intelectuais e pela pressão a movimentos sociais e rebeliões (LOUIDOR, 2013).

O período de *Papa Doc* no poder foi caracterizado pela forte perseguição, pelo aumento da pobreza e pela corrupção generalizada até a sua morte, em 1971. Seu filho, Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*, assumiu o comando do país, caracterizando-se pela

[...] “liberalização econômica”, através da instalação das indústrias de manufatura, principalmente têxteis e de vestuário, para exportação. Esse modelo de manufaturas se apresentou, daí por diante, como o modelo de desenvolvimento para o Haiti, em detrimento da produção nacional [...]. (LOUIDOR, 2013, p. 21).

Além da liberalização econômica, que não favorecer o país, a presidência de *Baby Doc* foi caracterizada pela continuidade de políticas repressoras e por um agravamento social dos problemas já existentes. Desse modo, ele deu

[...] continuidade ao terror instaurado pelo seu pai, também foi apoiado pelo exército Tontons Macoutes, que em português significa bichos-papões, agravando a crise e aumentando os índices de analfabetismo, fome e, ainda, de migrações do povo haitiano. Fugiu para a França, em 1986, onde permaneceu em exílio até janeiro de 2011. (SAMORA, 2015, p. 15-16).

Nessa época, a comunidade internacional passou a divulgar os inúmeros episódios de desrespeito aos direitos humanos no país, além de serem realizados grandes protestos populares (VALLER FILHO, 2007), os quais, em 1986, colocam em xeque a ditadura de Duvalier, que fugiu para a França. O movimento democrático inicia-se no país e, em 1990, já sob o regime democrático, Jean-Bertrand Aristide foi o primeiro eleito sob a égide da democracia. Todavia, com a fragilidade da incipiente democracia haitiana, a partir de um golpe militar, Aristide foi deposto ainda em 1991, retornando somente em 1994, após sanções da Organização das Nações Unidas (ONU).

As sucessões presidenciais foram uma constante na história recente do Haiti, sendo que, na maioria das vezes, o presidente eleito não cumpria seu mandato até o fim, sendo substituído por interinos. Um fato curioso é que, desde a ditadura de Duvalier, em 1957, o país vivenciou 24 trocas na cadeira presidencial.

De maneira geral, observa-se que o Haiti foi colocado, desde os primórdios de sua colonização, em uma posição subalterna no capitalismo, sujeito às dinâmicas do capital em cada tempo. Os sopros de esperança e de liberdade na revolução de 1804 foram, a cada episódio, abreviados pelas forças motrizes do capital, sendo que o país

[...] continua atado a uma rede de dependência múltipla, a um conjunto de relações de dominação que têm como força motriz o capitalismo em escala mundial. As possibilidades de desenvolvimento no Haiti e sua vida nacional são amplamente condicionadas pela natureza das relações que estabelece no chamado sistema internacional, mas também pela evolução desse sistema, ou seja, das correlações de força que ali se instalaram, se arraigam e se transformam. (GRONDIN, 1985, p. 86-87).

Sendo condicionado aos mandos da ordem internacional, nos últimos séculos, no Haiti, desenvolveu-se o subdesenvolvimento (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 229). Um evento importante da história recente do Haiti, e que pode explicar a migração haitiana para o Brasil, foi a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), criada em 30 de abril 2004 por meio da

Resolução nº 1.542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, substituindo a ação anterior, chamada de Força Multinacional Provisória (FMP)<sup>14</sup>. Essa Resolução

Decide establecer la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH), fuerza de estabilización solicitada en la resolución 1529 (2004), por un período inicial de seis meses, con la intención de prorrogarla por nuevos períodos y pide que la autoridad de la FMP sea traspasada a la MINUSTAH el 1° de junio de 2004 (ONU, 2004, s.p.).

Dentre os objetivos, podem-se destacar “[...] a manutenção da segurança; a assistência ao processo político constitucional; a supervisão da aplicação dos dispositivos de Direitos Humanos [...]” (SILVA; PAULA, 2017, p. 1).

O contexto envolvendo a Missão tinha relação com a instabilidade política no Haiti em 2004, cujo estopim foi a deposição de Jean-Bertrand Aristide, em 29 de fevereiro de 2004, por intermédio do uso da violência por parte dos manifestantes e de opositores de seu governo. A comunidade internacional, por meio da liderança da ONU, mobilizou-se e promoveu uma intervenção no Haiti.

À época, o Brasil buscava assumir o papel de articulador de iniciativas multilaterais. Como exemplo, tem-se a adesão ao Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e ao Grupo dos 20 (G20) (FONTOURA; UZIEL, 2017). Visando a uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, O Brasil atuou como país líder da missão, por meio das forças armadas. A MINUSTAH foi encerrada definitivamente em 2017, após 13 anos de atuação, como previsto na Resolução nº 2.350 do Conselho de Segurança da ONU, sendo sucedida pela Missão das Nações Unidas para o Suporte à Justiça no Haiti (MINUSJUSTH).

A MINUSTAH nos permite visualizar, a partir de uma outra ótica, o Haiti como sendo palco de intervenções, sujeito aos mandos das nações mais desenvolvidas, sobretudo dos Estados Unidos, a partir de 1915, como já ressaltado. A história do país foi se estruturando sob uma perspectiva intervencionista-imperialista, sendo que esteve ora nas mãos das elites entreguistas<sup>15</sup>, ora sob o mando de forças militares intervencionistas, que é o caso da MINUSTAH (VASCONCELOS, 2009). Pode-se considerar então o que ocorreu em 2004 como

---

<sup>14</sup> A FMP ocorreu logo após a deposição de Jean-Bertrand Aristide, como medida emergencial. Sendo eleito em 2010 com apenas 10% dos votos, o governo de Aristide gerou desconfiança e propiciou um cenário conflituoso no país.

<sup>15</sup> Referimo-nos à cedência (mando, controle) de recursos naturais, bem como de setores industriais, principalmente pelos grupos mais abastados do país ao capital internacional.

mais um dos capítulos de intervenção e não autonomia da nação caribenha, condicionada novamente aos mandos e desmandos da ordem internacional.

É nessa miríade de contradições, de intervenções e de espoliações que o Haiti foi se desenvolvendo. À sombra das potências imperialistas de cada tempo, a migração emerge não como alternativa, mas como necessidade (podendo até mesmo confundir-se nos dias de hoje como algo cultural). Nessa base foram fundadas as condições que demarcam a diáspora haitiana como necessidade mediante a drenagem das condições básicas de sobrevivência da população em seu próprio país, condicionando a tradição de emigração haitiana, tema da próxima seção.

Emigrantista. Assim caracteriza-se o Haiti, que historicamente se apresenta como um país de tradição migrante (BAPTISTE; VIEIRA, 2016). As barbáries sociais ocorridas ao longo do tempo, associadas às características físicas do país (propenso a terremotos e furacões, por exemplo), fizeram com que o Haiti se configurasse como um país de emigração. Vários foram os destinos majoritários: Cuba, República Dominicana, Estados Unidos e mais recentemente, a partir dos anos 2010, o Brasil. A melhora da qualidade de vida, tanto dos que ficaram no país quanto dos que saem, e a busca por trabalho são os motivos principais.

Em vista disso, é importante realizar uma breve investigação dos fluxos migratórios existentes no Haiti, desde o início do século XX até os dias atuais, buscando-se apurar as motivações que levaram à mudança. Isso possibilita que compreendamos com mais profundidade a migração haitiana no Brasil e as suas implicações.

O primeiro grande fluxo migratório haitiano ocorreu em direção ao país vizinho, a República Dominicana, no início do século XX. De acordo com Castor (1978), o movimento foi motivado pela busca de trabalho, com base em estadias curtas, com a posterior fixação de haitianos no território dominicano de função do desenvolvimento da indústria açucareira. Dentre as características gerais, sabe-se que:

Contribuíram para a constituição deste movimento migratório o crescimento demográfico rural haitiano, que transbordava os limites do sistema agrário e comprometia ainda mais a subsistência das famílias, e a necessidade de mão de obra para a indústria açucareira na República Dominicana, em processo de expansão. (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 234).

De acordo com Magalhães e Baeninger (2016), na década de 1930, os imigrantes haitianos em território dominicano sofreram com políticas migratórias seletivas, que agiam no sentido de precarizar as relações de trabalho e não permitiam o reconhecimento de seus direitos, subalternizando-os. Como resultado, as tensões sociais eclodiram nas regiões de fronteira.

Alheia às questões xenofóbicas, a indústria açucareira dominicana empregou massivamente a mão de obra haitiana no processo de produção, sendo que “[...] no ano de 1935, o equivalente a 83% da força de trabalho empregada na indústria dominicana açucareira era de imigrantes haitianos.” (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 235).

O segundo grande ciclo emigratório do Haiti aconteceu a partir de 1910, em direção à Cuba. Com o redirecionamento da produção da indústria açucareira da República Dominicana para a ilha vizinha, houve também uma mudança nos fluxos populacionais oriundos do Haiti. Como pano de fundo, os Estados Unidos forçaram o desenvolvimento da indústria açucareira em Cuba. Isso ocorreu,

[...] não por respeito aos direitos humanos dos imigrantes haitianos, mas por atenção aos negócios que os Estados Unidos forçaram econômica, política e militarmente a orientação deste fluxo para o trabalho na produção açucareira em Cuba. Deste modo [...] como um processo social, formava-se um segundo grande ciclo emigratório desde o Haiti. (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 235).

A grande crise dos anos 1930 provocou uma derrubada nos preços do açúcar em âmbito internacional. Com isso, a demanda do produto sofreu uma grande queda, afetando todo um contingente populacional (principalmente de haitianos) que trabalhava no segmento, o que desacelerou o fluxo de emigrantes haitianos em direção à Cuba.

Nas décadas seguintes (anos 1940 e 1950), houve uma reorganização dos fluxos de migrantes haitianos, que passaram a se voltar novamente para a República Dominicana. As razões dessa organização residem na facilidade da transposição fronteiriça e no agravamento das condições sociais e econômicas entre os dois países, estando o país vizinho do Haiti, à época, em uma posição superior de desenvolvimento (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016).

O curso dessa dinâmica migratória tem particularidades até os dias de hoje. O Haiti é de longe o país com mais migrantes residentes na República Dominicana. De acordo com os dados mais recentes da Oficina Nacional de Estadística (ONE), em 2012, residiam no país 458.233 haitianos, sendo um total de 65,4% de homens e 34,6% de mulheres, o que pode indicar um perfil laboral dos migrantes.

Já o terceiro fluxo migratório da população haitiana foi direcionado aos Estados Unidos, nos anos 1960, como resultado das relações históricas entre Haiti e Estados Unidos, desde pelo menos 1915 (com a ocupação do Haiti pelos norte-americanos). Além disso, soma-se a influência estadunidense na região (América Latina e Caribe) e a sua emergência como potência econômica mundial pós-1945.

Uma vez dependente da França, no período colonial, a subordinação haitiana construiu raízes mais fortes com os Estados Unidos, pois “[...] a presença norte-americana não seria apenas econômica, mas também militar.” (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 237). Nos anos 1970, a emigração haitiana em direção aos Estados Unidos era caracterizada pelos “*boat people*”, imigrantes que buscavam chegar ilegalmente ao país mais ao Norte, de barco, em condições precárias. Assim,

Esse fluxo migratório para os Estados Unidos teve expressividade a partir da década de 1970, quando se lançaram ao mar os *boat people*. Essa expressão remete a um conjunto de significados, podendo referir-se ao processo da viagem, às pessoas, à embarcação e ao seu drama. (COTINGUIBA, 2014, p. 84).

As estimativas relacionadas ao número de imigrantes haitianos nos Estados Unidos passaram de 604.000, em 2015, para 737.000, em 2019, sendo que o número total de emigrantes haitianos em 2019 foi aproximadamente calculado em 1.586.000 (MIGRATION POLICY INSTITUTE, 2020). Em termos comparativos, o montante de emigrantes brasileiros em 2019 era algo em torno de 1.700.000 (MIGRATION DATA PORTAL, 2020), e a projeção da população total brasileira era de 212.464.000 habitantes (IBGE, 2020). Ou seja, proporcionalmente, o Haiti tem uma grande população emigrante, mesmo quando comparado a países com muitos habitantes, como é o caso do Brasil. Constatamos, desse modo, que o fluxo emigratório continua ocorrendo com considerável relevância, sendo os Estados Unidos o destino de quase metade dos fluxos de emigrantes haitianos.



Na Tabela 4, reunimos números da emigração da população haitiana. Entre 1990 e 2019, os valores de emigrantes da ilha caribenha quase triplicaram (havendo vários destinos, como se indicamos na Tabela 5).

**Tabela 4** - Emigrantes provenientes do Haiti (1990-2019)

Ano	Total de Emigrantes
1990	528.900
1995	665.000
2000	805.400
2005	972.700
2010	1.100.000
2015	1.500.000
2019	1.600.000

Fonte: Migration Data Portal (2020).

De fato, a emigração surge como saída (em busca de trabalho e melhores condições de vida) possível para os haitianos, que contam com uma população emigrante de aproximadamente 10% do total de habitantes, mas “[...] outras fontes indicam que a diáspora haitiana já tenha ultrapassado a casa de 3.0 milhões de pessoas [...]” (FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2014). Nesse sentido, a Tabela 5 evidencia os destinos emigratórios da população haitiana.

**Tabela 5** - Estimativa da população haitiana no exterior, países selecionados (2019)

País	Estimativa (2020)
Estados Unidos	705.000
República Dominicana	496.000
Chile	237.000
Canadá	101.000
França	85.000
Brasil	33.000
Bahamas	30.000
Guiana Francesa	22.000

Fonte: MPI (2020).

Observamos uma preferência majoritária para os Estados Unidos, principal destino migratório do mundo contemporâneo e que têm forte influência política e econômica na região (América Latina e Caribe). A República Dominicana aparece em segundo lugar em decorrência da proximidade territorial e dos laços históricos, que passam pela questão migratória, envolvendo os vizinhos da grande ilha caribenha. Chile e Brasil são destinos na América do Sul nos quais o trabalho

surge como motivo prevalecente para a migração. O Canadá e a França, países centrais do capitalismo, surgem como destinos por apresentarem, dentre outros fatores, a língua como fator comum, o que facilita a inserção do migrante na sociedade receptora.

Com uma grande população no exterior, buscando fontes de renda e meios de sobrevivência, as remessas de capital enviadas ao Haiti surgem como importante meio econômico para a população que não migra. Nesse viés,

[...] embora a migração provoque a fuga de cérebros, ela também favorece o aumento das transferências de recursos que são um aporte importante para mitigar as necessidades mais urgentes da população que permanece na ilha. As remessas ajudam tanto o país caribenho que os haitianos residentes no exterior tornaram-se o décimo primeiro departamento administrativo do país. (BAPTISTE; VIEIRA, 2016, p. 590).

Em 2019, as remessas do exterior para o Haiti somaram mais de três bilhões de dólares (US\$ 3.274,235, 420), enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de mais de 14 bilhões de dólares - US\$ 14.332,163,266 - (BANCO MUNDIAL, 2020). Esses envios monetários equivalem a aproximadamente  $\frac{1}{4}$  ou 25% do PIB, o que ilustra a importância dessa prática em um país cuja inserção laboral em outras nações surge como necessidade e como um dos pilares econômicos.

Dadas as argumentações realizadas, é possível estabelecermos uma linha histórica referente à emigração do Haiti, apresentada no Quadro 3.

**Quadro 3** - Etapas da migração haitiana

<b>Destino</b>	<b>Quando</b>	<b>Motivos</b>
<b>República Dominicana</b>	Início do século XX	Crescimento demográfico rural; necessidade de mão de obra da indústria açucareira dominicana.
<b>Cuba</b>	Década de 1910	Trabalho na produção açucareira em Cuba; influência norte-americana no direcionamento do fluxo migratório.
<b>Estados Unidos</b>	Década de 1970	Centralidade e influência dos Estados Unidos no contexto econômico; controle Norte-americano das instituições haitianas.
<b>Brasil</b>	A partir de 2010	A MINUSTAH; momento econômico brasileiro e oportunidades no mercado de trabalho; endurecimento da política migratória dos países desenvolvidos; Acesso via fronteira norte do Brasil.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Baptiste e Vieira (2016) e Magalhães e Baeninger (2016).

O Brasil constitui-se no mais recente dos grandes destinos migratórios da nação caribenha e que é objeto de interesse nesta pesquisa. Assim, na próxima seção, abordamos a migração haitiana em direção ao Brasil, apurando-se o contexto, as motivações, as características e as implicações desse fluxo que, *a priori*, era tido como um “acaso” e que tem cada vez mais contornos de permanência por parte da população que migra.

#### 4.2 O CIRCUITO DA MOBILIDADE HAITIANA PARA O BRASIL: TRAJETÓRIA, PROCESSOS, ATORES E A POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA

A partir do escopo desta tese, acreditamos ser pertinente considerar uma série de pontos que contribuem para o entendimento da formação de um circuito de mobilidade haitiana, o qual passa por países como Estados Unidos, França e Canadá, com uma migração haitiana que ocorre há décadas, mas também tem incluído recentemente países como o Brasil e o Chile. As engrenagens responsáveis pela manutenção desse circuito advêm do papel do Haiti na economia mundo, como um país de emigração submisso a imperativos da França e Estados Unidos em grande parte de sua história (HANDERSON, 2015).

A reprodução do fenômeno migratório haitiano se dá em âmbito transnacional. Seus fatores explicativos ultrapassam as fronteiras do estado-nação, o que confere enorme desafio à análise proposta. Por isso, não é objetivo dar respostas absolutas para o fenômeno em questão, mas sim estabelecer relações coerentes e capazes de servir como base de análise da migração haitiana no Brasil.

Inicialmente, com o intuito de abordar os pontos explicativos da migração haitiana no Brasil, temos que considerar a dimensão transnacional do fenômeno, que não se explica apenas quando se atenta para as fronteiras do Brasil, do Haiti ou do próprio Paraná. Nos debates acerca das migrações, duas perspectivas têm destaque. A primeira é a do “nacionalismo metodológico” (WIMER; GLICK-SCHILLER, 2003), que compreende as migrações, mesmo que internacionais, a partir do ponto de vista do Estado-Nação, tendo os migrantes o papel de estrangeiros.

No entanto, despontam como relevantes aquelas posturas “transnacionalistas”, que consideram os migrantes como “transmigrantes”, pois

estabelecem suas relações para além dos limites do Estado-Nação. Por isso, conceitos tais como o de fronteira, de família, de redes sociais e de trabalho podem (e devem) ser trabalhados e rediscutidos. Essa perspectiva considera as transformações estruturais do capital, mais notadamente a reestruturação produtiva (HARVEY, 1992).

É possível assumir a migração haitiana como um fenômeno transnacional, de modo que os atores desse processo podem ser entendidos como “transmigrantes”, estabelecendo relações entre duas ou mais nações, visto que o movimento do capital (a partir da especialização de regiões produtoras) dita também o ritmo das migrações internacionais, especialmente daqueles que têm no trabalho seu mote principal.

O primeiro ponto relevante para o entendimento dos sentidos da migração haitiana no Brasil é considerar a importância da “diáspora” como categoria analítica. Sabe-se que o uso do termo para se referir, por exemplo, à diáspora judaica pelo mundo. Ocorre que, no caso do Haiti, há uma série de condicionantes históricos que levaram à “[...] existência de uma ordem política e econômica dentro da qual Haiti se insere enquanto país de emigração e de mobilidade.” (HANDERSON, 2015, p. 347).

Compreendemos a diáspora como um processo de mobilidade de pessoas, que envolve os “transmigrantes”. O fato é que destoamos da visão da migração haitiana (para o Brasil) como sendo causada única e exclusivamente pelo terremoto<sup>16</sup> (embora o consideremos um importante elemento) o que teria conduzido à emergência migratória, mas a consideramos como um projeto individual com um objetivo, um “sonho” presente do imaginário coletivo da nação caribenha.

A migração haitiana no Brasil é, antes de tudo, uma diáspora, um processo que ocorre há décadas em direção ao Canadá, aos Estados Unidos e à França; o Brasil surge como destino somente a partir de 2010.

O primeiro relato do uso do termo diáspora com associação aos haitianos se deu em 1980, nos Estados Unidos, a partir de movimentos de haitianos residentes e dos que protestavam contra a ditadura duvalierista (HANDERSON, 2015). Já nos anos 1990, o termo já tinha se popularizado entre haitianos residentes

---

<sup>16</sup> Na dissertação de mestrado intitulada “Migração e trabalho: O caso dos haitianos em Cascavel/PR” discutimos os sentidos e os desdobramentos do terremoto de janeiro de 2010 (NUNES, 2018).

dentro e fora do país, sendo até mesmo incluído no vocabulário creole (escrito com “y”, ou seja, “dyaspora”), a língua oficial do país (HANDERSON, 2015).

De acordo com Handerson (2015), o vocábulo diáspora é utilizado para se referir a haitianos que residem em outros países, mas que retornam temporariamente e posteriormente voltam ao exterior. Para ser uma considerada diáspora, é preciso residir há algum tempo (indefinido) em outro país, permanecendo assim até o retorno provisório (para férias, casamentos etc.) ou definitivo.

Tamanho é a dimensão da diáspora haitiana que foi criado, no país, o Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior, o que reforça a importância das remessas do estrangeiro para a economia nacional. A diáspora haitiana se estabelece como um projeto que é, antes de tudo familiar, a partir da ida de pelo menos um membro da família para outros. Assim,

O termo diaspora serve como adjetivo para qualificar pessoas, além de designar a comunidade haitiana transnacional, o sujeito coletivo. É comum os haitianos no Haiti usarem a palavra diaspora para chamar outro compatriota que parte, reside aletranje<sup>17</sup>, envia remessas etc: “Diaspora ki jan ou ye?” (Diaspora como você vai?), “Sa k’ap fèt diaspora?” (O que tem feito, diaspora? Como está indo, diaspora?), “Mwen se diaspora” (Sou diaspora). Estas expressões caracterizam o termo diaspora como categoria de autodesignação e de alteridade, permitindo diferenciar os que vivem aletranje em relação àqueles que ficam no Haiti. (HANDERSON, 2015, p. 346).

Como projeto, envolve tanto o partir quanto o retornar. A dimensão mais explícita da diáspora é a econômica, a partir do acúmulo de dinheiro por meio do trabalho em outro país e da construção posterior de algum tipo de estrutura financeira no Haiti, quando do retorno. Na visão de Handerson (2015), o retorno deve mostrar o sucesso pessoal (que é também coletivo) da diáspora, a partir da realização de festas, da construção de casas, de empresas etc. Para o autor,

O fato de ser diaspora implica, principalmente do ponto de vista dos que ficam e das expectativas dos que saem, possuir dinheiro, ser uma pessoa bem sucedida economicamente. Pelo seu status social e econômico, na maioria das vezes, a pessoa diaspora recebe um tratamento mais diferenciado nos estabelecimentos públicos e nas casas particulares do que os residentes no Haiti, mesmo estes sendo empregados, tendo sucesso profissional e uma vida econômica melhor do que a pessoa diáspora. (HANDERSON, 2015, p. 355).

---

<sup>17</sup> Em tradução livre, significa “fora do país”.

Desse modo, ser diáspora no Haiti constitui-se uma posição de prestígio social. Nas entrevistas que realizamos, expostas no último capítulo, evidenciamos os pontos de vista de haitianos sobre a diáspora, como um projeto e uma posição de privilégio social, que vão ao encontro da abordagem apresentada por Handerson (2015). Há, contudo, uma “[...] dimensão simbólica construída no imaginário social haitiano de a pessoa *diaspora* ser oriunda de um mundo social caracterizado como superior no Haiti.” (HANDERSON, 2015, p. 355-356). O autor relata sobre haitianos que trabalhavam em empregos de prestígio social em seu país (em bancos, por exemplo) e recebiam bons salários, mas que optaram pela diáspora, escolhendo o “sonho” presente no imaginário coletivo nacional diante da realidade já conhecida (HANDERSON, 2015).

A diáspora haitiana, como processo que confere dinamismo na mobilidade da população do país, é o primeiro elemento a ser considerado na ponderação dos sentidos da migração haitiana no Brasil. É preciso também abordar o papel do Estado brasileiro na migração em pauta. Nos anos 2000, o Brasil buscou realocar-se quanto a seu papel na economia, na política e nas relações internacionais, visando ao protagonismo global. Em vista disso, angariou um lugar no Conselho de Segurança da ONU, fomentou, juntamente com outras nações emergentes, o BRICS, um agrupamento de países de mercado emergente (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). E na busca por essa liderança regional e global, atuou como líder da MINUSTAH, de 2004 a 2017, quando a missão foi encerrada (FONTOURA; UZIEL, 2017).

Os Estados Unidos, o Canadá e a França estão na rota das migrações haitianas há décadas. No caso do Brasil, acredita-se que o estreitamento das relações com o Haiti advém da tentativa brasileira de realocação quanto a seu lugar na geopolítica global. Na esfera prática, soldados brasileiros e aqueles envolvidos com ajuda humanitária passaram a ter contato com a população haitiana, ao mesmo tempo, em que se associava a imagem do Brasil a símbolos nacionais de conhecimento mundial, como a seleção brasileira de futebol. Junta-se a isso o enrijecimento do controle migratório nos países Europeus e nos Estados Unidos. O Brasil, dessa forma, se tornou um destino (ou ponto de passagem) possível. A partir disso, foram estabelecidos os primeiros vínculos mais próximos com o Haiti.

Quanto a vinda para o Brasil, a primeira alternativa foi por meio fronteira Norte do país, a qual é marada pela grande porosidade. A limitação de vistos, nos idos de 2012, se tornou um problema. A demanda de população migrante foi muito maior do que os 1.200 permitidos. Se a população, contudo, chegou pela fronteira Norte, por que a maioria se deslocou para as regiões Sudeste e Sul? Para responder, é importante considerar a dinâmica econômica da região concentrada<sup>18</sup> brasileira (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

O contexto atrativo para a população migrante foi o crescimento da demanda por força de trabalho nas atividades agroindustriais, em um contexto de “*Commoditie Consensus*” (SVAMPA, 2015). Alia-se a isso a atratividade das regiões mais dinâmicas e concentradoras do país quanto ao trabalho, à moradia e às possibilidades de inclusão social.

No Brasil, quais foram os atores que contribuíram para essa dinâmica? Citamos o papel do Estado, que se colocou como polo econômico regional, a atuação do Exército na MINUSTAH e de ONGs brasileiras no Haiti e o recrutamento de força de trabalho migrante (e haitiana) no Norte do Brasil, por parte de empresas do setor frigorífico (MAMED, 2017). Além disso, é possível estabelecer relações entre o agronegócio brasileiro (com seus arranjos produtivos regionais da soja, do café, da carne de frango etc.) e as migrações internacionais recentes, pois, sabe-se que uma parte significativa da força de trabalho ocupada em atividades, especialmente do arranjo da carne de frango, é composta por migrantes.

A partir de 2010, com o *boom* da migração haitiana no Brasil, há uma incorporação massiva de migrantes internacionais nas atividades do agronegócio. Interessa-nos o arranjo da carne de frango, que empregou, em sua maioria, imigrantes haitianos. Sabendo-se da espacialização dessa atividade principalmente no Oeste do Paraná, de Santa Catarina e no Norte do Rio Grande do Sul, verifica-se uma distribuição espacial do trabalho migrante também em cidades médias e pequenas, ligadas à dinâmica agroindustrial (DEMÉTRIO, 2020).

---

<sup>18</sup> A região concentrada se insere dentro da proposição de Santos e Silveira (2006) da divisão regional do país nos chamados quatro brasis: Região concentrada (formada pelos estados do Sudeste e Sul), o Brasil do Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia. Essa classificação advém do entendimento de que há uma difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional no território. No caso da região concentrada, essa se caracteriza por uma implantação mais consolidada da técnica, da ciência e da informação, bem como da distribuição da população e do trabalho em uma grande gama de núcleos urbanos e de uma densidade de redes produtivas/de abastecimento, como frigoríficos, supermercados, *shopping centers*, transportes, equipamentos de acesso à saúde, educação e cultura, dentre outros (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Nesse sentido, a migração haitiana pode ser demarcada como um fenômeno novo nas migrações do Brasil do século XXI, quanto à origem, à densidade e à espacialização no território brasileiro. A transnacionalidade da migração haitiana é marcante, pois é gestada por condicionantes internos e externos ao país (HANDERSON, 2015). Os frigoríficos e as atividades correlatas, ligados à economia mundo, com uma produção voltada para exportação, vislumbraram na força de trabalho migrante uma possibilidade de sua reprodução. Assim, há uma relação entre as migrações mais recentes no Brasil e o agronegócio (DEMÉTRIO, 2020).

Em território brasileiro, ressalta-se o papel de ONGs e instituições religiosas que auxiliam na inclusão e no estabelecimento dos migrantes nos diferentes estados, sendo uma face bastante visível da migração haitiana no Paraná. Como exemplo, têm-se a Missão Paz, em São Paulo, as Cáritas e a Pastoral do Migrante.

As ações do Estado para com os migrantes se deram principalmente com a criação de conselhos em nível estadual, como o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA) e Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados Migrantes e Apátridas (CORMA), no Paraná, assim como a entrada dos migrantes na rede socioassistencial já existente (assim como para brasileiros). Ademais, cita-se a criação do Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM) e capacitações de pessoal em órgãos públicos e ONGs para atuar com os migrantes.

Há, desse modo, um circuito de mobilidade haitiana, que tem relação com as condições internas e das relações internacionais do país que lhe conferiram um papel de nação emigrantista, com grande excedente populacional que busca em outros países condições básicas de vida.

O terremoto de 2010 foi um acelerador da migração haitiana para o Brasil, que já apresentava diferentes condicionantes, sendo, em um plano internacional, por exemplo, a aproximação diplomática e militar do Brasil no Haiti a partir da MINUSTAH e internamente a demanda por trabalhadores em atividades ligadas ao agronegócio, como é o caso dos frigoríficos.

Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de magnitude 7.0 graus atingiu os arredores da capital do Haiti, Porto Príncipe, agravando ainda mais as já precárias condições socioestruturais do país. Alessi (2013) menciona que se tivesse



ocorrido no Japão, por exemplo, esse terremoto teria sido apenas mais um, bem como os estragos seriam raros, todavia, como aconteceu na nação mais pobre das Américas, provocou um número de mortes que chegou a 230.000.

Posteriormente a esse acontecimento, o Brasil entrou na rota migratória haitiana, fato inédito até então, dada a inexistência de laços históricos mais próximos entre as duas nações, que se assemelham quando confrontados os processos de colonização realizados por Portugal e França. Nesta seção, apuramos as motivações que levaram os migrantes haitianos a escolher o Brasil como destino.

Primeiramente, devemos considerar os fatores socioeconômicos do Haiti, produzidos historicamente e marcados por uma instabilidade política e econômica, bem como pela pobreza. Com isso, o país chegou aos piores indicadores sociais das Américas, que tiveram como origem:

a) a pesada indenização cobrada pela França para reconhecer a independência do país depois de ter visto seus colonos serem mortos ou expulsos da ilha; b) o forte embate entre mulatos e negros no período de constituição nacional; c) a dificuldade de se instaurar e reconhecer uma classe dirigente que se impusesse legitimamente, e que defendesse os interesses nacionais; d) o legado escravocrata, posto que, mesmo após a independência, conquistada graças ao levante dos escravos, as massas recém-libertas não tiveram acesso à posse dos meios de produção, particularmente a terra, ou ao trabalho assalariado; e) a herança monocultora que se tornou cega à necessidade de diversificar a economia para que o mercado interno fosse sustentável. (BAPTISTE; VIEIRA, 2016, p. 578).

As diásporas da população haitiana, abordadas anteriormente, têm intrínseca relação com os motivos mencionados por Baptiste e Vieira (2016), as quais, por meio de um somatório de fatores repulsivos, promoveram a migração em cada época da população haitiana, com vistas à saída das sucessivas crises políticas e como uma alternativa à pobreza.

No entanto, indagamos: Por que o Brasil aparece como destino da migração haitiana, a partir de 2010? É possível que o terremoto tenha sido o grande desencadeador do processo migratório? Com base na tipologia das migrações apresentada por Matos (1993), defende-se que a migração haitiana ocorreu por causa do trabalho, mas também há que se considerar fatores tais como o terremoto, que, naquele momento, impulsionou o deslocamento da população.

Buscando-se apurar as motivações para o desencadeamento do fenômeno migratório do Haiti para o Brasil, diferentemente da visão de que o terremoto foi o único fator que levou à migração, existe uma série de fatores a se observar, tais como: o endurecimento da legislação migratória dos países desenvolvidos, com um aumento das restrições da migração internacional; a liderança do Brasil na MINUSTAH, com a presença das tropas brasileiras no país; a apresentação da economia brasileira, no exterior, como sendo um local de oportunidades na segunda metade dos anos 2000; por fim, a porosidade da fronteira Norte do Brasil, propiciando a entrada de um grande número de imigrantes (BAPTISTE; VIEIRA, 2016).

Cavalcanti e Oliveira (2020) enfatizam que fatores conjunturais da economia global foram fundamentais para um aumento de imigrantes provenientes do Sul global (no qual se enquadram os haitianos) no Brasil a partir de 2010. Dentre esses, têm-se a crise econômica de 2007 nos Estados Unidos, que adicionou maior mobilidade e complexidade, pensando-se da população migrante que se dirigiu ao Brasil, o crescimento econômico e social do Brasil, o seu reposicionamento geopolítico e a sua imagem como uma potência econômica pertencente aos BRICS<sup>19</sup> e organizadora de grandes eventos mundiais.

Há, desse modo, toda uma conjuntura favorável, em parte por conta do enrijecimento da política migratória dos países desenvolvidos, como também pelo crescimento da economia brasileira na época e pela presença de um número maior de brasileiros no Haiti em decorrência da MINUSTAH. Essa conjuntura promoveu uma maior aproximação entre as duas nações, levando ao favorecimento da posterior migração.

É importante também observar o chamado *jogo da paz*<sup>20</sup>, ocorrido em 2004, como uma maneira de pacificação da nação. Esse evento colocou o Brasil, no imaginário haitiano, como um país solidário e de oportunidades. Outro fator relevante diz respeito à reorganização dos fluxos migratórios por causa do enrijecimento da política migratória dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que o Brasil crescia economicamente e estreitava suas relações com o Haiti.

---

<sup>19</sup> Grupo de países emergentes referente ao Brasil, à Rússia, à Índia, à China e à África do Sul.

<sup>20</sup> Partida de futebol que ocorreu em 18 de agosto de 2004 e que assim ficou conhecida por ser uma tentativa de pacificação dos conflitos políticos que ocorriam no país. O Haiti vivia um período de instabilidade política por conta da renúncia do então presidente Jean-Bertrand Aristide, acusado de corrupção pela oposição.

Do mesmo modo, o Brasil estava (e está) inserido em um contexto migratório no qual é preciso se atentar para: o novo marco legal das migrações; uma diversificação e intensificação dos fluxos; uma inserção laboral segmentada por nichos específicos de trabalho; e uma intensificação no acesso aos serviços públicos, principalmente no campo educacional (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

Esses foram os motivos que levaram o Brasil a constituir-se como destino da migração haitiana. Diferentemente da visão (a mais difundida no imaginário brasileiro) do terremoto como sendo o único fator que levou à migração haitiana para o Brasil, ocorreu do nada, como sendo um acaso da história, defendemos o entrelaçamento de uma série de fatores, supracitados, que contribuíram para a migração.

Em território brasileiro, devido às resoluções normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o local e a maneira de entrada (aérea ou terrestre) foram alteradas com o passar do tempo, havendo, *a posteriori*, o estabelecimento de comunidades haitianas em diferentes cidades, mas principalmente no eixo Sul-Sudeste, devido ao trabalho. É esse contexto que abordamos na próxima seção, a saber, a trajetória dos haitianos no Brasil, especialmente nos primeiros anos da migração.

Sob o pano de fundo apresentado anteriormente, de que a migração haitiana em direção ao Brasil iniciou-se e se alicerçou a partir de 2010, é possível definir duas principais etapas no que tange às características das trajetórias migratórias da população haitiana em direção ao território brasileiro, bem como se pode afirmar que o governo brasileiro, assim como em outros períodos, tentou controlar os fluxos de imigrantes.

A primeira etapa refere-se ao período de 2010 a 2012, tendo como característica a entrada de imigrantes haitianos de maneira indocumentada e majoritariamente pela fronteira Norte do Brasil. Nesse local, por conta de sua porosidade, as rotas eram variadas, podendo-se adentrar ao Brasil por meio da República Dominicana, do Panamá, do Equador e do Peru.

Fernandes e Faria (2016) informam que a trajetória mais usada no começo do fluxo migratório iniciava-se em Porto Príncipe, com escalas na Cidade do Panamá. De lá, os migrantes partiam para Quito (Equador) ou Lima (Peru). A partir dessas cidades, chegavam por trajeto terrestre a pontos da fronteira do Brasil. As cidades preferenciais eram Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC) e Brasília (AC).

Outra rota percorrida pelos imigrantes era por meio da fronteira com a Bolívia. A entrada ocorria pelos municípios de Epitaciolândia (AC) e Corumbá (MS). É possível que os imigrantes que faziam essa rota tivessem vindo pelo Chile (FERNANDES; FARIA, 2016).

Já em território brasileiro, o trâmite comum dos imigrantes era realizar a solicitação de refúgio na Polícia Federal. Os haitianos não eram (e não são) reconhecidos pela legislação brasileira como refugiados, mas a solicitação de refúgio funcionava como uma garantia legal dos migrantes em território brasileiro, que, a partir disso, podiam solicitar documentação no Brasil (CPF e Carteira de trabalho, por exemplo).

Na época, esse procedimento se tornou comum entre os imigrantes, pois, além de ser gratuito, era fundamental para a posterior inserção no mercado de trabalho formal brasileiro. De acordo com Fernandes e Farias (2016), isso se

[...] tornou padrão para os solicitantes de refúgio que chegavam pela fronteira. O mecanismo de proteção internacional aos refugiados ratificado pelo Brasil passou a ser usado pelos haitianos como forma de garantir o acesso e sua permanência no país, mesmo que provisoriamente, uma vez que a detenção e a criminalização de solicitantes de refúgio não são aceitas no Brasil. (FERNANDES; FARIA, 2016, p. 152).

A legislação brasileira, por meio da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (a Lei de migração) (BRASIL, 2017b), adotou as convenções internacionais pertinentes aos direitos dos refugiados, como a convenção de Genebra, de 1951, e o Protocolo de 1967. Assim, a jurisprudência brasileira entende como refugiados aqueles que

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997, s.p.).

A definição de refugiados, como se vê, não abarca aqueles que migraram por conta de questões ambientais (justificativa da época). Além disso, os temores necessários para a caracterização de refúgio não condiziam com o cenário do Haiti, que apresentava, sim, uma situação precária socialmente, produto histórico das relações internacionais ali estabelecidas.

Na Tabela 6, indicamos as solicitações de refúgio avaliadas pelo CONARE.

**Tabela 6** - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países (2011-2019)

<b>Principais países</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Venezuela	3	1	49	191	717	2.601	16.999	61.391	53.713
Haiti	559	470	1.112	991	2.815	243	2.253	7.020	16.610
Outros	903	874	5.649	9.887	12.374	5.875	12.757	11.420	12.229
<b>Total</b>	<b>1.465</b>	<b>1.345</b>	<b>6.810</b>	<b>11.069</b>	<b>15.906</b>	<b>8.719</b>	<b>32.009</b>	<b>79.831</b>	<b>82.552</b>

Fonte: Silva *et al.* (2020, p. 29).

Como é possível verificar, os principais grupos solicitantes de refúgio da última década são provenientes do Haiti e da Venezuela. No caso dos haitianos, a solicitação de refúgio configurou-se como uma alternativa viável para a posterior regularização da situação migratória no Brasil, pois, a partir da solicitação, é possível obter o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Esse pedido, desse modo, serve como prova da regularidade da situação migratória no país, garantindo a esses sujeitos direitos.

Tendo o trabalho como objetivo principal, é plausível que uma grande parte dos imigrantes haitianos solicite o refúgio, tanto que, no período de 2016 a 2021, segundo o CONARE (2021), das 2.848 solicitações de refúgio dos imigrantes haitianos no Brasil, apenas quatro (0,1%) foram reconhecidas (deferidas), 1.387 foram indeferidas (48,7%) principalmente por conta das resoluções normativas do CNIG com relação aos haitianos e 1.457 (51,2%) foram encerradas por outros motivos (por arquivamento ou extinção da solicitação).

Já no caso dos venezuelanos, o incremento populacional no Brasil a partir de 2017 (fazendo com que o país assumisse a primeira colocação nas solicitações de refúgio) tem raízes políticas e sociais vinculadas aos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, sendo o petróleo praticamente o único produto da

política econômica venezuelana<sup>21</sup>. Soma-se a isso o embargo econômico praticado pelos Estados Unidos em razão das divergências no trato de questões econômicas e políticas (CELAG, 2019).

Salientamos ainda a atuação de “coiotes”<sup>22</sup> que agenciam o percurso. Conforme pontuam Fernandes e Faria (2016),

A ação dos coiotes iniciava-se com a venda da ideia de que a crise econômica não afetou o Brasil, de que há carência de mão de obra e empregabilidade instantânea no país, cujo salários podem chegar a R\$ 4.000. O acesso ao “Eldorado Brasileiro” tem um custo que pode variar de U\$ 1.000 a U\$ 4.500,00, dependendo do “serviço” pretendido ou da persuasão dos coiotes. (FERNANDES; FARIA, 2016, p. 98),

Por ocorrer de maneira ilícita, as informações sobre esse tipo de modalidade são escassas e imprecisas. As travessias são realizadas de maneiras precárias, ocasionando a exposição dos migrantes à violência, aos constrangimentos e aos abusos, conforme relatam Fernandes e Castro (2014).

Principalmente nos primeiros anos do estabelecimento do fluxo migratório do Haiti, foram estabelecidos abrigos em algumas cidades, tamanha era a demanda de imigrantes. Foi o caso de Brasília (AC), onde, em 2013, 1,3 mil imigrantes chegaram a viver em um abrigo com capacidade para até 250 pessoas (Figura 2).

---

<sup>21</sup> A Venezuela é detentora das maiores reservas de petróleo do planeta, com 18% do total (CELAG, 2019).

<sup>22</sup> De acordo com o Dicionário Michaelis (2021), refere-se ao “Guia que conhece bem determinadas partes da fronteira entre o México e os Estados Unidos e ajuda, mediante pagamento, imigrantes ilegais a entrar em território norte-americano” ou “Traficante de pessoas, geralmente para trabalho semiescravo ou prostituição”.

**Figura 2** - Abrigo para imigrantes haitianos em Brasiléia (AC)



Fonte: Natani (2014).

O então governador do Acre, Tião Viana (PT), decretou estado de emergência social na cidade. Uma das medidas adotadas pelo poder público foi o envio dos imigrantes para outros estados, como relatado por Marcel (2015):

Dois ônibus com imigrantes haitianos e senegaleses saíram do abrigo mantido pelo governo do Acre, em Rio Branco, com destino à região Sul do Brasil [...]. Os veículos, com 45 pessoas cada, vão deixar um imigrante em Cuiabá (MT), um em Campo Grande (MS) e os demais em Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS), destino final do ônibus. (MARCEL, 2015, s.p.).

A mesma situação ocorreu com outros grupos de imigrantes, tais como os senegaleses e venezuelanos, mesmo que posteriormente. Observamos uma tendência estabelecida, em que imigrantes de países periféricos dirigem-se ao Brasil em busca de trabalho e melhores condições de vida.

A partir de 2012, observa-se a segunda etapa dos trajetos percorridos pelos imigrantes haitianos. As características relacionam-se à tentativa governamental de coibir a entrada no Brasil de maneira indocumentada, a partir da sanção de resoluções normativas pelo CNig. Posteriormente, verificou-se um aumento da entrada via aérea no país.

O número de imigrantes haitianos começou a se intensificar na primeira metade da década de 2010, em busca do “eldorado brasileiro”. A fim de reduzir a atuação dos coiotes, e dar uma resposta à situação da migração haitiana, até então uma novidade, o governo brasileiro, por meio do CNlg, anunciou a Resolução Normativa (RN) nº 97/2012, que trata da concessão de visto por razões humanitárias para nacionais do Haiti, estabelecendo que:

**Art. 1º** Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

**Art. 2º.** O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

**Art. 3º** Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor [...]. (CNIG, 2012, s.p.).

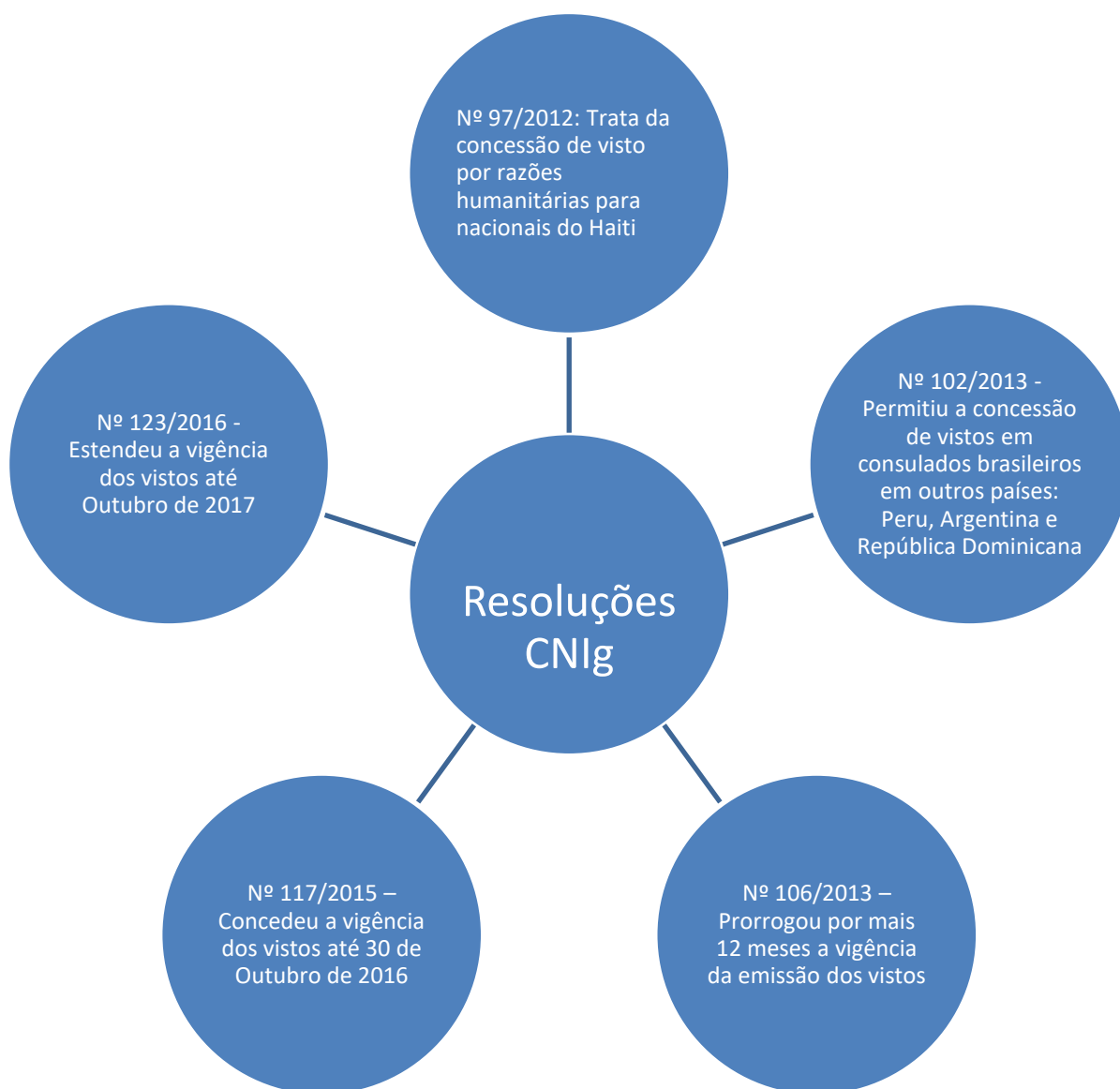
O grande problema da resolução era a limitação de 100 concessões por mês, chegando a 1.200 por ano. Esse número não condizia com a realidade, que tinha a ver com um grande contingente de imigrantes com intenções de vir ao Brasil. A medida governamental, embora tocasse na questão, caracterizou-se como paliativa e insuficiente. Além disso, para se obter o visto, era necessário cumprir uma série de requisitos, que iam desde pagar uma taxa de US\$ 200, ter o passaporte em dia, residir no Haiti e apresentar bons antecedentes (FERNANDES; FARIA, 2016).

Em decorrência da grande demanda por vistos, por meio da RN nº 102, de abril de 2013, o governo brasileiro instituiu a retirada do limite de 1.200 vistos por ano a nacionais do Haiti. Também foi permitida a concessão de vistos em consulados brasileiros em outros países, tais como Peru, Argentina e República Dominicana.



Posteriormente, foi instituída a RN 106, com uma prorrogação de 12 meses na vigência da emissão dos vistos, a RN 117, que concedeu vigência até 2016 e a RN 123, que estendeu a vigência até outubro de 2017. A Figura 3 apresenta um diagrama com as resoluções normativas referentes aos imigrantes haitianos.

**Figura 3** - Diagrama das resoluções normativas do CNlg que abarcam os haitianos



**Fonte:** Elaborada pelo autor (2022).

Essas mudanças foram significativas, pois alteraram os trajetos da imigração haitiana para o Brasil. A primeira grande modificação diz respeito à flexibilização da retirada do visto, tanto em Porto Príncipe quanto em outras cidades. Isso fez com que a entrada pudesse ocorrer em maior número por meio dos

aeroportos. Além disso, o abrigo, estabelecido originalmente em Brasília e posteriormente transferido para Rio Branco, foi desativado em 2016 por conta da drástica redução do fluxo migratório. Com isso, buscou-se cessar a rota por meio fronteira Norte do Brasil, que presenciou, em alguns meses, uma queda brusca nos números de entrada de imigrantes haitianos.

Do ponto de vista da legislação, com relação à migração haitiana no Brasil, ainda se questiona e se investiga a relevância prática da nova lei de migração (Lei nº 13.445/2017), que trata das migrações a partir da proteção aos direitos humanos, sendo preconizada a proteção constitucional da dignidade humana. Ela substituiu o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), instituído no período do regime militar no Brasil. De maneira geral, o Estatuto do Estrangeiro considerava os imigrantes como uma ameaça à segurança nacional, por isso, em seu artigo 7º, determinou-se que não seria concedido visto há quem fosse considerado nocivo à ordem pública. Ora, que tipo de ameaça poderiam representar os imigrantes haitianos?

É nesse bojo (sob a vigência do Estatuto do Estrangeiro) que a migração haitiana ganhou contornos no Brasil a partir de 2010. As resoluções normativas, bem como várias outras medidas do CNlg, de cunho humanitário, demonstravam que o Estatuto do Estrangeiro se tornava cada vez mais anacrônico, alheio à realidade e à dimensão prática das migrações. Desse modo,

Entre 1990 e 2017, quando a nova Lei de Migração é aprovada e regulamentada, várias foram as medidas de caráter progressista que buscavam contornar as restrições vigentes no sentido de acolher imigrantes e refugiados e colocar na agenda pública a situação do emigrante brasileiro que se encontrava no exterior [...]. (OLIVEIRA, 2020, p. 76).

Foram necessárias adaptações no âmbito da política migratória para que os dispositivos se tornassem mais próximos à realidade dos imigrantes. Essas medidas, principalmente quando se referem a imigrantes provenientes da periferia do capitalismo, evidenciam que a legislação não os abarcava e que, aos olhos governamentais, esse tipo de imigrante não fazia parte do rol dos desejados.

Diante disso, a importância e o desafio posto, a partir da vigência da lei de migração, têm a ver com a sua efetividade prática, a partir da transcendência da esfera formal. De acordo com Wolff (2020),

A Lei de Migração representa um avanço legislativo na pauta dos Direitos Humanos, confere aos imigrantes o status de sujeito de direitos, garantindo-lhes dignidade e reconhecimento social. Contudo, o grande desafio consiste na introdução de políticas públicas para que os direitos e garantias presentes na legislação ultrapassem a esfera formal e se tornem efetivos em sua aplicabilidade. (WOLFF, 2020, p. 167).

A migração haitiana se estabeleceu no Brasil meio a esse contexto. Aos poucos, são-lhe conferidos sentidos e dinâmicas. O trato dessas questões é de fundamental importância, pois nos permitem estar a par de um momento ímpar na história das migrações no Brasil, que apresenta o país como um receptor de imigrantes advindos de países periféricos e não brancos. Dadas as respectivas dimensões, afirmamos que isso é uma ruptura para com as dinâmicas migratórias anteriores, pautadas na força de trabalho de migrantes “desejados”, principalmente os que vieram da Europa. Tem-se estabelecido um novo paradigma migratório no Brasil, inerente ao século XXI, cheio de novos sentidos.

Em decorrência disso, os estados do Sul do Brasil, especialmente o Paraná, receberam na última década (anos 2010) um número muito expressivo de imigrantes haitianos, paraguaios, venezuelanos, sírios, colombianos, libaneses e de outras nações. É por isso que podemos já falar dos novos migrantes internacionais nesse estado, inseridos nem um contexto em que o capital (e os fluxos provenientes dele), a partir da sua reestruturação produtiva, se tornou global, fazendo emergir novos fluxos, novas dinâmicas, novos estranhamentos, novas reificações e novas subordinações, típicas do *modus operandi* do capital. É a partir desse contexto que, na próxima seção, abordamos a migração haitiana no Paraná.

#### 4.3 A QUANTAS ANDAM OS ESTUDOS SOBRE A MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL?

Pode-se dizer que a migração haitiana contribuiu para que os meios acadêmico, político e da sociedade civil em geral fossem envoltos nas questões migratórias contemporâneas no Brasil. O romper dos anos 2010 trouxe à tona questões que até então não tinham a devida atenção, por exemplo, um fomento no debate no meio acadêmico (em diversas áreas) sobre as migrações ou a questão da

governança das migrações, a partir da necessidade de atuação do Estado diante da vinda de grande população migrante.

O debate sobre a migração haitiana, especialmente nos seus primeiros anos, impelido pela grande mídia, concentrou-se no terremoto de 2010 e em seus efeitos para explicar a mais nova diáspora. O “mito do terremoto” (BAENINGER; PERES, 2017) guiou grande parte das discussões institucionais, o que culminou na concessão de visto humanitário para haitianos e não na concessão de vistos como refugiados. Essa narrativa também foi utilizada à época no sentido de sensibilização da opinião pública.

De maneira geral, na primeira fase da migração haitiana (de 2010 até os anos finais da década), as pesquisas focavam principalmente na chegada (em condições precárias) e na inserção laboral, duas características mais visíveis. Na atualidade, podemos dizer que há uma outra fase na qual o foco está na questão da cidadania, em rituais religiosos, em casamentos no país e na educação escolar de crianças com ascendência haitiana, por exemplo. Passou a ser desenvolvida uma série de estudos que abordam, a partir de diferentes perspectivas e áreas do conhecimento, elementos pertinentes à integração dos migrantes haitianos no Brasil.

A partir de um conhecimento maior da migração haitiana, os fatores explicativos, tão em voga quanto no início do processo, deram lugar a questões mais pontuais. Temas como o trabalho, a vida dos migrantes em periferias, questões de gênero, acesso à educação e ao ensino superior, organização dos migrantes nos territórios e crianças brasileiras filhas de haitianos fazem parte de um importante e relevante rol de pesquisas.

Nos primeiros anos de estudos, os fatores explicativos eram norteados por algumas indagações tais como: Por que os haitianos estão no Brasil? Seria o terremoto o grande motivador? Quais os sentidos da migração haitiana no Brasil? Essas perguntas estiveram presentes de maneira mais assídua nas pesquisas. Passados mais de 10 anos, observa-se uma prevalência das questões relacionadas à integração e às principais dificuldades dos migrantes nos municípios (como citado anteriormente).

A partir disso, foram utilizados diferentes aportes teórico-metodológicos em distintas áreas de estudos. O próprio fluxo migratório haitiano foi importante para o desencadeamento de uma série de pesquisas, sendo a maioria

em âmbito municipal, o que propiciou um avanço significativo, no Brasil, da produção acadêmica sobre as migrações.

Os aportes teóricos giram em torno de concepções transnacionalistas em contraposição ao nacionalismo metodológico, que tende a reforçar a imagem dos migrantes como o estrangeiro e, portanto, não portador de direitos como nacionais ou como uma ameaça aos interesses do estado nacional (BAENINGER; PERES, 2017).

O panorama das pesquisas na atualidade se guia por questões como estas: Como anda a integração dos haitianos na sociedade brasileira? Quais são os principais empecilhos enfrentados pelos migrantes? Quais as conquistas dos migrantes? A integração desses sujeitos é permeada não apenas por conflitos e dificuldades, mas também por conquistas, como a organização de associações que defendem os direitos dos migrantes e o acesso ao trabalho e ao ensino superior nas universidades brasileiras.

A seguir, destacamos algumas pesquisas e pesquisadores(as) com relevância para o entendimento do desenvolvimento da migração haitiana no Brasil, sabendo-se que há uma série de outros estudos em outras áreas do conhecimento e em regiões geográficas. O recorte temporal adotado engloba os anos de 2014 a 2020, nas áreas de Antropologia, de Geografia, de Sociologia e de Arquitetura e Urbanismo.

Martins *et al.* (2014), em estudo pioneiro, abordaram a migração haitiana em Cascavel (PR) com enfoque no trabalho como motivador. Os autores afirmam que os migrantes haitianos fazem parte de um exército mundial de trabalhadores da indústria da alimentação, tendo Cascavel, localizada no Oeste do Paraná, se convertido no elo da cadeia produtiva global avícola, havendo exportação para mais de 150 países (MARTINS *et al.*, 2014).

Silva (2015, 2016a, 2016b) abordou a migração haitiana na fronteira Norte do Brasil, mais especificamente no Amazonas. O pesquisador considerou a fronteira amazônica como território de passagem para os migrantes, além de abordar temas como o trabalho, as redes de acolhimento, a inserção sociocultural e as políticas públicas para migrantes.

Duval Magalhães Fernandes foi um dos pioneiros nos estudos da migração haitiana no Brasil, contribuindo com o entendimento desse até então novo fluxo migratório. O autor, em suas análises, tentou se distanciar, por um lado, do

“mito do terremoto”, e por outro, se aproximar da caracterização da migração e dos variados elementos que a compõem, como as resoluções normativas, a questão fronteiriça, o elemento da governança e a integração nos diferentes espaços (FERNANDES; CASTRO; RIBEIRO, 2014).

Mamed (2015) investigou o processo de recrutamento na fronteira amazônica de migrantes haitianos por empresas ligadas à agroindústria do Centro-Sul do Brasil. A sua análise é pioneira nos primeiros anos da migração haitiana, na relação migração-trabalho, a partir da identificação dos principais atuentes nessa dinâmica migratória.

Magalhães (2017) analisou a migração haitiana em Santa Catarina, a partir da identificação das especificidades desse fluxo para o Brasil. O autor propõe o conceito de “migração de dependência”, a partir da hipótese de que o fluxo migratório haitiano em direção ao Brasil é estimulado pela dependência e por suas múltiplas relações, dando-se ênfase à dependência das remessas como fator econômico essencial ao país caribenho.

Jesus (2020) trata da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, buscando entender a configuração do fenômeno no estado a partir de uma perspectiva transnacional. O pesquisador constata que o início da migração haitiana no estado se deu a partir do recrutamento de força de trabalho de migrantes que estavam na fronteira Norte do Brasil e que a continuidade do processo migratório se ocorreu por meio de redes sociais de amigos e familiares haitianos. Ademais, como traços marcantes da migração no estado, cita-se a segmentação do mercado de trabalho e o nascimento de crianças brasileiras com ascendência haitiana.

Há, ainda, estudos por parte do setor público com relação aos migrantes. Por exemplo, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento (2021) da cidade de São Paulo realizou uma investigação sobre o perfil dos migrantes inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), uma vez que se notou um aumento expressivo das vulnerabilidades sociais nos últimos anos. Mesmo o número de migrantes inscritos sendo inferior ao da população não migrante, tem-se uma expressividade quanto às nacionalidades inscritas: bolivianos, haitianos, venezuelanos, angolanos, portugueses e peruanos.

Outras pesquisas se dedicaram: à integração de haitianos na periferia de São Paulo (OLIVEIRA; BUTIKOFER; VERÁS, 2019); à questão do acesso ao ensino superior em Santa Maria (RS) (TROITINHO, 2019); aos elementos

referentes ao trabalho dos haitianos em Pato Branco (PR) (TONEZER; BOENO; ALDANA, 2020); e à relação entre gênero e mercado de trabalho (RIBEIRO, FERNANDES; MOTA-SANTOS, 2019).

A espacialização do fluxo migratório haitiano por estados e regiões do Brasil é evidente e tem sido investigada cada vez mais. Assim, variados aportes teórico-metodológicos e áreas do conhecimento contribuem sobremaneira para o estudo da migração haitiana e para o fomento de uma base bibliográfica com potencial de subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas, de projetos acadêmicos, de ações da sociedade civil organizada e até mesmo de futuras pesquisas.

Um importante aporte teórico para o entendimento da migração haitiana no Brasil é o estudo de Baeninger e Peres (2017), que enquadram a migração haitiana nas chamadas “migrações de crise”, que se referem ao conjunto de problemas presentes no país (que podem ser econômicos, sociais, políticos, humanitários etc.). Com esse conceito, há a consideração de fatores histórico-estruturais que contribuíram para o processo de emigração e para a apreensão das características sociais no país receptor (BAENINGER; PERES, 2017).

Nesse sentido, há vários elementos que caracterizam a migração haitiana no país, tais como: a distribuição espacial dos haitianos por todos os estados da federação; a menor presença de mulheres (e a masculinização do trabalho dos migrantes); as condições precárias de inserção no trabalho; a importância das remessas; e a facilidade de acesso à documentação e aos direitos fundamentais (quando comparamos o Brasil com países no Norte global) (BAENINGER; PERES, 2017).

No caso do fluxo migratório em questão, podemos nos referir tanto a uma crise na origem (com a diáspora haitiana pelo mundo) quanto no destino, a partir do despreparo institucional do governo brasileiro no recebimento e no acolhimento dos migrantes. Esse cenário ficou mais claro quando chegaram haitianos, senegaleses e outros por meio da fronteira Norte do Brasil e houve uma tentativa de integração desses sujeitos à sociedade brasileira, processo permeado por casos de racismo, de xenofobia e de dificuldades quanto ao trabalho e à educação. Acerca da crise no destino, Baeninger e Peres (2017) pontuam que

[...] a crise migratória no país de destino foi revelada a partir da presença haitiana no Brasil, que encontrou uma sociedade despreparada e antiquada em termos de sua legislação migratória, de sua capacidade em dimensionar e mensurar o fluxo migratório, na falta de políticas de acolhimento e de emprego, no preconceito, no racismo e na manifestação de xenofobia em relação a essa população imigrante. (BAENINGER; PERES, 2017, p. 124).

No Brasil existem importantes pesquisadores(as) haitianos(as) que avançaram no entendimento do novo fluxo migratório. Destacamos as produções de Handerson Joseph e Marc Donald Jean Baptiste (2018). Com farta produção bibliográfica sobre a migração haitiana, Handerson (2015) aborda as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, na Guiana Francesa e no Suriname. Para tanto, o conceito central empregado é o de diáspora, como um mecanismo que norteia o imaginário coletivo haitiano na busca por trabalho e melhores condições de vida em outros países. Ademais, o autor é um dos primeiros a tratar da migração haitiana no Brasil.

Já Jean Baptiste (2018) aborda a compreensão de migrantes haitianos acerca das políticas sociais brasileiras, considerando o atendimento às suas demandas em novo território. O autor mostra a diferença da percepção dos migrantes nas relações do Estado para com a população, sendo, no Haiti, o Estado contestado pela população em detrimento de um estado mais intervencionista no Brasil. Embora constate uma maior presença do Estado na oferta de serviços públicos no Brasil (quanto à saúde, à educação, à segurança pública, à assistência social etc.), reitera a insuficiência da atuação da população migrante.

No Quadro 4, sintetizamos a produção acadêmica sobre a migração haitiana.

**Quadro 4** - Produção acadêmica sobre a migração haitiana no Brasil

<b>Autor</b>	<b>Universidade</b>	<b>Temática</b>	<b>Ano</b>
José Renato Vieira Martins <i>et al.</i>	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Migração e trabalho dos haitianos em Cascavel (PR).	2014
Duval Magalhães Fernandes	Universidade Católica de Minas Gerais (PUC)	Migração Haitiana no Brasil; registros administrativos e migração.	2014
Letícia Helena Mamed	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Recrutamento de força de trabalho de migrantes para a agroindústria do Centro-Sul do Brasil, via fronteira amazônica.	2015



Handerson Joseph	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa a partir do conceito de diáspora.	2015
Sidney Antonio da Silva	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Fronteira amazônica como território de passagem de migrantes haitianos.	2015; 2016a.
Luís Felipe Aires Magalhães	Universidade Federal do ABC (UFABC)	Migração haitiana em Santa Catarina a partir do conceito de migração de dependência.	2017
Marc Donald Jean Baptiste	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Os migrantes haitianos e a compreensão sobre a política social brasileira.	2018
Alex Dias de Jesus	Instituto Federal do Piauí (IFPI)	Redes da Migração haitiana no Mato Grosso do Sul.	2020

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022).

Ressaltamos que há uma diversidade de estudos, tanto com relação às áreas de estudo quanto aos espaços geográficos, haja vista a espacialização da migração haitiana por uma série de municípios brasileiros, em diferentes regiões. Apesar disso, não se observa um esgotamento das investigações, pois a integração da população haitiana e dos filhos de haitianos continuam a ocorrer, como captam determinadas pesquisas.

Se faz necessário o fomento de pesquisas acerca de migrantes e suas interações nos municípios e nos diferentes espaços da vida, o que contribui para a elaboração de políticas públicas que visam a uma igualdade mais substantiva dos migrantes no Brasil, que emergiu recentemente como país receptor de migrantes.

Neste capítulo, consideramos o processo de migração haitiana para o Brasil, a tradição de migração da população haitiana e as trajetórias no território brasileiro em direção ao Centro-Sul do país. A seguir, trataremos da migração haitiana no Paraná, buscando apreender, a partir de dados quantitativos, o fenômeno nesse estado, além das políticas públicas estaduais e das instituições que trabalham com o acolhimento e auxílio aos migrantes.

O Paraná tornou-se um dos estados preferenciais da imigração haitiana no Brasil. Em 2020, estimou-se que a população do estado era de 11.516.840 pessoas, com um IDH de 0,749 e uma renda mensal domiciliar *per capita* de R\$ 1.621,00 em 2019 (IBGE, 2021). Além disso, observa-se o Paraná tem uma rede urbana articulada, tendo como nós principais as metrópoles e as cidades

médias, tais como Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu e outras.

Esse estado tem grande vínculo com os setores agroindustrial, com uma parte da população ocupada nesse ramo de atividades, de comércio e de serviços. Ademais, há uma série de empresas representativas do agronegócio, notadamente os frigoríficos, que têm condições de absolver força de trabalho constantemente.

É nesse bojo que a imigração haitiana tem ocorrido no Paraná. Mesmo distante da porta de entrada dos primeiros imigrantes haitianos (a fronteira norte do país), no início dos anos 2010, o estado, por conta das características de seu setor produtivo (dentre outras) que proporcionam um mercado de trabalho amplo, tem sido atrativo para os imigrantes.

A partir de aproximadamente uma década da imigração haitiana no Paraná, o processo adquiriu características pluridimensionais. Como indicativos disso, citamos: a) por conta da presença e da permanência de imigrantes haitianos em municípios paranaenses, foram instituídos leis e decretos relacionados ao direito dos imigrantes, a fim de corroborar com sua inserção; b) em decorrência do aumento no número de imigrantes e refugiados no estado, nos anos 2010, foi criado o CERM, uma iniciativa de política pública diante de uma nova realidade migratória paranaense; c) desde o início da imigração haitiana, na maior parte dos casos, a ajuda e a acolhida inicial se deu por entidades de cunho religioso, tais como a Cáritas e instituições evangélicas; d) principalmente nos primeiros anos da presença nos municípios, os haitianos buscaram estabelecer associações com o intuito de garantir seus direitos; e) manifestações culturais diversas de iniciativa dos imigrantes passaram a ocorrer nos municípios de residência deles.

Esses indicativos, que abordados nas seções subsequentes, demonstram que, a despeito das dúvidas de meados dos anos 2010, há sim um certo nível de integração e de permanência dos haitianos nos municípios paranaenses. Tais dinâmicas servem como indícios para o entendimento da migração haitiana no Paraná.

#### 4.4 O PARANÁ COMO DESTINO PREFERENCIAL: RELATOS, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As pesquisas acadêmicas acerca da migração haitiana no território paranaense, de maneira geral, apresentam-se de modo fragmentado. Comumente, observamos estudos de caso de determinadas regiões ou municípios que elencam as motivações e as implicações desse fenômeno migratório naqueles espaços. Nesta seção, descrevemos algumas dessas pesquisas.

Bortoloto (2018) trata da imigração haitiana no Oeste do Paraná, destacando o município de Cascavel (PR) e sua relação com a disponibilidade laboral em frigoríficos. As reflexões da autora partem da dinâmica agroindustrial da região Oeste paranaense, como o da precarização do trabalho em um contexto periférico do capitalismo.

Oliveira (2017), por sua vez, discute a migração haitiana no Paraná, percorrendo por meio de pesquisa de campo nos municípios de Curitiba e Londrina, investigando as motivações, a distinção (habilidades linguísticas e grau de escolaridade) e o mercado de trabalho para os imigrantes haitianos.

Aguilar (2018), em seu estudo, aborda a relação migração-trabalho no município de Cambé, buscando entender o significado do trabalho para os haitianos, além de descrever os limites para a inserção dos haitianos no mundo do trabalho e conhecer as estratégias que utilizam para nele se estabelecerem.

Os trabalhos de Ávila (2016), de Nunes (2017), de Rosseto e Gomes (2017), de Castro (2018), de Eberhardt *et al.* (2018), dentre outros, de maneira geral, concentram-se em temáticas relacionadas à problemática da migração haitiana – trabalho, saúde, educação, xenofobia e racismo - em determinados municípios: Curitiba, Cascavel, Pato Branco, Mandaguari.

Também, há relatos da migração haitiana no Paraná por parte de jornais e meios de comunicação locais. Em Cascavel, Gonçalves (2012) noticiou a chegada de 44 haitianos, em 2012, contratados para trabalhar na construção de um hospital particular do município:

Ontem, 44 haitianos desembarcaram em Cascavel, onde vão trabalhar nas obras do Hospital São Lucas, que pertence à Faculdade Assis Gurgacz (FAG). Eles também vão construir um novo bloco na faculdade. "Há seis meses nós procuramos mão de obra e não conseguimos suprir toda a necessidade. Mas o que pesou muito também foi a questão social", explica o engenheiro responsável pelas obras, Carlos Oya. O contato com os estrangeiros foi intermediado pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Acre. O estado é a principal porta de entrada dos haitianos no Brasil. (GONÇALVES, 2012, s.p.)

Saldanha (2015), em sua reportagem, informou sobre a presença de imigrantes haitianos em Curitiba:

Curitiba, capital que se considera a mais europeia do país, está recebendo milhares de imigrantes estrangeiros, principalmente oriundos do Haiti. Estima-se que cerca de 2,5 mil haitianos tenham se estabelecido em terras curitibanas recentemente. A capital é a quarta cidade do país a mais receber pessoas desta nacionalidade. Embora não encontrem tantas barreiras para entrar no Brasil, a ausência de políticas públicas de integração faz com que a situação deles aqui seja mais complicada do que o esperado. (SALDANHA, 2015, s.p.).

Em Pato Branco, a imigração haitiana iniciou-se em 2012. Desde então, o fluxo de imigrantes não ocorre só em direção a esse município, mas aos circunvizinhos, que oferecem condições de emprego, tais como Coronel Vivida. Como noticiou Bittar (2017),

A imigração haitiana em Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, se iniciou há cinco anos, período marcado pelo vaivém de imigrantes. Muitos dos que vieram buscaram novos caminhos. Poucos ficaram. Alguns continuam vindo, mas em proporção menor que em anos anteriores. Para os imigrantes, o Brasil é a oportunidade de uma vida nova. Nem sempre positiva. Os haitianos enfrentam várias barreiras em solo brasileiro. A língua, a distância da família, a falta de perspectiva profissional e dificuldades econômicas que os obrigam a viver em submoradias. E ainda o racismo. (BITTAR, 2017, s.p.).

Assim, por meio da busca por trabalho e da sua inserção nas atividades frigoríficas, a territorialização dos imigrantes haitianos foi se consolidando no Paraná. No discurso da imprensa, as motivações foram/são a “busca por novas oportunidades”, um “recomeço” e uma “procura por emprego”. A ideia é a de que o processo ocorreu de maneira espontânea. Por isso é que as causas da migração haitiana, já consideradas no capítulo anterior, são importantes para uma interpretação mais lúcida e aprofundada da leitura dos atores cotidianos sobre a migração haitiana.

Já em território paranaense, as políticas públicas podem servir como mecanismo de inserção e de promoção dos direitos dos imigrantes. Diante disso, a seguir, discutimos as incipientes políticas públicas para imigrantes e refugiados no Paraná.

Constatamos que há iniciativas, mesmo que incipientes, de políticas públicas voltadas para migrantes, refugiados e apátridas em âmbito estadual. Observamos dois níveis de políticas públicas: as de iniciativa do governo estadual e as das prefeituras municipais.

Com relação às estaduais, citamos a criação do CERM, comitê instituído pelo Decreto nº 4.289, de 5 de abril de 2012, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU). O CERM tem por objetivo

[...] orientar os agentes públicos sobre os direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados, bem como promover ações e coordenar iniciativas de atenção, promoção e defesa dos refugiados no Paraná, junto aos demais órgãos do Estado que possam provê-los e assisti-los através de políticas públicas. Será também responsável pela elaboração, implementação e monitoramento do Plano Estadual de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes, visando facilitar o acesso por parte de estrangeiros às políticas públicas. (DEDIHC, [20--], s.p.).

A partir do CERM, foi elaborado o Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (2014-2016), cujos objetivos são:

Geral: Proporcionar meios para a construção e implementação de Políticas Públicas voltadas à proteção e promoção dos direitos da população de Migrantes, Refugiados e Apátridas no Estado do Paraná.

Específicos: I. Promover a efetivação dos direitos e garantias fundamentais individuais e sociais dos cidadãos Migrantes, Refugiados e Apátridas.

II. Fomentar a cooperação de órgãos e entidades, no âmbito do Poder Público Estadual, com vistas à eliminação do preconceito e promoção do respeito entre os povos.

III. Possibilitar o monitoramento e avaliação das ações propostas no Plano Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas pela sociedade civil organizada. (PARANÁ, 2014, s.p.).

O Plano foi constituído de grandes eixos estratégicos, descritos no Quadro 5.

**Quadro 5** - Eixos Temáticos do Plano Estadual de Políticas Públicas para promoção e defesa dos direitos de refugiados, migrantes e apátridas do Paraná 2014-2016

EIXOS	TEMÁTICA
Eixo 1	Educação
Eixo 2	Família e Desenvolvimento Social

Eixo 3	Saúde
Eixo 4	Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
Eixo 5	Segurança Pública
Eixo 6	Trabalho

Fonte: Paraná (2014).

Outra iniciativa a ser mencionada é a criação do CERMA, vinculado à estrutura organizacional da SEJU. O CERMA foi instituído por meio da Lei estadual nº 18.465, de 27 de abril de 2015, sendo que o Conselho tem por finalidade:

[...] viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas. (DEDHC PR, [20--], s.p.).

Salientamos que o CERMA cuida não somente da questão dos migrantes (como é o caso específico dos haitianos), mas também dos refugiados e apátridas em território paranaense. Mesmo que de maneira incipiente, constitui-se como um importante mecanismo para a promoção do direito de migrar com respaldo na legislação que fundamenta os princípios dos direitos humanos. Assim, ressaltamos a importância da presença governamental nas questões migratórias, sendo uma ferramenta valiosa de regulação e de fomento, como política pública, a fim de auxiliar os imigrantes.

Ainda em âmbito estadual, destacamos a atuação do CEIM, instituído a partir do Decreto nº 5.232, de 4 de outubro de 2016. O CEIM, localizado em Curitiba, é um espaço de apoio aos migrantes para que tenham acesso a informações sobre educação, saúde, trabalho, aspectos jurídicos, assistência social, tradução e relacionadas ao Departamento de Trânsito (Detran).

Na esfera municipal, encontramos iniciativas vinculadas aos migrantes em algumas cidades paranaenses. Por exemplo, em Maringá, em 2018, foi elaborado o Plano Municipal de Políticas Públicas do Migrante. Na mesma linha de atuação estadual, o Plano segue os seguintes eixos: Eixo 1 – Assistência Social; Eixo 2 – Saúde; Eixo 3 – Educação; Eixo 4 – Cultura; Eixo 5 – Justiça; Eixo 6 – Esporte, Lazer e Recreação; Eixo 7 – Trabalho.

No Oeste do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu, estabeleceu-se o Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Município

de Foz do Iguaçu (Decreto nº 27.094, de 27 de março de 2019). Esse Comitê conta com a participação de representantes de várias esferas, tais como a Câmara municipal, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Gerência Regional do Trabalho, a Delegacia de Polícia Federal, a Cáritas de Foz do Iguaçu e as universidades públicas desse município.

Em Cascavel, foi aprovada a Lei nº 6.728, em 2017, que instituiu o “Dia do imigrante haitiano”, sendo comemorada no dia 18 de maio, uma alusão ao dia da bandeira do Haiti, grande feriado nacional do país. Essa medida, de cunho educativo, visa à promoção de ações educativas que valorizem a cultura haitiana, além de dar mais visibilidade aos imigrantes haitianos que vivem no município.

De forma incipiente, essas aspirantes a políticas públicas configuram-se como legislações que abarcam os imigrantes, os refugiados e os apátridas do estado. É necessário trabalhar principalmente na efetividade dessas políticas, fazendo com que realmente beneficiem a população de destino.

Em decorrência disso, na maioria das vezes, quem acolhe, auxilia e encaminha (para o trabalho, para a educação e para as atividades diversas) são as entidades que já existiam (como a Cáritas e as Igrejas evangélicas) ou passaram a existir (como ONGs em Toledo e Curitiba) para atender exclusivamente à população recém-chegada aos municípios. A seguir, destacamos as entidades que atuam juntamente aos imigrantes, as quais, na ausência do poder público, desempenham papel fundamental (e emergencial) no trato da questão migratória.

É fundamental que pensemos a efetividade (ou não) das ações vinculadas às legislações para os migrantes, as quais tornam-se um ponto-chave. Saldanha (2015) menciona a ação de setores da sociedade civil organizada em Curitiba, os quais trabalham para acolher e auxiliar os imigrantes. Desse modo,

[...] o Estado pouco tem feito até aqui para acolher este contingente. No Paraná, há o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes, criado em 2012. Mas apesar de os direitos deste grupo estarem assegurados pela legislação brasileira, é a sociedade civil que tem contribuído verdadeiramente para que sejam postos em prática. Em Curitiba, por exemplo, migrantes e refugiados recorrem a instituições como a Cáritas, Pastoral do Migrante e o recente projeto Política Migratória e Universidade Brasileira, de professores e alunos da UFPR, para obter apoio e orientação. (SALDANHA, 2015, s.p.).

Nunes (2017), Oliveira (2017), Aguilar (2018) e Bortoloto (2018) pontuam a presença de ações ou de “redes de solidariedade” vinculadas a instituições religiosas que atuam na acolhida e na inserção dos imigrantes nos diferentes espaços da sociedade (trabalho, saúde, educação, lazer e outras áreas).

Não só em Curitiba, mas em alguns municípios paranaenses nos quais a migração haitiana é significativa, observamos a atuação de instituições religiosas e representantes da sociedade civil organizada. Em Cascavel, Londrina e Curitiba<sup>23</sup>, por exemplo, têm-se a ação da Cáritas e da Pastoral do migrante, além de outras instituições religiosas.

Embora estejam sendo estabelecidas leis de ação em nível Estado, no que concerne à temática migratória, ainda há gargalos a serem superados na efetividade delas. Acreditamos que a continuidade das leis é de grande valia e contribui para uma digna inserção dos migrantes no território paranaense.

Complementarmente, dados estatísticos são importantes para embasar as ações do poder público. São indicativos que apresentam mais precisão ao fenômeno migratório haitiano, pois podem indicar o grau de amplitude (quanto, onde e quando) dos fluxos. A diante, apresentamos bases de dados e os resultados (mapas, gráficos e tabelas) de suas análises.

Em 2019, de acordo com o SISIMIGRA (2019), as nacionalidades que mais solicitaram o registro migratório no Paraná foram: Haiti (3.443), Venezuela (3.171), Paraguai (1.050), Colômbia (591), Argentina (409), Bangladesh (163), China (162), Peru (144) e Síria (132). No total, foram 11.232 solicitações, já em 2010, foram 2.880 solicitações (SISMIGRA, 2019). Notamos um aumento de mais de 300% nas solicitações estaduais, no período de 2010 a 2019.

Verificamos que houve uma maior diversificação das nacionalidades solicitantes do registro migratório. Em 2010, constavam Paraguai, Argentina, Estados unidos, Alemanha, Líbano, França, Portugal, México e Itália como sendo os primeiros, destoando-se dos registros de 2019. Os traços característicos eram de migração fronteiriça e possivelmente de migrantes qualificados, mas ainda assim ocorriam em números menos significativos que nos anos posteriores. Diante desses dados, é possível considerar o Paraná como sendo um estado de migração recente

---

<sup>23</sup> Para um aprofundamento, sugerimos a leitura dos estudos de Nunes (2017) e de Oliveira (2017).



e que possivelmente com contornos do perfil populacional do estado nas próximas décadas.

Há possivelmente uma intrínseca relação dos fluxos migratórios recentes no Paraná com a sua dinâmica produtiva . Em 2018, de acordo com a RAIS, estes foram os postos de trabalho mais ocupados por migrantes: Magarefe (1.840), Alimentador de Linha de Produção (1.745), Retalhador de Carne (1.242) e Abatedor (990). Os setores de atividade com maior número migrantes foram o de Abate de Aves (3.774) e Frigorífico – abate de suínos (1.130).

Há, desse modo, uma lógica baseada na força de trabalho migrante e que está estritamente vinculada ao setor frigorífico, sendo ela a regente da contratação hegemônica da força de trabalho migrante no Paraná. Para Martins *et al.* (2014), “Não é exagero afirmar que eles fazem parte de um exército mundial de trabalhadores da indústria da alimentação [...]” (MARTINS *et al.*, 2014, p. 6).

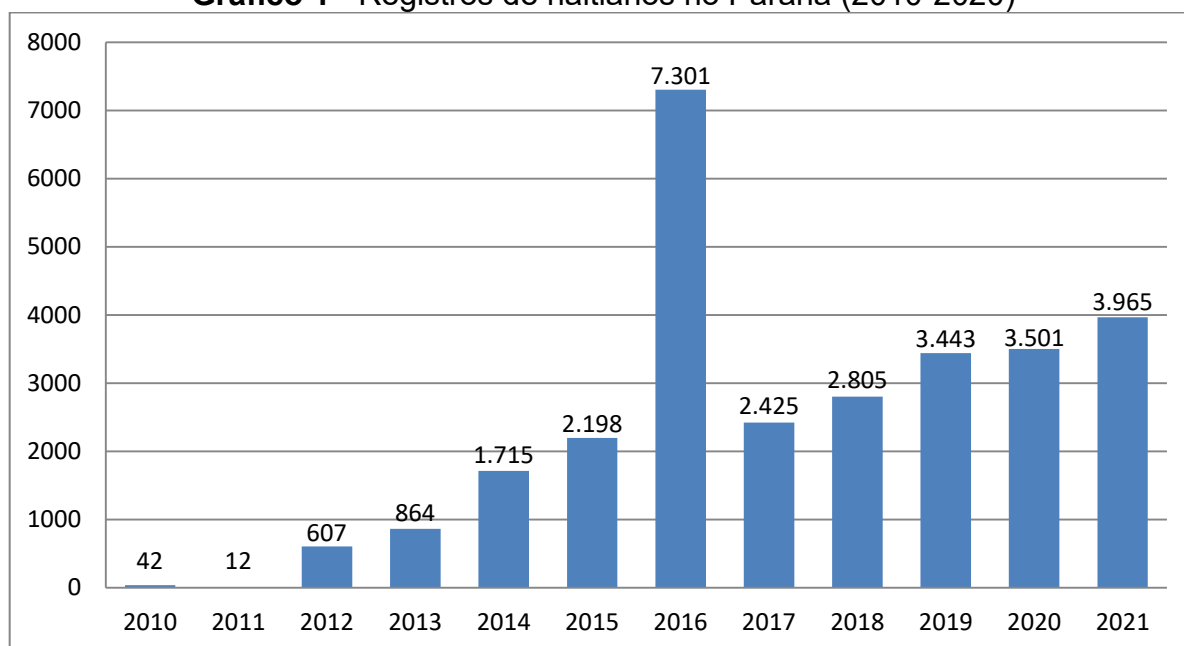
Ressaltamos que a pandemia de covid-19 se refletiu no fechamento de fronteiras e no enrijecimento de políticas migratórias da maioria dos países do mundo. Essa situação impactou a vida dos imigrantes, seja por meio da interrupção dos projetos migratórios ou por meio dos efeitos no mercado de trabalho, que tendem a afetar aqueles que já se movimentaram (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020). Especialmente quando tratamos de imigrantes haitianos, que têm no trabalho o mote de seus percursos migratórios, as possíveis consequências no mercado de trabalho podem afetar as condições de vida e até mesmo a permanência no Paraná e no Brasil.

Partindo para os dados sobre a migração haitiana para o Brasil, os primeiros impulsos desse processo ocorreram no início dos anos 2010, logo depois do terremoto de janeiro de 2010. Para além dessa característica (da relação do fenômeno migratório com o terremoto), já em território brasileiro, os trajetos, as direções e os destinos dos imigrantes tinham como premissa as questões relacionadas ao mundo do trabalho. Não é aleatório o número de registros<sup>24</sup> consideráveis nos estados do Sul e Sudeste do país, distantes da porta de entrada dos primeiros imigrantes, no Norte brasileiro. Entre 2000 e 2021<sup>25</sup>, São Paulo (com

---

<sup>24</sup> Os registros nesse caso referem-se aos imigrantes que solicitaram a emissão do Registro Nacional Migratório (RNM) junto à Polícia Federal brasileira.

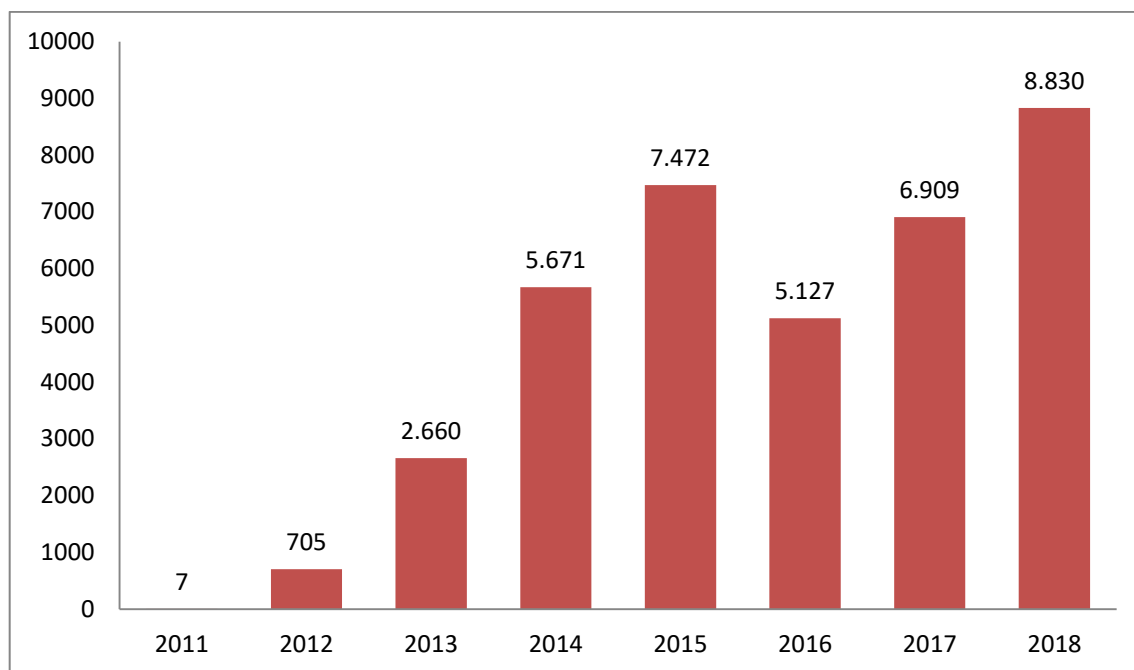


**Gráfico 1 - Registros de haitianos no Paraná (2010-2020)**

Fonte: SISMIGRA (2020).

O pico de registros de imigrantes haitianos no Paraná, em 2016, deve-se ao aumento da entrada via aérea no Brasil, a partir de 2013, bem como a uma tendência de consolidação dos fluxos migratórios provenientes do Haiti em direção ao Paraná. Ao passo em que ocorreram registros de imigrantes haitianos no Paraná, foram ampliando-se os vínculos empregatícios, conforme o Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Vínculos de emprego ativos de imigrantes haitianos no Paraná (2011-2018)**



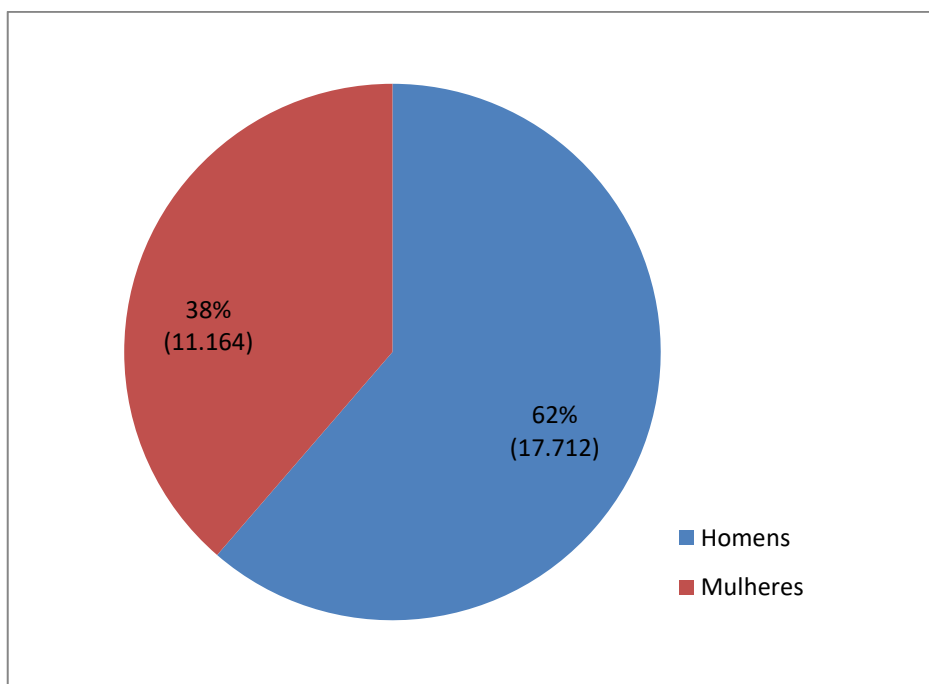
Fonte: Brasil (2018).

O que nos chama a atenção, comparando-se os registros e os vínculos, é que, em 2016, enquanto há um pico no número de registros, ocorre uma queda no número de vínculos empregatícios de imigrantes no mercado de trabalho formal.

Ainda assim, equiparando-se o início da década com o ano de 2018, que apresentava 8.830 vínculos empregatícios, constatamos um aumento expressivo na contratação de força de trabalho haitiana no Paraná. Ressaltamos, porém, que há uma série de ocupações referente ao emprego formal por parte dos imigrantes em postos de trabalho informais não apresentada nos dados oficiais.

Com relação aos registros de imigrantes por sexo no Paraná, o Gráfico 3 evidencia uma predominância dos registros de homens. É um indicativo (que carece de outros de natureza trabalhista para complementá-lo) de que há uma tendência de migração com fins laborais.

**Gráfico 3** - Registro de imigrantes haitianos, por sexo no Paraná (2010-2020)

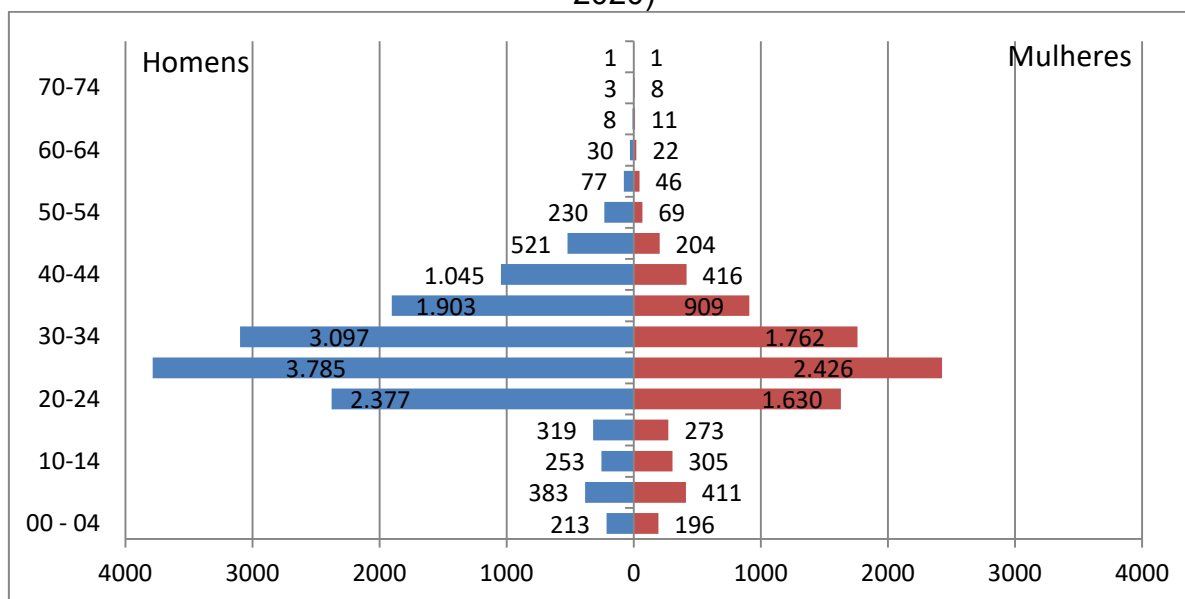


**Fonte:** SISMIGRA (2020).

Esse perfil no estado reforça a mesma tendência da composição dos imigrantes por sexo em âmbito nacional (64,1% de homens e 35,9% de mulheres) ou em unidades da federação com grande presença de imigrantes haitianos, como São Paulo (65,4% de homens e 34,6% de mulheres) e Santa Catarina (62,1% de homens e 37,9% de mulheres).

O Gráfico 4 demonstra o perfil das faixas etárias dos imigrantes haitianos no Paraná. É importante frisar que as idades computadas se referem à idade indicada quando foi feito o registro do imigrante no Brasil.

**Gráfico 4 - Registros de imigrantes haitianos no Paraná, por idade e sexo (2010-2020)**

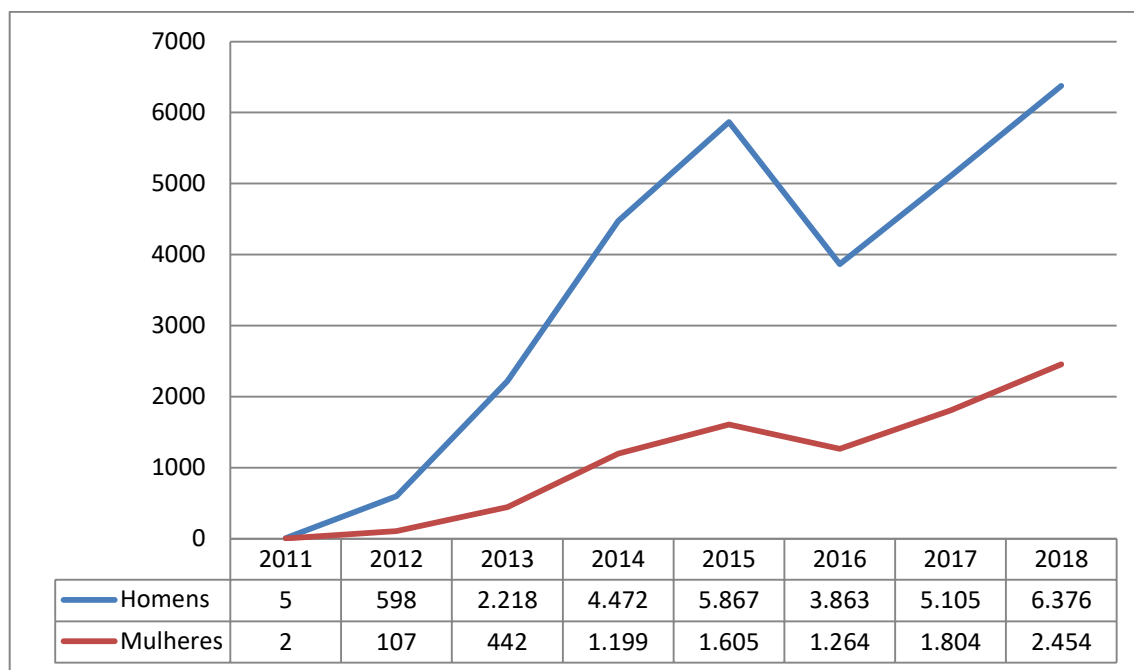


Fonte: SISMIGRA (2020).

Observamos uma grande predominância nos registros da faixa etária dos 20 aos 44 anos de idade, que corresponde à População Economicamente Ativa (PEA), reforçando novamente que o perfil da migração haitiana no Paraná está vinculado ao trabalho.

A partir disso, é pertinente notarmos, no mercado de trabalho paranaense, os vínculos de emprego por sexo. Desde os primeiros registros de emprego desses sujeitos, há um predomínio de homens sendo contratados (Gráfico 5).

**Gráfico 5 - Vínculos de emprego de imigrantes haitianos no Paraná por sexo (2011-2018)**



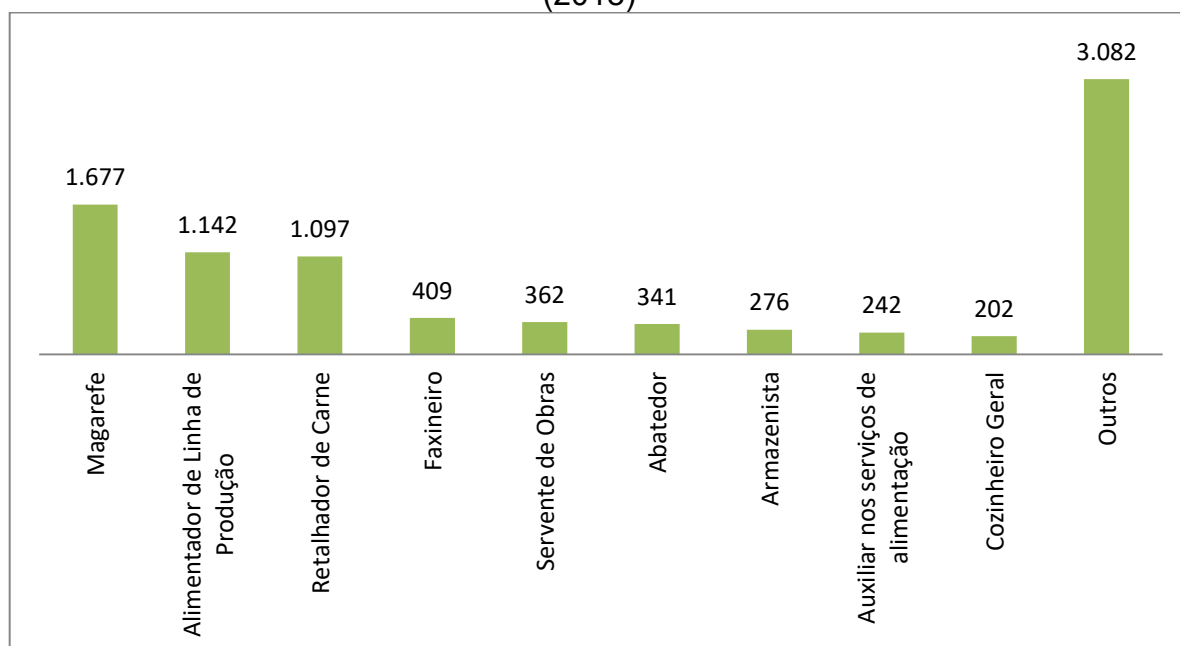
**Fonte:** Brasil (2018).

Para além desse perfil majoritariamente masculino da migração haitiana no Paraná, quando são consultamos as ocupações mais frequentes, notamos uma prevalência do campo “sem ocupação” ou “outra ocupação não classificada”, assim como o campo “sem informação” apresenta muitos registros.

As informações tendem a corroborar para as seguintes tendências: migração não qualificada por parte dos migrantes haitianos, com grande predominância de ocupações que não exigem alta qualificação profissional, embora existam barreiras tais como a língua e a dificuldade de validação dos diplomas no Brasil. Além disso, é possível que os imigrantes informem profissões às quais pretendem trabalhar no Brasil e que não necessariamente refletem a sua qualificação no Haiti.

Comparativamente, no que tange ao universo do trabalho, o Gráfico 6 demonstra as ocupações dos imigrantes haitianos no mercado formal de trabalho do Paraná em 2018.

**Gráfico 6 - Ocupações formais selecionadas pelos imigrantes haitianos no Paraná (2018)<sup>26</sup>**



Fonte: Brasil (2018).

O que nos chama atenção no gráfico é o fato de que as ocupações com mais postos de trabalho ocupados (Magarefe, Alimentador de linha de produção e Retalhador de Carne) estão, na maior parte das vezes, relacionadas ao setor frigorífico.

No que diz respeito às principais atividades econômicas (Tabela 7), em 2018 no Paraná, o abate de aves constituía-se como o principal setor empregador, tendo em vista que a dinâmica do mercado de trabalho nesse estado está principalmente vinculada ao setor agroindustrial e mais especificamente aos frigoríficos.

<sup>26</sup> A classificação "Outros" se refere a uma variedade de ocupações, sendo que cada qual apresenta quantitativamente pequenos números. Não sendo possível neste gráfico e neste espaço da tese representar todas as ocupações formais dos haitianos no Paraná, apresentamos aquelas com maiores números.



**Tabela 7** - Principais atividades econômicas desenvolvidas por imigrantes haitianos no Paraná (2018)

<b>Atividade Econômica</b>	<b>Vínculos</b>
Abate de aves	3.121
Frigorífico – Abate de suínos	811
Restaurantes e similares	510
Construção de edifícios	276
Sem informação	204
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	129
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	121
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	103
Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	100
Outros	3.455
<b>Total</b>	<b>8.830</b>

**Fonte:** Brasil (2018).

Ao cruzarmos as informações sobre as ocupações e as atividades econômicas as quais estão vinculados os imigrantes haitianos no Paraná com a dinâmica produtiva, podemos enfatizar o setor avícola. O estado representou, em 2019, 35,88% de toda produção avícola brasileira, seguido por Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 15,53% e 14,47%, respectivamente. Conforme verificamos na Tabela 8, no Paraná, há uma concentração das granjas de corte nas regiões Oeste, Norte Central e Sudoeste.

**Tabela 8** - Granjas de corte de frango por região do Paraná (2019)

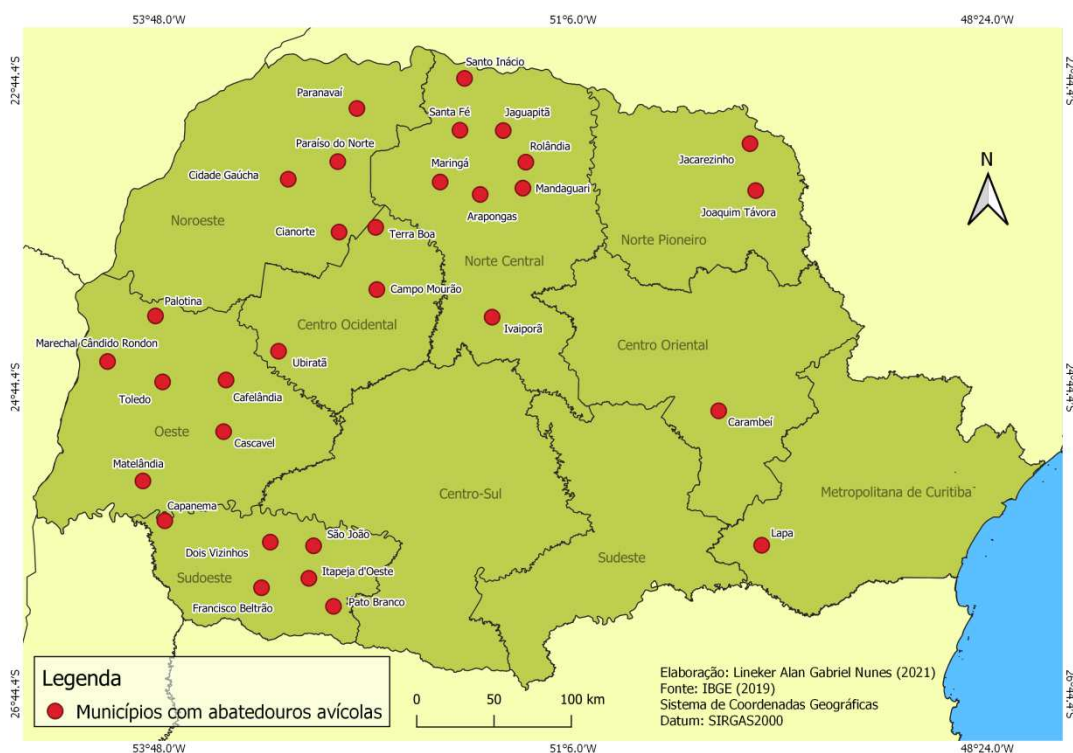
<b>Região (IBGE)</b>	<b>Granjas de corte</b>	<b>%</b>
Noroeste	1.364	6,85
Norte Central	4.115	20,49
Norte Pioneiro	959	5,36
Oeste	6.580	35,42
Centro Ocidental	932	6,78
Centro Oriental e Metropolitana de Curitiba	1.295	5,71
Sudoeste	4.259	19,38
Centro Sul	24	0,00
Sudeste	171	0,00
<b>Total</b>	<b>19.969</b>	<b>100</b>

**Fonte:** SINDIAVIPAR (2020).

Além disso, observamos uma relação da produção avícola paranaense com a cadeia produtiva global desse tipo de alimento. Em 2019, por exemplo, os 10 maiores destinos da carne de frango do Paraná foram China, Arábia Saudita, Japão, Emirados Árabes, Hong Kong, Kwait, África do Sul, Rússia, Alemanha e Egito.

A concentração de abatedouros se dá, principalmente, nas mesoregiões Norte Central, Noroeste, Oeste e Sudoeste. Tem-se praticamente um cinturão produtivo destinado à produção, ao abate, ao processamento e à exportação da carne de frango no estado (Figura 5).

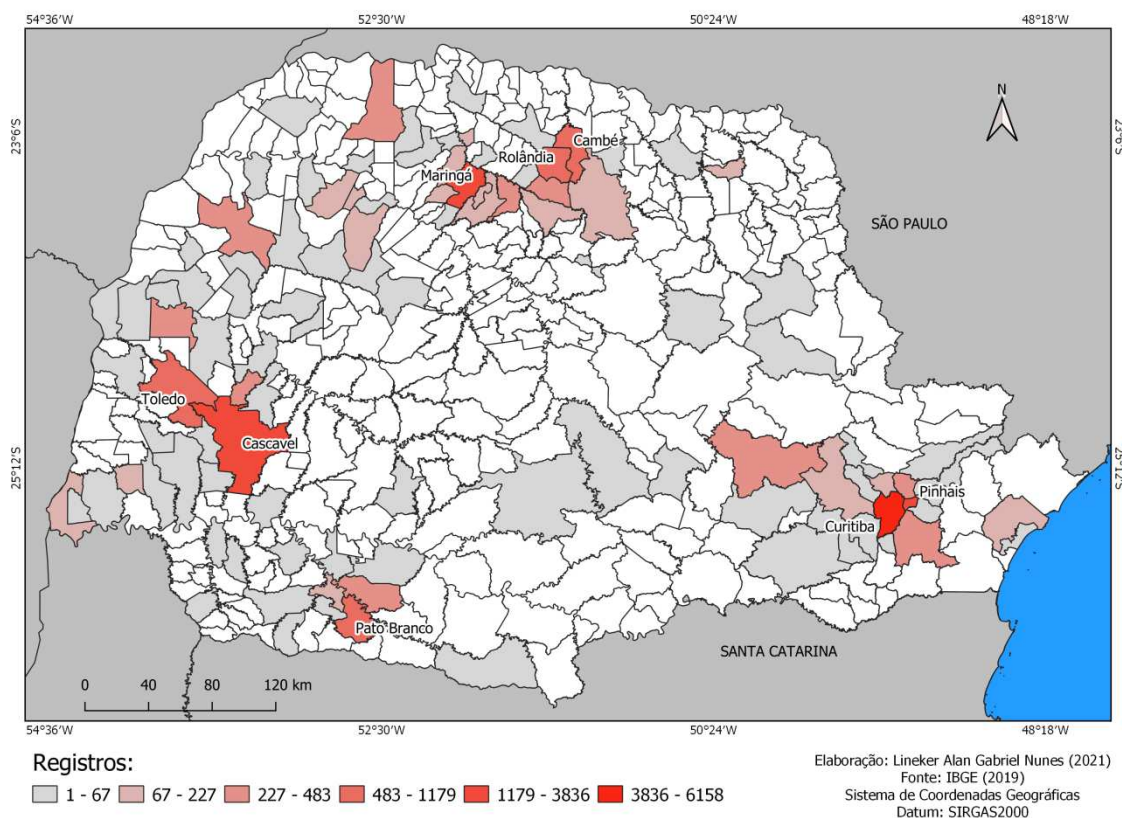
**Figura 5 - Municípios paranaenses com abatedouros de aves (2018)**



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Chama-nos a atenção, nesse momento, a espacialização dos registros de imigrantes haitianos por município. A distribuição populacional segue praticamente o mesmo desenho da distribuição dos frigoríficos avícolas, indicando uma íntima relação entre a migração haitiana e o trabalho, verificada quando avaliamos a espacialização das atividades produtivas juntamente com os registros administrativos (Figura 6).

**Figura 6 - Registros de imigrantes haitianos por município no Paraná (2010-2020)**



Fonte: SISMIGRA (2021).

Uma ressalva a ser feita refere-se à Curitiba e à Região Metropolitana, notadamente Pinhais e São José dos Pinhais. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) não se vê, como em outras do estado, a concentração de abatedouros de aves, estando as atividades dos imigrantes ligadas ao setor de comércio e serviços, corroborando com a dinâmica produtiva local tipicamente urbana.

Com relação aos vínculos empregatícios de imigrantes haitianos em 2018, os municípios com mais registros foram Curitiba e Cascavel, além de Maringá, Toledo e Pato Branco, que também são os que apresentavam um maior número de imigrantes contratados no mercado de trabalho formal.

Já no que se refere à distribuição dos registros de imigrantes haitianos por município no Brasil, no período de 2000 a 2020, nas 20 cidades com

mais registros, há uma predominância da inserção dos imigrantes nos estados do Sul e do Sudeste (Tabela 9).

**Tabela 9** - Municípios com mais registros de imigrantes haitianos no Brasil (2000-2021)

<b>Município</b>	<b>Nº de registros</b>
São Paulo / SP	24.394
Curitiba / PR	6.949
Joinville / SC	5.558
Cascavel / PR	5.166
Porto Alegre / RS	4.703
Manaus / AM	4.383
Cuiabá / MT	4.073
Chapecó / SC	3.197
Itajaí / SC	3.110
Contagem / MG	2.702
Caxias do Sul / RS	2.667
Bento Gonçalves / RS	2.513
Florianópolis / SC	2.444
Sorocaba / SP	2.397
Rio de Janeiro / RJ	2.201
Balneário Camboriú / SC	2.000
Pinhais / PR	1.972
Maringá / PR	1.883
Canoas / RS	1.773
Blumenau / SC	1.758
Outros	81.466
<b>Total</b>	<b>167.309</b>

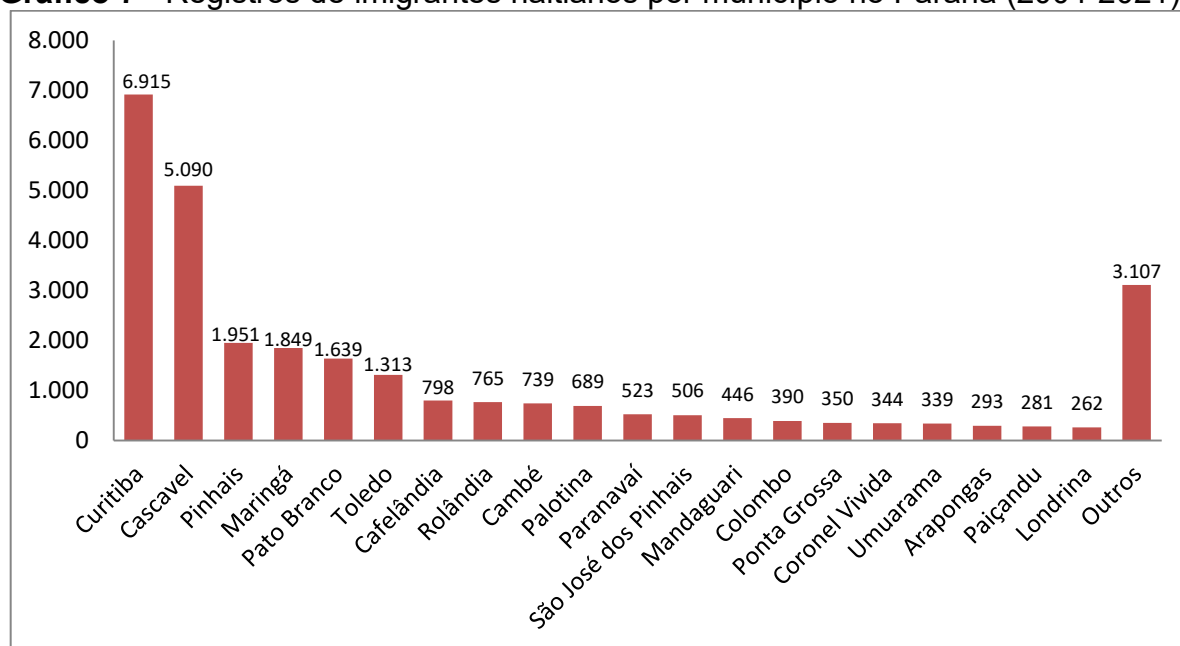
Fonte: SISMIGRA (2021).

Constatamos uma grande concentração de registros nos municípios de São Paulo, Curitiba e Joinville. Do mesmo modo, há uma prevalência, além das capitais, de cidades médias<sup>27</sup>, tais como Cascavel, Chapecó, Itajaí, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Maringá. Ademais, os 20 municípios selecionados somam 71.969 registros, diante dos 135.828 totais. Evidencia-se, desse modo, um caráter concentrador em relação às regiões de inserção dos imigrantes haitianos no Brasil.

<sup>27</sup> Entende-se por cidades médias aquelas com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, embora se reconheça a amplitude do debate acerca do tema (VIEIRA; ROMA; MIYAZAKI, 2007). A definição utilizada leva em conta apenas o aspecto demográfico, pois facilita a terminologia ao serem citadas determinadas cidades.

No caso dos registros dos imigrantes haitianos no Paraná, os municípios com os maiores números (Gráfico 7) são Curitiba (6.158 registros) e Cascavel (3.836 registros).

**Gráfico 7 - Registros de imigrantes haitianos por município no Paraná (2004-2021)<sup>28</sup>**



Fonte: SISMIGRA (2021).

Chama-nos a atenção os números consideráveis de registros nos municípios de Toledo, Cambé, Rolândia, Cafelândia e Palotina. Isso evidencia que a territorialização da migração haitiana, além de ocorrer em Curitiba e em sua Região Metropolitana, alcançou as regiões Oeste, Norte e Sudoeste do estado.

No que tange aos vínculos empregatícios dos imigrantes por município, tem-se uma maior concentração no município de Curitiba. A partir disso, a maioria das cidades elencadas na Tabela 10 tem estrita relação com a dinâmica produtiva agroindustrial, mais especificamente ao abate de frango, como mencionado anteriormente.

<sup>28</sup> A classificação “Outros” se refere a uma variedade de ocupações, sendo que cada qual apresenta quantitativamente pequenos números. Não sendo possível neste gráfico e neste espaço da tese representar todas as ocupações formais dos haitianos no Paraná, apresentamos aquelas com maiores números.

**Tabela 10** - Vínculos empregatícios de imigrantes haitianos por município do Paraná (2018\*)

<b>Município</b>	<b>Vínculos ativos</b>
Curitiba	1.924
Cascavel	1.521
Maringá	963
Toledo	743
Pato Branco	393
Rolândia	334
Cafelândia	319
Palotina	275
São José dos Pinhais	246
Pinhais	188
Londrina	180
Paranavaí	157
Araucária	148
Colombo	130
Mandaguari	128
Itapejara d'Oeste	110
Outros	1.071
<b>Total</b>	<b>8.830</b>

**Fonte:** Brasil (2018).

\* Para fins de organização, foram selecionados apenas os municípios com mais de 100 vínculos ativos no respectivo ano.

Outro ponto importante é a presença de municípios pequenos dentre os que têm mais vínculos empregatícios de imigrantes haitianos, tais como Cafelândia, Mandaguari e Itapejara d'Oeste. Embora a maioria dos vínculos esteja em cidades médias, a presença de pequenos municípios<sup>29</sup> pode mostrar a relação da busca dessas localidades com o trabalho. Por exemplo, em Cafelândia, no Oeste paranaense, do total de ocupações (319), 231 eram ocupadas por Magarefes, 68 por Alimentador de Linha de Produção e 12 por Carregador (Armazém)<sup>30</sup> (RAIS/CTPS, 2018). Nesse município, há um frigorífico de abate de aves, que possivelmente deve absolver a grande maioria da força de trabalho .

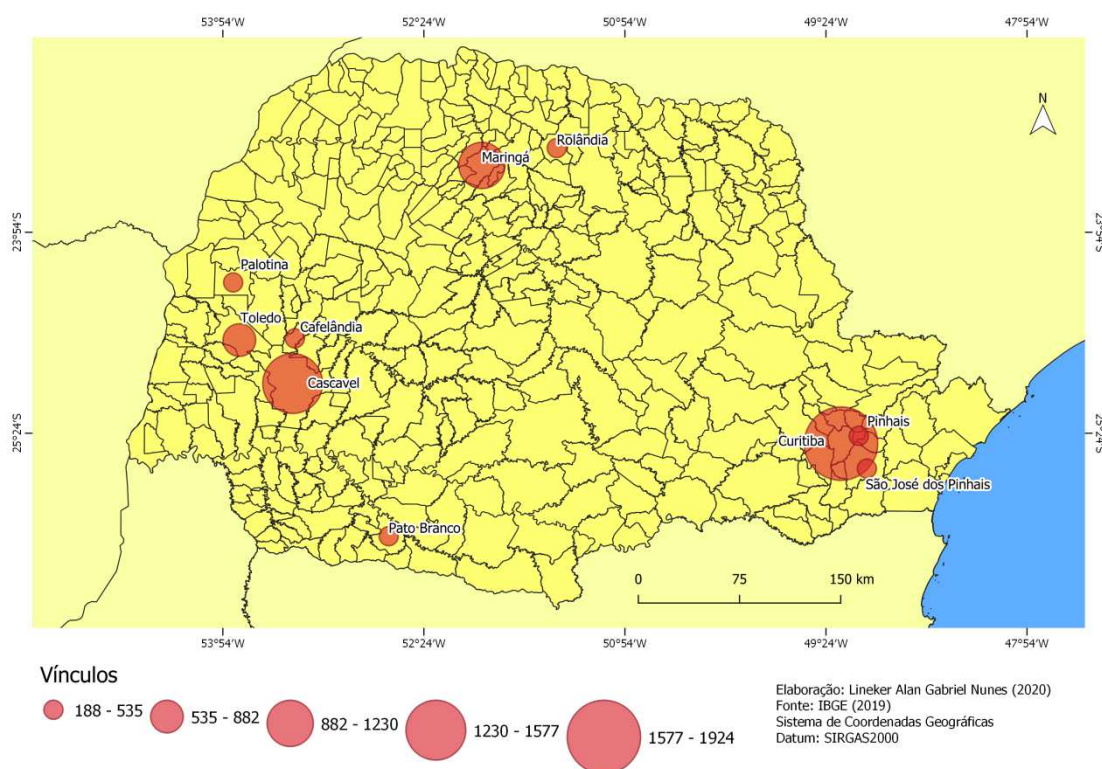
Em Itapejara d'Oeste, no Sudoeste do estado, das 110 ocupações de imigrantes haitianos em 2018, 94 eram de Retalhador de Carne. Assim como em Cafelândia, há um frigorífico de aves no município, que deve ser responsável pela inclusão da força de trabalho de imigrante.

<sup>29</sup> Entendemos como cidades pequenas aquelas com até 50 mil habitantes, conforme classificação do IBGE.

<sup>30</sup> A ocupação está descrita da mesma maneira em que foi classificada na RAIS.

Podemos inferir a relação existente entre os registros (de vínculos empregatícios) e a oferta de trabalho nesses municípios, constituindo-se como destinos preferenciais dos imigrantes haitianos a partir da oferta de trabalho e da dinâmica produtiva nesses espaços. Para considerar a especialização dos vínculos empregatícios dos imigrantes haitianos no Paraná, elaboramos a Figura 7.

**Figura 7 - Vínculos empregatícios de imigrantes haitianos nos municípios selecionados (2018)**



**Fonte:** Brasil (2018).

Em Curitiba, cidade com o maior número de registros e de vínculos, as ocupações e os setores de atividade destoam dos municípios do interior, tendo em vista a diferenciação no mercado de trabalho. As ocupações de imigrantes haitianos mais recorrentes em 2018 eram de Faxineiro (255 postos), de Alimentador de Linha de Produção (181 postos), de Auxiliar nos Serviços de Alimentação (154 postos), de Cozinheiro Geral (150 postos) e de Servente de Obras (107 postos).

Ademais, observamos uma diversidade maior de ocupações, se compararmos aos municípios do interior: Zelador de Edifício (79 postos), Atendente de Lanchonete (74 postos), Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas (68 postos), Repositor de Mercadorias (60 postos).

Cascavel, município com o segundo maior número de registros e vínculos, tem uma dinâmica intermediária (mas ainda com predominância das ocupações no setor frigorífico), em relação à Curitiba e às pequenas cidades do estado. As ocupações mais frequentes de imigrantes haitianos (em 2018), em Cascavel foram: Retalhador de Carne (766 postos), Armazenista (211 postos), Abatedor (197 postos), Zelador de Edifício (71 postos), Servente de Obras (64 postos), Pedreiro (27 postos), Alimentador de Linha de Produção (26 postos), Faxineiro (16 postos), Auxiliar de Lavanderia (13 postos) e Técnico de Alimentos (12 postos).

Nos setores de atividade, em 2018, verificamos uma concentração no Abate de Aves (1.037 postos), no Abate de suínos (238 postos) e na Construção de Edifícios (58 postos). Assim como nos demais municípios citados, a inserção no mercado de trabalho se dá, na maioria das vezes, em ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional, com baixos salários e até mesmo condições laborais que beiram a insalubridade, como ocorre em diversos trabalhos nos frigoríficos.

É importante observar a movimentação dos imigrantes haitianos no mercado formal de trabalho no Paraná. Os municípios com maior dinâmica produtiva (notadamente a capital e as cidades médias, principalmente) apresentam os maiores números, reforçando a ideia de que os destinos preferenciais dos imigrantes haitianos são aqueles nos quais a disponibilidade de trabalho é mais abundante.

Na tabela 11, relacionada à movimentação no mercado formal em 2019, Curitiba, Cascavel, Maringá e Toledo são os municípios com maiores números. Chama-nos a atenção o saldo negativo em Cascavel, com 75 demissões a mais que admissões.



**Tabela 11** - Movimentação de imigrantes no mercado formal de trabalho no Paraná (2019)

<b>Municípios</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Demitidos</b>	<b>Admitidos e Demitidos (Total)</b>
<b>Curitiba</b>	1176	1015	2191
<b>Cascavel</b>	568	643	1211
<b>Maringá</b>	350	318	668
<b>Toledo</b>	288	235	524
<b>Palotina</b>	215	83	298
<b>São José dos Pinhais</b>	170	117	287
<b>Londrina</b>	144	110	254
<b>Pato Branco</b>	122	125	247
<b>Pinhais</b>	83	89	172
<b>Rolândia</b>	64	100	164
<b>Cafelândia</b>	115	46	161
<b>Araucária</b>	51	89	140
<b>Colombo</b>	56	66	122
<b>Apucarana</b>	70	48	118
<b>Jaguapitã</b>	105	10	115
<b>Mandaguari</b>	70	44	114
<b>Medianeira</b>	61	44	105
<b>Dois Vizinhos</b>	75	19	94
<b>Cambé</b>	43	39	82
<b>Paranavaí</b>	47	32	79
<b>Sarandi</b>	53	23	76
<b>Nova Aurora</b>	45	28	73
<b>Outros</b>	532	403	934
<b>Total</b>	<b>4.503</b>	<b>3.726</b>	<b>8.229</b>

Fonte: Brasil (2019).

Mais uma vez, ressaltamos o papel dos pequenos municípios na inserção dos imigrantes haitianos no Paraná com relação ao mercado de trabalho. Dentre os 15 maiores saldos, temos Cafelândia e Jaguapitã, sendo que a primeira cidade tem no abate de aves seu principal setor de ocupação de imigrantes, tanto que a ocupação mais frequente em 2018 era Alimentador de Linha de Produção, com 65 postos de total de 74.

Essas pequenas cidades têm se tornado atrativas para os imigrantes, principalmente por conta da constante necessidade de força de trabalho no setor frigorífico, juntamente com a rotatividade desse ramo e a não necessidade de qualificação.

Outra dimensão da migração haitiana no Estado a ser investigada, além da que se refere aos registros e ao trabalho, é a educacional. Os dados sobre

a educação nos permitem, por exemplo, inferir como está ocorrendo a inserção formal dos imigrantes no setor educativo do Paraná. É somente a partir de 2016 que se tem matrículas de imigrantes haitianos no ensino superior paranaense, de acordo com o Censo Escolar.

Sabendo-se que os primeiros imigrantes chegaram ao estado em 2011, há um lapso temporal na inserção educacional dos imigrantes, talvez em virtude do trabalho ou das dificuldades burocráticas para validação de diplomas e para continuar dos estudos no Brasil, principalmente nos primeiros anos.

Foram registradas no ensino superior 107 matrículas em 2016, 116 em 2017 e 141 em 2018. Em todos os anos, a universidade que mais recebeu os imigrantes foi a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu. Na instituição, 68 alunos haitianos se matricularam em 2016, 57 em 2017 e 84 em 2018. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), os números são de 17 matrículas em 2016, 29 em 2017 e 29 em 2018.

Esse é número reduzido de matrículas, o que significa que também é baixa a inserção educacional dos imigrantes haitianos no Paraná, em comparação às outras dimensões já consideradas. Ao mesmo tempo, nota-se a presença dos imigrantes em universidades públicas, em detrimento de universidades privadas, evidenciando o caráter inclusivo dessas instituições.

Acreditamos que os dados apresentados neste capítulo nos permitem enxergar e definir o Paraná como um estado preferencial da imigração haitiana no Brasil. Desde a questão dos registros, passando pelo trabalho e pela educação, observamos indícios que demonstram a amplitude desse fenômeno no estado.

Podemos ressaltar que, apesar da concentração populacional dos imigrantes haitianos ocorrer principalmente em Curitiba e em Cascavel, há uma interiorização desse fenômeno, haja vista que muitos municípios com pequena população vêm apresentando uma concentração de imigrantes por conta de sua dinâmica produtiva.

Com relação a essa dinâmica, notamos diferenças na inserção laboral dos imigrantes no interior e na capital. Em Curitiba, as ocupações formais estão vinculadas principalmente à construção civil e ao setor de serviços. Já nos municípios do interior, predominam as atividades no setor frigorífico, mais especificamente à dinâmica avícola e suína. Há, desse modo, uma intrínseca ligação

entre a dinâmica produtiva atrativa aos imigrantes e a presença deles nos respectivos espaços.

É necessária ainda uma maior inserção dos imigrantes nos espaços educacionais, pois, comparando-se as variáveis trabalho e educação, há um latente distanciamento. Uma maior inclusão educacional possivelmente impactaria a questão do trabalho dos imigrantes, conferindo-lhes maior capacitação, como a possibilidade atuação em ocupações mais qualificadas.

No próximo capítulo, concentramo-nos nos conceitos e nas categorias fundamentais relacionadas ao trabalho dos imigrantes no Paraná.

## 5 TRABALHO E A MIGRAÇÃO HAITIANA NO PARANÁ

Neste capítulo, nosso escopo é discutir os conceitos e as categorias fundamentais relacionadas ao trabalho, os quais servem como arcabouço teórico para o entendimento da inserção laboral haitiana no Paraná. Ademais, abordamos a estrutura econômico-social desse estado e a contribuição do pensamento meszariano para a igualdade substantiva dos migrantes em sua integração e vivência no território paranaense.

### 5.1 O TRABALHO NA GEOGRAFIA E OS SENTIDOS E A CENTRALIDADE DO TRABALHO

A categoria trabalho tem passado por um processo de consolidação dentro da ciência geográfica. Tradicionalmente, focada no espaço e nas categorias subjacentes (território, paisagem, região e lugar), o desenvolvimento da Geografia, até o seu movimento de renovação no Brasil, nos anos 1970, pouco ou nada contou com a ideia de que o trabalho poderia (e pode) servir como categoria para melhor entender as dinâmicas do espaço a partir de suas contradições mais profundas.

Assim, é importante retomarmos, dentro do percurso de desenvolvimento da Geografia, os sentidos e os valores dados ao trabalho, buscando lhe conferir centralidade e sentido ontológico, como sendo a base da estrutura social vigente, bem como das diferentes manifestações territoriais presentes no espaço.

A Geografia Clássica, amparada na relação homem-meio, considerava o trabalho como sendo um fator de produção, mas, ao mesmo tempo, não se encarava a importância do trabalhador e as contradições por ele vividas no processo produtivo. O trabalho era um fator existente entre o *homem* e o *meio* no qual estava inserido.

Nessa concepção, existe uma forte presença do empirismo na ciência geográfica, com a ausência de aprofundamento na abstração do concreto, não daquilo que se apresenta como o real-aparente, mas a partir da análise de múltiplas e determinações (MOREIRA, 1981).

O trabalho na Geografia, nesse período, foi entendido como mediação e não como tema central, como bem aponta Thomaz Júnior (2002):

[...] se recorrermos à estrutura fundante desse raciocínio, chegaríamos a Vidal de La Blache, que atrelou à noção de trabalho o ato transformador capaz de permitir ao homem extrair do meio (habitat) as condições e os meios de vida. O trabalho, estreitamente vinculado à órbita das relações econômicas, aqui circunscrito ao sentido de força-de-trabalho, era responsável pelos requerimentos dos modos de existência e que teoricamente esteve na cimeira do conceito de gêneros de vida. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3).

No desenvolvimento da ciência geográfica, tem-se a Geografia quantitativa cujas premissas envolviam a defesa da análise matemática sobre o espaço, o planejamento desse e a concepção de que a cientificidade desse campo advém – de acordo com seus defensores – das análises numéricas do espaço, a partir de cálculos, tendo a estatística um espaço privilegiado. O trabalho era apresentado, contudo, de forma passiva ou ainda como um fator a ser relacionado com vários outros. Devido à sua vinculação burguesa, não abordava os pontos eram questionados, a fim de não se contrapor aos interesses das classes dominantes. Comparada à Geografia clássica, a quantitativa servia como um instrumento de dominação a serviço dos dominantes, sendo praticamente uma atualização do discurso burguês a respeito do espaço (MORAES, 1987).

Pode-se dizer que o primeiro teórico a efetivamente propor uma Geografia do trabalho e tratar dessa temática de maneira mais específica foi Pierre George, que asseverou:

Desse modo vemos se desenhar progressivamente os objetos de uma geografia do trabalho: / - a distinção de sistemas técnicos, econômicos e sociais que comportam formas particulares de articulação das diferentes atividades, de divisão da “força de trabalho” conforme formas e lugares de trabalho / - a avaliação das taxas de utilização da força de trabalho e de suas estruturas técnicas; / - o local do trabalho no tempo e espaço vivido, a gênese de um direito do trabalho e dos quadros institucionais no plano nacional e internacional. (GEORGE, 1979, p. 13).

Embora a proposta tenha sido relevante, as análises de George (1979), desenvolvidas no campo conhecido como Geografia ativa, não obtiveram profundidade suficiente para alicerçar as proposições anunciadas.

No Brasil dos anos 1970, no Brasil, a Geografia passou por um momento de renovação epistemológica. A ruptura com os movimentos anteriores e crítica ao teor exacerbadamente descritivo e matemático (ou a crítica ao empirismo e

ao quantitativismo) foram conduzidas por meio de análises de referencial marxista, as quais possibilitaram, de início, epistemologicamente, uma aproximação da Geografia com o trabalho, uma das categorias fundamentais do pensamento marxista. Desde então, ressalta-se a importância dos estudos sobre o trabalho como possibilidade de compreensão do espaço geográfico.

A Geografia, tal como era conduzida antes da renovação metodológica dos anos 1970, impedia a compreensão do trabalho em sua totalidade. Isso porque os instrumentos teórico-metodológicos, com forte vinculação positivista, focados no empirismo da relação sociedade-natureza, não consideravam o trabalho como sendo central para a compreensão da produção do espaço. Nesse contexto, enquanto se desenvolvia no Estados Unidos a chamada Geografia radical, no Brasil, eram estabelecidas as bases da Geografia crítica. Ao considerar a relação dialética, ou seja, as contradições presentes na sociedade, permitiu-se que os geógrafos analisassem o espaço tendo como referencial seus contrastes mais profundos. Além disso, influenciados pelo marxismo, os geógrafos passaram a apresentar posturas, tanto no âmbito acadêmico quanto político, de modo a contrapor a estrutura social vigente. Moraes (1987) assim se refere a esse aspecto:

[...] o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem. (MORAES, 1987, p. 112).

De maneira inédita, houve uma ruptura da ciência geográfica com o discurso burguês em voga durante longo tempo. Esse novo olhar contrapôs-se à organização do espaço como sendo harmônica e à visão das populações como sendo homogêneas e sem atenção à divisão de classes (MORAES, 1987). Assim, nesse contexto, o debate sobre o “trabalho na geografia” ou a “Geografia do Trabalho” ganhou fôlego no Brasil. Os principais teóricos são Ruy Moreira e Antônio Thomaz Junior. Entretanto, o entendimento acerca do papel e do peso do trabalho para as análises vinculadas à Geografia divergem entre os autores.

Moreira (2011), por exemplo, defende que o trabalho seja discutido pela Geografia como uma categoria chave e não como um novo campo no

pensamento geográfico. O trabalho seria uma forma de auxiliar os geógrafos na compreensão dos fenômenos do espaço: “[...] uma geografia do trabalho, com letra minúscula, não como uma corrente nova na Geografia.” (MOREIRA, 2011, p. 42).

Moreira (2011) é um dos precursores na inserção da categoria trabalho nas análises do espaço, argumentando que espaço e trabalho perfazem uma relação de aparência e de essência: “[...] o espaço geográfico é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho (a relação homem-meio concreta) é a essência.” (MOREIRA, 1981, p. 85).

Na concepção de desse autor (1981), as fábricas, as plantações agrícolas, os prédios, as rodovias, as ferrovias, as redes de telecomunicação, as universidades, os *shoppings* e outros locais são manifestações que se revelam na aparência (no espaço), a partir da essência intrínseca a todos: o processo de trabalho. Esse, por sua vez, pertence à relação metabólica entre o homem e a natureza, havendo a partir disso transformações duradouras e dos mais variados modos em ambas as categorias (sociedade e natureza). Esse entendimento caminha no sentido de se considerar uma Geografia relacionada ao trabalho (MOREIRA, 2011).

Ademais, Moreira (2011) não defende a centralidade da categoria trabalho na Geografia, mas sim a possibilidade de entendê-lo como conceito-chave para o entendimento da História. Nas palavras do autor,

[...] recuperar o trabalho como categoria chave da compreensão da história, não quer dizer que tenhamos que recuperar o discurso da centralidade do trabalho na teoria social, para mim *basta que recuperemos o trabalho como categoria chave da compreensão da história*. (MOREIRA, 2011, p. 52, grifos nossos).

No esforço de aproximar a Geografia e o marxismo, o pesquisador elenca as categorias que podem fazer as ligações entre ambos: a natureza, o trabalho e o homem (MOREIRA, 2004). Esses cruzamentos são importantes para que a práxis geográfica tenha profundidade teórica quanto ao respaldo advindo do marxismo, de modo que as categorias amplamente discutidas em outras áreas do saber (História e Sociologia, por exemplo) são inseridas como mediadoras dessa relação.

O trabalho, desse modo, adquire um papel relevante, pois pode ser visto como aquele que atua na mediação da relação sociedade-natureza (tão

presente no percurso de desenvolvimento da Geografia). É possível nos indagarmos: a partir de que ação ou de que tipo de metabolismo se transforma, se modifica, se condiciona e, portanto, se produz o espaço? A resposta é: por meio do trabalho

De maneira geral, Moreira (2011) defende: o trabalho como sendo categoria chave de compreensão (e não como centralidade); o reestabelecimento da prioridade pelo sujeito nas análises conferidas à teoria social; e o resgate do papel e do projeto da classe trabalhadora como sujeitos. Aliás, essa perspectiva de classe conferida à classe trabalhadora é um dos grandes desafios desta pesquisa, pois, considerando a incipiência da migração haitiana, o conteúdo e as manifestações de classe (por meio de associações, sindicatos ou outras organizações) ainda permanecem como lacunas em que precisam ser investigadas.

Diferentemente de Moreira (2011), Thomaz Júnior<sup>31</sup> (2002) adota uma visão distinta sobre o papel da categoria trabalho na Geografia. Para esse autor, deve-se considerar a “Geografia do Trabalho”, com letras maiúsculas. Em seu texto clássico<sup>32</sup>, realiza de maneira inédita a defesa da centralidade do trabalho na Geografia, de modo a tratar a Geografia do Trabalho como mais um campo de investigação.

Thomaz Júnior (2002) considera o trabalho como sendo a principal referência ontológica, fundante da práxis social. Trata-se de um prisioneiro da sociedade, já que se constitui a base que dá sustentação à vida material e espiritual do ser que trabalha, quando em sua forma concreta, como produtor de valores de uso (THOMAZ JÚNIOR, 2002). O autor também defende o exercício de enxergar a centralidade do trabalho a partir dos conceitos-chave que fundamentam a ciência geográfica (Espaço, Lugar, Paisagem, Região e Território), cabendo ao pesquisador realizar as mediações necessárias para o estabelecimento dessa inter-relação. Nesse sentido,

---

<sup>31</sup> Esse pesquisador é o precursor brasileiro da defesa da Geografia do Trabalho como mais um campo de investigação da ciência do espaço. Ele coordena o Centro de estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), que atingiu proporções maiores com a criação da Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP), reunindo investigadores do campo da Geografia do Trabalho em 17 estados diferentes do Brasil.

<sup>32</sup> THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares). **Scripta Nova** (Barcelona), Barcelona, v. 6, p. 2-21, 2002.



[...] a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 11).

Essa vertente trata da amplitude do processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho, lembrando implicações espaciais vistas quando observamos, por exemplo, a reorganização espacial do parque fabril no país e a existência de minifábricas, capturando a subjetividade operária, o que enfatiza os processos flexibilizantes e ligados à polivalência no processo de trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002). No que se refere a essas alterações no espaço, o autor defende que

[...] o processo de reestruturação produtiva do capital provoca um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a *profundas alterações no espaço e no território* (enquanto categorias de uso interligado), portanto, nas diferentes escalas de análise. Esses referenciais teóricos nos põem na linha de frente para *captarmos o movimento através das suas contradições, pelo viés da sua dimensão espacial*. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 6, grifos nossos).

Superando as visões contrárias e duvidosas quanto ao tema do trabalho na Geografia, o autor defende a chamada “leitura geográfica”, por meio da apreensão das formas, dos processos e dos parâmetros presentes quando do lançamento do olhar do geógrafo sobre determinado fenômeno.

Por exemplo, quando tratamos da migração haitiana no Paraná, devemos levar em conta as demarcações territoriais do trabalho desses sujeitos, de modo a apreender os níveis escalares do fenômeno. Observamos que a combinação entre espaço e trabalho é possível. Assim sendo, a defesa da Geografia do Trabalho não é aleatória, pois se alicerça em uma base teórico-metodológica (de cunho marxista) e ontológica utilizada como referencial analítico desta tese. Concordamos com o Thomaz Júnior (2004) quando afirma que

Defender pressupostos teórico-metodológicos e referenciais epistemológicos e ontológicos, para podermos nos posicionar com segurança na temática do trabalho, nos exige defender também que no âmbito da escala geográfica (enquanto produto das relações sociais) podemos dimensionar a amplitude fenomênica e as contradições que, enquanto concreto em pensamento, conseguimos

visualizar, já na forma da expressão territorial do domínio locacional. (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 19).

Assim como esse autor, defendemos a centralidade do trabalho no âmbito da Geografia, considerando as mediações a serem feitas com os conceitos basilares dessa área, as contradições advindas da subordinação do trabalho ao capital e a reestruturação produtiva do capital. Logo, a partir dessa lente, acreditamos ser possível apreender as contradições no trabalho (e na vida, para além do trabalho) existentes territorialmente.

Buscamos estabelecer, nesta tese, um olhar pormenorizado acerca do trabalho que nos permita enxergar as reais condições de inserção do imigrante haitiano no estado do Paraná. Em busca de trabalho e da reafirmação social em um outro território, os migrantes estão expostos a uma série de constrangimentos no trabalho, quando alugam um imóvel, no transporte público e em outras situações. Isso revela a abrangência da questão, gerando um grande desafio analítico.

A seguir, abordaremos as questões teórico-conceituais, de cunho marxista, que representam o a forma como enxergaremos o fenômeno em questão. Para tanto, em um primeiro momento, recorreremos à análise da categoria trabalho e de seus sentidos para, posteriormente, nos concentrar nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, tanto na fase fordista/taylorista quanto na fase toyotista, engendradas pelo processo de acumulação flexível do capital. Na sequência, demarcamos a inserção dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho no Paraná, pontuando-se as condições de subordinação, de precarização e de alienação as quais estão sujeitos os imigrantes haitianos.

Assim, para compreendermos o trabalho dos imigrantes haitianos no Paraná (objetivo primeiro desta tese), é fundamental considerar as características e as transformações ocorridas no mundo do trabalho. As contribuições de Engels (2004) sobre o pensar da centralidade do trabalho são precedentes até mesmo as de Marx, quando afirma que o trabalho “[...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (ENGELS, 2004, p. 13).

A ideia da centralidade do trabalho na sociedade (independentemente da forma adquirida) aparece como norte, haja vista que, com o desenvolvimento da história, o trabalho é elemento comum em todos os tipos de

sociedades. O trabalho é uma relação, um metabolismo de contato, de modificação e de interdependência para com a natureza.

Na esteira do desenvolvimento humano, a mão humana, com suas características singulares, quando comparadas a outros seres vivos, é o elemento da corporalidade humana que nos diferencia das demais espécies. Para além disso, com a invenção de instrumentos para se dominar o natural, promoveu-se um distanciamento dos seres humanos com relação a outras espécies. Assim, “[...] quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão.” (ENGELS, 2004, p. 26).

Atividades, como a agricultura, a criação de animais, a extração de recursos minerais e até a transformação dos mais diversos recursos pela indústria contemporânea não foram desenvolvidas aleatoriamente. Esses são exemplos que atestam a ação *intencional* e *planejada*, sendo concretizada pela corporalidade – o trabalho, responsável pela singularidade da ação humana sobre o espaço natural –.

Desse modo, a imposição da vontade humana sobre a natureza faz com que essa sirva à dominação imposta, e nisso consiste a “[...] diferença essencial entre os homens e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho.” (ENGELS, 2004, p. 28).

Marx (2014) também comenta a respeito da diferença fundamental entre os seres humanos e os animais. Para ele, impera a subordinação da natureza à vontade humana, havendo no objeto a efetivação de seu objetivo, de maneira *intencional* e *planejada*. Para o autor, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha

[...] é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2014, p. 188).

Partindo dos pressupostos marxistas, é importante articular elementos que contribuam para o entendimento e para a reflexão da categoria

trabalho. Marx (2004) trata do processo de trabalho como sendo inerente às diferentes formas sociais determinadas. Para o autor, o trabalho se constitui como um processo entre o homem e a natureza, sendo o homem aquele que media, regula e controla o metabolismo com a natureza. O homem utiliza-se de sua corporalidade, como “[...] braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.” (MARX, 2004, p. 36). Nesse sentido, os meios de trabalho, aquelas coisas colocadas entre o trabalhador e o objeto, referem-se à estruturação do trabalho e emergem como fundamental para o entendimento do processo de trabalho.

Os meios laborais aos quais estão inseridos os trabalhadores, considerando-se os objetos, as ferramentas e a estrutura que os rodeiam, visando a uma finalidade (a efetivação do processo de trabalho), são indicativos das “[...] condições sociais nas quais se trabalha.” (MARX, 2004, p. 39). Se imaginarmos, por exemplo, a inserção de trabalhadores no espaço fabril, mais especificamente na linha de produção, é preciso observar em que condições se exercem determinados ofícios, haja vista que essas levam a um cenário de estranhamento e de precarização do trabalho<sup>33</sup>.

Tendo como fio condutor a discussão ensejada a partir dos escritos de Engels, concordamos com Marx quando define que o processo de trabalho é uma

[...] atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2004, p. 39).

É fundamental que consideremos o trabalho para além dos desígnios do capital, como ele realmente é (com as determinações precedentes à sociedade baseada no capital), uma relação de mediação da sociedade com a natureza, transformando-a e promovendo a transformação (a partir dos sentidos conferidos ao trabalho) de todo o conjunto social que trabalha e que *vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2005).

---

<sup>33</sup> Para um aprofundamento, sugerimos a leitura de Finkler (2007) e Heck (2013).

Sob o jugo da sociedade capitalista, é necessário considerarmos os processos, as contradições e os sujeitos engendrados a partir da dinâmica do capital, que subordinam o trabalho e a classe trabalhadora à propriedade privada e aos interesses daqueles que tradicionalmente detêm os meios de produção. O trabalho, como sendo um dispêndio de força humana, gera valor. Todavia, existe uma característica dúplice na geração de valor pelo trabalho: os valores de uso e os de troca.

Os valores de uso são precedentes ao capital e materializam-se na utilidade das coisas. Por isso, podemos pensar nos valores de uso a partir dos objetos mais básicos, necessários à sobrevivência humana. Em outras palavras, a utilidade de determinada coisa faz dela um valor de uso (MARX, 2004). Nos valores de uso gerados pelo trabalho, não consideramos as condições de subordinação e de alienação trabalhista diante do capital, mas sim um trabalho voltado a um fim, conferindo sentido aquele que o realiza. Essas são as bases do trabalho concreto, aquele adequado a um fim visando à produção de coisas úteis.

Considerando-se a subordinação do trabalho ao capital, o trabalho assume outro caráter, o de produzir valores de troca, a partir da separação do ser social que trabalha dos meios de produção. Essa separação tende a alienar o trabalhador no processo produtivo, tornando o trabalho dotado de sentido para outrem que não o trabalhador.

Sob a égide do capital, desse modo, são solapadas as bases estruturantes do trabalho concreto útil, aquele produtor de valores de uso, assumindo a forma de trabalho abstrato, que requer “[...] força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada para gerar mais-valor” (ANTUNES, 2010, p. 10).

Em uma brilhante passagem, Marx (2014) esclarece essa dupla dimensão pertinente aos sentidos conferidos ao trabalho da seguinte forma:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso. (MARX, 2014, p. 124).

Na sociedade capitalista, a partir da compra da força de trabalho, o capitalista incorporou o próprio ato de trabalhar como um dos elementos que lhe pertence, ou seja, incluiu o trabalho, um elemento vivo, com os elementos mortos, ambos de seu domínio (MARX, 2004). Disso restou ao trabalhador a venda de sua força de trabalho como forma de sobrevivência. Por isso, os sentidos conferidos ao trabalho pelo trabalhador não lhe satisfazem na consideração de suas potências físicas e mentais, pelo contrário, são-lhe estranhos.

O trabalho estranhado emerge como categoria de importância para esta análise. Quanto a isso, Marx (2004) explica que

[...] o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas sim no ato da produção, dentro da atividade produtiva mesma [...] o trabalho é externo (ausserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas modifica sua Physis e arruína o seu espírito. (MARX, 2004, p. 180).

O sujeito social que vive do trabalho se vê estranho diante do trabalho, que emerge como uma potência capaz de transformar aquele que realiza o ato da produção em uma mercadoria, tornando-se dependente daquele mecanismo para a manutenção da sobrevivência. Disso decorre o sentido de ser e de existir, que não se encontra no trabalho, mas fora dele (MARX, 2004).

Antunes (2010) argumenta que, na sociedade contemporânea, o estranhamento do trabalho encontra-se preservado em sua essência, a partir de uma subjetividade emergente nas esferas produtivas estranhadas com relação ao que se produz e a quem se produz. Assim, as personificações do operariado ideal passam pelas aspirações e pelos anseios do capital. “Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas “aptidões”, (“vontade”, “disposição” e “desejo”), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses “novos desafios”.” (ANTUNES, 2010, p. 130).

No universo do trabalho migrante no estado do Paraná, essas mesmas aptidões são aquelas colocadas como indispensáveis para a um “recomeço”, uma “volta por cima”, uma “segunda chance” daqueles que oferecem a sua força de trabalho. Busca-se o domínio da subjetividade operária, de modo a atuar na alienação do sujeito diante do trabalho.

Outra discussão importante refere-se ao Exército Industrial de Reserva, mencionado por Marx. Já no século XIX, o autor chamava a atenção para a questão do desemprego estrutural como sendo uma condição da sociedade capitalista. Nesse viés, o Exército Industrial de Reserva diz respeito à força de trabalho excedente que pode ser utilizada pelos capitalistas de acordo com seus interesses. Por conseguinte, interessa e muito ao capital a disponibilidade dessa força de trabalho, com o intuito de subjugar-la como convém à acumulação do capital por meio da extração da mais valia do trabalhador. Para o teórico alemão,

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2014, p. 463).

No processo de acumulação do capital, a estrutura da produção tem se modificado e se transformado desde os primórdios da revolução industrial. O processo manufatureiro dos artesãos foi substituído pela padronização produtiva das indústrias, subjugando toda uma classe aos moldes do capital, ou seja, essa população excedente, o exército industrial de reserva. Tais transformações são comandadas pela lógica do capital para a sua reprodução.

Na atualidade, é importante considerar que as modificações organizacionais e as várias crises do capitalismo evidenciaram a existência de um grande contingente populacional sobrando no mercado de trabalho, excluído até mesmo das formas mais precarizadas de empregos. Dentre eles estão os migrantes, que apresentam grande amplitude, velocidade e diferentes direções em seus deslocamentos. A questão, dessa forma, vai na direção da eterna necessidade do capital de subjugar o trabalho com vistas à sua reprodução.

É a partir desse conjunto teórico que se pretende pensar os sentidos e a centralidade do trabalho na contemporaneidade. No entanto, é fundamental apreendermos as transformações ocorridas no capitalismo, que se configuraram como ofensivas do capital perante o trabalho.

## 5.2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE

É do trabalho que o capital, na condição de relação social que preza pela subordinação e pela alienação, se apropria, transformando-o em uma mercadoria. No decorrer do desenvolvimento do capitalismo, foram várias as ofensivas do capital diante do trabalho, tendo como grandes marcos as reestruturações ocorridas em dois momentos distintos: o fordismo e o toyotismo.

Essas formas com as quais o trabalho e a produção passaram a ter características específicas tiveram repercussões que extrapolaram o espaço produtivo, pois moldaram e padronizaram, por meio do consumo, diferentes sociedades em todo o globo, com raríssimas exceções. Assim, é relevante tratarmos das transformações ocorridas no capitalismo, pois conferem o tom da morfologia do trabalho na atualidade.

Um primeiro movimento de valorização do capital ocorreu a partir do fordismo, modelo criado por Henry Ford por volta dos anos 1910. À época, o objetivo era instituir a produção em massa (para uma sociedade de consumo de massa) de seu veículo, o modelo T, o que implicava uma nova organização do trabalho, fundando a chamada “civilização do automóvel” (GOUNET, 1999).

Ancorado em parte no chamado taylorismo (também conhecido como “organização científica do trabalho”), o fordismo se desenvolveu a partir das seguintes características: produção em massa; parcelamento das tarefas em contraposição à especialização produtiva, sendo que o operário tendia a realizar sempre os mesmos gestos no espaço produtivo, o que acarretou a sua desqualificação (operário-massa); linha de produção responsável por interligar as etapas da produção e ditar o ritmo do trabalho, com vistas à sua intensificação; e a verticalização da produção, a fim de se atender à determinada cadeia produtiva (GOUNET, 1999).

Essas foram as bases para a intensificação da exploração da força de trabalho. Gounet (1999) pondera que

A antiga organização da produção precisava de 12:30 horas para montar um veículo. Com o taylorismo, ou seja, apenas com o



parcelamento das tarefas, a racionalização das operações sucessivas e a estandarização dos componentes, o tempo cai para 5:50 horas. Em seguida, graças ao treinamento, para 2:38 horas. Em janeiro de 1914, Ford introduz as primeiras linhas automatizadas. O veículo é produzido em 1:30 hora, ou seja, pouco mais de oito vezes mais rápido que no esquema artesanal usado pelos concorrentes. (GOUNET, 1999, p. 19-20).

Tal padrão produtivo, instituído por Ford, constituiu-se em um mecanismo de intensificação da exploração da força de trabalho, modelo copiado inicialmente pelos rivais da indústria automobilística e que depois se espalhou pelo universo social do trabalho, começando nos países centrais do capitalismo e passando posteriormente as economias periféricas.

Ao se extrapolar o universo fabril, os princípios fordistas ditaram os rumos da organização da produção, do trabalho e do consumo no universo capitalista até os anos 1970. A partir disso, vivenciando a crise petrolífera, o grande capital não viu uma alternativa senão buscar sua reorganização, haja vista que o regime de acumulação que vigorava apresentava entraves para a acumulação de capital. Isso levou a intensas transformações no capitalismo após os anos 1970. As tentativas de superação das questões pelo capital eram, em grande parte, barradas pela força sindical, constituída durante décadas e estável principalmente nos países centrais do capitalismo.

Como saída para o capital, restava o desenvolvimento de um regime de acumulação inteiramente novo, definido por Harvey (1992) como a *acumulação flexível*, sendo “[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” (HARVEY, 1992, p. 140).

A acumulação flexível apoiou-se na inovação tecnológica, no surgimento de novos mercados, em novos setores de produção e no fornecimento novos serviços. A rápida difusão geográfica dos novos padrões de organização do trabalho e da produção foi marcada pela prevalência do emprego no setor de serviços (HARVEY, 1992). O autor também informa que a acumulação flexível implicou altos níveis de desemprego estrutural, pequenos ganhos de salários reais, quando há, e o retrocesso do poder sindical, esse que era uma das bases do modelo fordista. A continuidade desses processos é confirmada por Antunes (2020),

a partir da apresentação da atual morfologia do trabalho, que tem como principal característica a ascensão do novo proletariado de serviços da chamada era digital.

A tese central de Harvey acerca da *acumulação flexível*, com a qual concordamos, é que ela é ainda uma forma de capitalismo, explicada a partir de três características principais: a) o capitalismo é sempre orientado para o crescimento; b) a exploração do trabalho vivo é o cerne para o crescimento em valores reais; e c) o capitalismo envolve necessariamente o desenvolvimento das dinâmicas tecnológicas e organizacionais (HARVEY, 1992).

Esses princípios, inerentes ao capitalismo e claramente presentes na *acumulação flexível*, vista como uma fase da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, permitem que nos atentemos ao modo como (independente dos discursos em voga acerca do trabalho) o trabalho (vivo) é um importante elemento de sujeição, vital para o desenvolvimento do capital.

A acumulação flexível se apoia no consumo, a partir de uma tendência de obsolescência cada vez maior de produtos, como embasou-se na indução de necessidades, forjando uma sociedade que “[...] celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.” (HARVEY, 1992, p. 148).

Travestido de processos flexibilizantes, o capital mais uma vez concretizou a sua ofensiva contra o trabalho. Nesse bojo, a acumulação tem a sua gênese a partir dos primeiros impulsos de uma nova reestruturação produtiva, ocorrida no Japão após a segunda guerra mundial. Esse processo ficou conhecido como Toyotismo<sup>34</sup>, haja vista que surgiu no interior do processo produtivo da Toyota, e teve como pano de fundo a necessidade de competitividade das indústrias japonesas diante das norte-americanas e da aplicação do fordismo ou de um modo de produção competitivo no arquipélago (GOUNET, 1999), o qual, devido às limitações naturais, enfrentava dificuldades tanto em replicar quanto em desenvolver o fordismo em seu território.

Ohno (1997) argumenta que a base do toyotismo está na eliminação do desperdício, havendo dois pilares necessários à sustentação desse sistema: o primeiro é o *just-in-time*, isto é, as partes corretas necessárias à produção alcançam a linha no momento correto e na quantidade necessária, estabelecendo-se, assim, o

---

<sup>34</sup> O toyotismo também é conhecido como Ohnismo, em referência a Taiichi Ohno, seu idealizador.

chamado estoque zero; o segundo é a automação, mas não somente a simples automação, mas sim aquela dotada de um toque humano.

O Toyotismo possibilitou uma série de inovações, distintas do fordismo, tais como: a) a produção é baseada na demanda e no crescimento, ou seja, no fluxo estabelecido; b) dadas as limitações de espaço do Japão, buscava-se combater todos os desperdícios possíveis no processos produtivo; c) almejaram-se a flexibilização do trabalhador e o trabalho em equipe (*team work*), sendo que cada funcionário operava em média cinco máquinas, o que rompeu com a linha fordista e a relação de um operador por máquina; d) institui-se o chamado *Kanban*, um sistema que visava a controlar o fluxo da produção (GOUNET, 1999).

Todas essas alterações na estrutura produtiva geraram uma série de impactos aos trabalhadores. Por exemplo, a intensificação da produção atingiu seu auge com a exigência da polivalência do trabalhador, o qual deveria agora exercer várias funções e operar muitas máquinas. Gounet (1999) também indica que houve uma intensificação do ritmo da produção devido ao gerenciamento *by stress*, um sistema de luzes (verde= tudo em ordem; laranja= a cadeia avança em velocidade excessiva; vermelha= há problemas, sendo preciso parar) que determina o ritmo da produção, intensificando e degradando ainda mais o trabalho no interior das fábricas.

Desse modo, as amarras do capital diante do trabalho, a partir da emergência do toyotismo, abarcaram uma série de outras possibilidades, como: “[...] *kanban*, *just in time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente.” (ANTUNES, 2006, p. 35)

O toyotismo se apoiou na flexibilização dos trabalhadores, ponto essencial para sua consolidação. A força de trabalho era utilizada somente a partir da demanda e de um número mínimo de trabalhadores, os quais tendiam (e ainda tendem) a realizar horas extras em trabalhos temporários ou de forma subcontratada (ANTUNES, 2006).

A desmobilização dos sindicatos foi outro ponto determinante na sedimentação do toyotismo. Nos anos 1950, vários foram os embates entre os trabalhadores da Toyota e de outras companhias, por meio de movimentos sindicais, resultando em uma dura derrota para os trabalhadores. O sindicalismo combativo foi

então substituído pelo *sindicalismo de empresa* e pelo *sindicato-casa* (ANTUNES, 2006). O ataque à subjetividade operária fez com que as noções de classe dos trabalhadores fossem solapadas em detrimento do ideário patronal. Atualmente, observamos fortemente essa característica na realidade brasileira e mundial, o que contribui ainda mais para a alienação do trabalhador em relação trabalho, dando-se sentido a outrem e não a ele mesmo.

O êxito do toyotismo se deu porque

[...] conseguiu assumir valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de ocorrência e de valorização do capital surgidas a partir dos anos 70. Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção - o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital -, mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução. (ALVES, 2000, p. 30).

Notamos que distintas estratégias têm sido utilizadas para valorizar o capital. De tempos em tempos, a partir de crises geradas pelo próprio capital, a sua reorganização sempre foi marcada pelo confronto com o trabalho concreto, reificando-o e sujeitando-o, o que evidencia que o trabalho vivo é um componente vital para a manutenção desse sistema de mercadorias.

Salientamos que as mudanças produtivas apresentadas a partir do Fordismo e do Toyotismo, com uma série de inovações tecnológicas, versam sobre a substituição da força de trabalho ante a inovações tecnológicas. Ao contrário, percebemos sim a sujeição do trabalho ao capital, convertendo-o em uma mercadoria (MARX, 2014).

Por isso, é importante, além de considerarmos as transformações ocorridas no mundo do trabalho, demarcar as características do trabalho na atualidade. Podemos fazer isso a partir dos seguintes questionamentos: Como estão estruturadas as condições de trabalho no mundo e no Brasil atualmente? Quais são os paradigmas vigentes? Em que contexto de trabalho os imigrantes haitianos estão inseridos no Paraná? Essas questões são problematizadas a seguir.

Foram imensas as transformações ocorridas no mundo do trabalho desde os anos 1970, a partir da chamada *acumulação flexível*. O toyotismo se disseminou pelo ocidente, atingindo, desde as economias capitalistas avançadas até países em vias de desenvolvimento, como era o caso Brasil. No plano político, o neoliberalismo tornou-se hegemônico nos discursos, aparecendo como única possibilidade de desenvolvimento. Na esfera prática, as flexibilizações converteram-se em terceirizações, subcontratações, desregulamentações trabalhistas, informalidade e outras situações.

É a partir desse contexto que o mundo do trabalho se estabeleceu, tornando-se um processo que tende, cada vez mais, a preconizar a subordinação do trabalho a partir de amarras e de artifícios veiculados como modernizadores, mas que, em sua essência, objetivam a extração de mais-valor em detrimento do trabalho de outrem, como bem nos lembra Antunes (2020).

Como pergunta motriz, indagamo-nos: Qual é atual a conjuntura do mundo do trabalho, especialmente no Brasil? Para responder à pergunta, partir das perspectivas teóricas já trabalhadas, caracterizamos e tentamos compreender o mundo do trabalho ao qual os imigrantes haitianos estão submetidos no estado do Paraná.

Os grandes impulsos da acumulação flexível se deram no Brasil nos anos 1990. O meio técnico-científico-informacional intensificou-se e refletiu-se, por exemplo, na modernização tecnológica da produção. Além disso, alicerçada em políticas neoliberais, a chamada modernização acarretou flexibilizações no mundo do trabalho – privatizações, terceirizações, dentre outros –, seguindo os novos moldes de acumulação do capital.

Alves (2000) explica que o processo de reestruturação produtiva do capital (intensificado na década de 1990) levou à formação de um novo e precário mundo do trabalho no Brasil, passando de um “toyotismo restrito” para um “toyotismo sistêmico”. O primeiro refere-se às mudanças organizacionais na esfera da produção nos anos 1980, que ocorreram de maneira incipiente e restrita a poucos polos industriais do país. Já o segundo é responsável pela incorporação da dinâmica toyotista, de uma maneira mais ampla, a partir da década de 1990, com vistas à captura da subjetividade operária e à preservação da superexploração do trabalho, que é uma característica estrutural da dinâmica capitalista brasileira.

Diferentemente dos países centrais do capitalismo, o Brasil inseriu-se nas novas dinâmicas, mas sempre de maneira periférica. Nesse sentido, toda a estrutura organizacional para a extração de mais-valia e a precarização do trabalho, a partir de uma série de constrangimentos ao trabalhador, foram sempre uma regra (a exemplo do trabalho escravo, dos soldados da borracha nos anos 1930 e dos imigrantes nordestinos em direção aos grandes centros do país nos anos 1960). Além da desvalorização típica de cada época, somam-se os imperativos da histórica precarização do trabalho no Brasil.

Com relação à classe trabalhadora da atualidade, Antunes (2010) utiliza a expressão classe-que-vive-do-trabalho, buscando dar validade contemporânea ao conceito inspirado em Marx de classe trabalhadora, assim como apreender a efetividade e a concretude desse grupo. Em suas palavras,

A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. (ANTUNES, 2010, p. 102).

Essa noção ampliada de classe trabalhadora é essencial para entendermos as formas e os modos de ser daqueles que vivem do trabalho na contemporaneidade. Entretanto, frisamos que a classe-que-vive-do-trabalho (a classe trabalhadora) exclui gestores de capital, aqueles que vivem de especulação e juros, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária (ANTUNES, 2010). A classe-que-vive-do-trabalho, de acordo com Antunes (2020), corresponde ao conjunto de trabalhadores responsáveis pela geração de valor para o capital, a partir do entrelaçamento entre trabalho vivo e trabalho morto, isto é, entre trabalho humano e trabalho de máquinas do complexo técnico-científico-informacional.

Tal grupo, cada vez mais amplo e heterogêneo, contempla a totalidade dos trabalhadores assalariados, incluindo-se, por exemplo, o proletariado de serviços em geral, como *motoboys*, motoristas de aplicativos, atendentes em *call centers*, professores e imigrantes, esses últimos uma parte fundamental da classe trabalhadora atualmente. No que tange aos imigrantes,

Essa classe é, por isso, ao mesmo tempo, a mais desfavorecida e a mais global [...] discriminados, mas não resignados, eles são parte integrante da classe-que-vive-do-trabalho, exprimindo a vontade de melhorar as próprias condições de vida por meio do trabalho. (ANTUNES, 2020, p. 78-79).

Os imigrantes, importante parte da classe-que-vive-do-trabalho no continente Europeu, por exemplo, vêm cada vez mais tendo peso na totalidade da força de trabalho brasileira e paranaense. Dadas as condições gerais de migração e socioeconômicas da maioria dos imigrantes presentes em nosso país, podemos dizer que são talvez a camada mais frágil de todo esse complexo tecido multifacetado. Antunes (2020) defende a tese de que presenciamos a expansão de um novo proletariado do ramo de serviços, pois esses assumem, no contexto da economia mundial, um peso cada vez maior, além de serem responsáveis por diversas lutas sociais.

Depois da crise financeira internacional de 2008, começaram a eclodir, principalmente nos países centrais do capitalismo, movimentos grevistas, tendo como pautas a precarização das condições de trabalho, a igualdade de condições e os direitos aos imigrantes. São exemplos notórios os movimentos *Occupy Wall Street*<sup>35</sup>, nos Estados Unidos, e o *Euro Mayday*<sup>36</sup>, nos países europeus.

Diante disso, Standing (2020) defende a formação de uma nova classe, o chamado precariado. Para o autor, o precariado faz parte de um grupo distinto dos assalariados, inseguro com relação aos vínculos empregatícios, precário no que diz respeito à renda, desassistido pelo estado e pelas empresas em momentos de crise e alheio à identidade trabalhista típica da classe trabalhadora clássica.

Para Standing (2020), o precariado difere-se daquela classe forjada sob os signos da era fordista-taylorista, descompromissada politicamente. Trata-se de uma classe perigosa, sujeita a aspirações neofascistas. O precariado é, portanto, “[...] sui generis em termos de classe.” (STANDING, 2020, p. 25).

Assume-se, desse modo, uma variedade de formas, a saber:

---

<sup>35</sup> O *Occupy Wall Street* foi iniciado em 2011, a partir de protestos contra a desigualdade econômica nos Estados Unidos. Com base no bordão “We are the 99%”, os grevistas contestavam a concentração de renda na camada do 1% mais rico do país.

<sup>36</sup> O *Euro MayDay* surgiu em 2001, na cidade de Milão, Itália. O movimento visa a denunciar a precariedade das condições de trabalho e de vida de milhões de trabalhadores nacionais e migrantes.

O adolescente que entra e sai o tempo inteiro de um ciber-café enquanto sobrevive de empregos transitórios não é o mesmo que o migrante que usa a inteligência para sobreviver, estabelecendo febrilmente uma rede de contatos enquanto se preocupa com a polícia. Tampouco é semelhante à mãe solteira que se preocupa de onde virá o dinheiro para os alimentos da próxima semana, ou ao homem de 60 anos que aceita empregos eventuais para ajudar a pagar as despesas médicas. Mas todos eles compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro). (STANDING, 2020, p. 32-33).

Embora de grande relevância analítica, a tese do precariado apresenta lacunas. Ao considerar os retratos do trabalho, sobretudo, nos países centrais do capitalismo, tende-se a desconsiderar o Sul global com as suas próprias dinâmicas. Não seria imperioso, então, afirmar que assistimos à formação de uma nova classe? Concordamos com Antunes (2020) sobre o fato de que os aspectos elencados por Standing (2020) envolvem diferentes polos de uma mesma classe (e não diferenciações), o que tenderia à formação de uma nova classe. Assim, todas as feições visíveis são parte da nova morfologia da classe-que-vive-do-trabalho.

Visualizar as marcas territoriais do trabalho, seja na perspectiva da *classe-que-vive-do-trabalho* ou na do *precariado*, nos permite constatar as transformações em curso no mundo do trabalho, as quais têm sido marcadas pela era da uberização, da pejetização, da walmartização dentre outras. As discussões supracitadas nos ajudam a compreender a dinâmica do trabalho na contemporaneidade. Entretanto, de acordo com os interesses do capital, as formas assumidas no espaço da produção tendem a sofrer diferenciações, como discutiremos a seguir.

### 5.3 O PARANÁ COMO TERRITÓRIO ATRATIVO E COMO POSSIBILIDADE: OS FRIGORÍFICOS E A INSERÇÃO PRECÁRIA DOS MIGRANTES NO MUNDO DO TRABALHO

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Paraná é um estado complexo e diversificado, sendo, ao mesmo tempo, farto quanto às suas potencialidades, de um lado, e concentrado e desigual, de outro (PARANÁ, 2017). Nas últimas décadas, passou por uma série de transformações em sua estrutura populacional, socioeconômica, ambiental e em outros campos.



Em um contexto mais amplo, a partir dos anos 2000, o Brasil (e o Paraná) foi marcado pelo “*commodities consensus*”, uma conjuntura econômica e social que atuou na reprimarização das economias dos países da América Latina, tendo como grande foco a produção baseada na monocultura e na exportação, atividades ligadas ao agronegócio (como a agricultura e a pecuária), à mineração e ao extrativismo (SVAMPA, 2015).

Com relação à estrutura populacional, em meados do século XX, vivenciou-se um intenso ganho populacional proveniente das migrações. Nos anos 1960 e 1970, devido à modernização da agricultura, com a expansão da monocultura, as áreas rurais (até então mais populosas) perderam seus habitantes, que migraram para cidades com características mais atrativas, consolidando-se um Estado eminentemente urbano. Ao mesmo tempo, São Paulo e a nova fronteira agrícola (nos estados do Centro-Oeste e Norte do país) atraíam grandes contingentes populacionais provenientes do Paraná. O processo de desconcentração espacial da indústria atraiu a população novamente para o estado, havendo inclusive um processo de migração de retorno (MAGALHÃES; CINTRA, 2012).

As migrações recentes no Paraná, com a incorporação de migrantes internacionais, somam-se a essas transformações populacionais geradas pelos fluxos migratórios. Entre 2000 e 2022, as nacionalidades com mais solicitações de registro migratório no Paraná foram do Haiti (29.285), da Venezuela (17.636), do Paraguai (14.728), da Argentina (5.810) e da Colômbia (4.382) (SISMIGRA, 2022). Constatamos uma predominância, nas cinco primeiras posições, de países provenientes do Sul global. Ademais, as nações com mais registros (Haiti e Venezuela) têm fluxos migratórios recentes, a partir dos anos 2010. Isso mostra a incorporação de novos migrantes internacionais em um processo inédito quanto à nacionalidade e à intensidade dos fluxos.

Não obstante a isso, quais as razões para esses novos fluxos de migrantes internacionais no estado? Como já ressaltamos, uma das razões é a base socioeconômica atrativa para os migrantes, tanto na capital, Curitiba, quanto em outros municípios que são polos regionais, incluindo-se também aqueles adjacentes, que ofertam emprego e condições mínimas de vida que são interessantes aos migrantes.

Interessa-nos contextualizar essa base atrativa a fim de reforçar a relação entre essa configuração econômico-espacial presente no estado e os fluxos migratórios recentes, que configuram fato novo quanto às nacionalidades, às motivações e à dispersão espacial.

Nesse sentido, o IPARDES (2005, 2017) realizou estudos com o objetivo de apreender as dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e de infraestrutura das diferentes regiões paranaenses. Antes de tudo, são investigações relacionadas à divisão territorial do trabalho no Paraná, de modo a superar visões que tratam as regiões como receptáculos neutros, como simples matrizes espaciais de investimento com fatores atrativos ou a visão da crença exagerada das virtudes do desenvolvimento local endógeno (IPARDES, 2005).

A importância dessas pesquisas se dá pela consideração da inserção das diversas mesorregiões paranaenses em uma separação inter-regional e internacional do trabalho, a partir da divisão social do trabalho como categoria explicativa básica de investigação (PARANÁ, 2005). Tal categorização

[...] é a adequada para se estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações intra e inter qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processa e manifesta a reprodução social no espaço, expressa a constituição socioproductiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior. (IPARDES, 2005, p. 10).

O que se notamos com relação à espacialização dos haitianos no Paraná é justamente essa reprodução social no espaço, que emana de um conjunto de relações econômicas (expresso na divisão internacional do trabalho), políticas (nos contatos diplomáticos entre Brasil e Haiti) e sociais (no desenvolvimento desigual dos países no capitalismo) que relacionam os migrantes haitianos a determinadas atividades produtivas. Os estudos, conhecidos como “Vários Paranás”, elucidam, para além das classificações já conhecidas (como a das mesorregiões do estado, cunhada pelo IBGE), a existência de espaços de densificação e de concentração de capitais, de mercadorias, de pessoas e de informações no estado. Esses espaços foram chamados de “espaços econômicos relevantes”, pois concentram, além da população, atividades agropecuárias, industriais, universidades, institutos de pesquisa e outros critérios utilizados no estudo.

Dividiram-se os espaços econômicos relevantes, assim como foram consideradas espacialidades socialmente críticas, por apresentarem índices de pobreza em altos níveis e de fomento de atividades produtivas em baixos níveis. Essa classificação se baseou, inicialmente, no Valor Adicionado Fiscal (VAF)<sup>37</sup> dos municípios do Paraná, indicador que permite mensurar a participação de cada município na economia estadual.

Há, desse modo, no Paraná, espaços dinâmicos e concentradores que são incorporados à economia mundo de maneira robusta, ao mesmo tempo em que há espaços não interligados, ou, quando conectados, o são de maneira intermediária na esteira do processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, com indicadores sociais que revelam especialmente carências.

Quanto aos espaços econômicos relevantes,

Tal denominação deriva do entendimento da existência de municípios de determinada localização espacial, próximos ou em contigüidade, com maior geração e agregação de valor em todos os setores econômicos, ou em algum segmento específico – indicando elevado grau de especialização –, se comparados aos demais municípios do Estado. (IPARDES, 2005, p. 73).

São três os espaços econômicos relevantes no Paraná. O primeiro se caracteriza pelo adensamento populacional centralizado em Curitiba, tendo dois polos em suas pontas: os municípios de Ponta Grossa e Paranaguá. Esse espaço tem uma história de concentração econômica, sendo responsável por 46,5% do VAF estadual em 2013, ao passo que Curitiba, Pinhais e Araucária geraram, respectivamente, 17,24%, 8% e 7,85% (IPARDES, 2017).

Os setores de serviços, de indústria, de comércio e de construção civil são os destaques desse espaço. Em 2013, foram responsáveis por 29,99% do VAF de Serviços, 64,89% do VAF Industrial; 50,35% do VAF do Comércio e por 49,35% do VAF da Construção Civil (IPARDES, 2017).

O segundo espaço econômico relevante é aquele que compreende Maringá, Londrina e os municípios adjacentes, os quais, em 2013, produziram 15,64% do VAF estadual. A atividade industrial e agropecuária (com grãos de verão

---

<sup>37</sup> Pode-se definir o VAF “[...] como sendo a riqueza ou ganho econômico decorrente das diversas atividades, objeto do campo de incidência do ICMS, mesmo que a atividade seja alcançada por algum benefício fiscal, isenção ou imunidade.” (PARANÁ, 2021, s.p.).

e avicultura de corte) são o destaque no tocante à geração de valor e de postos de trabalho. Além disso, esse espaço ampliou as suas atividades nacionais e internacionais (exportações) nas últimas décadas, embora as entradas e as saídas ainda sejam mais expressivas nas relações internas do estado.

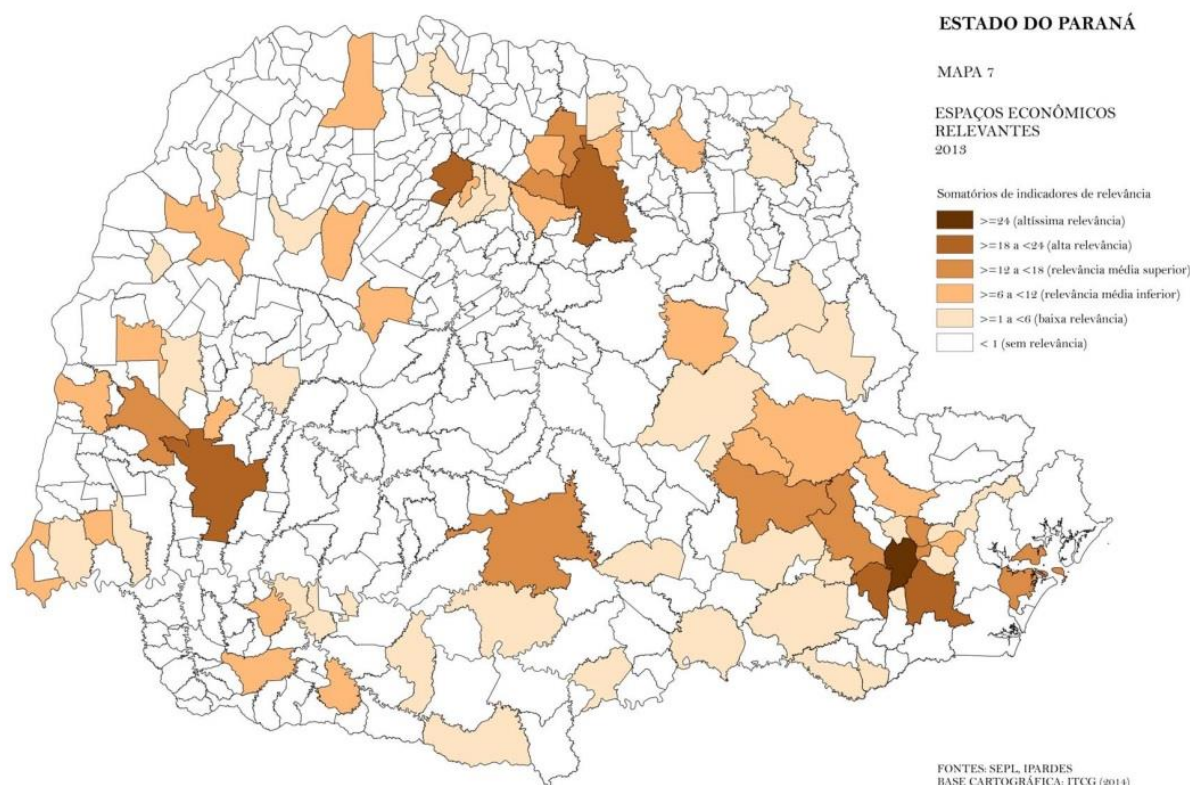
O terceiro espaço econômico de destaque se localiza no Oeste do Paraná, capitaneado pelos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, tendo um vértice a partir de Cascavel no sentido de Toledo, de Marechal Cândido Rondon e de Palotina, e outro na direção de Foz do Iguaçu, passando por Medianeira e Matelândia.

Em 2013, esse espaço foi responsável por 12,8% do VAF estadual, e nele se destaca a indústria alimentar e a de fabricação de bebidas. Quanto à primeira, evidencia-se a produção de aves, de suínos, de bovinos e comercial, assim como as silagens e a alimentação de animais para o abate. Há, ainda, nessa espacialidade, a produção de leite integrada ao complexo agroindustrial cooperativista (IPARDES, 2017).

Além dos espaços econômicos relevantes, constata-se as chamadas espacialidades de relevância, como a porção Sudoeste (tendo Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos como âncoras), a Noroeste (com Cianorte, Umuarama e Paranavaí), a Centro-Oriental (com Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Arapoti) e a Norte Pioneiro (com Cornélio Procopio).

A Figura 8 expressa os diferentes espaços de relevância supracitados.

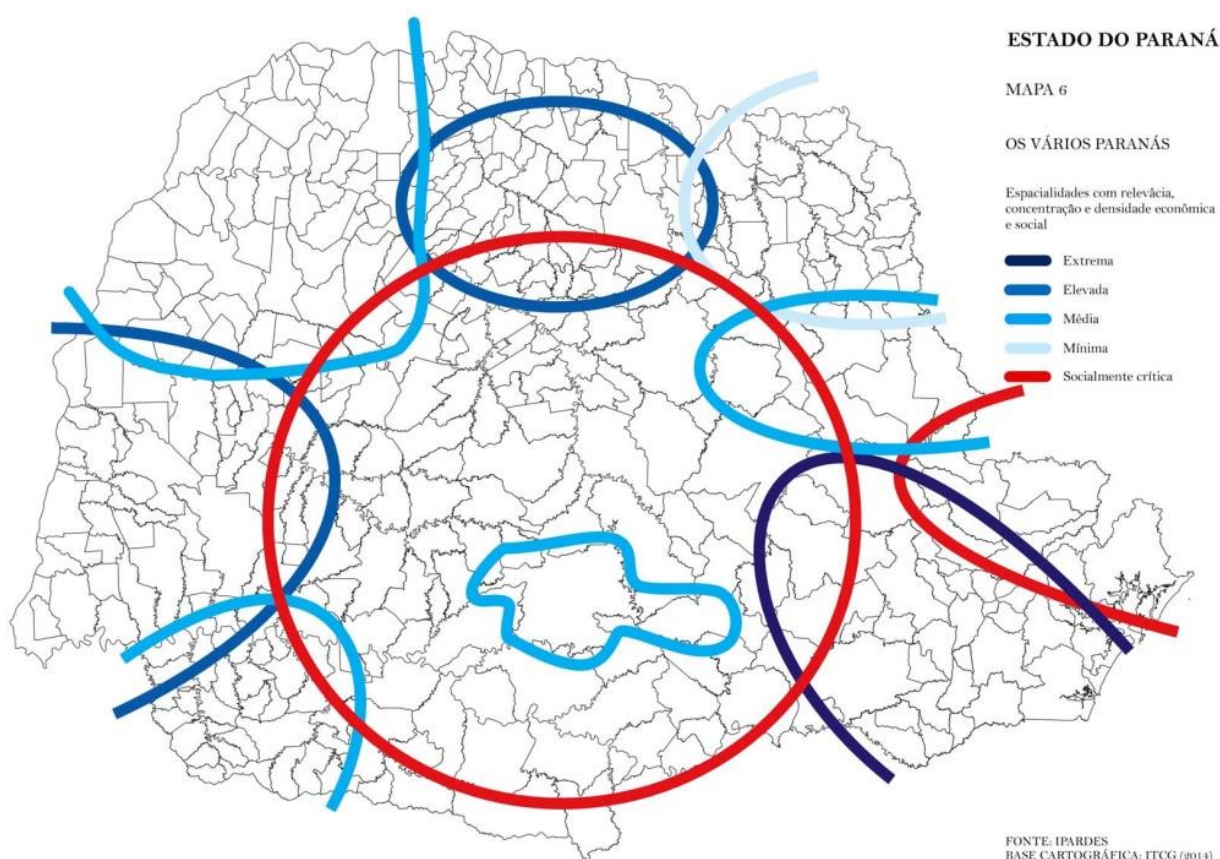
**Figura 8** - Espaços econômicos relevantes do Paraná (2013)



**Fonte:** IPARDES (2017).

Na Figura 9, visualizamos as diferentes espacialidades identificadas pela pesquisa do IPARDES com relevância, concentração e densidade econômica e social, bem como aquelas socialmente críticas. Observamos uma concentração das áreas socialmente mais críticas na parte central do estado (com exceção da área polarizada por Guarapuava) e na região do Vale do Ribeira.

**Figura 9** - Espacialidades com relevância, concentração e densidade econômica e social no Paraná

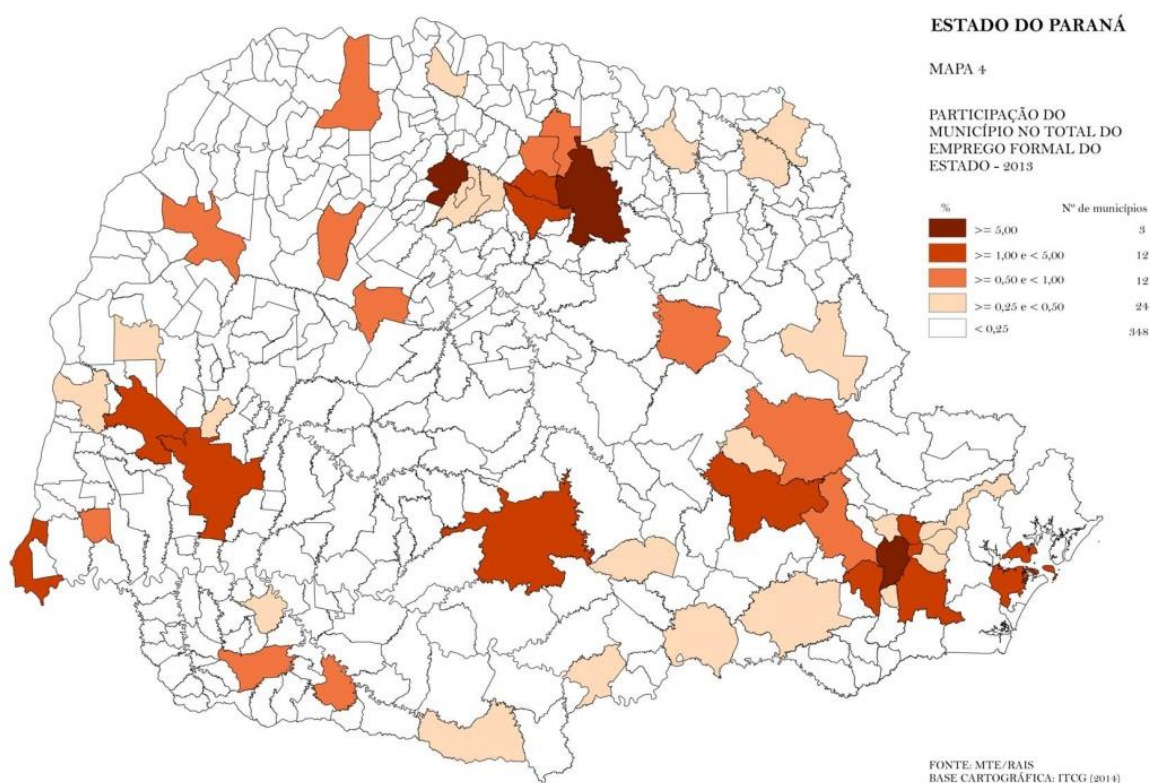


**Fonte:** IPARDES (2017).

Quanto à geração de empregos (Figura 10), o arranjo espacial formado é muito similar ao apresentado nas figuras anteriores, o que confirma uma maior densidade econômica, agrícola, industrial e consequentemente técnico-científica nos municípios polo dos espaços econômicos relevantes.

**Figura 10** - Participação do município no total do emprego formal do Estado (2013)





**Fonte:** IPARDES (2017).

O PIB reforça essa conformação espacial dos espaços econômicos relevantes, ao apontar municípios do estado com maiores participações nesse indicador: Curitiba (20,60%), São José dos Pinhais (6,42%), Londrina (4,63%), Maringá (4,14%), Araucária (4,01%), Foz do Iguaçu (3,38%), Ponta Grossa (3,35%), Cascavel (2,70%), Paranaguá (2,09%), Pinhais (1,39%), Toledo (1,33%) e Guarapuava (1,31%) (IPARDES, 2019).

Há, desse modo, um caráter concentrador na identificação dos três principais espaços econômicos relevantes, que respondem pela maior geração de renda do Paraná. Ao longo do tempo, concentraram 75% do VAL estadual e mantiveram 80% de todos os empregos gerados (IPARDES, 2017).

No entanto, ao mesmo tempo em que há uma ampliação dos empregos nas últimas décadas, principalmente nesses espaços relevantes, sabe-se que esse processo aconteceu por meio dos trabalhos de menor qualificação e com baixa remuneração. As atividades agrícolas e as industriais tiveram acentuado crescimento (no 2º e 3º espaços e na porção Sudoeste), com destaque para a produção e corte de aves, porém, seguiu-se um padrão no qual se “[...] ampliou o

número de postos de trabalho e a ocupação, mas pela geração de trabalho de menor qualificação e com remuneração mais baixa.” (IPARDES, 2017, p. 203).

É nessa dinâmica espacial que houve a migração de haitianos e venezuelanos para o Paraná, principalmente, a partir dos anos 2010, no segundo e terceiro espaços, com uma oferta de trabalho engendrada pelo setor agrícola e industrial (frigorífico, principalmente), e, no primeiro espaço, com oportunidades no setor comercial, de serviços e industrial.

Do mesmo modo que as representações até aqui utilizadas, o “desenho da migração”, conseqüentemente, corresponde à busca por postos de trabalho e melhores condições de vida. Isso aponta para uma configuração espacial que vai ao encontro dos espaços econômicos relevantes e da espacialização dos frigoríficos no Paraná (Figuras 5 e 6). Em outras palavras, há um processo migratório ligado à oferta de empregos cujos contornos foram sendo delineados a partir da dinâmica do capital no Estado. Os limites migratórios são demarcados pelas atividades produtivas com maior capacidade de absorção de força de trabalho, como pontuamos na sequência.

Em 2018, as principais ocupações formais dos imigrantes haitianos no Paraná foram: Magarefe, Alimentador de Linha de Produção, Retalhador de Carne e Abatedor. Os setores de atividade predominantes, por sua vez, eram o abate de aves e suínos (BRASIL, 2018). Constatamos, dessa forma, uma predominância da inserção dos imigrantes haitianos nesse campo do mercado de trabalho. Embora seja detentora de uma série de competências e aptidões, a hegemonia na inserção no trabalho está ligada a apenas algumas ocupações.

Inseridos na cadeia produtiva da indústria avícola paranaense, os imigrantes estão expostos a vários constrangimentos, tanto aqueles próprios do processo produtivo (relacionado às pressões físicas e mentais sobre o trabalhador) com vistas à acumulação de capital, quanto os relacionados à sua cor e à nacionalidade.

Em vista disso, é oportuno caracterizar, mesmo que de modo breve, o trabalho na agroindústria avícola paranaense, de modo a apreender a dinâmica e os riscos à saúde do trabalhador migrante nesse espaço.

Neli e Navarro (2013) explicam que, desde os anos 1970, ocorreram intensas inovações tecnológicas nas indústrias de processamento de aves, as quais ganharam destaque na economia nacional. Apesar disso, o trabalho baseado na



divisão de tarefas, característico do padrão fordista/taylorista, continua vigente, principalmente nas seções de abate e de corte, em que há baixa inserção tecnológica, pois predomina o trabalho manual.

Soma-se a isso a introdução da lógica toyotista a partir do estabelecimento de metas, do trabalho em equipes e dos circuitos de controle de qualidade. Os elementos fordistas e toyotistas têm sido mesclados a fim de valorizar o capital, abrindo-se as portas da precarização e da superexploração do trabalho dos imigrantes. Antunes (2020) pondera que,

Combinando elementos da organização taylorista/fordista do trabalho com um plano de metas e de envolvimento inspirado nos círculos de controle de qualidade típicos do toyotismo, a agroindústria na avicultura tem conseguido potencializar a exploração da força de trabalho, convivendo com o risco cotidiano de adoecimentos físicos e mentais, ajudando a configurar a nova morfologia do trabalho pautada pela precarização e pela superexploração. (ANTUNES, 2020, p. 134).

São muitos os riscos apresentados à saúde do trabalhador, sobretudo, no setor de abate e de cortes, em que as atividades são menos automatizadas. Os trabalhadores estão propensos a infortúnios e acidentes de trabalho. Para Neli e Navarro (2013),

Nas últimas décadas, observou-se nessa atividade a intensificação crescente do ritmo de trabalho para cumprir metas diárias de produção. O trabalho na seção de abate e corte é realizado em um ambiente altamente insalubre (temperatura ambiente em torno de 10°C, ruído ensurdecedor, muita umidade, odor desagradável, trabalho em pé, em turnos e noturno, etc.). Em virtude da repetição dos movimentos e do ritmo intenso da produção, que oscila de acordo com a necessidade do mercado consumidor interno e externo, a atividade de abate e corte de aves apresenta altos índices de acidentes de trabalho. (NELI; NAVARRO, 2013, p. 287-288).

Movidos pelo ritmo da esteira, que é gerida pela velocidade do mercado internacional, os trabalhadores nacionais e imigrantes nos frigoríficos estão sujeitos diariamente a acidentes. Entre 2012 e 2020, a ocupação com mais notificações de acidentes de trabalho foi Alimentador de Linha de Produção, com 9% do total de casos. O setor de abate de aves e outros pequenos animais figurou na

segunda posição com mais acidentes (6%). Assim, boa parte das notificações de acidentes de trabalho está relacionada ao setor frigorífico<sup>38</sup>.

A pandemia da covid-19 também causou impacto no trabalho dos frigoríficos. Esse setor foi considerado como essencial por vários órgãos governamentais, por isso, os funcionários não param suas atividades mesmo nos momentos com maior transmissão do novo Coronavírus, tornando esses locais insalubres e um risco alto de contaminação. A mobilidade de pessoas, a partir da articulação da rede urbana mundial, por meio do transporte aéreo em um contexto globalizado, configurou-se como o pano de fundo para a pandemia, tal qual como se confirmou (SPOSITO; GUIMARÃES, 2020).

É importante ressaltar os agravos à saúde dos trabalhadores da cadeia produtiva dos frigoríficos a partir da emergência da pandemia da covid-19. Os novos riscos referem-se à aglomeração dos trabalhadores nos galpões de abate em ambientes com a circulação de ar controlada, somada à ausência, por vezes, de equipamentos de proteção individual – EPIs – (SILVA, 2020). A partir dessas condições precárias, são latentes os riscos à saúde, aumentando ainda mais os constrangimentos aos trabalhadores. Há pesquisadores, por exemplo, que falam da centralidade dos frigoríficos na difusão espacial da covid-19 (HECK *et al.*, 2020). Heck et al. (2020) alertam que

[...] as condições ambientais das linhas de abate e processamento da carne, além de aglomerar trabalhadores/as em ambientes fechados, também favorecem a disseminação do vírus. É correto, inclusive, afirmar que, nestes lugares, a impossibilidade de aderir ao isolamento social, também foi acompanhada de desobediência às normas de segurança, como o distanciamento adequado entre os/as trabalhadores/as e uso de máscaras. (HECK *et al.*, 2020, p. 60).

Em condições como essas, registraram-se surtos da doença em frigoríficos no estado. Em maio de 2020, em Paranavaí, 20 trabalhadores foram infectados, sendo que três morreram, vinculados a um frigorífico local. Apesar da

---

<sup>38</sup> Para fornecer exemplos empíricos, em 2021, na cidade Cascavel, um homem haitiano teve 45% de seu corpo queimado enquanto trabalhava em um dos frigoríficos. Em função da gravidade dos ferimentos, o homem foi levado a um hospital em Londrina (WRONSKI, 2021). No mesmo 2021, em Bocaiuva do Sul, Região Metropolitana de Curitiba, um homem morreu e outros dois ficaram gravemente feridos após caírem em um tanque de um frigorífico (HAMDAR, 2021).

gravidade das informações, a empresa responsável negou a relação do trabalho no frigorífico com os casos e as mortes (BARAN, 2020).

Em vista dessa emergência sanitária, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) determinou, em junho de 2020, que uma das cooperativas de Cascavel (que já contava com 118 casos confirmados) suspendesse as atividades nas unidades de aves e de suínos, em decorrência do grande número de contágios e da ineficiência das medidas sanitárias adotadas (CORONAVÍRUS..., 2020). É possível que em vários outros municípios as informações sobre a relação do trabalho nos frigoríficos e a covid-19 tenham sido ocultadas.

Outro fato a se destacar é que os frigoríficos contribuíram para a disseminação do vírus para as pequenas cidades, a partir de sua espacialização pelo interior do Paraná. Esses espaços, com suas “atividades essenciais”, mantiveram-se abertos e com o funcionamento da totalidade dos processos produtivos.

Essa realidade também foi observada em países como a Alemanha, a França e os Estados Unidos (CARDOSO, 2020), haja vista que a indústria da alimentação tem uma dinâmica mundial. Na contramão da clássica da divisão internacional do trabalho, vemos os países centrais do capitalismo apresentarem os mesmos níveis de degradação do trabalho que as nações dos países pobres.

Por fim, é a partir desse contexto que podemos enxergar o trabalho (e as condições de trabalho) de grande parcela da população haitiana no Paraná, considerando que é nesse ambiente que estão inseridos boa parte dos imigrantes haitianos vinculados ao trabalho formal no Paraná. Esses estão expostos a riscos a partir da dinâmica organizacional do trabalho, submetidos à problemas relacionados à saúde física e mental, que foram agravados ainda mais durante a pandemia da covid-19.

Por outro lado, é possível pensar no território paranaense como possibilidade para os migrantes, constituindo-se num espaço mais justo e plural. Nesse sentido, o filósofo húngaro István Mészáros forneceu grandes contribuições para o entendimento do capital e para a sua transcendência. Desse modo, abordamos algumas de suas principais teses, corroborando com fundamentação teórica desta tese e para a análise da migração haitiana no Paraná.

Tratar da temática da população migrante, considerando seus problemas e potencialidades em um quadro de *crise estrutural do capital*

(MÉSZÁROS, 2011), é de vital importância. Mészáros (2011) discutiu as chamadas mediações de primeira ordem e as de segunda ordem do capital. As mediações de primeira ordem são aquelas em que não há estruturas de dominação sobre as relações humanas, o que implica a não consideração de relações mediadas pelo sistema do capital, sendo as que separam o trabalhador dos meios de produção e que produzem relações fetichizadas.

O ponto-chave para a compreensão das mediações de primeira ordem requer que se considere que “[...] nenhum desses imperativos da mediação primária exige, em si e por si, o estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação como o quadro indispensável da reprodução sociometabólica.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 213). Tais mediações revelam que há estruturas subordinadoras sobre o conjunto da sociedade, nas quais a mediação das relações sociais é realizada pelo capital, uma força estranha que tende a não realizar o trabalhador. Nessa perspectiva,

[...] graças às mediações de segunda ordem do capital cada uma das formas primárias é alterada de modo a se tornar quase irreconhecível, para adequar-se às necessidades expansionistas de um sistema fetichista e alienante de controle sociometabólico, que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 213)

Essas relações são as que sujeitam o trabalhador aos imperativos do capital. No entanto, é errôneo romantizar a passagem das mediações de segunda ordem para um “estado original” de mediações, como argumenta Mészáros (2011). As mediações representam as características dos modelos sociometabólicos de cada tempo, logo, são transhistóricas, sendo impossível voltarmos a um estado das coisas idealizado, sem as mediações de segunda ordem.

Outrossim, as mediações de segunda ordem podem ser operadas de maneira diferente, por isso, é possível, a partir da alternativa socialista, prover o

[...] estabelecimento de um conjunto coerente de mediações de segunda ordem, viáveis na prática e controladas racionalmente, não por certa misteriosa entidade impessoal como o “Espírito do Mundo” e suas variantes, nem por um “coletivo” mítico, mas por indivíduos reais. (MÉSZÁROS, 2011, p. 213).

Uma das principais teses de Mészáros (2011) refere-se à análise da teoria da alienação, com base nas reflexões sobre os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MARX, 2004), também conhecidos como Manuscritos de Paris ou Manuscritos de 1844. Mészáros gosta de chamar os manuscritos como um sistema “*in statu nascendi*”<sup>39</sup>. Muitas foram as polêmicas quanto às afirmações contidas nos manuscritos, como as do “Jovem Marx” e do “Marx Maduro”. Todavia, Mészáros (2011) busca trazer a problemática da alienação, típica do modo de desenvolvimento capitalista, com vistas à valorização do capital. O contexto de 1844 (ano do Manuscritos) é o da sociedade industrial, que vivenciou uma grande crise anos mais tarde (no início do século XX) e a formação de grandes movimentos operários.

Para Mészáros (2011), com os Manuscritos Econômico-Filosóficos, nasce o chamado “Sistema de Marx”, quando Marx conseguiu atingir seu “ponto arquimético”, que advém da defesa da “transcendência da autoalienação do trabalho” como processo norteador, a ser regido pelo proletariado. Dessa maneira, seria possível então alcançar a “unidade de teoria e prática” rumo a uma sociedade desvencilhada dos desígnios do capital.

Para tanto, era importante que o proletariado (ou a classe-que-vive-do-trabalho) se desvencilhasse de ligações institucionais, por exemplo. Há, não só no Brasil, mas em diversos países, exemplos de partidos à esquerda e movimentos sociais que vieram a fazer parte de um aparelhamento de estado<sup>40</sup>, ferindo enormemente a autonomia desses movimentos diante da ordem dominante e, conseqüentemente, paralisando-os. Além do mais, a esfera cotidiana, a partir das relações de sociabilidade, constitui-se como o ambiente de formação rumo à transcendência.

O trabalho sinaliza o ponto de convergência para o entendimento da alienação, apesar de seus diversos aspectos heterogêneos. No capitalismo, o trabalho “[...] é a base de toda a alienação [...]” (MÉSZÁROS, 2016, p. 78). É por

<sup>39</sup> Por sistema “*in statu nascendi*” Mészáros refere-se ao nascimento do chamado sistema de Marx, pois, ao produzir as ideias apresentadas nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx era ainda muito jovem, com apenas 26 anos. Por isso, há discussões/polêmicas acerca dos escritos de Marx, quando era jovem e posteriormente mais velho. O fato é que essa foi uma obra crucial, que já apresentava os contornos de ideias trabalhadas mais tarde em *O Capital*.

<sup>40</sup> Antunes (2020) trata das transformações no caráter das lutas sindicais no Brasil. Enquanto nos anos 1980, a característica era de um “sindicalismo de confronto”, nos anos 2000, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder e com a absorção de vários setores do sindicalismo no estado, a postura passou a ser de um “sindicalismo negocial”, mais brando e alinhado a determinadas siglas partidárias.

meio da operação da separação dos sentidos e das finalidades dele (do trabalho) que se opera o *modus operandi* da alienação. Sob os signos da propriedade privada, da troca e da divisão do trabalho, as mediações metabólicas (necessárias no decurso do desenvolvimento histórico e que advém primordialmente da relação entre sociedade e natureza) adquirem determinada forma, a capitalista.

Contudo, a transcendência de quê Mészáros (2016) se refere? De modo simples, das formas de mediação que subordinam o trabalho ao capital. O termo original, em alemão, utilizado por Marx, para descrever a transcendência é “*Aufhebung*”, cuja ideia sinaliza a postura revolucionária de contraposição à ordem vigente. O autor indaga:

[...] *como* é possível suplantar o estado de coisas existente, o sistema de alienações prevalecente, que vai dos estranhamentos manifestos na vida cotidiana até as concepções alienadas da filosofia. Ou, expresso de uma forma positiva: *como* é possível alcançar a *unidade dos opostos*, em vez das oposições antagônicas que caracterizam a alienação. (MÉSZÁROS, 2016, p. 22, grifos do autor)

A análise de Mészáros (2016) está direcionada à suplantação histórica do capital, rumo a uma sociedade socialista. É necessário enfatizar que o teórico é crítico das sociedades proclamadas socialistas, como as do Leste europeu, por exemplo. Nelas, não houve o rompimento com o capital (que historicamente, antecede o capitalismo), mas sim a sua continuidade como gerador de mais valor para outros sujeitos. Por isso, ele critica a tese do “socialismo de um só país” (MÉSZÁROS, 2016).

O proletariado, a partir os escritos de Marx, não é visto somente como uma força oposta ao capital, mas como uma “[...] força histórica autotranscendente que não tem como não suplantar a alienação (isto é, a forma de objetivação historicamente dada).” (MÉSZÁROS, 2016, p. 65). Essa visão se deve à adoção crítica de Marx referente ao trabalho na questão da alienação.

A suplantação das mediações (entre Propriedade privada, Troca e Divisão do Trabalho) levaria a uma “transcendência positiva”, o que não significa o fim de toda mediação, mas sim a constituição de novas ações não subordinadas aos imperativos do capital. A esse respeito, Mészáros (2016) pontua:

O que Marx repele enquanto alienação não é a mediação em geral, mas um conjunto de mediações de *segunda ordem* (PROPRIEDADE PRIVADA – TROCA - DIVISÃO DO TRABALHO), a “mediação da mediação”, isto é, uma mediação *historicamente específica* da automediação *ontologicamente fundamental* do ser humano com a natureza. Essa “mediação de segunda ordem” só pode surgir com base na “mediação de primeira ordem” ontologicamente necessária – como a *forma alienada*, específica, desta. No entanto, a própria “mediação de primeira ordem” – a atividade produtiva como tal – constitui um fator ontológico absoluto da condição humana. (MÉSZÁROS, 2016, p. 78, grifos do autor).

A relação propriedade privada, troca e divisão do trabalho se interpõe entre o ser humano e a sua atividade, impedindo-o de encontrar satisfação e sentido em suas ações laborais (MÉSZÁROS, 2016). A sociedade do capital tem como estrutura fundante a subordinação do trabalho ao capital, pois, sem esse modo de operar, o capital não se reproduz. Embora sob a ótica do capital não haja limites para o crescimento econômico e para a reprodução dos modos de vida suscitado a partir de valores burgueses, observamos a “ativação dos limites absolutos do capital” (MÉSZÁROS, 2011), já que não é provido de racionalidade sustentável, de modo a garantir as necessidades (reais, não as fetichizadas) das populações.

Talvez os exemplos mais emblemáticos da ativação dos limites absolutos do capital estejam nas conferências climáticas, as chamadas COPs<sup>41</sup>, que ocorrem desde 1972, com propostas para conter as mudanças climáticas, porém, pecam em sua efetividade. Ao mesmo tempo, são muitos os impactos socioambientais contemporâneos em praticamente todos os espaços, desde as secas no Sul do Brasil, passando pelo desmatamento na Amazônia, pelas imensas queimadas anuais nos Estados Unidos e pelos altíssimos níveis de poluição na China.

As COPs, alinhadas às ideias norteadoras do Clube de Roma, buscam soluções superficiais para questões que são inerentes ao capital, ou, melhor ainda, aos limites do capital, ativados na primeira metade do século XXI. A contradição do discurso está na defesa da manutenção do sistema do capital, tal como ele é, como se esse modelo de concentração de riqueza e de consumo pudesse ser mantido eternamente. Predomina um conceito de que “o mercado irá

---

<sup>41</sup> A Conferências das Partes é um órgão da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima.

prover as soluções”, mas se esquece da finitude e da velocidade da reprodução dos elementos naturais (que são lentos) em detrimento da velocidade da reprodução do capital (que é rápida).

Mészáros (2011) aponta que esses limites são absolutos para o capital, podendo ser transcendidos por uma alternativa sociometabólica viável. Ou seja, “Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 220)

Os refugiados ambientais constituem são exemplos desses limites estruturais, pois migram a partir de desastres ambientais advindos do modelo industrial em voga, que intensificam fenômenos naturais (como chuvas, inundações, desastres com energia nuclear etc.). Para os migrantes, as implicações dos limites estruturais do capital tendem a ser ainda mais rigorosas.

Se, nos tempos de Marx, podia-se falar do exército industrial de reserva, hoje dizemos que a classe trabalhadora se tornou uma “força de trabalho supérflua”, um importante conceito de Mészáros (2011) que atualiza espaço-temporalmente aquele já tão discutido na teoria marxista. A tendência das populações é que se tornem força de trabalho supérflua, considerando-se que o desemprego crônico se tornou uma tendência no mundo todo, inclusive nos países capitalistas avançados, não se restringe apenas às nações em desenvolvimento. Dessa forma,

[...] a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente *o tempo de trabalho necessário* a um valor mínimo que otimize o lucro – como uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa *força de trabalho crescentemente supérflua*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 341, grifos do autor).

Assistimos a várias e várias medidas que tendem a reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a valores mínimos, de modo a otimizar os lucros. As alternativas neoliberais ao desemprego passam pela uberização<sup>42</sup>,

---

<sup>42</sup> A uberização refere-se a uma forma mais recente de organização do trabalho. Por meio de aplicativos de celular, os trabalhadores executam determinados serviços ou o público consumidor tem acesso a eles (para a mobilidade urbana ou para aluguel de imóveis, por exemplo). Na teoria, prevê-se uma maior flexibilidade para o trabalhador, mas, na prática, há uma intensificação do processo de valorização do capital, a partir da expansão das chamadas “big techs”.



pejotização e pela precarização do trabalho em massa, em vários setores da economia. Não por acaso que taxistas viraram motoristas de aplicativo, trabalhadores no regime de pessoa física se converteram em pessoa jurídica (ou em uma empresa de uma só pessoa) e funcionários de *call centers*, e frigoríficos e professores vivenciam condições laborais cada vez mais insalubres.

O fato é que os migrantes, como sendo parte da população que migra em busca de trabalho, se constituem como um dos elos frágeis dessa cadeia. No Brasil, as suas ocupações são as de trabalhos precarizados, com longas jornadas, condições degradantes, além de estarem sujeitos a uma série de problemas físicos, como é o caso dos haitianos nos frigoríficos e dos bolivianos nas fábricas de costura. Em vista disso, é possível dizer que, assim como os demais grupos populacionais, os migrantes, no nosso caso de estudo, fazem parte dessa força de trabalho supérflua que se movimenta pelo e para o trabalho como estratégia de sobrevivência.

A *igualdade substantiva* é outro conceito da obra de Mészáros (2011), especialmente em *Para além do Capital*. Liberdade, igualdade e fraternidade são termos que atravessaram o tempo, inicialmente como ideais da Revolução Francesa, de caráter burguês, mas que ainda se constituem como ideais norteadores e que justificam o modelo societal em voga. Sobre isso, Mészáros argumenta:

[...] liberdade, igualdade e fraternidade em outros tempos não foram palavras vazias ou alguma espécie de embuste cínico usados para desviar a atenção do adversário real. Ao contrário, essas palavras foram objetivos perseguidos com a paixão de uma classe (a burguesia progressista que ainda partilhava uma significativa causa comum com o trabalho, como componentes do “Terceiro Estado”) que mais tarde teve de esvaziar e, mais tarde ainda, descartar com desprezo (como “palavras vazias”) suas convicções e aspirações para justificar até mesmo as mais gritantes iniquidades e desumanidades do domínio do capital na ordem social. (MÉSZÁROS, 2011, p. 341).

Como forma de justificar as desigualdades sob o imperativo do capital, valores como os supracitados são amplamente utilizados no discurso social cotidiano. Tidos como valores universais (os quais discordamos), são, na verdade, aspirações e discursos burgueses que atravessam décadas e servem como forma de manutenção da ordem vigente. A própria revolução haitiana, que foi abafada

pelos franceses, demonstra a não universalidade desses valores, os quais servem somente para aqueles que historicamente detêm os meios de produção e/ou pertencem à ordem política e econômica.

É por isso que a *igualdade substantiva*, como uma busca, uma alternativa, como “*Aufhebung*”, por meio da sociedade socialista, se faz importante. Vivenciando as desigualdades geradas na periferia do capitalismo, os migrantes haitianos são sujeitos que podem ser considerados como fundamentais nessa busca, por meio da luta organizada (Associações, Sindicatos, Grupos, ONGs etc.). Isso revela a importância da construção coletiva da população haitiana, na condição de sujeitos pertencentes à classe que vive-do-trabalho, dotada de consciência e organizada a fim de obter conquistas sociais.

O pensamento meszariano, portanto, é essencial à análise desta tese acerca da relação entre migração e trabalho da população haitiana no Paraná. Sendo esse processo repleto de contradições, a contribuição crítica de Mészáros (2011, 2016) é indispensável, permitindo-nos até mesmo ir para além do estado das coisas colocado (por isso, a “*Aufhebung*” como norte).

Neste capítulo, discutimos os conceitos e as categorias fundamentais relacionadas ao trabalho, arcabouço teórico mobilizado para esta tese. Além disso, abordamos a estrutura econômico-social do Paraná e a contribuição do pensamento meszariano para a igualdade substantiva dos migrantes em sua integração e vivência no território paranaense. No próximo capítulo, a partir de pesquisa de campo nos municípios em que a migração haitiana é mais significativa, buscamos apreender, empiricamente, as facetas e os principais elementos da migração haitiana no Paraná, tendo sempre como categoria central o trabalho.

## 6 A MIGRAÇÃO HAITIANA NO PARANÁ PAUTADA NA VISÃO DOS MIGRANTES

Neste capítulo, abordamos os resultados advindos de entrevistas realizadas com migrantes haitianos no Paraná. O recorte geográfico para essa etapa se refere aos municípios com mais registros de migrantes haitianos, de acordo com dados do SISMIGRA. Entrevistamos migrantes<sup>43</sup> haitianos representantes de associações, de entidades e de órgãos públicos que atuam com migrantes nos municípios de Curitiba, de Cascavel, de Itapejara D'Oeste, de Maringá, de Londrina, e de Toledo.

A busca por uma visão analítica constitui-se um desafio de grande amplitude. Por isso, não generalizamos os resultados, mas expomos as marcas territoriais dos migrantes apreendidas a partir das “pistas” dos(as) colaboradores(as) nas entrevistas mediante, por meio da técnica da História oral. Por isso, a divisão dos tópicos a seguir contempla os três territórios do trabalho dos haitianos no Paraná: Oeste e Sudoeste, Norte e Leste com entrevistas nos municípios que os compõem.

De um lado, o objetivo é abordar a História oral desses sujeitos e, de outro, elaborar análises e relações com a teoria abordada, a fim de compreendermos, pensando na centralidade do trabalho como fundamento, a migração haitiana no Paraná e seus sentidos, características e desdobramentos. Como já ressaltamos, a técnica da História oral nos permite traçar a trajetória de vida dos imigrantes e apreender os elementos cotidianos, a vivência dos migrantes e observar, ao mesmo tempo, similitudes e singularidades desses em território paranaense.

### 6.1 OESTE E SUDOESTE: TERRITÓRIOS DO TRABALHO DOS HAITIANOS NOS FRIGORÍFICOS DO PARANÁ

A primeira colaboradora entrevistada é Adeline, de 25 anos, viveu no Haiti até 2017, quando ingressou no Brasil. Ela conta que não veio acompanhada,

---

<sup>43</sup> Na transcrição das entrevistas e na redação do texto, por questões éticas, utilizamos nomes fictícios, mas que são típicos no Haiti, uma forma de valorização da cultura haitiana.

mas sim sozinha e que buscou Cascavel para morar, sendo esse o único município em que residiu no Brasil até então. Ela vive com uma filha de nove anos nascida no Haiti (que veio a se juntar a ela posteriormente) e, no momento da entrevista, em janeiro de 2022, estava grávida de seu segundo filho, faltando poucos dias para o nascimento. O pai de sua primeira filha vive no México. Seu atual marido, pai de seu segundo filho, tinha retornado ao Haiti para resolver problemas particulares e tentar migrar para os Estados Unidos.

Adeline fala cinco línguas (crioulo haitiano, francês, inglês, espanhol e português). Mora em uma quitinete na Zona Sul de Cascavel, onde é vizinha de outros migrantes haitianos e venezuelanos. Durante três anos, trabalhou na Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel), agora atua de forma, em uma empresa de lavagem de carros.

Na entrevista, perguntamos sobre o trabalho na Coopavel. Com relação à sua inserção no mercado de trabalho, relatou que foi “É ... ajudante de é ... fri ... frigorífico” (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel, Paraná). Quanto às condições de trabalho nesse frigorífico, ela mencionou:

É ... tem pessoa que tem alergia, sai [inaudível] fria vai no quente. E daí tem muita gente que tá reclamando por isso. Por isso que, que eu não queria ficar lá mais. Mas lá trata bem, só que é por causa de doença, por isso que eu não queria ficar lá mais. (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel – PR).

As suas palavras revelam condições insalubres no ambiente de trabalho do frigorífico, principalmente porque muitos funcionários ficam expostos a condições extremas de frio e de calor em diferentes ambientes do processo de produção. Adeline aponta que a sua motivação para não mais continuar nesse emprego foi por motivos de “doença”, a partir dos agravos à saúde gerados pelo trabalho. Quanto a isso, expõe:

É. É porque sai na frio vai no quente, choque térmico. Aham, é por isso. Mas se fosse como que ... um grupo no frio e um grupo fica lá no quente não vai ter nada a ver e a gente vai ficar até ... (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel, Paraná).

O grande problema evidenciado por Adeline está nas mudanças constantes de ambiente, sendo necessário ir de áreas frias (câmara fria, por

exemplo) para áreas quentes (como a caldeira), o que poderia ser resolvido, segundo ela, se fosse possível ficar em apenas um ambiente.

Quanto aos seus amigos haitianos, perguntamos onde eles estavam trabalhando. Ela nos disse:

É. Quase todos começar na empresa<sup>44</sup> e depois eles começar estudar e sair, vai lá [inaudível] porque se os haitianos trabalhar na profissão deles vai ganhar mais dinheiro do que ficar ajudante. (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel, Paraná).

Mais uma vez, verificamos que o trabalho nos frigoríficos é quase um sinônimo da inserção laboral dos migrantes. Ao mesmo tempo, há na fala de Adeline uma percepção do descompasso entre a formação e as competências dos migrantes para com o trabalho realizado. “Ficar de ajudante” não é o objetivo, mas sim “estudar”, “sair”, “trabalhar na profissão”.

Quando a indagamos sobre a Assistência Social, ela comenta que o trabalho no frigorífico tomava seu tempo, mas, como estava na informalidade no momento da entrevista, disse que recorreria a esse recurso. Em suas palavras:

É ... mais ou menos. Porque quando eu tava lá na Coopavel eu só fica preocupa por Coopavel. Só ... todo dia Coopavel, Coopavel. Agora, como que eu ficar desempregada eu acho que eu vou procurar. (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel, Paraná).

Para Adeline, o Brasil recebe muito bem os migrantes haitianos, pois há facilidades em relação aos Estados Unidos, por exemplo, uma vez que ela e sua filha tiveram facilidade para emitir seus documentos. Entretanto, a língua se impõe como uma barreira para a comunicação em geral, para a educação e para a regularização documental, somente não interfere no trabalho nos frigoríficos, principalmente no caso dos haitianos com menos tempo no Brasil. Acerca disso, ela se posiciona:

Mas na verdade eles não quer aprender. Eles só vem aqui se achar, por exemplo, empresa tipo de Coopavel ou coisa que mexe com carne, as coisas. Não precisa alguém que fala Português bem, só pega eles tudo, pega eles tudo e eles só quer fazer dinheiro e não vai tá interessado pra aprender. Dai eles ficar assim sem saber nada e

---

<sup>44</sup> Quando Adeline utiliza o termo “empresa”, ela se refere ao frigorífico em que trabalhava.

quando tá chegando mais frente, porque ia fazer uma coisa e lá no federal não conseguir falar nada. Agora, ixi tá muito pior. Ficar dificuldade pra eles. (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel, Paraná).

Em sua visão, muitos migrantes não se interessam primeiramente em aprender a língua portuguesa para conseguirem uma maior imersão em território brasileiro. O trabalho é a necessidade primeira e que a busca por ocupações nos frigoríficos é predominante. Apesar de desempregada, Adeline considera o fato de falar português, mesmo que não considere ainda a sua fluência ideal, um diferencial para o trabalho e para uma integração maior no país:

[...] Imagina se eu não, se eu não falava Português lá no lava car não vai me pegar, porque eu tô desempregada. Dai fica lá perto de mim e um dia eu só fui lá, ele viu que eu consegue, mas eu não fala direito, bem, bem bem. Eu queria falar mais, por isso que eu queria acabar minha escola, minha aula, minhas coisa. Mas se eu tô falando com você, você vai entender né? (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel, Paraná).

Com relação aos aspectos culturais da inserção haitiana em Cascavel, ela lembra da banana verde, que é um dos principais elementos da culinária haitiana:

[...] Sabe uma coisa também? A banana verde, quando nós chegamos aqui, não tinha banana verde no mercado. Tinha a banana verde mas ... os brasileiros não usava e depois quando nós vem nós ficar comprando as banana verde, eles fica pedindo pra nós: - Vai fazer o quê com banana verde? (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel, Paraná).

Quando perguntamos sobre o uso da banana verde, ela respondeu:

Pra fritar. Nossa, fica um, como é ... como fala mesmo? Um chips? Só pegar e você frita eles com sal. Muito seco, nossa, fica bem gostoso. E dai tem no mercado ainda. Eles fazem no mercado. Não sei como que você não percebe [*indignada com minha falta de conhecimento*]. (Adeline, janeiro de 2022, Cascavel, Paraná).

Esse é um elemento cultural importante da integração haitiana no Paraná, a adaptação do comércio local para atender aos hábitos alimentares dos migrantes. É possível que, com as especificidades da migração Venezuela, existam

elementos similares. Há, desse modo, uma introdução de novos elementos culturais onde a migração haitiana é significativa.

Para além disso, há festas dos migrantes com músicas do Haiti, salões de cabeleireiro de haitianos, locais para envio de dinheiro para o exterior nos bairros (fato novo, pois se concentravam majoritariamente na região central), restaurantes de haitianos etc.

Assim, por um lado, verificamos uma busca emergencial por trabalho, por outro, há uma oferta de trabalho precarizado, levando a uma inserção precarizada, com migrantes que tendem a ocupar posições mais precarizadas e habitar espaços periféricos nas cidades.

Sabe-se da influência da Cáritas no acolhimento e no atendimento às demandas dos migrantes em Cascavel. Por exemplo, Nunes (2017), em pesquisa sobre a migração haitiana nesse município, apresenta informações quanto aos atendimentos realizados pela entidade, na ausência do poder público no trato da questão.

Além da Cáritas, a Pastoral do Migrante também atua com esses sujeitos. Na prática, fomos informados que a assistência é feita pelas mesmas pessoas e no mesmo espaço, existindo apenas nomenclaturas diferentes. O atendimento aos migrantes é realizado por duas pessoas, sendo um coordenador e um secretário (Figura 11).

**Figura 11** - Espaço na Cáritas Cascavel destinado ao atendimento aos migrantes



**Fonte:** Acervo do autor (2021).

O coordenador da Cáritas nos informou em entrevista que, atualmente, há um número maior de atendimentos aos migrantes venezuelanos, com foco principalmente na questão documental:

É claro, diante da situação também dos migrantes venezuelanos, estamos atendendo muitos venezuelanos nesse tempo né. São em torno aí de 280 a 300 atendimentos por mês na questão documentação, todo o auxílio na documentação. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

O coordenador também menciona que os haitianos continuam a ser assistidos pela entidade, seja com relação aos documentos, o à inserção no trabalho ou às necessidades básicas das famílias, como o aluguel:

É claro que a gente também tem atendido os haitianos mas tem sido num número bem menor do que os venezuelanos. A gente atende eles aqui com CPF, Carteira de Trabalho, né. Encaminhamos para o Albergue quando não há local pra ficar, encaminhamos para o



mercado de trabalho e também auxiliamos algumas famílias em extrema vulnerabilidade, com criança, idosos ou doentes com o primeiro aluguel. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

É possível que, pelo fato da migração haitiana em Cascavel ser mais antiga, do início de 2010, uma integração mais expressiva tenha ocorrido. As entidades, tais como a Cáritas, muitas vezes atendem aos migrantes recém-chegados ao novo território. Isso não significa que os migrantes com mais tempo não necessitem de auxílio, mas pode indicar, por exemplo: a) uma maior inserção laboral dos migrantes residentes há mais tempo no Brasil; b) a busca por auxílio entre os pares ou até mesmo em outras entidades; c) a migração para outro território (município, estado ou país).

Com o passar do tempo, a questão migratória se torna mais complexa, pois a integração no território vai acontecer, mesmo que de maneira precária. Por isso, para além dos sentidos da migração (no caso dos haitianos), é necessária a investigação da inserção dos migrantes nos territórios.

No que diz respeito à questão documental desses sujeitos, a renovação do passaporte se tornou, com o passar dos anos, uma das principais questões, pois os custos são altos<sup>45</sup> e, em alguns casos, é necessário dirigir-se a Brasília para determinados procedimentos. Com a proibição da realização desses serviços pela Cáritas e outras entidades, questões como a do trabalho dos migrantes foram comprometidas, por conta da necessidade da regularização cadastral. De acordo como o coordenador,

Até 2019 nós atendíamos eles aqui com a questão da renovação do passaporte. Por quê? Se eles estão com o passaporte vencido, eles não conseguem trabalho e os que estão trabalhando ... você sabe, toda empresa precisa que os documentos, que os documentos estejam vigentes, senão acabam até sendo desligados da empresa [...] O que que aconteceu em 2019? [...] o ministério público do Haiti proibiu não só a Cáritas, mas pastoral do migrante, todas as entidades que auxiliavam os migrantes na renovação do passaporte, proibiu de fazer esse auxílio [...] Até 2019 nós auxiliávamos aqui, assessorávamos né, preenchia o formulário, enfim, pegava todo o dossiê, juntava certinho e encaminhava pra embaixada do Haiti em

<sup>45</sup> Há duas opções de renovação dos passaportes dos migrantes haitianos. A primeira é para aqueles que desejam renová-lo para mais cinco anos de residência no Brasil, sendo o custo de R\$535,00. A segunda se refere aos que desejam renová-lo para mais 10 anos de residência no Brasil, sendo o custo de R\$645,00 (EMBAIXADA DO HAITI NO BRASIL, 2021).

Brasília. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

É importante ressaltar que essa mesma demanda ocorreu em vários outros municípios brasileiros, tais como Dourados (MS), Florianópolis (SC), Maringá (PR) e outros. Nesse sentido, aconteceu, em 2021, o chamado processo de interiorização da embaixada do Haiti no Brasil, com a renovação do passaporte e a regularização documental dos migrantes haitianos em vários estados brasileiros.

O colaborador relata que a questão da inserção no trabalho é mais grave entre as mulheres haitianas, sendo a barreira linguística uma das principais causas:

Então eles estão sofrendo bastante com a questão do trabalho, principalmente as mulheres, porque as mulheres, elas parecem que não têm assim um interesse em aprender o Português. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

Perguntado se as mulheres haitianas tendem a serem mais fechadas no convívio social, o coordenador respondeu:

Eu não sei dizer se é fechado, se é um comodismo, se há alguma exclusão então de repente entre eles mesmo, se é algo cultural. Mas as mulheres, é ... às vezes chegam aqui choram né. Não tem como você encaminhar pra uma vaga de trabalho sem ela falar um mínimo de português né. Então tem muitas mulheres desempregadas. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

A mesma questão (das barreiras para a inserção laboral da mulher haitiana) foi averiguada ao entrevistarmos a colaboradora da Embaixada Solidária. São percebidos indícios do menosprezo (ou da omissão) para com o trabalho feminino em prol do masculino (nos frigoríficos), evidencia da questão de gênero, que se realiza em um espaço contraditório quanto à inserção de mulheres no trabalho. A população haitiana, desse modo, tende a enfrentar os mesmos problemas que a população negra brasileira, mas com fatores que potencializam essas questões: a cor, a língua, o sexo e outros elementos.

Com relação aos homens haitianos e à população haitiana em geral, o colaborador relata que a dificuldade de contratação para o trabalho se deve a um movimento ocorrido há cerca de cinco anos, ocasião em que muitos migrantes

acionaram a justiça contra as empresas (por conta das condições de trabalho, dos direitos trabalhistas etc.). Ele complementa:

E também tem muitos homens nesse tempo aí desempregados também, porque eu não sei o que que houve há cinco anos atrás, assim vamos dizer né. É (pausa) houve um assédio muito grande em cima dos haitianos (pausa) é de uma classe né. É (pausa) influenciando-os a colocar as empresas na justiça, mesmo trabalhando. Então, e não é um caso, vários casos. Então as empresas hoje, muitas delas relutam em contratar um haitiano né, pelo fato de que outras pessoas, outras, outros migrantes haitianos lá no passado tiveram essa conduta né. É um direito do cidadão? É, mas houve uma situação em massa nas empresas, né. Os haitianos colocando as empresas na justiça. Então hoje está muito difícil de colocá-los novamente no mercado de trabalho. Muita gente não quer mais né. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

Ao ser indagado sobre ações ligadas ao tema trabalho, o colaborador informou que os frigoríficos procuram a entidade para contratação de força de trabalho, com a indicação de pessoas cadastradas (em sua maioria, migrantes) na Cáritas ou que estejam em situação de vulnerabilidade social:

As empresas, na verdade, elas é ... nos procuram muitas vezes procurando mão de obra né. Então geralmente uma vez por semana, não é todo, toda semana, mas umas duas vezes por mês, as empresas elas vêm aqui na Cáritas pra facilitar um pouquinho também pro migrante que não tem às vezes o vale transporte pra ir lá nas empresas, que são longes né, um pouquinho afastadas do centro. Então elas vêm até a Cáritas, fazem a entrevista aqui. Inclusive, sexta-feira teremos uma entrevista aqui, são 18 vagas de emprego. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

Com isso, a entidade encaminha os migrantes para o mercado de trabalho, mas essa intermediação com as empresas é feita exclusivamente com frigoríficos de Cascavel, o que corrobora nossos apontamentos de que os migrantes são a força de trabalho fundamental para os frigoríficos. A Figura 12 exemplifica esse fato, com um comunicado da Cáritas Cascavel, divulgado em sua página do Facebook, a respeito de uma seleção de vagas para trabalhar na Coopavel.

**Figura 12 - Comunicado da Cáritas Cascavel para contratação em frigorífico de Cascavel**



**Fonte:** Cáritas Cascavel (2020).

Para atender à demanda do trabalho, alinhada às demandas dos frigoríficos de Cascavel, a Cáritas organizou cursos de capacitação para os migrantes, com aulas de português básico e palestras sobre direitos e deveres trabalhistas (Figura 13).

**Figura 13 - Curso de capacitação para vagas de emprego**

CÁRITAS  
ARQUIDIOCESANA DE  
CASCATEL

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE CASCATEL

RUA: LUIZ VENTURIM, 802 – CLAUDETE

CEP: 85811-470 – CNPJ: 78.106.382/0001-20

FONE: (45) 3222 4313 – E-MAIL: [caritascascavel@hotmail.com](mailto:caritascascavel@hotmail.com)

### **COMUNICADO**

#### **CURSO DE CAPACITACIÓN PARA VACANTES DE EMPLEO, HOMBRES Y MUJERES, PARA TRABAJAR EN COOPERATIVA DE CASCATEL**

La Cáritas Arquidiocesana de Cascavel y la Pastoral Arquidiocesana del Migrante hacen de su conocimiento que se firmó un acuerdo con una cooperativa para direccionar candidatos para las vacantes de empleo que están disponibles.

Para que dicho direccionamiento sea efectivo, los interesados en las vacantes, en Cascavel, deben participar de una formación básica con días y horarios a ser definidos, lo que corresponde a:

- Módulos intensivos de portugués básico para hablantes de otras lenguas.
- Formación sobre derechos y obligaciones del trabajador y de relaciones interpersonales en el ambiente de trabajo, entre otras cosas.

Los interesados, hombres y mujeres, mayores de 18 años, deberán presentarse el día 24/11/2020 a las 9:00 am, en el salón parroquial de la iglesia São Cristóvão, ubicada en la Avenida Brasil, 3330 - Bairro São Cristóvão – Cascavel para ser registrados y formar los grupos de capacitación.

**ATENCIÓN:** el día 24/11 para el registro, todos deben ir con cubre bocas, respetar la distancia, llegar en el horario marcado y con documentos de identidad, así como comprobante de domicilio.

Cascavel, 21 de noviembre de 2020.

***Diacono Arlindo Reinaldo Wust***

Presidente da Cáritas Arquidiocesana de Cascavel

***Valdecir Santana***

Coordenador da Pastoral Arquidiocesana do Migrante

**Fonte:** Cáritas Cascavel (2020).

Fomos informados de que, até setembro de 2021, período da entrevista, foram realizados 554 encaminhamentos (a maioria para migrantes) para o mercado de trabalho. São números expressivos que mostram a relevância da entidade no trabalho com os imigrantes e na intermediação para a inserção no mercado de trabalho.

Outro tema elencado foi a possibilidade da criação da chamada Casa do Migrante em Cascavel, que seria um espaço de acolhimento a esses sujeitos no município. Por conta de fatores documentais e financeiros, o colaborador destacou as dificuldades para o fomento da proposta. A respeito disso, o coordenador da Cáritas mencionou:

[...] Nós também estávamos conversando com o município pra ver uma verba pra gente abrir a casa do migrante né. Só que aí ficou meio que difícil da gente dar continuidade [...] A Cáritas hoje, ela é inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social como Assessoramento. A gente assessora, faz todo esse, esse trabalho que eu já te falei. É ... porém, pra Assessoramento a verba pra abrir uma casa de acolhimento era de apenas sete mil né. E pra manter uma casa, vamos dizer assim, pra 20 pessoas, o custo por cima seria em torno de 44 mil né. E nós não temos essa verba. E para nós mudarmos nossa inscrição pra acolhimento no conselho municipal nós temos que trabalhar um ano por conta, entendeu? Ai sim, depois de um ano inscrito como acolhimento, aí a verba vem é ... conforme a necessidade né. Mas pra gente trabalhar um ano tendo uma despesa de 40 mil reais não tem como. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

Por fim, indagamos sobre a motivação para a presença de um número expressivo de migrantes em Cascavel, principalmente nos últimos anos. A resposta do coordenador foi:

[...] Cascavel aí é um berço de trabalho, os migrantes vêm pra cá porque tem trabalho.

**Pergunta:** Você acha que esse é o principal motivo da vinda dos migrantes para Cascavel?

É. Trabalho. E também estamos aí conversando com um grupo de empresários também pra sensibilizá-los a moradia para os migrantes, pra ser descontado por exemplo, em folha de pagamento né. Porque há um interesse das empresas com os migrantes. Então, também precisam se sensibilizar na causa social né. (Coordenador da Cáritas Cascavel, setembro de 2021, Cascavel, Paraná).

Notamos que, mesmo realizando atendimentos de várias naturezas, o trabalho aparece não só como fator motivador para os migrantes, mas como elemento fundamental para a integração desses do território no território (em Cascavel e no Paraná). O setor frigorífico é quem tem empregado parte dos migrantes, o que corrobora para uma inserção precarizada (no sentido das condições de trabalho e da não inserção conforme a qualificação profissional) dos migrantes no mercado de trabalho.

Em Toledo (PR), fomos recebidos pela presidente da Embaixada Solidária nesse município, ONG que presta auxílio a migrantes. Ela tem 38 anos, é jornalista, nasceu e sempre viveu em Toledo, tem dois filhos e é casada com um paraguaio, nascido na região do Chaco. Seu marido é pastor de uma igreja evangélica na cidade e trabalha com a causa migrante, auxiliando os que chegam

com as demandas gerais (integração social, trabalho, educação e outras necessidades). Ela conta que começou o trabalho com a Embaixada Solidária em 2016, quando era funcionária de um Jornal em Cascavel. Nas idas e vindas, diariamente via mulheres haitianas trançando cabelos na rodoviária para auxiliar na renda. A partir disso, começou efetivamente a enxergar a população migrante, pois “[...] nunca tinha olhado, visto de fato eles. Eu via, mas não via. Sabe, aquele passa, vai, segue, dorme acorda, trabalha, paga boleto, dorme.” (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná). Ela também defende:

Eu quero que o poder público assuma. Porque eu sou passageira, a embaixada é passageira. A política pública permanece. Então assim, se eu fosse te falar hoje da minha vocação, eu sou uma provocadora de políticas públicas. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Os atendimentos emergenciais foram se sucedendo, por exemplo, o a uma criança Síria amputada e mais dezenas de haitianos que a procuram nas semanas seguintes. Então, abriu um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e alugou um espaço para auxiliar, juntamente com outros voluntários, nas demandas dos migrantes e dos refugiados no município de Toledo. Em agosto de 2021, uma casa foi cedida pela Prefeitura, sendo atualmente utilizada como sede (Figura 14).



**Figura 14** - Sede da Embaixada Solidária em Toledo



**Fonte:** Acervo do autor (2022).

Entre 2000 e 2020, estes foram os registros de imigrantes em Toledo: 665 haitianos, 192 paraguaios, 103 senegaleses e 28 bengalis (SISMIGRA, 2020). Todavia, se considerarmos o trânsito dos migrantes em território brasileiro, possivelmente os números possam ser maiores.

Os migrantes atendidos pela Embaixada Solidária são justamente os supracitados, apenas com o acréscimo dos venezuelanos. A presidenta nos informou que a entidade realiza os seguintes atendimentos/atividades: aulas de língua portuguesa (para todas as idades); atendimento psicológico e nutricional; acompanhamento pré-natal; lares solidários; núcleo de combate ao tráfico de mulheres; eventos para preservação cultural (em alusão à independência do Haiti e à do Senegal, por exemplo); assistência social em geral; auxílio em velórios de migrantes; tradução de materiais para o poder público; confecção de máscaras para o enfrentamento da pandemia; doação de alimentos (Figura 15).



**Figura 15** - Alimentos doados a migrantes pela Embaixada Solidária



**Fonte:** Acervo do autor (2022).

Os atendimentos aos migrantes são realizados por voluntários (psicólogos, nutricionistas, advogados, professores e outros). Embora haja uma grande amplitude nos serviços oferecidos, a presidenta reforça que “[...] tem uma lista do que oficialmente a gente faz, mas não tem assim um negócio que a gente não faz. Por exemplo, eu já fiz parto.” (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

O caráter emergencial do auxílio aos migrantes fica evidente por meio das ações realizadas pela entidade. Uma das iniciativas é o Lar Solidário. Ao lhe perguntarmos como funciona a ação, ela nos respondeu:

Lar solidário é assim: Começa por você empregar uma pessoa. A gente emprega uma pessoa. Essa pessoa vai alugar uma casa, mas não vai dar pra pagar o aluguel né, porque ... ganha pouco. O aluguel em Toledo é pela hora da morte. E aí, o que que acontece ... As outras pessoas vão pra lá e nós vamos levar a alimentação pra eles nessa casa e vamos doar os móveis. Tudo que precisa numa casa. (Presidente da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

O objetivo da ação é inicialmente inserir no mercado de trabalho pelo menos um integrante de uma família ou de um grupo, para que consigam as mínimas condições básicas (alimentação e moradia). O trabalho, que é necessidade primeira, torna-se responsável pelo suprimento das demais. Isso ressalta a centralidade do trabalho na vida cotidiana dos migrantes e por parte daqueles que se ocupam das ações solidárias.

Existe na entidade um núcleo de combate ao tráfico de mulheres e à violência de gênero. Para a Embaixada Solidária, a violência de gênero entre os migrantes haitianos é uma das principais pautas: “[...] acho que 50% do que eu resolvo na embaixada é com relação à violência de gênero entre haitianos.” (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná). A presidenta relata que as mulheres haitianas andam sempre acompanhadas por homens, em todo lugar. A cultura do Haiti é machista, sendo conferidos às mulheres geralmente os trabalhos domésticos e no comércio. Com relação ao núcleo de combate ao tráfico de mulheres, ela informou como funciona:

O núcleo parece uma coisa toda oficialzinha né. A gente faz esse núcleo cozinhando ou trançando os cabelos, totalmente desconstruído. E nesse núcleo eu nunca falei de tráfico de pessoas, eu falo de relacionamento. Se você conhece alguém, se alguém conhece você, quando você sumir alguém vai dar sua falta e vai ajudar a resolver. Então a gente fortalece relacionamentos nesse núcleo. Isso foi o tema do fantástico<sup>46</sup>, daquele domingo lá. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

A adoção de vínculos sociais entre os migrantes e os brasileiros se constitui como o foco da linha de atuação desse núcleo. A presidente revela que, literalmente, de um dia para outro, meninas e mulheres sumiram sem deixar rastros. Para ela, esse

[...] é o crime perfeito né. O sujeito chega aqui, ninguém olha pra ele, ninguém vê ele. Quando ele some quem é que vai reclamar por ele? Ninguém. E eu acredito que nós estejamos aqui numa rota de tráfico de mulheres infinda mas ... Se é difícil provar que o migrante existe,

<sup>46</sup> Em 12 de dezembro de 2021, no programa “Fantástico”, da rede Globo, foi exibida matéria jornalística sobre o tráfico internacional de pessoas. Na matéria, a colaboradora fala da experiência de trabalho junto ao núcleo de combate ao tráfico de mulheres. A reportagem completa está disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10122201/>.

imagine provar que ele é traficado. É uma utopia ainda. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

A invisibilidade dos migrantes contribui para esse cenário (quem são seus amigos? quem os conhecem? De onde eles vêm?). O fortalecimento dos laços pessoais, a partir da “vigilância social”, como ela chama, pode ser de grande valia para o enfrentamento desse cenário.

No tocante à temática trabalho, a colaboradora acredita que a principal motivação para a vinda dos migrantes é a disponibilidade de trabalho nos frigoríficos, que vivem, segundo ela, um colapso de empregos ao contrário, pois demandam cada vez mais de força de trabalho. A força de trabalho de trabalho migrante nesse contexto surge como um importante elemento a ser utilizado pelos frigoríficos de Toledo:

Quem atrai eles pra cá é o cinturão de frigoríficos. Não tem outra saída [...] o que atrai o refugiado normalmente é uma região que não ofereça o perigo que o país dele oferece naquele momento. Um refugiado de guerra, ele vai pra uma região de paz. O refugiado da fome vai pra uma região aonde tem fartura alimentar. Refugiado do desemprego, é o caso da Venezuela, ele vai pra um local aonde há emprego. Pega nossa região Oeste: Fartura alimentar, em paz, sem desastres ambientais e com emprego a disposição. Reuniu os quatro elementos que esse sujeito precisa. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Para além do trabalho, a colaboradora apresenta uma visão do migrante (ou refugiado) como alguém que busca condições contrárias às apresentadas em seu país de origem, mas favoráveis, tais como emprego, fartura alimentar etc. Essas condições que estão presentes na região Oeste do Paraná, segundo ela.

O grande motivador, mesmo com as piores condições de acolhida, é o trabalho:

[...] não é porque nossa cara é bonita, porque a gente recebe bem, porque a gente recebe mal pra caramba. É o emprego [...] a região tá vivendo um colapso ao contrário de emprego, que é problema também. (Presidente da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Ao sabermos sobre a atuação intermediária da entidade com empresas de Toledo para o emprego dos migrantes, perguntamos quais setores costumam empregar os migrantes. Segundo a presidenta da Embaixada Solidária, as redes supermercadistas, a construção civil e os frigoríficos são basicamente quem os contrata. No caso dos supermercados,

Por exemplo, teve uma rede que mudou pra Toledo recentemente. Eu acho que é o Walmart, não tenho certeza, lá na ... perto do Jardim Europa. Eles fizeram a proposta que se eu indicasse mão de obra, pelo menos 30% do quadro deles seriam com imigrantes. Pelo menos 30%. Eles queriam venezuelanos, haitianos, africanos, eles queriam... Mas eu entendo que não é inclusão só. Acontece que colapsou a região. É muito emprego. É necessidade. Não é por uma visão social. Eu consegui identificar. Mas na lei do ganha-ganha, o imigrante ganha um emprego e a empresa ganha mão de obra. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Com relação à construção civil e aos frigoríficos, a colaboradora menciona:

A construção civil pede desesperadamente. Frigorífico nem se fala, que frigorífico ele assedia mesmo assim porque ele precisa de mão de obra. Então ele diz: Olha, a gente quer pra [inaudível], pode vir sem falar Português e tal e etc. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo – Paraná).

A partir das falas da colaboradora, notamos um discurso da necessidade da força de trabalho pelos setores supracitados, que são os que geralmente apresentam condições precárias e insalubres de trabalho. Na indústria avícola em Toledo (que vem absorvendo a força de trabalho migrante), as fábricas funcionam 24 horas por dia, sete dias na semana, com três turnos diários de trabalho de 8 horas e 48 minutos. Além disso, a produção é baseada em uma organização taylorista e fordista do trabalho, a partir da utilização da esteira, sendo que geralmente se desossa uma coxa de frango com 18 movimentos em 15 segundos (NELI, 2006).

Os frigoríficos, que até a primeira década dos anos 2000 empregavam somente nacionais, passaram a incorporar de maneira intensa a força de trabalho migrante, claramente vista no cenário da migração haitiana no Brasil, como destacamos nesta tese. Ademais, é possível afirmar que, por conta do ritmo

intenso da produção, das condições de trabalho, do tempo na fábrica e das implicações físicas e mentais à saúde do trabalhador, os frigoríficos constituem-se como territórios da degradação do trabalho, como defende Heck (2013). A atuação dos migrantes haitianos, africanos e venezuelanos em Toledo insere-se nesse bojo, pois

[...] a degradação do trabalho não é encarada somente quanto aos impactos do trabalho na saúde, mas sim, como um processo histórico que reduz o trabalho à mercadoria, sendo que as doenças relacionadas ao trabalho são parte do trabalho degradante, mas não necessariamente são as únicas formas de entender esse conceito. (HECK, 2013, p. 26-27).

Ao ser indagada sobre a ascensão social dos migrantes a partir do trabalho, ela responde que é

Muito difícil, muito difícil. Quando você olha o migrante, você olha pros braços, você olha pro trabalho pesado. A gente tem raríssimos casos. Assim, cinco ou seis talvez que nesse universo todo [...] Mas eu vi pouquíssimas ascensões, pouquíssimas, infelizmente. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Os migrantes em Toledo são vistos como força de trabalho aos olhos dos setores que tendem a empregá-los, a partir de seus “braços” e do “trabalho pesado” que podem realizar. Recorrendo a Marx (2014), pode-se dizer que o trabalho dos migrantes se constitui como dispêndio de força humana para a geração de mais valor para os frigoríficos.

Mesmo em diferentes temporalidades e espacialidades, tem-se basicamente a mesma questão elencada por Sayad (1998) quando tratava da migração argelina na França: a do migrante como tendo uma utilidade, a de trabalhar (ser força de trabalho), a partir de suas valências físicas, de sua corporalidade.

A mobilidade social dos migrantes em um novo espaço passa logicamente pelo trabalho, mas devemos considerar a educação, a saúde, a cultura e as condições sociais básicas indispensáveis à inserção no mercado laboral. Verificamos a ausência dessas condições para com os migrantes, restando muitas

das vezes os trabalhos que menos exigem formação, conseqüentemente, os salários são menores as condições de trabalho precárias. Para a colaboradora,

E eles (os imigrantes) vem pra cá, não conseguem acessar a educação, não conseguem acessar políticas públicas, estagna, trabalha no chão de fábrica. Mas eu tenho caso de advogados que tão cortando frango na Sadia. Tenho casos de enfermeira que tão fazendo faxina. Eu tenho uma advogada formada, venezuelana, fantástica, no caixa de supermercado. Eu tenho também essa mão de obra especializada que tá no chão de fábrica. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Ao questionarmos acerca da inserção da mulher migrante haitiana no mercado de trabalho, levando-se em consideração que é mulher negra e estrangeira, fatores que potencializam as dificuldades para se integrar à cadeia produtiva, a presidenta da Embaixada Solidária comenta:

Ela quer um serviço digno. Ela já saiu de lá porque ela não tinha um serviço digno. O pessoal acha que é topete. Entende? É só, entende? É só direito. Daí o que que acontece, de forma mais prática o seguinte: Ela vai demorar muito mais pra aprender a falar o idioma [...] ficam mais fechadas nas comunidades, falam só no idioma nativo né. (Presidente da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

De acordo com a entrevistada, a postura das migrantes é vista como “topete”. O olhar migrante sobre direitos é confundido com arrogância, levando em conta que os migrantes negros quando trabalham não são os brasileiros negros quando trabalham. Ela diz que o negro haitiano “[...] não é tão subserviente.” (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

A dificuldade em falar o idioma tem relação com uma estrutura hierárquica machista e não com capacidades intelectuais individuais. Na grande maioria das vezes, quando procuramos colaboradores haitianos para entrevistas, somos recepcionados geralmente por homens (nas associações e nas igrejas, por exemplo). A mulher haitiana

[...] não é instigada a aprender a falar o português, esse é o problema. E ela já vem do Haiti com baixa escolaridade porque o pai é machista e acha que ela vai vender no comércio ou que ela vai cuidar da casa, dos filhos. Essa não é mais uma realidade, hoje ela precisa ganhar pra manter essa casa, pra manter esses filhos. Então

ela vai chegar com baixa escolaridade, com dificuldade do idioma e com o machismo que ela não pode trabalhar em qualquer lugar, etc. (Presidente da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Mesmo nos frigoríficos, que geralmente têm alta rotatividade de força de trabalho, há empecilhos para a contratação da mulher migrante. Sobre a absorção da força de trabalho migrante feminina haitiana pelos frigoríficos de Toledo, a entrevistada informa:

Ah, o frigorífico absorve porque não tem outra saída, não tem outra saída, mas geralmente eles, eles têm com dificuldade, eles preferem os homens por causa da gestação e outra [...] tem muitas delas empregadas? Tem porque o frigorífico não tem outra saída. Então ela é a última a ser empregada, mas o frigorífico não tem gente, não tem mão de obra, ele opta por contratá-la mesmo assim. Mas é por pura obrigação mesmo. Não tem nada romântico nessa história. (Presidente da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Quanto à educação, a percepção da colaboradora é de que essa é uma das últimas prioridades, pois primeiro busca-se por trabalho, moradia e alimentação:

A educação, eu acho, é uma das últimas a responder, porque ele vai se virando, ele vai vivendo, vai dando um jeito [...] E aí depois quando entram na universidade a gente tem muitos problemas também. Nós temos problemas com Xenofobia [...] a universidade quer o imigrante como show, sabe. Leva lá, vê como é que é tal, mas não quer como parte. (Presidente da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

Ao se referir a universidade como “*show*” na questão dos migrantes, é possível que esteja mencionando eventos com exposição dos cursos de universidade particulares ou até de mesmo de matérias para a televisão ou jornal, que apresentam exemplos de ascensão social de migrantes após a entrada na universidade.

Outro ponto diz respeito às redes sociais nas quais os migrantes estão inseridos. Em sua visão, o migrante não se informa a partir dos veículos de comunicação local, assim como os brasileiros. Pelo contrário, de acordo com ela, a internet (por meio do *WhatsApp* e *Facebook*, por exemplo) é o principal meio de comunicação e de informação desses sujeitos:

O imigrante não escuta rádio, não assiste tv e não lê jornal [...] 70% das notícias que ele ainda acessa são do país dele de origem. Ele tá lá. Não tá aqui [...] Aqueles avisos, vacina. Não existe pra ele. Nada, esquece. Não faz sentido pra ele. Ele se informa pelo WhatsApp quando chega a informação e aí tem a dificuldade do idioma né [...] Toda a rede social dele é de lá [...] Ele não tem pessoas daqui na rede social dele [...] Nem a internet inclui ele. (Presidenta da Embaixada Solidária, janeiro de 2022, Toledo, Paraná).

A partir da experiência da embaixada solidária em Toledo, constatamos a) uma presença quase nula do poder público quanto ao acolhimento dos migrantes; b) uma inserção no trabalho quase que exclusivamente restrita ao universo dos frigoríficos, dos supermercados e da construção civil; c) uma preferência, pois não há outra alternativa, dos setores que empregam pelo trabalho migrante; d) dificuldades de inserção no trabalho e/ou em espaços educacionais das mulheres haitianas; e) um “fechamento” da sociedade local para com os migrantes, mesmo nas redes sociais.

Também em Toledo, em maio de 2022, realizamos pesquisa de campo junto à Associação dos Jovens Haitianos que Vivem em Toledo (AJOHAVITO). A instituição foi criada em 2019, sendo contemplada com a permissão do uso de um imóvel (uma casa de esquina) no conjunto São Francisco, já nas proximidades da zona rural do município de Toledo, com base no Decreto nº 621/2019 (TOLEDO, 2019).

A entrevista não foi feita na sede da AJOHAVITO, mas no salão de cabeleiro de Evens (localizado no Jardim Panorama), presidente da Associação, juntamente com Wilky, o vice-presidente, e Wilson, que, segundo Evens, chegou ao Brasil há pouco mais de um ano e fala pouco a língua portuguesa.

Evens é encanador e motorista de Van, atividades que exercia no Haiti antes de vir para o Brasil, em 2014. Morou em Pato Branco durante pouco mais de quatro anos e chegou a Toledo em 2018. No Brasil, conheceu a sua companheira, também haitiana (que ele chama de namorada) com quem tem dois filhos, aos quais ele se refere como “piazinhas”.

Evens exerce três atividades: de manhã trabalha, em seu salão de Cabeleireiro, em um ponto comercial no Jardim Panorama, e atende às demandas dos migrantes em suas atividades como presidente da AJOHAVITO; à tarde e à



noite trabalha na loja Havan como estoquista. Ele nos disse que chegou ao Brasil por curiosidade, porque queria viajar, além de gostar muito do time do Brasil.

Wilky é motorista de aplicativo em Toledo (Uber e 99), após trabalhar quase cinco anos na linha de produção de um frigorífico. Chegou ao Brasil em 2016. No Haiti, trabalhava como soldador, função que nunca exerceu no Brasil. Ele reclama da diferença de tratamento trabalhadores nacionais e haitianos nos frigoríficos, pois, por várias vezes, tentou formas de ascensão profissional, mas não obteve êxito, tendo como justificativa o fato de ser estrangeiro. Ele está em busca da naturalização brasileira, o haja vista que isso facilitaria a sua vida e o seu trabalho.

De acordo com os entrevistados, o bairro onde estávamos é o que concentra o maior número de migrantes haitianos na cidade, isso porque fica a poucos metros do principal frigorífico do município, pertencente à BRF.

No bairro, observamos uma mistura de elementos culturais haitianos e senegaleses com os já tradicionais elementos culturais da população do município, majoritariamente branca<sup>47</sup>, praticante do catolicismo<sup>48</sup> e com elementos culturais de pertencimento, como igrejas e campos de futebol.

Ao atravessar a rua do salão de cabeleireiro de Evens, havia mais dois pontos comerciais de migrantes, sendo uma loja de roupas que vende inclusive roupas típicas africanas costuradas por um Senegalês que, segundo o dono da loja, da mesma nacionalidade, não estava mais no Brasil (Figura 16).

---

<sup>47</sup> De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), a população total de Toledo em 2010 era de 119.313 pessoas, das quais 82.551 se declaravam brancas, 3.483 pretas, 1.049 amarelas, 32.173 pardas e 56 indígenas.

<sup>48</sup> De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), da população total, 89.033 declararam ser Católicos Apostólicos Romanos e 23.507 das denominações Evangélicas.

**Figura 16** - Comércio de migrante Senegalês em Toledo (PR)



**Fonte:** Acervo do autor (2022).

Ao lado da loja funciona outro comércio de cabeleireiro de um haitiano (Figura 17).

**Figura 17** - Fachada de comércio de migrante haitiano em Toledo (PR)



Fonte: Acervo autor (2022).

Na fachada, conforme a Figura 17, os informes estão em Creole: “*Nou achete dola; Nou voye mnt pou Haiti; Photo copie; Pastification; Etc...*”<sup>49</sup> e “*Domi pòv Leve Riche*”<sup>50</sup>. Há uma tendência de acumulação de funções em um mesmo comércio, sendo um salão de cabeleireiros que aceita dólar, trata de questões de viagens para o Haiti e atua como as tradicionais lojas de impressões no Brasil.

<sup>49</sup> “Nós aceitamos dólar; Nós enviamos coisas para o Haiti; Fotocópia; Plastificação; Etc...” (tradução nossa).

<sup>50</sup> “Dormir pobre acordar rico” (tradução nossa).

Essas funções, voltadas para o atendimento das demandas da população haitiana em Toledo, revelam uma dupla relação dos migrantes: enquanto vivem em um novo território, carregam características (começando pela língua) que os diferem da população brasileira e que mantém a sua ligação com seu país de origem.

Essa particularidade, da provisoriedade do migrante, tratada por Sayad (1998), evidencia a

[...] dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade. (SAYAD, 1998, p. 45).

Segundo Evens, há ainda no bairro duas igrejas evangélicas compostas exclusivamente por haitianos, desde os integrantes até o pastor, além de mais um ponto comercial gerido por outro migrante haitiano. Durante a entrevista com Evens, Wilky e Wilson, fomos informados de que a sede da Associação, que foi criada em 2019, não estava disponível para uso no momento. Posteriormente, fomos visitá-la; o espalho fica no conjunto São Francisco, há aproximadamente dois quilômetros do salão de Evens (na parte mais central da região, no Jardim Panorama) e há poucas quadras do limite entre a zona urbana e rural.

A AJOHAVITO, de acordo com Evens, já teve relação direta com a Embaixada Solidária, considerada na subseção anterior, e as ações já funcionaram no passado de maneira conjunta, mas, a partir de determinado momento, cada associação passou a ter seu próprio espaço, com autorização dos Decretos nº 621/2019 e nº 210/2021 do município de Toledo. A sede da AJOHAVITO pode ser visualizada na Figura 18:

**Figura 18 - Sede da AJOHAVITO em Toledo (PR)**



**Fonte:** Acervo do autor (2022).

Evens conta que a ideia para a criação da associação partiu do que ele e outros haitianos constatar sobre a não organização dos migrantes haitianos em Toledo, logo que chegaram:

A organização do haitiano, não tá organizado na verdade [...] Antes, eu chamar meu, conhece meu amigo, chegar aqui, conhece já lugar. E eu falar:

- Como que tá a organização dos haitiano aqui?
- Ah, todo mundo pro lado dele.
- Ah, não é assim. E o outro que não fala Português, quem que vai ajudar no lugar? Quem que vai ajudar?

Ele fala:

- Ah, não tem ninguém pra ajudar.
- Precisa alguém pra ajudar a pessoa que não fala, que chegar na cidade (Evens, maio de 2022, Toledo, Paraná).

Ele usa o termo “todo mundo pro lado dele” para se referir ao grande desafio dos migrantes nos municípios brasileiros: o da organização coletiva, com vistas à defesa de seus direitos e ao atendimento de seus interesses. Além disso, a preocupação com a comunicação, a partir do conhecimento da língua portuguesa,



aparece não só nesse trecho da entrevista, mas também é recorrente no discurso de Evens, que considera essa a principal dificuldade dos haitianos em Toledo, especialmente nos primeiros meses em novo território.

No excerto a seguir, fica constatado como essa necessidade (em falar a língua portuguesa) se tornou uma das primeiras ações da associação, antes mesmo de conquistarem a sede para uma atuação mais organizada:

Aqui na verdade, tem muita dificuldade pra falar Português, os irmão que tá aqui. Nós, por meio da associação, atrás de uma professora, arrumar espaço lá na igreja católica São Francisco lá e conversar com Padre, Padre liberou espaço pra nós. Ele ajudar nós também, procurar professora que tá aposentada e graças a Deus ninguém não pediu pra nós pagar também. (Evens, maio de 2022, Toledo, Paraná).

Outras ações desenvolvidas pela associação também objetiva possibilitar uma integração mais cidadã dos migrantes, por meio da regularização documental, sendo prestados auxílios para a obtenção do CPF, para a regularização documental na Polícia Federal, para a tradução em hospitais etc. Evens complementa:

E depois nós, através dos irmãos que chegaram na cidade, nós tem um cadastro que nós fazem pra ele. Nós precisa saber quantas pessoa que tá aqui. Aqui se tá organizado, precisa saber quantas pessoa que tá aqui. Eles chegar aqui, nós levar ela lá pra fazer CPF, levar ela pra ajudar pra Polícia Federal. (Evens, maio de 2022, Toledo, Paraná).

Com relação às condições de uso da sede da AJOHAVITO, ele informa:

Se for na sede agora ... antigamente sede ... agora sede tá vazio, tirar tudo as coisa, vai ela, levar tudo os móveis que tá aí dentro sede. Levou (inaudível) embaixada solidária dela [...] E depois mulher tirar tudo as coisas sede, mulher brasileira vem morar na casa. (Evens, maio de 2022, Toledo, Paraná).

Ao visitarmos o espaço, constatamos que estava servindo de moradia para uma mulher e seu filho, ainda bebê. Ela informou que foi despejada, viu que a casa estava sem uso e resolveu habitar ali, porém, essa versão é contestada pelos migrantes:

Na verdade, não sei. Não sei toda a história. Eu gosto dela sabe, tem um criança, na verdade tem um bebezinho. Ela tava morando num lugar, só dono de casa mandar pra sair, ele sair, tava morando na rua com criança, entrou na sede ... É bem estranho pra mim. (Evens, Maio de 2022, Toledo, Paraná).

De modo a dar peso à argumentação da ocupante do móvel, um vizinho disse que não via legitimidade para a atuação da AJOHAVITO naquele local. Ele mencionou, por exemplo, que havia irregularidades estruturais na casa, que o imóvel não pertencia à prefeitura, mas ao Estado e que a aprovação da associação deveria ser avaliada pela presidência do bairro. Esse vizinho também comentou que já foi migrante no Paraguai, mas que lá vivia de forma diferente, pois não ganhou nada do Estado, bem diferente do que via acontecer com os haitianos.

Observamos, com isso, que o migrante haitiano é legítimo no novo território como força de trabalho; é aceito por sua utilidade, por ser um trabalhador imigrante (SAYAD, 1998), mas a sociedade de imigração, representada pelos atores sociais contemporâneos, contesta a legitimidade, a permanência e as conquistas desses sujeitos, conferindo-lhes o status que lhe é mais apropriado, o de provisório. Sayad (1998) já alertava que a sociedade de imigração nega ao migrante

[...] todo direito a uma presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade do provisório contínuo e de outra forma que não na modalidade de uma presença apenas tolerada (por mais antiga que seja essa tolerância), consente em tratá-lo, ao menos enquanto nisso algum interesse, como se esse provisório pudesse ser definitivo ou pudesse se prolongar de maneira indeterminada. (SAYAD, 1998, p. 46).

O nome da AJOHAVITO, grafitado na parede do imóvel, foi apagado (como se observa no canto inferior direito da Figura 18), algo que causou surpresa e indignação dos migrantes.

Em suma, há na atividade organizada dos migrantes, na condição de associação, a barreira da real aceitação desse sujeito como pertencente ao território. A estrutura de classe já consolidada se choca, desse modo, com os interesses daqueles que chegaram mais recentemente e buscam afirmação e conquistas.

No que tange às motivações para a vinda ao Brasil, Wilky nos informa:

Eu saí do meu país 2016 aí quando eu vim pra cá meu objetivo é pra trabalhar. Aí meu país também não tava a trabalhar porque eu sou Soldador. Quanto eu tava trabalhar de manhã Soldador, minha escola é mais tarde [...] Ai, mas não tem, não tem um pensamento pra vim morar aqui no Brasil antigamente. Porque nem conheço. Só ... eu gosto time do Brasil. Mas olho na TV, vê como que é o futebol do Brasil. (Wilky, maio de 2022, Toledo, Paraná).

A motivação primária é o trabalho, associado a ideias preconcebidas do Brasil relacionados ao futebol, ao jogo da paz, ocorrido em 2004, e à imagem do de um país acolhedor.

Um outro ponto relevante abordado na entrevista foi a questão do trabalho. Segundo Evens e Wilky, os supermercados e os frigoríficos (eles usam o termo “Sadia”) são os lugares em que há mais absorção da força de trabalho dos migrantes haitianos. A associação, nesse caso, atua como intermediadora entre os migrantes e os empregadores, a partir das demandas locais:

A maioria é ... eu fui atrás do ... do mercado que tá aqui, fui lá no mercado com o gerente. O gerente lá depois passar quem é o responsável, começar a mandar ofício pra ele atender nós também. No mercado depois eu pedi, pedi umas cinco pessoa porque não vai pegar muito. Mandar cinco pessoa que já tá o básico Português já entra no sistema pra trabalhar no mercado [...] A outra (inaudível) empresa Sadia também. Sempre tem dificuldade pra entrar quem não fala. Eu tentar entrar com, falar com o gerente, não o gerente daqui Sadia, gerente de toda Sadia. (Evens, maio de 2022, Toledo, Paraná).

Wilky informou que, desde que chegou a Toledo, trabalhou durante quase cinco anos no frigorífico da Sadia, nas proximidades do Jardim Panorama e do Conjunto São Francisco; fazia isso todos os dias, das 14h30 às 00h30. Essa ocupação se tornou a alternativa possível no Brasil, em função das necessidades básicas, como alimentação e moradia. A respeito do trabalho no frigorífico, ele conta:

Pra mim é bom, porque quando eu chegar aqui eu não falar bem Português. Aí tem que entrar no frigorífico pra melhorar a minha vida. Aí quando eu chegar lá tem como pagar umas coisas pra pagar uma curso pra fazer tudo. Mas é um trabalho bem puxado né, bem puxado. (Wilky, maio de 2022, Toledo, Paraná).



A incorporação trabalhista no espaço frigorífico surge como algo “bom”, mediante a ausência de perspectivas profissionais mais amplas (principalmente nos primeiros meses e anos como migrante, necessários à adaptação ao novo território) a necessidade urgente pelo trabalho como promotor das condições básicas de vida. Ele também reconhece as implicações do ritmo e das condições de trabalho, caracterizando-o como “puxado”.

Quando lhe perguntamos se já se acidentou ou presenciou algo semelhante no trabalho, ele assim se expressa:

Eu já vi isso aí. Tem um meu amigo, ele trabalhava com faca e ele pegar uma peça, ele passar uma faca, quando voltar a faca, a faca fazer isso aqui [*mostrando uma faca cortando uma região do antebraço, desprotegida pelas luvas utilizadas usualmente*] [...] Tem uma luva que chega até aqui [*mostrando parte do antebraço*], aí a faca pode pegar tudo aqui [*mostrando parte do antebraço e braço desprotegidas*]. (Wilky, Maio de 2022, Toledo, Paraná).

Esse relato revela que, mesmo com o uso de EPIs, há riscos à saúde do trabalhador, seja brasileiro e migrante, esse último tornando-se cada vez mais força de trabalho primordial para a cadeia avícola do agronegócio.

Até mesmo o cumprimento de horas-extra se impôs para os migrantes, primeiro, como uma imposição das empresas e, depois, como uma espécie de pré-requisito para o trabalho no frigorífico. Acerca disso, Wilky conta:

Na verdade, tem maioria pessoal de antigamente que não fazem hora-extra. Nós imigrante que veio aqui, abriram vaga. Por exemplo, sábado tem hora-extra tudo tem que ficar ligado pra trabalhar lá, pra ganhar um pouquinho de salário a mais. (Wilky, maio de 2022, Toledo, Paraná).

O imigrante que chega já “deve” saber o *modus operandi* dos frigoríficos, sendo frequente, para além do trabalho regular, a necessidade de realização de horas-extras. Essa prática foi refutada por um grupo de migrantes que se instalou anteriormente ao município, mas foi naturalizada por outros, sendo o “trabalhar mais” uma condição para o emprego e defendido até mesmo pela entidade organizada pelos migrantes.

Um outro aspecto considerado na entrevista diz respeito a situações de xenofobia vivenciadas pelos migrantes, como confirma Wilky:

Pra mim eu sofri um negócio, não sei se é racismo, discriminação. Mas eu tava trabalhando na Sadia, eu trabalhava dois ano, aí eu fazer o curso de empilhadeira. Aí eu pedi pro meu supervisor:

- Eu tava trabalhando de faca, agora eu quero mudar o setor pra trabalhar como empilhadeira.

Aí ele não deixa, ok. Eu falar:

- Por que você não deixa? Aí eu faz o curso, eu aprender, porque você não deixa?

- Não, não, você é estrangeiro, não compensa.

Aí eu deixar ele, eu pedir pra ele de novo pra ir num, num higienização<sup>51</sup>. Aí ele falou pra mim:

- Tem que fazer um curso, tem que fazer um papel do ... da escola, tem que ter tudo.

Por quê? Porque tem máquina com, que trabalha de escrever muitas coisa, tem que ter inteligência bem elevada pra saber tudo. Aí eu falei:

- Eu sei tudo, por que você não me deixar? Aí ele falou:

- Eu não quero trabalhar com estrangeiro.

Quando eu pedi pro supervisor higienização ele falou:

- Eu não quero trabalhar com estrangeiro.

Aí pra mim é uma discriminação. (Wilky, maio de 2022, Toledo, Paraná).

Arelada à situação discriminatória está a interferência na mobilidade profissional, como notamos no relato de Wilky. A xenofobia pode, nesse caso, constituir-se também como um limitador do desenvolvimento profissional e pessoal dos migrantes.

Durante a conversa com Wilky, percebemos que já houve a incorporação de elementos culturais nacionais pelos migrantes e muito provavelmente por seus filhos. Em alguns momentos, para se referir ao seu filho, ele utiliza o “piazinho”, comum em várias regiões paranaenses para designar um menino.

Eu falar com minha mãe:

- Eu vou ver pra entrar lá (inaudível) ficar um pouquinho, depois eu volta pra meu país. Quando chegar ao Brasil, já que tá solteiro na verdade, já antes de chegar no Brasil tá solteiro, eu arrumar namorada aqui. Também a gente tem uma “piazinho”, eu ficar.

Falar:

- Mãe, não vou voltar agora, tenho a namorada, tenho o piazinho ... meu piá falar Português bem e depois se tiver que viajar nós vamos viajar, voltar pro Haiti ou voltar pra outro país ou outro lugar que nós tá gostando. (Wilky, maio de 2022, Toledo, Paraná).

<sup>51</sup> No ramo industrial alimentício, há cursos destinados à higienização de espaços, comumente chamados de “higienização na indústria de alimentos”.

Como muitos migrantes aprendem a língua portuguesa no cotidiano, é provável que, a partir da interação com brasileiros, palavras usuais em determinados estados e regiões sejam incorporadas ao seu vocabulário, como o vocábulo que destacamos.

Apesar da adoção de palavras e provavelmente de costumes brasileiros, a condição de provisoriedade do migrante haitiano em nosso país é notável no discurso de Evens. Ele mencionou que muitos haitianos saíram do Jardim Panorama e do Conjunto São Francisco, em Toledo, com destino a outros países:

[...] A maioria haitiano que tá aqui na bairro não tá ... muito tá saindo bairro. Saindo da cidade também ... É a opinião dele, que ele quer sair, vai lá pra México, tem vários que volta pro Haiti também [...] mas vou viajar, vou voltar pro meu país. Pra mim também eu falo assim. Daqui a pouco também não vou falar vou ficar morar no Brasil até ficar véinho não. Precisar volto pra meu país também. Mas por enquanto eu tá ficando no Brasil até meu piá aprender tudo Brasil, faz faculdade no Brasil depois vamo viajar “fio”. (Wilky, maio de 2022, Toledo, Paraná).

É perceptível a visão do Brasil como um destino provisório, que vai ao encontro da tradição de migração haitiana, pois muitos migrantes atentam-se para as condições em que estão vivendo. Se há trabalho, educação e como sobreviver, cogitam a permanência. Do contrário, a migração é logo uma válvula de escape, com vistas à reprodução social, em qualquer território que seja possível e atrativo.

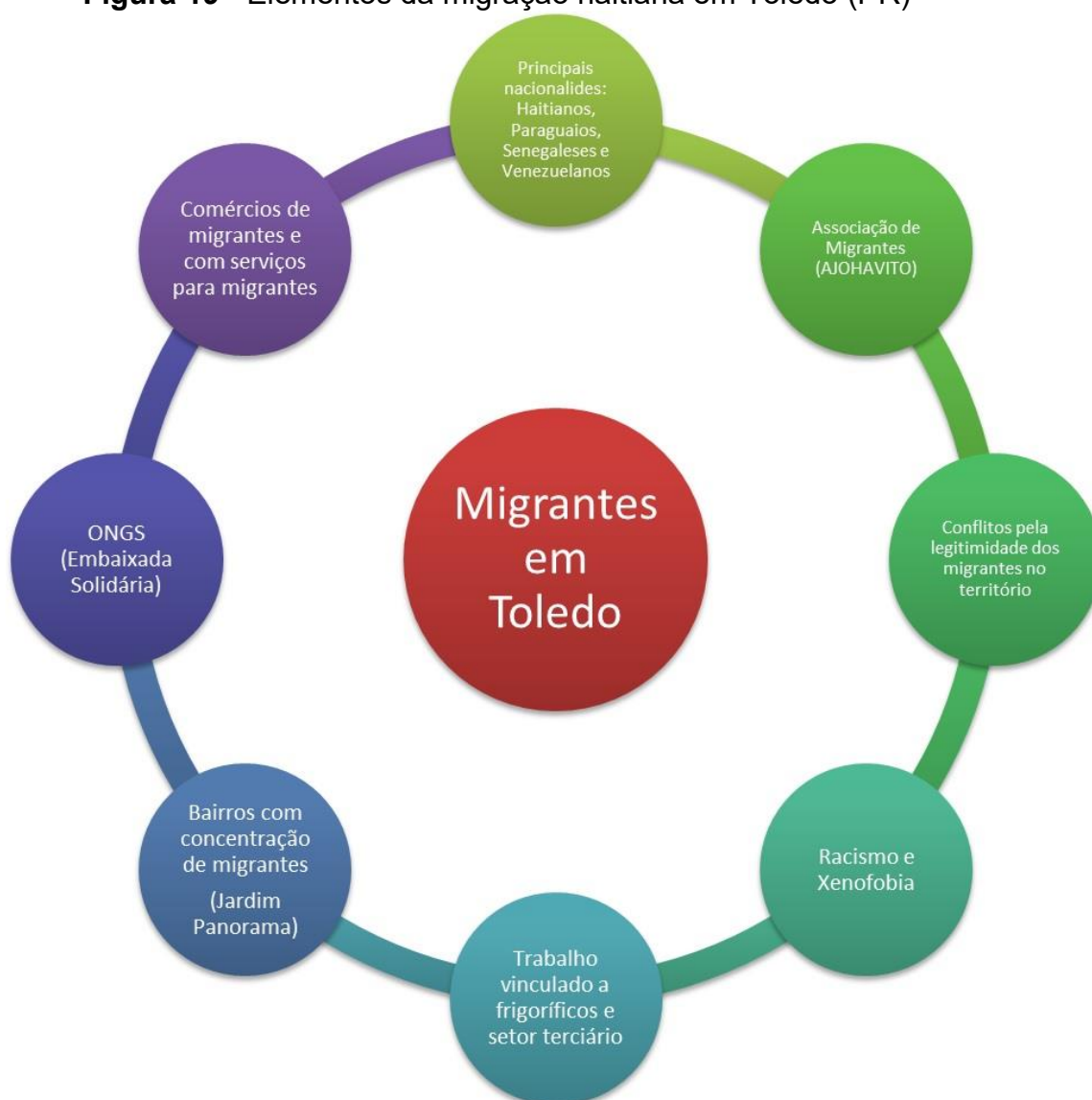
Essa linha de pensamento se dá a partir do lugar de fala de Evens, como sendo haitiano que posteriormente conheceu parte da realidade brasileira. Diante disso, surgem algumas indagações: Os filhos dos haitianos, muitos deles brasileiros, também terão o mesmo pensamento dos pais, o de considerar o Brasil um ponto de passagem? Mesmo com características identitárias brasileiras, as migrações farão parte da realidade dos brasileiros que são filhos de haitianos? Essas perguntas ainda carecem de resposta, pois dependem do fator tempo e da configuração das práticas dos brasileiros filhos de haitianos no território.

Há uma série de características observadas nas entrevistas que corroboram aquelas já pontuadas da população haitiana no Paraná, mas existem particularidades em Toledo, especialmente por conta da organização e das

conquistas dos migrantes, tais: os migrantes pontuaram a necessidade de comunicação (oral e escrita) em vários momentos, o que requer a realização de cursos básicos de língua portuguesa; há elementos culturais e linguísticos do Paraná utilizados pelos migrantes (e mais provavelmente pelos seus filhos), como é o uso das palavras “piázinho” ou “fio”, o que pode indicar uma incorporação desses aspectos paranaenses e brasileiros.

A Figura 19 evidencia as principais características relacionadas aos migrantes encontradas em Toledo.

**Figura 19** - Elementos da migração haitiana em Toledo (PR)



**Fonte:** Elaborada pelo autor (2022).

Com base na pesquisa *in loco* com os migrantes que consentiram em contribuir com a investigação, podemos sintetizar os principais aspectos

observados: a) houve casos de racismo e/ou xenofobia sofridos pelos migrantes; b) as ocupações dos haitianos em Toledo se harmonizam com o perfil verificado no Brasil e no Paraná, que é o da incorporação da força de trabalho haitiana em frigoríficos, principalmente; c) para os trabalhadores nacionais e para os trabalhadores migrantes, há riscos à saúde no trabalho nos frigoríficos, como relatado; d) há resistência e negação das conquistas dos haitianos em Toledo, como se nota no caso da sede da AJOHAVITO e da visão, por parte de alguns brasileiros, de não legitimidade dos migrantes naquele lugar; e) a provisoriidade no território atual é uma característica marcante dos haitianos em Toledo.

Também, realizamos pesquisa de campo em Coronel Vivida e Itapejara D'Oeste<sup>52</sup>, na região Sudoeste do Paraná, importantes localidades com a presença de migrantes haitianos. De acordo com dados do SISMIGRA (2021), no período de 2013 a 2021, houve o registro de 302 haitianos em Coronel Vivida, e entre 2015 e 2021, 195 haitianos em Itapejara D'Oeste.

Ambos os municípios têm um perfil econômico similar. Por exemplo, quanto às atividades econômicas de Itapejara D'Oeste, segundo dados do IPARDES (2020), no setor da indústria de transformação (com 2.039 empregos totais), o subsetor de Produtos Alimentícios concentrava 57% dos empregos do município (1.583 postos de trabalho). Ao mesmo tempo, as principais ocupações dos migrantes haitianos no município eram Retalhador de Carne, Trabalhador de Avicultura de Postura e Armazenista, e o setor de atividade predominante era o do de Abate de Aves (RAIS).

É importante pensarmos no conjunto populacional de migrantes tanto de Coronel Vivida quanto de Itapejara D'Oeste, pois o trabalho de grande parte desses (mesmo os residentes em Coronel Vivida) é em um frigorífico em de Itapejara D'Oeste, que, desde pelo menos 2013, recrutou migrantes na fronteira Norte do Brasil para suprir os postos laborais deficitários na época, iniciando a presença massiva de migrantes haitianos em Coronel Vivida e na região Sudoeste do Paraná.

Em Coronel Vivida, entrevistamos Mackenson, que nasceu em L'Estère, no departamento haitiano de Artibonite, o qual, segundo ele, é um dos

---

<sup>52</sup> Em 2021, a estimativa populacional de Coronel Vivida era de 20.430 pessoas e Itapejara D'Oeste 12.220 habitantes (IBGE, 2021).

grandes responsáveis pela produção agrícola do país, especialmente de arroz e de banana. Foi candidato ao sacerdócio na República Dominicana, além de professor de Creole para cubanos que viviam no Haiti. Em seu país, era casado e teve três filhos, estudou Direito em uma universidade do estado, na qual pagava meia mensalidade. Foi diretor administrativo em seu município, e transferiu-se para o Brasil, dentre outros motivos, por conta de perseguição política. Sobre os deslocamentos dos migrantes, ele conta:

Porque os imigrantes sempre foram atrás aonde que tem pra mudar a vida deles. Entendeu? Sempre foi. E se não tiver aqui, eles é como um passarinho que vai pegar um grãozinho aqui, pegar um folha aqui pra fazer a sua vida. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná)

Devido à sua vivência na República Dominicana, ao aprendizado da língua espanhol antes mesmo da portuguesa e à proximidade entre os idiomas, na entrevista, Mackenson utilizou-se de algumas palavras em espanhol.

Chegou ao Brasil em 2013, estabelecendo-se, desde então, em Coronel Vivida, na região Sudoeste do Paraná. Como era ativo na política em seu país, no Brasil, exerceu papel de liderança na pastoral do migrante de Coronel Vivida e organizou de atividades em alusão à cultura e à população haitiana, tais como o ato do Dia da Bandeira, em 18 de maio, jantares com comidas típicas do Haiti, bazares pró-migrantes e jogos de futebol entre haitianos e brasileiros.

No que se refere às motivações para a vinda ao Brasil, ele pontua:

Mas eu tinha uma visão pra entrar no Brasil. Eu entrei no Brasil, mas eu não sabia nada de Português quando eu tava lá no Haiti. Só a gente sabe do Futebol do Brasil. O jogador, o time, como que tá a seleção ... até agora, tem umas coisas que eu estou aqui no Brasil. Tem algumas coisa que tá passando da seleção do Brasil. É um haitiano que tá lá no Haiti que tá me ensinando [...] Porque lá mais 80% dos haitianos são torcedores do ... da seleção do Brasil. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Não somente no caso de Mackenson, mas em vários relatos de haitianos no Brasil, é notória a influência do jogo da paz e a construção de um imaginário do Brasil na população haitiana, juntamente com a atuação da MINUSTAH. Se considerarmos as diásporas haitianas como um projeto migratório

de estado<sup>53</sup>, é possível observar uma relação entre imagens positivas do Brasil (no caso, da seleção brasileira de futebol masculino) que dão direção e sentido às pretensões migratórias da população haitiana.

Ademais, é comum também nas falas de outros migrantes o não conhecimento da língua portuguesa antes da chegada ao Brasil, o que reforça que nosso país é um destino sendo emergencial, um ponto de passagem ou um local possível, mas não o desejado.

Mackenson migrou para o Brasil em 2013, por motivos de perseguição política. Na época, havia uma limitação no número de vistos emitidos por ano (apenas 1.200). Além disso, há relatos da atuação de coites que mediavam o trajeto. Em muitos casos, entrada no Brasil ocorreu de forma indocumentada pela fronteira Norte. Acerca desse contexto, ele relata:

E aí começou a conversar e já vai ter coite que vai começar a mandar gente passar ilegal. Eu quando cheguei aqui no Brasil a burocracia pra ter um visto pra chegar no Brasil ... demora muito, muito. Quase um ano [...] E pessoa que tá sofrendo de perseguição que tá com problema diz que tem que chegar lá no Equador e pegar ônibus vai chegar no Brasil [...] Só pagar um coite. No Haiti esse coite pagar um que tá no Equador, aquele que tá no Equador pagar um de Peru e por isso a gente gastar mais pra chegar, pra chegar legal. E daí o dinheiro como tem que dividir ... mas dá certo porque tinha um refúgio lá no Acre [...] tinha refúgio também no Manaus, Tabatinga, Manaus tinha. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Nesse trajeto até o Acre, ele conta que passou oito dias em um ônibus entre o Equador e o Brasil, sendo o percurso demasiadamente longo, pois “[...] as viagens são só de noite, não é de dia, porque é umas coisa escondido [...].” (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Já no Brasil, em um refúgio no estado do Acre, ele mencionou a rapidez para a regularização migratória: “Mas quando a gente chegar, na chegada já ... Chegar de manhã, às quatro hora da manhã, oito hora você já tá com os documentos ... CPF, você já tá legal.” (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná). Em suas palavras, notamos uma percepção de que havia certa facilidade e rapidez para a regularização documental, conferindo-lhe um status regular no Brasil.

<sup>53</sup> Jean Baptiste (2018) defende o termo “estado contestado” para se referir ao modo como se desenvolveu o Estado no Haiti, que se caracteriza pela falta de legitimidade popular, alto poder repressivo e principalmente como um mobilizador das diásporas, chamadas no país de *Marronnage*.

Isso foi um importante fator para que viesse para nosso país. Essa mesma “facilidade” para regularização migratória foi citada por outros migrantes entrevistados, exceto alguns serviços e trâmites na Polícia Federal, a exemplo da renovação do passaporte, que requer uma espera considerável, sendo esse aspecto visto como um empecilho.

Em seus relatos, disse que, desde os primeiros dias no Brasil, a intenção era conseguir um trabalho para suprir suas necessidades básicas. Por isso, Mackenson fala do processo de recrutamento de força de trabalho na fronteira Norte do Brasil, especialmente nos primeiros anos da migração haitiana, por parte dos frigoríficos dos estados do Centro-Sul:

E chegar lá no refúgio, as firmas estavam atrás das pessoas pra trabalhar. A prioridade, a preferência era pra os haitianos, mas tinha ... tinha gente da República Dominicana que estavam lá [...] e daí tinha africano do Senegal, senegaleses também e tinha, tinha gente de Peru, mas a preferência era pra os haitianos. Porque a Dilma abrir pra os haitianos porque a firma pegou a gente pra vir trabalhar (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida,- Paraná).

Fica clara a atuação das “firmas” do Centro-Sul do Brasil nesses recrutamentos, as quais tinham como o intuito, à época, suprir os postos de trabalho deficitários mediante as demandas internacionais de produção (no processamento de aves, de suínos e de bovinos).

Mackenson permaneceu no estado do Acre durante 13 dias, mas relata que alguns migrantes ficaram até dois meses no refúgio a espera de oportunidades no mercado de trabalho local ou nos postos do Centro-Sul do Brasil:

Porque quando a firma chegou e procurar pessoa nós tem gente que passou um mês, dois meses mas como é sorteio eu passei só treze dia lá. Treze dia no Acre. E como eu falo espanhol, tem que falar espanhol com eles, dar certo, pegar 56 pessoas e vinha pra trabalhar, mas ... a gente recebeu o salário normal, recebeu cartão de alimentação. Eu recebi tudo certinho. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

A finalidade para a presença no município se deu em decorrência das necessidades de força de trabalho dos frigoríficos da região, pois o migrante, conforme Sayad (1998), é antes de tudo uma força de trabalho. No caso dos



haitianos, advindos da periferia do capitalismo, são vistos como mão de obra para as demandas dos diferentes setores do agronegócio.

No relato a seguir, Mackenson evidencia que o trabalho era uma motivação, havendo inclusive exemplificações do porquê, em sua concepção, migrar é importante:

E é pouco, bem pouco no Norte. Bem, bem pouco, porque esses estados não têm tanto serviço, não tem tantas coisa pra fazer [...] Porque os imigrantes sempre foram atrás aonde que tem pra mudar a vida deles. Entendeu? Sempre foi. E se não tiver aqui eles é como um passarinho que vai pegar um grãozinho aqui, pegar um folha aqui pra fazer a sua vida [...] Por isso no começo, se eles ... um falou: - Ah, Santa Catarina o emprego pagar tal. Você tem carteira assinada, você receber bem e você poder trabalhar como líder com o tempo, eles já se manda. Entende? [...] Mas quando chegar, ah como aluguel, as coisa tá mais cara lá ... É verdade que a gente receber bem mas o custo da vida é mais caro, eles tem que voltar. Porque o principal é trabalhar pra ajudar aqueles que estão lá no Haiti. É pra ajudar família. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

A partir de sua concepção, ele diferencia os estados da região Norte do Brasil dos estados do eixo Sul-Sudeste, considerando esses últimos com maior oferta de trabalho e de oportunidades. Estes excertos da entrevista “os migrantes sempre foram atrás aonde que tem pra mudar a vida deles” e “se não tiver aqui eles é como um passarinho que vai pegar um grãozinho aqui, pegar uma folha aqui para fazer a sua vida” demonstram esse sentido inicial da migração haitiana, na busca por lugares que dispõem de trabalho e de condições de sobrevivência.

Do mesmo modo, ele expõe como as redes são importantes para a presença de migrantes em determinados lugares, ao exemplificar as qualidades do trabalho que são atrativas para os migrantes. Assim, para ele, a migração e a busca por trabalho são essenciais para a manutenção da família no Haiti.

Do refúgio no Acre, Mackenson foi diretamente para Coronel Vivida, para trabalhar em um frigorífico no município de Itapejara D'Oeste, a 33 km de sua moradia. O seu grupo era composto por 56 pessoas, que, inicialmente, moravam na mesma casa. Ele conta:

E assim, no dia pra vir trabalhar, fazer o contrato com a firma [...] É um tratamento ... eu não posso falar que era tão ruim mas não era tão bom também viu, não era tão, tão bom porque a minha turma eles colocaram 56 pessoas numa casa e ... que tinha aqueles

banheiro [...] eu fui, briguei, fui na prefeitura, peguei um vereador, ligar pra firma até dividir a gente. Dividir e colocar nós nos apartamento. E como tem que descontar o salário, a pessoa pra colocar o apartamento, não dá pra colocar só uma pessoa. Mas cada apartamento de dois quarto tem que ter cinco pessoas. Um apartamento normal, dois quarto, dois banheiro. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Ao chegarem a Coronel Vivida, as condições de moradia eram muito precárias. É possível que “aqueles banheiro” sejam banheiros químicos. Esse tratamento direcionado aos migrantes revela a ausência de atenção aos direitos mais básicos dos migrantes, como a moradia. As palavras de Mackenson nos permitem compreender o modo como são tratados principalmente os migrantes negros e de países periféricos. Se a sua função está em sua força de trabalho, tão somente isso interessa aos frigoríficos.

Quanto às dificuldades em Coronel Vivida, ele lembra de pequenos delitos contra os migrantes em supermercados, em decorrência de sua condição como pessoas que, naquele momento, não tinham ainda o domínio da língua portuguesa para contestação:

Ajuda bastante os haitianos e tem um poquinho coisa errada lá na época ... no mercado. Porque a gente não falar, não entender bem, mas tem gente que aproveitar o que tá no cartão das pessoas. Tem algumas também ... eu fui comprar uma coisa e quando a gente começou a entender bem Português perceber que tem na sua nota alguma coisa que você não comprou. Entendeu? Mas não é todo mundo [...] A gente foi atrás e o gerente dos mercados fica sabendo e fica de olho pra ajudar e mandar embora quem faz isso. Assim, até agora é ótimo. A gente trabalhar e pedir, gente vinha pra ajudar. Ajudar no médico, ajudar em qualquer coisa os haitianos que estão aqui em Coronel. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Constatamos a importância de, mesmo que não de maneira formal, algum tipo de organização dos migrantes haitianos que esteja em contato com gerentes, diretores, vereadores, prefeitos etc. A defesa de seus direitos e a busca por melhores condições de vida desses sujeitos têm sido pautas recorrentes nas reivindicações.

Por mais que haja uma imagem de migrantes destinados ao trabalho em frigoríficos como sendo uma determinação natural, o que se constata são atores não conformados com as contradições vivenciadas na realidade, sendo a

capacidade de organização, mesmo informalmente, uma marca dos migrantes haitianos.

Mackenson também relata casos de racismo e de xenofobia no Brasil, inclusive com a morte de migrantes haitianos, fazendo dessa situação uma de suas principais preocupações:

Tem um caso ... no mês de fevereiro, tem um que foi lá pra pedir pra dançar com a mulher, a mulher não quis. E a mulher mandou irmão que era, que é menor matar ele [...] Cuiabá também tem algumas coisa e no Brasil inteiro tem ... tem Porto Alegre também, tem haitianos que, que faleceu [...]. Na região aqui onde, Pato Branco e Coronel só um haitiano que, ele tá com seis anos que uma mulher matar ele. Ele morava lá em Itapejara, trabalhava lá no frigorífico que é Vibra agora e de repente ele pegou a mulher e falou com uma mulher, a mulher deixou o marido e quer casar com ele. Depois ele falou com a mulher que tem filho lá no Haiti, tem esposa no Haiti, vai mandar dinheiro pra entrar esposa e a mulher ficar com raiva e ele tava no banheiro a mulher mata [...] só esse caso que tem na região até agora, que faleceu um haitiano. Ele era meu amigo, sempre eu conversei com ele. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Mackenson soube de situações dessa natureza e se mostra atento a casos similares em outras partes do Brasil. Suas palavras evidenciam o medo com relação ao racismo e à xenofobia, algo que possivelmente também faça parte do cotidiano de tantos outros migrantes negros em nosso país. Ele ainda relata casos de racismo sofridos no ambiente de trabalho, quando atuou como Técnico em Segurança do Trabalho, a partir da realização de um curso profissionalizante em uma instituição pública federal em Coronel Vivida:

[...] eu trabalhei na Atlas como técnico de segurança oito meses. Mas de repente tem gente que tava com inveja, que tá com ciúme. E tem quem tava a dizer: - Ah, mas o que é isso? O negrão tá mandando em nós [...], (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Notamos uma resistência quanto à ascensão profissional dos haitianos, na condição de sujeitos negros, carregada de preconceitos. Mesmo entre brasileiros brancos e pretos, há uma disparidade quanto à ocupação de cargos de liderança. Por exemplo, em uma pesquisa do IBGE (2020), constatou-se que, em 2019, apenas 29,5% de cargos gerenciais em empresas eram ocupados por pessoas negras.

Mackenson diz que, sendo professor de idiomas (francês, espanhol, inglês e creole), teve dificuldades para a inserção profissional no Brasil:

Eu como professor de idioma [...] Eu fui atrás pra dar aula de francês, de espanhol. Eu abri um curso em Coronel de Francês. Tinha 13 pessoas. Era bem barato, 50 reais. Quando queria abrir mais uma outra turma, ninguém veio [...] Eu fui atrás de dar aula, mas diz por causa da pele, mas tem tal tal tal, é uma segregação. Mas eu não fiquei triste, não me dar nada nada nada de sentimento. Eu falei: - Mas como tem problema, eu vou escrever um livro de cinco idiomas pra ajudar do jeito que eu posso [...] Eu fui lá na gráfica escrever um livro. Peguei um ano e meio pra escrever esse livro, "Intercâmbio em cinco idiomas", peguei um ano e meio escrever, fui lá e imprimi o livro. Tô vendendo até agora. Eu fiz mil livro. Acho que por causa do covid, eu parei, quase dois anos sem andar vender livro. Voltei a trabalhar na linhas normal, sem problema. Mas eu tenho meu livro. Tá quase no Brasil inteiro o meu livro. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida - Paraná).

Ele não aprofunda, mas relata o fator "pele" como um algo que o limita profissionalmente, gerando uma "segregação". Sem chances no mercado de trabalho para exercer sua ocupação de origem, ele resolveu escrever um livro, chamado *Intercâmbio em 5 idiomas* (Figura 20), com base em seus conhecimentos sobre línguas; trata-se de um guia prático com frases curtas para comunicação em português, inglês, francês, espanhol e creole (SUFFRARD, 2019).



Só a integração não está até agora nas escolas, como tipo, tem haitiano que era professora no Haiti que não conseguir dar aula. Teve só um que dar aula inglês. Ele dá aula em Pato Branco, não sei como que tá. Mas a inclusão nas escola tá muito difícil [...] Mas eu fui dar palestra nas escola, fui dar palestra mas é tipo ... dar aula como professor tal tal tal é ... tá bem diferente. Tá bem difícil até agora. Porque eu fui numa escola em Pato Branco pra dar aula, levei o currículo e diz que vai me chamar, não me chamou até agora. Fiz uma entrevista como professor há anos, há anos. Há quatro anos eu acho. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

São as mesmas barreiras enfrentadas por brasileiros negros, mas há uma dimensão ainda maior quando o postulante é negro e migrante. Apesar das dificuldades impostas na estrutura social brasileira excludente, há nas palavras dos colaboradores traços de inconformidade e de realização profissional, mesmo que por outros meios.

Acerca do trabalho no frigorífico, Mackenson descreve a expansão do local em que trabalhava, a partir do incremento de turnos e setores. Ao mesmo tempo, ele enaltece as qualidades do trabalhador haitiano, as quais foram fundamentais para a expansão rápida da empresa:

[...] na época que nós chegamos eles abatem muito frango. Dá 30 mil. E duas semanas esse 30 mil terminou antes do almoço e aí começou a aumentar. Porque nós somos bem trabalhador e aprender bem rapidinho e abrir mais a firma. Não tinha embutidos, começou a abrir. Não tinha turma de noite, colocar uma turma de noite. Agora essa firma ficar enorme, (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Ele destaca a ausência de mulheres nesses espaços e o papel de liderança na organização dos direitos e das necessidades dos migrantes:

E não tinha mulher. Eles não pegaram mulher. Eu fui lá na luta porque na época eu ajudar na RH. Era bem e começou a fazer a gente trabalhar mais. No começo eles não mandar os haitianos embora, mesmo que tendo alguma dificuldade. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

As jornadas longas e desgastantes vêm à mente quando menciona que o frigorífico “começou a fazer a gente trabalhar mais”. No processo de expansão do frigorífico, mesmo com inconformidades quanto ao trabalho dos haitianos, o colaborador relata que “eles não mandar os haitianos embora”, o que evidencia a

importância da força de trabalho desses sujeitos para a expansão dos diferentes setores do agronegócio.

Outro elemento da entrevista foi sobre as ações da comunidade haitiana em Coronel Vivida:

[...] nós fizemos várias, muitas, muitas coisas que nós fizemos aqui em Coronel. Nós fizemos amistoso de futebol. Nós fizemos uma janta pra ajudar uma escola lá no Haiti. Tava assim de gente porque gosta muito da comida dos haitianos também. E quando tem casamento dos haitianos, convidar, tem muita gente que foi lá pra provar a comida [...] E esse é uma segunda edição que nós fizemos nesse dia da bandeira porque sempre a gente tem que fazer algumas coisa pra atrair, pra ... o povo [...] Nós tem que vender um pouquinho da nossa cultura. E esse dinheiro, encarregado vai ficar na pastoral. Quando um haitiano tá com problema pra fazer documentação e tem que tá passando também pra pagar passagem, tem que tem filho doente pra comprar fralda, medicamento, entendeu? (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Mackenson fala da integração com a comunidade local, por meio de partidas de futebol e jantares com comidas típicas haitianas, do dia da bandeira, comemorado em 18 de maio, do interesse pela culinária haitiana (a partir dos jantares promovidos) e do “tempero diferente”, uma peculiaridade haitiana. Na Figura 21, observamos um cartaz informando a respeito de uma das festas organizadas pela comunidade haitiana no município.

**Figura 21** - Cartaz do Dia da Bandeira e Festa Cultural Haitiana 2022 em Coronel Vívda (PR)



**Fonte:** Paróquia São Roque Coronel Vívda (2022).

O colaborador também menciona o consórcio como uma estratégia financeira utilizada pelos migrantes para a aquisição de bens no Brasil:

Mas os haitianos não trabalha com o salário básico. Como eles tem todas coisa que eles tem? Porque nós fizemos ... na cultura de nossa sociedade, chama consórcio. Se tiver dez pessoas no consórcio ou doze pessoas. Doze pessoa a 800 reais. A gente pegar uma quinzena do salário, uma quinzena pra comer no cartão alimentação e pagar água e luz junto e uma quinzena pra dividir essas coisa pra mandar Haiti e uma quinzena pra fazer consórcio. E quando chega o



seu mês, você recebe dinheiro de doze pessoas, entendeu? [...] Mas tem um ... mas tem um parente, a gente tem um dono, que é chefe pra receber pra dar pra quem do mês. E quando a gente receber esse onze dele, ele guarda. Ano que vem se ele não gastar nada, tem na poupança ano que vem [...]. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Diferentemente dos tradicionais consórcios no Brasil, que são geridos por uma empresa, o grupo de migrantes se reúne com colaborações financeiras periódicas, sendo que, a cada mês, um dos participantes é contemplado, ajudando a ter uma quantia maior de uma vez só. Há alternativas similares em bancos e financeiras brasileiras, mas o processo ocorre entre os migrantes, a partir de uma relação de confiança com seus compatriotas. Desse modo, a informalidade entre os pares é uma das características dessa prática.

Mackenson elenca a cultura (a língua, as tradições, os hábitos etc.) e a temperatura como aspectos que dificultam a adaptação ao novo território. Em seus primeiros dias em Coronel Vivida, mesmo a palavra “oi”, dita por uma criança, foi motivo de estranhamento por outro colega, como relata:

A chegada do migrante num país não tá tão fácil. Na hora você tá com muitas coisa na sua cabeça. Eu cheguei aqui em Coronel era uma quinta-feira, já fui trabalhar, fazer as coisas. Sábado eu falei:  
 - Mas tem que começar algumas coisas no ... na cidade.  
 Eu peguei um haitiano pra ir comigo. E teve uma criança que falou “oi” pra ele. Ele ficar bravo, sabe. A palavra “oi” tem uma outra significação lá no Haiti, outro significado. E quando a criança, uma mocinha diz “oi” pra ele, eles diz:  
 - Mackenson, o que que é isso? Ele me olhou. Eu falei:  
 - Mas eu não sei o que significa “oi”, mas do jeito que ela falou esse “oi”, tem um sorriso na boca, eu acho que não é uma palavra ruim.  
 (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Com relação à temperatura, ele conta como descobriu, a partir de sua vivência, as nuances sazonais, ora de calor, ora de frio intenso no Sul do Brasil:

Chegamos setembro em Coronel, fui no mercado ver ventilador. Falei: - Mas um lugar tão frio assim, porque a gente precisa ter ventilador? Eu pensei assim. E janeiro eu fui comprar um ventilador pra colocar no meu quarto. A geada, a gente não sabia disso, tem que ter tosse, tem que ter febre. Não tinha lençol, não tinha cobertor, entendeu? Não tinha cobertor. Já tinha jaqueta pra passar frio, porque você não sabe como que tá de lá, você não sabe se é um país tão frio ou como que tá. (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida, Paraná).

Outro ponto se refere às relações de alteridade quando da chegada de grupos de haitianos em Coronel Vivida<sup>54</sup>. A respeito disse, ele comenta, a partir de sua visão de mundo, como pessoas negras são retratadas e como ele vivenciou essa situação no município:

E de noite, uma vez eu falei: - Ah, será que a gente vai sair de noite? As crianças estavam com medo de nós. Quando vi já correr. Porque quando eles não querem comer, tá fazendo algumas coisa e diz: - Ah, mas o diabo vai ... No filme que tá passando sempre mostra o diabo é preto. Entendeu? Quando a gente passa de noite as criança acha que é o diabo que tá passando na frente, porque Coronel não tinha, não tinha gente preto. Ou muito gente preto como os haitianos. Tá passando dez, quatro, quinze ... Uma vez nós vamos assistir futebol. O povo saia fora, todos, pra ver nós. Era um mês de setembro. Todo mundo saiu pra ver um grupo haitiano. Sair todo mundo pra ver (risos). Entendeu? (Mackenson, junho de 2022, Coronel Vivida - Paraná).

A partir de sua história, observamos a difusão de crenças racistas para crianças e o estranhamento da população do município (por conta da cor) ao ver a reunião da comunidade haitiana para assistir a uma partida de futebol. Essa atitude tem relação com o histórico de migração do Sudoeste do Paraná, que foi marcado pela vinda de colônias de estrangeiros (italianos e alemães, por exemplo) e principalmente por migrantes do Rio Grande do Sul. Logo, em Coronel Vivida e Itapejara D'Oeste, com a chegada e a permanência dos migrantes haitianos, há a formação de novas características étnicas e culturais.

A Figura 22 trata dos elementos da migração haitiana em Coronel Vivida.

---

<sup>54</sup> De acordo com o IBGE (2010), a população censitária segundo a cor/raça em Coronel Vivida, de um total de 21.749 habitantes, é assim constituída: 15.901 pessoas brancas, 5.073 pessoas pardas, 545 pessoas pretas, 156 indígenas e 74 amarelas. Há, portanto, uma predominância de pessoas brancas (73% do total).

**Figura 22** - Elementos da migração haitiana em Coronel Vivida (PR)



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

A partir do relato de Mackenson, é possível observar uma série de características comuns à comunidade haitiana em Coronel Vivida: a) o recrutamento de força de trabalho migrante na fronteira Norte do Brasil em direção ao Centro-Sul do país, sendo a oferta de trabalho a grande motivadora da migração; b) é possível apontar especialmente o trabalho nos frigoríficos como fator determinante da presença dos migrantes no Paraná, assim como em Coronel Vivida, em Itapejara D'Oeste e outras cidades com essa característica em comum; c) as condições de chegada, na maioria das vezes precária, foi um dos traços da migração haitiana, juntamente com a ausência do poder público para a acolhida desses sujeitos, mas nota-se a ação das autoridades no campo da regularização migratória dos migrantes; d) o medo do racismo e a xenofobia, acompanhada de violência, estão

presentes nas falas de Mackenson; e) há dificuldades de crescimento profissional no Brasil e/ou até mesmo a inserção em determinados espaços, como o educacional; f) a capacidade de organização e de não conformação com as contradições do cotidiano é uma marca da comunidade haitiana no município e de mobilização de suas pautas, mesmo não havendo uma organização materializada em uma associação ou algo similar.

## 6.2 MARINGÁ E LONDRINA: ESPAÇOS DE IGUALDADE SUBSTANTIVA PARA OS MIGRANTES NO PARANÁ?

Em Maringá, entrevistamos dois colaboradores: Joseph, haitiano e secretário de Juventude e Cidadania (SEJUC) do município, e a secretária executiva da Associação dos Estrangeiros Residentes na Região Metropolitana de Maringá (AERM), que é brasileira. Em ambas as falas, ressalta-se a presença do poder público em ações efetivas junto aos migrantes, a partir de parcerias entre a prefeitura municipal e outras entidades. Um exemplo disso foi a criação do Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá (CORMA), que tem caráter consultivo e deliberativo e conta com a participação de representantes de órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Essa é a primeira iniciativa dessa natureza em âmbito municipal no Brasil.

Além do CORMA, os colaboradores mencionam a existência da chamada “casa do imigrante” (nome informal), ou Centro de Referência do Imigrante (CRI), que foi anunciado em 2021, mas iniciou suas atividades em 2022. O CRI é

[...] uma casa com amplo espaço, com dez quartos, lavanderia, cozinha, banheiros, jardim, quintal e edícula [...] capacidade para receber até 50 pessoas, entre famílias ou imigrantes individuais. Não haverá custo para os ocupantes do Centro, que será uma transição para a sociedade e não uma moradia fixa. (PREFEITURA..., 2021, s.p.).

O CRI funciona a partir de recursos do Programa de Interiorização do Governo Federal, sendo que os trabalhos junto aos migrantes são realizados por uma empresa terceirizada.

Joseph, um dos entrevistados, veio para o Brasil em 2010, com um avião da força aérea brasileira que prestava ajuda humanitária no Haiti, por meio da

MINUSTAH. No Brasil, passou por Boa Vista até chegar ao Rio de Janeiro, ficando ali por cerca de um mês. De lá foi para Minas Gerais, onde fez graduação em Agronomia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mudou-se para Maringá, no Paraná, em 2016, com o objetivo de fazer o mestrado em Genética e Melhoramentos, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), instituição na qual continuou seus estudos, no doutorado em Biotecnologia Ambiental.

Ele nos contou que sempre teve atuação social, sendo, segundo ele, um dos primeiros migrantes haitianos na região de Maringá, município em que atuou, por meio da AERM, como tradutor para migrantes haitianos em hospitais, no Centro de Assistência Social (CRAS), em entrevistas de emprego etc. É casado com uma brasileira e tem dois filhos. Informa que deseja ensinar creole e outras línguas para os filhos assim que eles crescerem um pouco mais.

Além disso, é Secretário de Juventude e Cidadania de Maringá, fato inédito no Brasil, pois o município se tornou o primeiro a contar com um migrante ocupando o primeiro escalão da política. Também é pastor de uma igreja evangélica. Sobre a atuação em Maringá, ele relata:

Na verdade, eu atuei mais na questão social. Eu trabalhei como intérprete dos migrantes que ... que chegaram aqui em Maringá porque eu sou até hoje um dos primeiros migrantes a chegar aqui na região. E eu tô aqui desde 2010, quer dizer, tenho 12 anos no Brasil e eu conseguia falar um pouco melhor Português comparando com os demais que estavam chegando na época. Então, eu traduzi pra eles nos CRAS, traduzi nos hospitais, nas UBSs, nas entrevistas de emprego. Então eu trabalhava 24 horas pra ajudar os migrantes. Eu atuava mais nas questões sociais, questão de atividade esportiva ... Já realizamos campeonatos pra migrantes ... É algo que nós realizamos pra encaixar o migrante no contexto da cidade onde que ele se encontra porque eu passei por isso também, a questão foi muito difícil, a língua diferente ... Pra você montar um ciclo de amizade não é fácil já que você não fala aquela língua e pra socializar mais ... Mas não tinha um trabalho político ou pertencia a um partido político. (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Joseph revela em suas palavras uma série de elementos comuns à integração (ou aos desafios para a integração) dos migrantes na sociedade, mencionados também por outros colaboradores na entrevista, tais como a dificuldade quanto à língua portuguesa, principalmente nos primeiros meses e anos no Brasil. Outro elemento se refere a eventos organizados por migrantes que visam à sua inclusão nos municípios de residência, como é o caso de atividades

esportivas, de atos/festas (por exemplo, o Dia da Bandeira, em 18 de maio) e de atividades em entidades religiosas.

Como intérprete, Joseph trabalhou nos diversos municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá, como Marialva, Sarandi e Paiçandu:

[...] Eu trabalhei como voluntário numa associação que chamava AERM, Associação de Estrangeiros de Maringá e Região. Eu não só atendia Maringá, eu atendia Sarandi, eu atendia Paiçandu, eu atendia Marialva ... toda aquela região de Maringá. Esse projeto foi financiado pela Cáritas de Maringá. (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

A partir de seu relato, notamos um espalhamento dos migrantes haitianos pela região, indicando a espacialização da população haitiana a partir da oferta de trabalho advinda da dinâmica produtiva local.

Conforme os dados do SISMIGRA (2020), verificamos que, no período de 2010 a 2020, os registros de haitianos em Maringá e na Região Metropolitana eram: 1.529 em Maringá; 330 em Mandaguari; 212 em Paiçandu; 150 em Sarandi; 90 em Marialva; e 86 em Mandaguaçu.

No que diz respeito às dificuldades dos migrantes haitianos em Maringá (tais como a língua, o trabalho e a educação), Joseph mencionou:

Então, uma das barreira né, você sabe que a educação, a formação ... e sem essas peças a gente fica muito dependente e a barreira do idioma também complica. Por isso nós estamos desenvolvendo políticas públicas e com a parceria de outras instituições e a própria UEM pra dar aula de Português pra os migrante e também tem outras ONGs aqui na cidade que dá aula de graça. Nós temos a Cáritas também que oferece aula de graça pros migrantes. (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

O colaborador considera o idioma como uma barreira para os migrantes no Brasil, por isso, destaca algumas iniciativas para ofertar aulas de português para migrantes em universidades, ONGs e a própria Cáritas, que tem uma ampla atuação nos municípios com maior população no Paraná. Além disso, ele cita o trabalho com crianças migrantes em idade escolar:

[...] nós temos o Instituto Etnos, que trabalha com migrante também, que oferece aula de reforço pras crianças migrantes. Então é uma forma que as crianças que chegaram bem pequenininha ou que

chega na idade pra ser escolarizado, que não sabe falar Português recebem esse apoio pra que possam estar em dia né, comparando com uma criança nativa, pra que possa acompanhar as aulas normalmente. (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

É expressivo o número de crianças migrantes no município, especialmente haitianas, as quais requerem atenção quanto à adaptação à língua em uma fase crucial da aprendizagem, a da alfabetização. Em 2019, de acordo com dados do Censo Escolar, havia 1.012 matrículas de estudantes imigrantes internacionais no município de Maringá. Das 106 matrículas na Educação Infantil, 20 eram de haitianos (estando atrás das matrículas de crianças venezuelanas, com 22 matrículas). Nas demais modalidades, os haitianos constituíam maioria nas matrículas. Por exemplo, das 530 matrículas nos Ensinos Fundamental I e II, 110 eram de crianças haitianas; das 130 matrículas no Ensino Médio, 56 eram de haitianos; e no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), das 88 matrículas, 68 eram de haitianos (INEP, 2019).

Com relação ao mercado de trabalho para os migrantes haitianos em Maringá, Joseph narra que, até determinado momento, por conta da língua, os postos de trabalho para a maioria dos migrantes eram em frigoríficos, mas, com um maior domínio linguístico, além de outros aspectos (como a qualificação), há uma maior diversificação dos postos de trabalho ocupados por migrantes haitianos. Nesse sentido,

Então, o acesso ao trabalho muitas vezes é muito difícil porque as pessoas de fato não dominava a língua. Tem alguns cargos que você precisa falar Português. Então isso prejudica muito. Se não me engano, quando lá nos anos de 2015, 2016, até 2017 a grande maioria dos migrantes trabalhavam nos frigoríficos porque que não precisam ... um domínio completo da língua né. Mas hoje em dia com o avanço do domínio da língua e outros aspectos sociais também na sociedade, tem migrante haitianos que conseguem ser empreendedor, que tem pizzaria, que tem restaurante, que tem lanchonete. Então eles já estão se dando bem e um próprio haitiano hoje está sendo um secretário aqui na cidade. Então a educação, ela abre portas. O conhecimento, ele muda o rumo da vida das pessoas. (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

A visão desse colaborador contraria o discurso do haitiano somente como aquele vinculado ao trabalho nos frigoríficos, sendo a mudança no perfil laboral alcançada, segundo ele, por meio de um maior domínio da língua portuguesa

e da educação. Sobre outras ocupações vinculadas aos migrantes haitianos no município, ele cita:

[...] Empreendedores que trabalham muito que tem uma renda melhor que ... e que trabalha também em outras empresas de porte maior como Cocamar, que é uma empresa na área de agronegócio. Pessoal da questão de grãos. Nós temos haitianos que trabalham quase ... nas grandes construtoras aqui na cidade como pedreiros. Tem bons pedreiros aqui. Nós temos haitianos formados nos cursos profissionalizante que a prefeitura de Maringá ofereceu ali como azulejista e ... tantos ... cuidador de idoso. Então assim, nós temos bastante curso profissionalizante pra população de forma toda, incluindo os imigrante também. Eletricista também ... predial. Esse povo tem um emprego assim cada vez melhor que o nosso objetivo é capacitar mais a turma pra que eles consegue ter cada vez mais dignidade, uma vida melhor aqui na cidade. (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Joseph menciona outras profissões para além de auxiliar de linha produção em frigoríficos, ressaltando o papel da prefeitura com a oferta de cursos profissionalizantes para a capacitação profissional mais ampla dos migrantes (além de brasileiros). Segundo ele, na SEJUC, há uma gerência específica para tratar dos assuntos dos migrantes, como a regularização documental:

[...] essa gerência, ela faz essa ponte entre o governo e a sociedade civil e aqui dentro também nós temos recebido atendimento todos os dias em questão de elaboração de documentação. Nós fazemos agenda na Polícia Federal e o migrante que chegar aqui que não tem acesso à internet ele vem presencialmente nós preenchemos todos os documento que ele tem que preencher. Nós tiramos a guia e as vezes tem muitos que não tem condição de pagar, nós tiramos a guia de isenção de pagamento pra fazer o cadastro pra Polícia federal, pra fazer ... pra conseguir obter documento do Brasil, porque se você não tem documento do país isso restringe algumas oportunidades do trabalho, você tem que tá legal. E pra você tá legal também no trabalho aqui no Brasil você precisa ter seus documento do teu país em dia também, questão de passaporte, entendeu? (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Ademais, na gerência, há a orientação quanto ao acesso a serviços de assistência social do Governo Federal, como outras iniciativas, tais como a concessão de cestas básicas e de bolsas de estudo em universidades privadas:

[...] a gente orienta também o cadastramento no CRAS pra obter benefícios como o Bolsa Família, o Auxílio Brasil, Cartão de



Alimentação e etc. E quando em um momento de crise também eles recebem cesta básica da prefeitura de Maringá etc. Agora tem outros programa que oferece bolsa de estudo. Nós temos parceria com as instituições privadas que fornecem bolsas de estudo e esse pessoal também participa. Então é uma política que nós estamos fazendo que faz com que o migrante que chegue aqui, ele tem mínima condição pra ele se reerguer. Aí depois ele explode, entendeu? (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Nessa linha de atendimento às demandas dos migrantes, em Maringá, foram realizadas duas atividades da embaixada do Haiti no Brasil (em outubro de 2021 e março de 2022), com vistas à regularização documental (renovação do passaporte, emissão de Carteira de Identidade etc.) dos haitianos residentes nessa cidade e região:

Já fizemos, já trouxemos aqui duas vezes a embaixada do Haiti aqui em Maringá pra fazer passaporte de todos os haitianos que tinha dificuldade pra ir até Brasília pra fazer o passaporte. Pra você sair daqui até Brasília pra fazer o passaporte o custo gira em torno de ... 3 mil reais até 4 mil reais. Passagem de avião ou de ônibus, hotel, entendeu? E ... tudo isso. Então, com essa política da prefeitura de Maringá nós conseguimos isentar os migrantes desse valor. Ou seja, a prefeitura optar pra dar mais condições pra que o que que o migrante ele gera aqui na cidade pra investir em si mesmo, pra diminuir os gastos etc. (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

A iniciativa, que faz parte de uma estratégia de interiorização do atendimento da embaixada do Haiti no Brasil, visa a reduzir os custos para que esses migrantes regularizem seus documentos, haja vista que, em uma situação normal, é necessário deslocar-se até Brasília para a realização dos trâmites, como destacado por Joseph. Na Figura 23, visualizamos o anúncio da Prefeitura de Maringá para esse serviço especial.

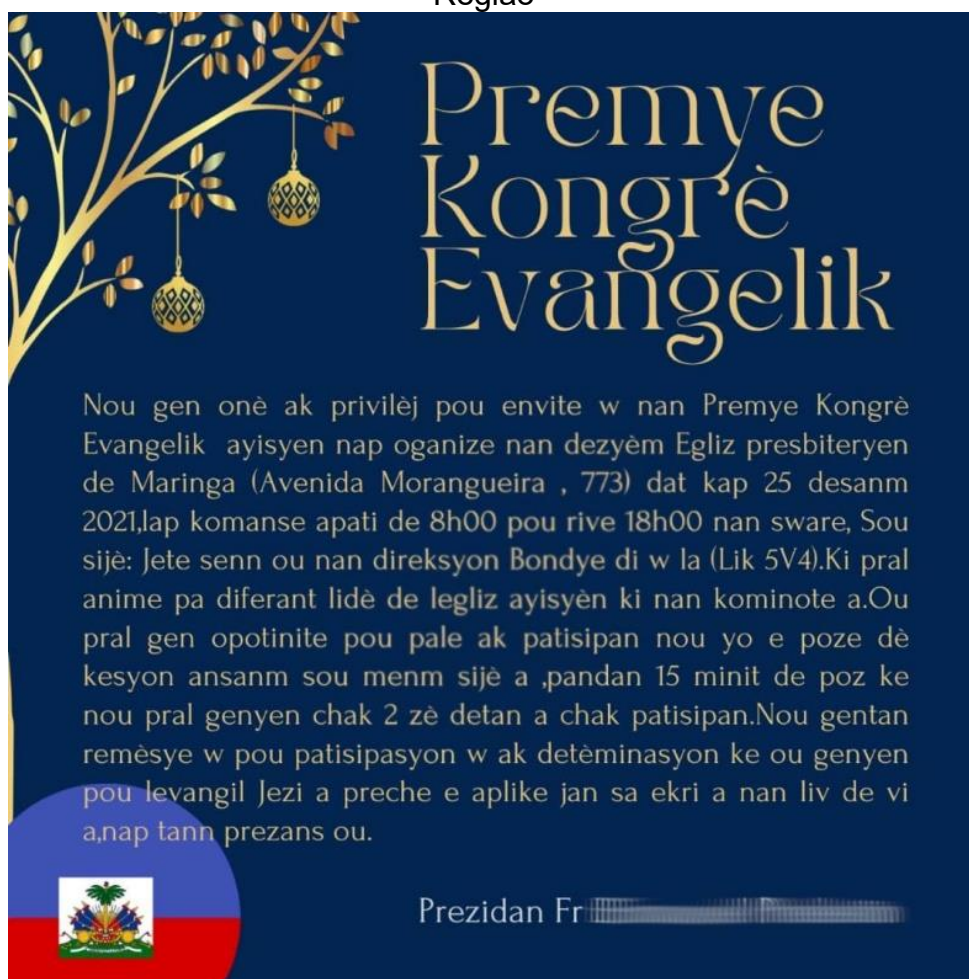
**Figura 23** - Anúncio da Prefeitura de Maringá para mutirão de regularização documental para haitianos



Fonte: Predestin (2021).

Como pontuamos, Joseph é pastor de uma comunidade haitiana vinculada a uma igreja evangélica em Maringá, assim, participou da organização do Primeiro Congresso Evangélico Haitiano de Maringá (Figura 24).

**Figura 24** - Primeiro Congresso Evangélico da Comunidade Haitiana de Maringá e Região<sup>55</sup>



Fonte: Predestin (2021).

A respeito do Congresso, ele conta:

Então, esse congresso foi organizado pela minha igreja, pela comunidade na qual que eu sou pastor. Eu que organizei ... eu sou pastor de uma comunidade haitiana, de uma congregação da segunda igreja presbiteriana independente de Maringá. Então, nesse congresso nós reunimos os haitianos de, de Maringá, de Mandaguaçu, de Mandaguari, Paçandu, todo mundo. Não somente ensinava a palavra, ensinamos a palavra de Deus. Nós ensinamos também as coisas sociais em questão de comportamento. Mas era

<sup>55</sup> “Primeiro Congresso Evangélico. Temos a honra e o privilégio de convidá-los para o Primeiro Congresso Evangélico Haitiano que estamos organizando na Segunda Igreja Presbiteriana de Maringá, no dia 25 de dezembro de 2021, das 8h00 às 18h00 da noite, que será hospedado por diferentes líderes de igrejas haitianas na comunidade. Você terá a oportunidade de conversar com nossos participantes e fazer perguntas sobre o mesmo tema, durante o intervalo de 15 minutos que teremos a cada 2 horas para cada participante. Agradecemos à sua participação e determinação em aplicar o evangelho que Jesus pregou conforme escrito no livro da vida, aguardamos sua presença.” (tradução nossa).

um objetivo também pra reunir [...] falar em nossa própria idioma com uma quantidade enorme que normal. Porque nós reunimos às vezes na comunidade são com 50, 60, 70 pessoas. Naquele dia foi mais de 100 [...] E pra gente também ouvir as demandas deles, das outras comunidades evangélicas de haitianos em outras cidades [...]. (Joseph, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Essa relação de boa parte da comunidade haitiana nos municípios foi evidenciada, por exemplo, por Nunes (2017), ao identificar a formação da comunidade haitiana em Cascavel com igrejas frequentadas exclusivamente por esses migrantes.

Joseph também fala do ensinamento de “coisas sociais em questão de comportamento”. Embora não as tenha detalhado, acreditamos que estejam relacionadas à integração social no Brasil, ao trabalho e à educação. Ele ainda ressalta que “falar em nossa própria idioma” é importante naquele contexto, além da discussão de demandas de haitianos em outros municípios.

Em Maringá, outra entrevista foi realizada com a secretária executiva da AERM, que, ao mesmo tempo, é proprietária de um restaurante na cidade. Ela conta que seu marido, que é advogado nascido em Guiné Bissau, fundou a Associação em 2018; desde então atua principalmente quanto à orientação sobre documentações, montagem de currículo e indicação de pessoas para empresas. Com relação aos serviços prestados pela AERM, ela informa que é mais corriqueiro

[...] orientar sobre documentação. Depois monta um currículo e ajuda elas arrumar um trabalho. Que eu acho que é o foco né. É trabalhando pra elas poder ter a independência delas, poder conseguir pagar um aluguel. Até tipo, financiar casa já vieram procurar, como montar uma empresa. (Secretária Executiva da AERM, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Ela pontua a importância do trabalho para a manutenção do migrante no território e das famílias no país de origem, como é o caso frequente da migração haitiana. Ademais, a secretária exemplifica a permanência e a consolidação desses sujeitos no Brasil, ao financiarem um imóvel e ou estabelecerem uma empresa.

Nos vários relatos dos que colaboraram com esta pesquisa, notamos uma relação entre o domínio linguístico e o trabalho: os postos de trabalho mais diversificados foram ocupados por aqueles migrantes com maior domínio da língua

portuguesa, ao passo que diminuiriam as opções para os que tinham pouco ou nenhum domínio da língua. A secretária afirma:

Aí montamo currículo porque eu acho assim, a primeira coisa, principalmente os haitianos que tem muita dificuldade, é aprender o português básico assim até pra você arrumar um trabalho né. Sem isso é muito complicado. Pros homens haitianos é mais fácil. Eles pegam mais fácil. Mas as haitianas tem cinco anos aqui que não conseguem falar Português. (Secretária Executiva da AERM, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Ela menciona que para “homens haitianos é mais fácil” a questão do trabalho, o que já não ocorre com muitas mulheres haitianas, mesmo em frigoríficos ou ocupações que não exigem qualificação profissional. No tocante às maiores dificuldades para o trabalho das mulheres haitianas, ela conta:

Ah, é mais cultural né. Porque elas são bem submissas ao homem assim né. São bem poucas que são independentes aqui. São poucas, dá pra contar assim. Até uma consulta no ginecologista o homem tem que ir junto. É uma coisa da cultura deles mesmo (Secretária Executiva da AERM, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Sobre a possível existência de uma relação da Associação com empregadores, ela relata que há a procura de muitos empresários pela força de trabalho dos migrantes:

Eles me mandam aí como a gente já trabalha há muito tempo com isso, é muito empresário procurando né. – Você tem um perfil assim? Daí a gente tenta achar. Semana passada mesmo entrou em contato um casal de Paranaíba. Queriam uma mulher de 30 a 40 anos pra ensinar o filho que tá com seis meses. A ... ensinar falar francês. Aí ele dava até moradia sabe? Aí no caso teria que ser alguém de lá, porque como que você vai deslocar alguém aqui de Maringá pra ficar morando lá porque ai não dá pra mulher né. A maioria das mulheres, elas tem marido, filho né, são ... e as que não tem são independentes, tem o trabalho delas, faz faculdade. Então aí é mais complicado. (Secretária Executiva da AERM, maio de 2022, Maringá, Paraná).

A secretária também pontua que há em Maringá um frigorífico que comumente emprega haitianos sem a necessidade da comunicação básica em língua português, haja vista que um dos trabalhadores em função de coordenação é haitiano, o que facilita a comunicação com os recém-chegados:

É ... um lugar aqui em Maringá que pega sem a necessidade de falar bem português porque eles têm um tradutor lá é o GTFoods, é um frigorífico. Lá tem um haitiano que é um encarregado então não tem dificuldade com a língua por isso né. Porque eles não têm essa necessidade de ter que falar o português né. Mas essa área de trabalho pra mulher é bem mais complicado conseguir sabe. (Secretária Executiva da AERM, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Para ela, “essa área de trabalho pra mulher é bem mais complicado conseguir sabe” (referindo-se ao setor frigorífico). Há, desse modo, entraves ainda maiores para a integração de mulheres, mesmo no setor que mais absolve força de trabalho migrante, o que indica uma predileção pela força de trabalho masculina em detrimento da feminina nesses espaços.

Os relatos sobre as dificuldades de comunicação das mulheres haitianas, de maneira geral, indicam uma relação com questões culturais haitianas, ligadas a uma atitude machista, em que há a ausência de autonomia, o que se reflete na busca por trabalho em ambientes que, a fim de reproduzir a mais-valia, enxergam a corporeidade masculina como uma opção mais vantajosa.

Em outra passagem, a secretária fala da posição intermediária da Associação com um frigorífico localizado em Cambira, Região Metropolitana de Maringá. Na ocasião, foram realizadas entrevistas em uma igreja frequentada exclusivamente por haitianos visando à contratação de migrantes:

Tem empresa que nem o frigorífico Nostra, que é de ... esqueci o nome da cidade também, não é aqui de Maringá. A gente fez, como a nossa sede tá em reforma, a gente fez as entrevistas ali no, na igreja dos haitianos, que tem um espaço grande lá né. Tinha mais de 50 pessoas lá. Aí a empresa veio, fez as entrevistas e contratou 15 das 50. E a maioria do problema assim que eles falaram que tava difícil era o português né. E quando você faz o que vai mais mesmo é os haitianos. Aí os venezuelanos que vai sempre são contratados, porque eles falam espanhol, tem mais facilidade pra falar português. (Secretária Executiva da AERM, maio de 2022, Maringá, Paraná).

Ela salienta que a aproximação da língua espanhola com a portuguesa faz com os migrantes venezuelanos tenham a vantagens nas entrevistas para contratação, nesse caso, em um frigorífico.

A colaboradora também exemplifica situações cotidianas enfrentadas por migrantes quanto ao acesso à saúde pública, mas que podem ser

estendidas ao acesso à educação, aos programas sociais etc. Em geral, há um desconhecimento dos direitos básicos em território brasileiro:

E tem coisas assim, que você acha assim, tipo, uma consulta com um dentista. A pessoa não sabe que se ela for lá no posto, faz a carteirinha, ela consegue gratuito. Várias coisas que a gente acaba ajudando que a pessoa não sabe né. (Secretária Executiva da AERM, maio de 2022, Maringá, Paraná).

De maneira geral, há, a partir do relato de Joseph e da Secretária Executiva da AERM, uma série de características que, ao mesmo tempo, diferenciam as ações em Maringá, com iniciativas do poder público e da sociedade civil organizada, mas também têm similitudes com aspectos evidenciados em outros municípios, a saber: a barreira linguística, a inserção laboral, as manifestações religiosas etc.

Nesse sentido, podemos dizer que em Maringá existem iniciativas que vão ao encontro de uma presença mais ampla do poder público na questão migratória em relação às ações existentes com as de outros municípios. O CORMA, o Centro de Referência do Imigrante (a casa do imigrante) e a gerência do migrante vinculada à SEJUC são exemplos significativos.

Ademais, tem-se um haitiano como ocupante de um cargo no primeiro escalão da política municipal, todavia, a ascensão profissional dos haitianos, em geral, nas estatísticas, restringe-se às ocupações na linha de produção de frigoríficos.

A língua aparece como uma das grandes barreiras iniciais dos migrantes, limitando as possibilidades laborais para aqueles que não dominam ou sabem muito pouco da língua portuguesa. A fim de se atender à demanda da regularização documental dos haitianos, em Maringá, foram realizados mutirões da embaixada do Haiti no Brasil, haja vista a distância e os custos para a realização desses trâmites em Brasília.

Constatamos também vários exemplos da espacialização do trabalho dos migrantes haitianos pela Região Metropolitana de Maringá, muitas vezes vinculada à dinâmica frigorífica. Em 2021, em Maringá, houve a movimentação de 1.193 haitianos (334 ligados ao abate de aves) no mercado de trabalho, 373 em Mandaguari (171 ligados ao abate de aves) e 165 em Sarandi (SISMIGRA, 2021).

Por fim, uma das marcas mais aparentes da cultura haitiana nos municípios é a organização religiosa. Em Maringá e em vários outros municípios, muitas igrejas evangélicas são frequentadas e coordenadas por haitianos, ressaltando-se a realização do Primeiro Congresso Evangélico Haitiano de Maringá e Região, em 2021.

Em maio de 2022, entrevistamos a Coordenadora do Programa de Atendimento aos Migrantes e Refugiados da Cáritas de Londrina, que é assistente social e já trabalhou, em anos anteriores, com as questões dos migrantes, mas em outras funções. Em Londrina, a Cáritas funciona nas dependências da Arquidiocese, um grande espaço que congrega uma série de outras entidades da Igreja Católica, como a Pastoral do Migrante.

A equipe dessa entidade é composta por seis pessoas: uma coordenadora (entrevistada), uma assistente social, uma psicóloga, dois articuladores de projetos e um auxiliar administrativo. Além disso, há voluntários que auxiliam nas diversas atividades na Cáritas.

Ao chegarmos ao espaço em que se localiza a Cáritas, deparamo-nos com migrantes falando creole e espanhol (provavelmente haitianos e venezuelanos), os quais buscavam auxílio para a regularização documental junto à Polícia Federal e encaminhamento para entrevistas de emprego no Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Os atendimentos de migrantes pela Cáritas Londrina, segundo a coordenadora, foram iniciados em 2010 com alguns migrantes haitianos logo após o terremoto, porém, começaram a ter contornos mais delineados a partir de 2012. A vinda de haitianos para o Brasil foi a responsável por um olhar mais atento aos fluxos migratórios, já que se constituiu como um fato inédito em décadas, pois deslocamentos de grande porte em nosso país datavam do início do século XX. Além disso, a migração haitiana é um fenômeno de grande amplitude territorial, haja vista que perpassa a esfera dos grandes centros e, a partir da busca por trabalho, leva à concentração de migrantes em municípios pequenos (a exemplo de Cafelândia e Itapejara D'Oeste, no Paraná). Sobre sua percepção acerca do início dos atendimentos a migrantes, a coordenadora da Cáritas assim se posiciona:

[...] na verdade os atendimentos começaram em 2010 naquele boom que teve de migração haitiana, depois do terremoto. Já começou os



atendimentos aos migrantes aqui em Londrina. Mas eram mais esporádicos, não tinham um fluxo mais definido. E aí depois 2012 começou a aumentar o fluxo de migrantes e a gente vem atendendo. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Ela informa que a atuação da Cáritas, em Londrina, difere da realidade de outras no Paraná, por conta de seu tamanho. Em Cascavel, por exemplo, a entidade era composta, em 2022, por um coordenador e um auxiliar. A colaboradora complementa:

Então, a Cáritas ela tem como ... o foco dela é a atuação com as políticas públicas. Diferente das pastorais e dos vicentinos, a Cáritas na verdade, ela vai por uma outra via. Assim, trabalha em parceria, muitas vezes junto. Porque assim, a Cáritas de Londrina, ela é maior, ela é maior do que as outras Cáritas. Normalmente aqui no Paraná a gente tem uma realidade que a Cáritas é uma pessoa, né assim, duas pessoas, é a diretoria. E assim, os voluntários né, que tá ali. Então a gente tem esse trabalho um pouco mais estruturado aqui por conta das parcerias que a gente firmou com o governo né, o que acaba sendo uma fonte de financiamento para os próprios serviços que a gente presta. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Uma característica importante da Cáritas é a interação com políticas públicas, que visam à captação de recursos para fomentar os trabalhos organizados pela entidade. Nesse sentido, em parceria com o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Londrina, realiza-se na Cáritas o Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias. Sobre o esse Programa, a coordenadora relata:

É ... a gente daí então mais recentemente firmou esse convênio é, que é o programa né de atendimento aos migrantes e refugiados. Na verdade, foi em parceria, em articulação com o Ministério Público que ia ter esse recurso e tudo mais e por fim não fizeram edital por reconhecer que a Cáritas tinha já uma caminhada no atendimento aos migrantes, inclusive aqui em Londrina. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

O Programa tem como objetivo

[...] atender e acompanhar as pessoas que estão em situação de migração, seja internacional ou seja um migrante de outros estados,

que muitos chegam aqui numa situação de vulnerabilidade social e não tem rede de apoio familiar, também não conhecem os serviços né. Então, nosso objetivo, hoje a gente ... todos o projetos e serviços da Cáritas tão vinculados à secretaria de Assistência Social do município. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Visando à promoção da proteção social, o Programa é uma porta de entrada para regularização documental e para a rede socioassistencial brasileira. São oferecidos serviços diversos que auxiliam os migrantes, especialmente ao se depararem com barreiras burocráticas para a emissão de documentação. A coordenadora ressalta que, na realização dos trâmites, os aspectos mais formais da língua portuguesa, comumente presentes nesses procedimentos, são um empecilho, sobretudo, para os migrantes com um menor domínio linguístico.

Quanto à estrutura de funcionamento do serviço, ela informa:

[...] migrante chega sem documento, sem CPF, sem RNM, sem casa, sem nada. A gente tem tido um fluxo bastante intenso de migrantes venezuelanos na cidade. É ... e aí eles chegam, a primeira coisa é garantir dignidade, muitas vezes através do CPF, que é com o CPF que ele vai conseguir abrir uma conta no banco, vai conseguir se cadastrar num benefício, receber um auxílio né da assistência social, enfim. Então, é ... a gente ... o migrante chega, faz o requerimento pra ... do CPF pra ele, faz as orientações, fala pra ele ir na, na ... nos órgãos competentes. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Por meio da Cáritas, os migrantes recém-chegados e ainda não estabilizados são encaminhados para o Núcleo Regional de Educação, para matrículas de crianças, adolescentes e/ou adultos, ou para os CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município. A colaboradora exemplifica:

Migrante chega: “tô aqui em Londrina há um mês”. Então, primeira coisa: “Tem documento?” “Tá numa situação de vulnerabilidade social?”. Vamo inserir a pessoa no CRAS, no Centro de Referência de Assistência Social, pra ela ter um Cadastro Único, ter acesso ao Bolsa Família a ... seja o que for. O mínimo aí de proteção. É ... tem criança? Tá estudando? Não tá? Não tem matrícula? Faz esse caminho meio que de direcionar. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Além disso, são realizadas solicitações no sistema da Polícia Federal para a solicitação do RNM, bem como declarações de hipossuficiência (com o objetivo de se isentar do pagamento de taxas), pedidos de reintegração familiar e de naturalização. De um lado, há casos da procura dos serviços por migrantes recém-chegados ao Brasil e que têm maior dificuldade quanto à língua e ao desconhecimento de direitos, como a possibilidade de entrada na rede socioassistencial. De outro, há situações de migrantes que vivem já há algum tempo no Brasil, provavelmente com maior conhecimento do novo país e que buscam a naturalização brasileira, por exemplo.

Uma outra questão abordada na entrevista foi a da presença de migrantes em uma grande ocupação em Londrina, chamada Flores do Campo<sup>56</sup>, iniciada em 2016. De acordo com a coordenadora, à época da entrevista, havia cerca de 40 migrantes venezuelanos. A partir de seu conhecimento sobre o caso, ela menciona:

E aí é ... os migrantes, eles chegam e trazem mais. Porque eles se locomovem em rede né. Então, assim, eu chego, me instalo, consigo sobreviver, mando dinheiro pra minha mãe que tá na Venezuela vim. Mando dinheiro pra minha irmã que tá em Pacaraima vim. Vai né ... Então, assim, ali na ocupação, não pagam aluguel. É uma situação vulnerável, uma situação que é muito complexa, mas eles conseguem minimamente sobreviver e se organizar. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

A colaboradora observou uma série de problemas vivenciados pelos migrantes na ocupação:

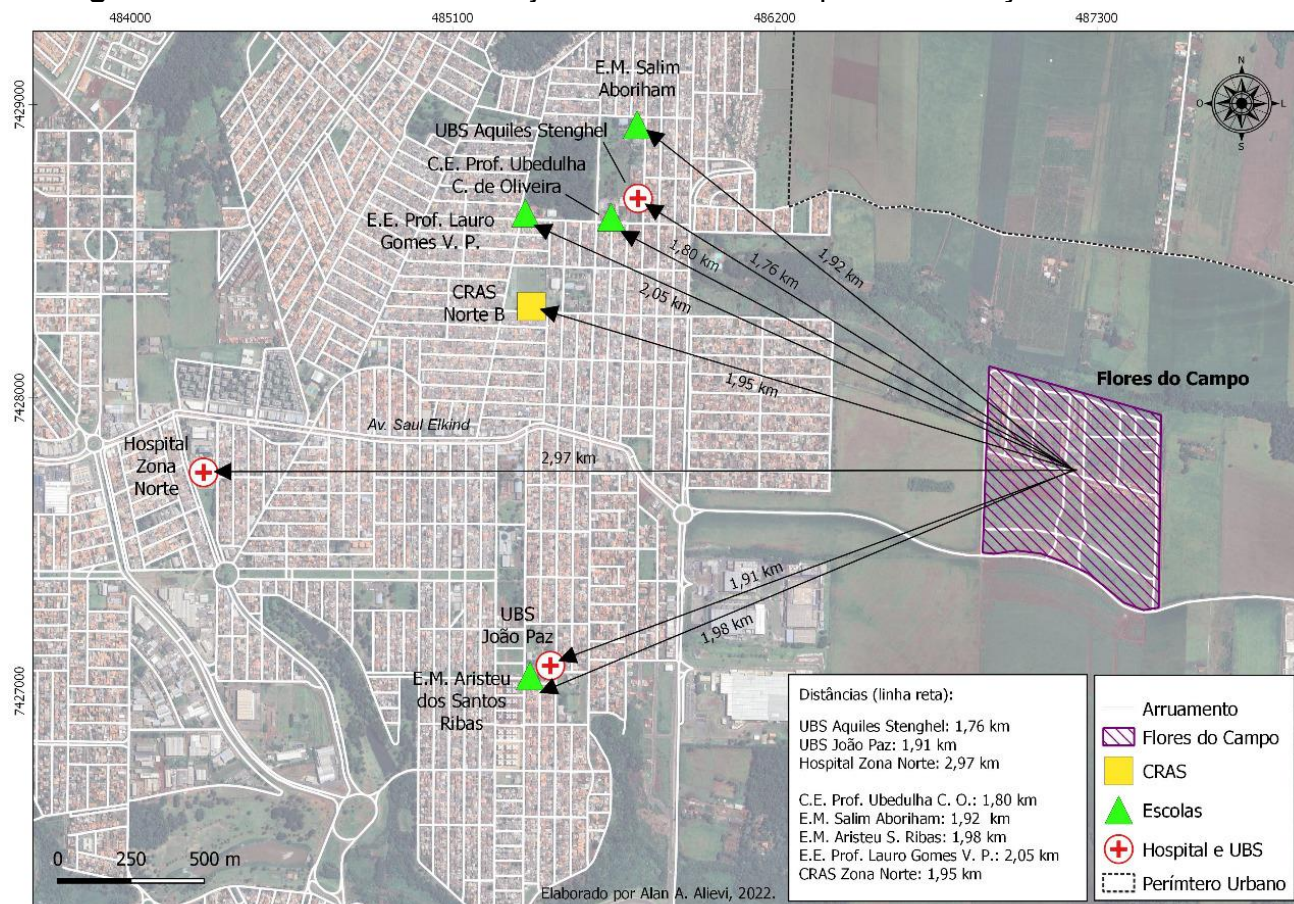
Já teve episódios de xenofobia. Lá não é asfaltado. É um bairro quase rural, assim, na divisa ali, entrando quase pra zona rural de Londrina que eles ocuparam antes do empreendimento, tá pronto. Então, não tem porta, não tem janela, não tem fiação né, não tem asfalto. É uma situação bem complicada. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

---

<sup>56</sup> O Conjunto Residencial Flores do Campo foi uma iniciativa de habitação urbana relacionada ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Em meio a atrasos nas obras e em um cenário de ocupações em áreas vazias de Londrina, em 2016, ocorreu a ocupação, com cerca de 1.000 famílias. Dias depois, o local já somava 4.000 moradores (SILVA, 2021).

A Figura 25 mostra a distância do conjunto Flores do Campo de serviços básicos, como escolas, hospitais, UBSs e o CRAS.

**Figura 25 - Distância entre o conjunto Flores do Campo e os serviços básicos**



Fonte: Santos (2022).

É importante refletirmos, a partir dos relatos, que, se os migrantes chegam ao Brasil em situação de vulnerabilidade social e continuam desse modo, questões como a de moradia se tornam presentes, sendo da mesma natureza que a problemática brasileira acerca do direito à moradia. Todavia, nesse caso, há ressalvas, pois os migrantes são pessoas em situação de pobreza e enfrentam ainda o racismo e a xenofobia.

Dentre os entraves vivenciados pelos migrantes, a coordenadora elenca a língua como sendo uma das principais, sobretudo no caso das mulheres haitianas:

A gente entende como principais dificuldades a questão da barreira cultural, linguística principalmente nas mulheres haitianas, porque normalmente os homens vêm primeiro, depois elas vêm com os

filhos. Não dá pra generalizar, mas existe esse movimento assim. Então elas vêm, eles já estão trabalhando, ela já fica mais cuidando do filho, elas normalmente têm mais dificuldade de se colocar no mercado de trabalho e mais dificuldade com a língua. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Esse não é o primeiro relato sobre a integração das mulheres haitianas na sociedade brasileira. Por isso, é possível estabelecer relações entre essas questões e a maneira como as mulheres haitianas, de maneira geral, vêm se inserindo no contexto social brasileiro. Devido à cultura machista e ao papel secundário nos discursos dos haitianos, os desafios das mulheres são ainda maiores, perfazendo as várias esferas de inserção:

[...] por exemplo, os haitianos ... existe uma cultura um pouco mais, comparado com os venezuelanos, de que a mulher é um pouco mais submissa. Então, se tem um casal de haitianos, a mulher nunca se manifesta. E aí em alguns as meninas tentaram fazer perguntas direcionadas à mulher e ele respondia. Então, a gente entendeu que era importante fazer o atendimento separado. A gente pedia pra ele ficar fora da sala, só que ela tinha muita dificuldade com português né. Então, são casos que nos desafiam assim porque a violência doméstica e a violência de gênero é uma coisa que já é complexa com brasileiros. Porque a gente não consegue garantir nem a vida das mulheres [...] A situação dos migrantes é ainda mais complexa porque você tá num outro país que você não conhece a rede, você não fala a língua e você tá ali dependente de um ... de uma pessoa que pode ser seu companheiro, mas pode ser seu agressor também. Então, assim, os atendimentos eram muito delicados, muito complexos. A gente chegou a fazer atendimento por Whatsapp. A pessoa falava: “- Olha, eu posso falar agora”, porque o celular da pessoa era monitorado. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

No que tange ao tema trabalho, há uma série de relatos que revelam que os migrantes passam por xenofobia ao procurarem por emprego em determinados espaços, além do interesse de empregá-los, contudo, em trabalhos que geram suspeita quanto à idoneidade das atividades. A coordenadora exemplifica isso a partir de um caso que ocorreu na Cáritas:

Ano passado vieram várias pessoas que vieram empregar migrantes. – Quero empregar migrantes. E aí a gente achou legal, mas, assim, vamos pensar sobre isso. Por quê? Por que que a pessoa está interessada em contratar migrantes especificamente? Então, assim, a gente teve alguns casos de pessoas que tinham terrenos em zona rural, sítios, fazendas e queriam migrante pra ser caseiro. Então,

assim, o migrante já não fala muito português, não conhece a cidade, vai ficar isolado, o que que a gente tá fomentando? Então, assim, se a gente tá garantindo dignidade ou até mesmo um trabalho análogo à escravidão, que pode acontecer. As nossas preocupações é sempre com o direito do migrante. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

A colaboradora pondera a respeito do cuidado que tem para não inserir, a partir de indicações, os migrantes em um possível cenário de exploração do trabalho, com condições análogas à escravidão. No exemplo a seguir, observamos a natureza do interesse no trabalho do migrante (por parte de determinados sujeitos, é claro), sendo o migrante visto unicamente como uma força de trabalho, que serve a uma relação que envolve assalariamento (ou talvez nem isso) e que é disfarçada por discursos de “volta por cima”, “recomeço” e “oportunidade:

[...] a gente tava entendendo que algumas pessoas vinham assim ... uma fala assim que me marcou: “- Preciso do migrante pra trabalhar, não é pra ficar preguiçoso. É pra chegar e trabalhar”. Eu fiquei assim: - Meu Deus, esse migrante vai tá lá na zona rural trabalhando das sete da manhã às oito da noite sem horário pra entrar, sem horário pra sair e daí já mistura o que que é a casa do migrante e o que que é a casa da pessoa que tá cedendo. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

A coordenadora defende a importância de se realizar parcerias com instituições já consolidadas e sérias ligadas ao trabalho, isso afetaria a ideia de que a Cáritas é uma espécie de agência de empregos. Diante disso, a instituição fez uma parceria com o SINE de Rolândia, com o intuito de encaminhar os migrantes para esse espaço, algo que se tornou uma prática. Ela complementa:

Nós estávamos entendendo que a gente pode fazer divulgação das vagas, mas a partir do momento que a gente traz pra dentro, encaminhar currículos por exemplo ou falar pro migrante: - Ah, vai até tal empresa e tal. É muito complicado porque formalmente a gente pode dar um termo pra gente assinar, que não é a Cáritas. Mas na cabeça dele é a Cáritas. Então assim, se a empresa não corresponder às expectativas dele, é uma frustração e se de repente esse migrante não se adaptar ao trabalho, a empresa vai ficar assim: - Ah, a Cáritas que encaminhou. A gente entende que é uma parceria importante porque no fundo o que vai garantir a esse migrante condições dignas de vida é um trabalho. Mas a gente sempre preza por um trabalho digno, por não colaborar de forma

alguma pra algum tipo de exploração. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Chamam-nos a atenção situações cotidianas dos migrantes com relação à negação de direitos como o acesso à saúde ou à educação. Em um dos exemplos acerca das narrativas cotidianas desses sujeitos, a colabora cita a situação de um migrante idoso que não tinha documentação e, por isso, o atendimento ao seu tratamento de câncer foi negado em um hospital:

A gente teve uma situação ano passado, por exemplo, que o migrante, ele veio sem documentos, perdeu na fronteira, entrou por forma terrestre, era idoso e tinha câncer. Então, tinha que retomar os atendimentos. E aí ele foi até a UBS<sup>57</sup>. A UBS encaminhou ele pro hospital do câncer, conseguiu fazer o atendimento dele e tal. Chegou lá no hospital do câncer, não atenderam ele porque ele não tinha documento com foto. Ele veio até a Cáritas, liguei pra coordenadora e fiz um ofício informando que o migrante, ele tem o direito de ser atendido, independente da condição dele migratória. Mesmo se ele tiver irregular, indocumentado, ele tem direito a acesso à saúde, cabendo denúncia à DPU<sup>58</sup>. Então, assim, que a rede de serviços também entenda os direitos dos migrantes. E depois disso ele levou esse ofício e conseguiu daí ser atendido. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Em um segundo exemplo, ela menciona a situação dos empecilhos regimentais impeditivos para gerar o CPF de uma migrante venezuelana e seus filhos:

Faz umas três semanas que eu atendi uma migrante venezuelana, ela chegou fazia um mês, tinha quatro filhos. Eu falei do núcleo de educação, fiz um encaminhamento né explicando a situação, coloquei os dados. A gente já fez a solicitação de CPF pra ela, pros filhos. Aí deu um problema lá pra tirar o CPF, aí nosso articulador foi lá na Receita Federal atrás do CPF entender porque que não tinha dado certo. Falaram que não podiam tirar o CPF dos filhos dela porque ela não tinha CPF. Isso não é uma orientação que chega até a gente. Então a gente foi lá pra entender o que tava acontecendo. Depois a gente conseguiu resolver. (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Em ambos os casos, notamos um despreparo das instituições envolvidas no atendimento aos migrantes, endossando a visão do migrante como

---

<sup>57</sup> Unidade Básica de Saúde.

<sup>58</sup> Defensoria Pública da União.

alguém à margem, com menos direitos que os nacionais. Com a sua experiência, a colaboradora afirma que “[...] quando chega no migrante as pessoas travam. – Ah não, é migrante, o que eu faço?” (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Apesar de todas as dificuldades observadas, ela relata as potencialidades das ações dos migrantes, os quais, inseridos em um contexto de racismo, de xenofobia, de moradia e trabalho precários, vivem o lado de cá da diáspora, alimentando seus anseios mais profundos de esperança em boas condições de vida nesse novo território. A coordenadora os reverencia dizendo que “os migrantes, eles são muito articulados. Eles saíram do país deles, tão aqui se virando, aprenderam outra língua na raça. Eles têm muito potencial. As vezes a gente se surpreende bem positivamente com eles assim.” (Coordenadora de Migração e Refúgio da Cáritas Londrina, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Ainda em Londrina entrevistamos Frantz, que à época (2022) tinha 36 anos. Desde criança, no Haiti, começou a migrar em busca de melhores condições de vida, participando de seleções para estudar em escolas públicas. Em seu país de origem, estudou Serviço Social na Université d’État d’Haiti (UEH), uma instituição pública do Haiti, chegando ao Brasil em 2016, por meio de um programa da Organização dos Estados Americanos (OEA) de intercâmbio de estudantes entre os vários países do continente americano.

Em nossos país, Frantz cursou o mestrado e, quando o entrevistamos, estava às vésperas da defesa final de seu doutorado, pela UEL (ambas as titulações são na área de Serviço Social e as pesquisas voltadas à migração haitiana no Brasil). Ele também atuou como voluntário na Cáritas Arquidiocesana de Londrina, auxiliando na tradução de documentos em geral e como intérprete de migrantes haitianos com pouco domínio da língua portuguesa.

Na entrevista, Frantz abordou uma série de temas, sendo uma parte relacionada à sua experiência com pesquisador da migração haitiana e outra à sua vivência como migrante haitiano no Brasil. Há, em suas falas, uma confluência entre essas duas esferas, a acadêmica/teórica e a cotidiana.

Inicialmente, ele expõe a sua percepção, na condição de estudante, da diferença da presença do Estado, comparando-se o Haiti e o Brasil:



Aí quando comecei nas aulas eu vi e comecei a perceber uma outra forma de Estado, que é uma surpresa pra mim. A gente tava na época de Dilma assim de ver como mesmo de maneira frágil, mas estado brasileiro tava presente assim. Eu que tá na academia, eu me surpreender com isso. Por exemplo, quando eu cheguei, eu tinha a oportunidade de questão de passe livre. Sabe? De bolsa, eu vi outros benefícios que outros estudantes tava tendo. Tipo, isso me choca. No Haiti é muito diferente [...] O Estado ele não está presente na vida, na sociedade. Então, é um Estado que tá muito ausente assim. Aí quando eu vi que isso me choca de ver como no Haiti é frágil, o estado brasileiro está presente, isso me surpreende. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Com base nessas percepções iniciais, de cunho comparativo, motivou-se a estudar a migração haitiana. Ele relata outras diferenças relacionadas à presença do Estado no que diz respeito à saúde, à educação e à assistência social. Frantz comenta:

Por exemplo, no Haiti ... as políticas sociais, a saúde é pago. Se você tá doente, aí tem que ir no hospital privado. Tem os dados lá na minha dissertação onde mais de 50% da saúde é privado. A educação é a mesma coisa. Então tem uma taxa de desemprego que é muito alto assim no Haiti. Quando a gente chegar aqui, apesar de que o SUS tem os seus problemas, mas ele existe na questão da assistência social. Tem problema com a CRAS, mas o CRAS ele está no bairro, você vê o posto de saúde tá no bairro. Então isso são dois universos diferente que já criar esse choque em mim, eu que estudei, que faz faculdade. Falei: - Bom, já vou ver o que eles pensa e foi aí que surgir as primeiras motivações pra estudar quais compreensões que os haitianos têm sobre as políticas sociais. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Frantz relata, a partir de sua vivência com outros migrantes haitianos, casos de negligência em atendimentos, considerando-se o fato de se tratar de migrantes:

Às vezes tem alguma negligência que não dá pra, pra conferir o modo de tratar, sabe? Às vezes falam: - Ah, se a gente chamar uma ambulância, vai vir, mas vai demorar mais. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Com respeito à visão dos migrantes haitianos sobre o trabalho, ele menciona a necessidade dos migrantes em ocuparem postos de trabalho para suprirem carências específicas, tais como a manutenção da família no Haiti e

alimentação e moradia no Brasil. É nesse bojo que as ocupações no setor frigorífico, por exemplo, surgem como alternativas emergenciais:

Eles falam sobre o emprego, questão do trabalho. Naquele momento, tinha muito emprego, mas os empregos que estão destinados a eles são empregos de mal qualidade. São empregos que os brasileiros não querem. Aí nesses empregos, eles vão dizer que, que eles tá vendo que tem exploração, mas como eles tão num condição, tipo: - O que eu vou fazer? [...] Eu tem minha família lá. Pelo menos isso me ajuda um pouco. Então eles ficam porque ele não tem onde correr. Entende? (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Por conta de sua experiência no campo acadêmico e cotidiano como migrante haitiano no Brasil, a sua visão sobre a migração incorpora essa dupla relação. Frantz conta sobre os sentidos da migração haitiana no Brasil, conferindo ao nosso país um status de território de passagem, sendo os Estados Unidos, o Canadá e alguns países europeus a preferência da grande maioria dos migrantes. Verificamos mais uma vez que o Brasil é um destino possível, mas não o desejado dos migrantes (BAENINGER, 2018). Segundo Frantz,

O Brasil, ele é um território de passagem lá pra eles. Então, passagem pra ir pros Estados Unidos, pra ir pro Canadá, pra ir pra alguns país europeu onde a condição de viver é melhor. Por exemplo, às vezes as pessoas falam no Cáritas: - Ah, tinha fulano que tava aqui, que tava bem e de repente eu não vi ele mais, e tava trabalhando, sabe? Mas na verdade isso não é o sonho da pessoa. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

O “sonho” migratório haitiano passa por uma reprodução social em um novo território que confira qualidade de vida, mas que só é possível por meio do trabalho. Por isso, no Brasil, a possibilidade de inserção laboral se faz presente, mesmo com todos os agravantes da precarização do trabalho nos frigoríficos (NELI; NAVARRO, 2013).

Um importante elemento para compreensão da migração haitiana foi citado por Frantz: a migração como sendo um projeto familiar. Mesmo estando no Brasil, há, por parte dos migrantes, a preocupação com as condições de vida da família no Haiti. Acerca disso, Frantz relata:

Os haitianos geralmente eles vêm falar pra você: - A gente tem dois pé. Um pé aqui no Brasil, um pé no Haiti. Esse pé que eu estou

falando é econômico. Tudo lá é dinheiro, a saúde, a educação, qualquer coisa. Eles têm que enviar remessa pra, pra os parente que estão lá. Porque o projeto das migrações geralmente é um projeto familiar. É a família que escolhe alguém pra fora pra ajudar os outros. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Conforme explica, os haitianos comumente informam que tem “dois pés”, indicando a relação migratória entre Haiti e Brasil. O que ocorre é a escolha de um integrante da família para migrar e contribuir com a reprodução social familiar no Haiti e no Brasil. Entretanto, sabendo-se das condições de trabalho e dos baixos salários da indústria da alimentação, que tende a empregar parte dos migrantes, há déficits para a reprodução desse mecanismo, para a manutenção dos “dois pés”, pois

As condições de trabalho não permite que ele faz, que ele cuide desses dois pé. O pé no Haiti e o pé no Brasil numa perspectiva de transmigrante assim, tipo de manter a relação, sabe? O que, como eu falei pra você, a migração, chamada de diáspora no Haiti, ela é um valor social, é um prestígio social. Todo mundo quer viajar, todo mundo quer essa diáspora. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Quando menciona que “todo mundo quer viajar, todo mundo quer essa diáspora”, leva-nos a refletir sobre as percepções no imaginário brasileiro sobre a migração haitiana. O que se tem comumente é a percepção desse processo como sendo similar aos casos de refúgio em decorrência de guerras civis e conflitos, o que força as populações ao deslocamento. No caso haitiano, para além do terremoto, observamos um projeto migratório de Estado (a partir de sua ausência), no sentido de incentivar a diáspora. O que nos parece que a ela (a diáspora) é conferida um sentido positivo, de busca por melhores condições de vida para quem ficou e para quem migrou.

Frantz discorre sobre todo um aparato governamental que incentiva e acompanha o processo migratório, ou a “diáspora”, a partir da constituição do Ministério dos Assuntos Estrangeiros e do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE). Em sua perspectiva,

[...] o Estado, ele faz um jeito de mandar as pessoas embora pela questão de dar serviço, sair porque não tem serviço. O Estado eles vão, vai acompanhar esse processo de deslocamento e eu vi que isso é absurdo quando que cheguei, quando eu comecei a estudar

migração. Tem o ministério da diáspora. Tem o ministério das pessoas vivendo no estrangeiro. Tem o instituto da migração no Haiti, entende? Então, o Estado, ele provoca essa saída e acompanha. Vai ter dia da diáspora, por exemplo. Então, na rádio, eles tem tudo um campanha, um campanha que ele faz. Você vai ver um artigo lá, as pessoas que estão no Chile mandar mais dinheiro, os que tão no Brasil mandar mais. Os que têm nos Estados Unidos manda ... Então, é uma coisa que eu entendi realmente quando cheguei aqui. O Estado, ele faz esse projeto, pra mandar as pessoas, pra provocar essa saída e vai acompanhar. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Um fato importante evidenciado por ele é o relato de campanhas governamentais que incentivam a diáspora, a partir de informações sobre possíveis países para migração dos haitianos, como o Brasil e o Chile. Nesse contexto, o trabalho aparece como central para a manutenção do mecanismo da diáspora haitiana.

O termo “diáspora” é amplamente utilizado pela população haitiana desde os anos 1980, sobretudo de haitianos residentes nos Estados Unidos que se opunham à ditadura duvalierista. O vocábulo empregado em uma série de contextos, mas há componentes políticos em sua acepção. Até mesmo o discurso governamental, por parte de presidentes haitianos, faz alusão à “diáspora” como sendo um importante componente econômico para o país, a partir das remessas enviadas por cidadãos haitianos em outros países (HANDERSON, 2015).

É possível perceber a diáspora haitiana como um significativo componente econômico, cultural - está presente no imaginário e nos anseios da população - e social do Haiti, haja vista que, na ausência de uma presença maior do Estado como garantidor de direitos e como mediador econômico, a saída (ou a diáspora) se faz necessária.

A “diáspora haitiana”, desse modo, indica a presença e a ação da “comunidade haitiana” em outros territórios que não o haitiano. Por isso, a migração haitiana para os Estados Unidos é emblemática, uma vez que, a partir da constituição dos termos supracitados, houve uma série de ações, no sentido da organização da comunidade haitiana, para organizar projetos comunitários de jornais e televisões, além de associações de haitianos (HANDERSON, 2015).

A constituição da comunidade haitiana no Paraná, a partir da diáspora haitiana, aponta para uma série de elementos similares, mas em fase mais incipiente, se comparada a dos Estados Unidos. É possível citar, por exemplo, a

constituição de associações, a elaboração de festas, a comemoração em alusão ao Dia da Bandeira do Haiti, em 18 de maio, e a organização religiosa em diferentes municípios.

Em um outro ponto da entrevista, Frantz fala sobre sua leitura e suas percepções sobre o racismo, a partir de sua vivência no Haiti e no Brasil. Com relação ao Haiti, ele lembra o fato de ser um país com uma maioria étnica negra e uma minoria mulata, sendo que o controle econômico e político se dá principalmente pelas mãos da população parda:

[...] o racismo no Haiti é um tabu. Ninguém fala do racismo. O Haiti é um país que... mas é um país estruturalmente racista. Os pobres são pessoas pretas e tem uma parte da população que são os pardos e que a gente fala, tipo, 5 a 10% que controla a economia. E tem a ver com o racismo desde a questão da independência. Então, o racismo ele é tão estruturado, que você falar sobre isso, aí você já virar o inimigo público, apesar de que todos os dias estão acontecendo atos de racismo. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

No que tange à sua vivência no Brasil, ele conta que começou a se inteirar sobre o racismo quando se descobriu negro, a partir de sua presença em determinados espaços. Ele diz:

No meu caso, por exemplo, quando eu cheguei na universidade, eu descobri que sou negro quando tô aqui [...] a minha presença no espaço muitas vezes impacta, causa provocações. Eu levei tempo pra entender isso [...] Pra mim, eu nunca me preocupei que eu sou negro, mas eu comecei a me preocupar quando eu tá na sala de aula [...] Aí eu levei um tempo pra começar a entender algumas particularidades do racismo no Brasil. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Quando perguntamos se ele já sofreu episódios de racismo no Brasil, o colaborador relembra um fato ocorrido quando estava almoçando com um amigo. Como comumente ocorre, ele cita atos não diretos, mas que diferenciam o modo de tratamento ocorrido para com as demais pessoas:

Do jeito claro assim não. Mas depois de todas essas tentativas de reflexão, de entendimento, tem algumas coisas que eu já sofri particularmente e eu acho que tem a ver. Tipo, me lembrei uma vez que eu fui comer, na verdade eu nem percebi, um amigo meu que me faz ver isso. A gente tava no shopping, num restaurante. A gente vai comer assim, nós dois ... Tinha um ... como chama? Tinha

dinheiro em ... eu tava com uma nota de 50 ou de 100, não lembra bem. Aí a gente vai pagar, aí ele paga, o atendente nem verifica, o meu amigo é branco. Aí quando eu vou pagar, aí ele verifica a minha nota, sabe? Me passa despercebido. Aí o amigo meu que estuda Ciências Sociais e é uma cara que ... aí a gente vai nessa conversa. Ele falou: - Você percebe o que foi acontecido? Eu falei: - Não. - Era tal coisa. E várias vezes, a gente sair junto, tipo assim, quando eu tava no mestrado. Várias vezes eu vi que isso acontece. Então, você acha que isso pode ser racismo. Essa prática, essa estruturalidade dessa questão do racismo, eu começar a prestar atenção, mas de um ato bem direto assim, ainda não. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Não só na entrevista de Frantz, mas em grande parte das respostas de outros migrantes, os colaboradores informaram nunca ter sofrido racismo diretamente, porém, vivenciaram ou presenciaram atos dessa natureza, ou sabiam de casos de amigos e conhecidos que foram vítimas do preconceito. Apesar disso, há relatos que podem ser caracterizados ao menos como injúria racial, por serem atos cometidos contra a honra e que têm como natureza as características de raça e cor dos migrantes.

Nessa mesma perspectiva, ele fala sobre como vem observando os haitianos com filhos no Brasil no enfrentamento ao racismo. Segundo ele, as crianças brasileiras filhas de haitianos são chamadas pela comunidade haitiana de “ti dyaspora”<sup>59</sup>. Ele argumenta que há um entendimento de que a criança que nasce no Brasil é vista como alguém que tem mais oportunidades (educacionais, econômicas, culturais, esportivas etc.) em relação àquela que nasce e é criada no Haiti. Por isso, a criança significa uma possibilidade de ascensão social para a família:

É uma garantia de uma família pra ter uma ascensão, uma mobilidade social. Então, as famílias haitianas, eles trazem isso do país deles. Eles trazem isso e vão conceber o ti diasporazinho como uma criança que está numa condição melhor que um que está no Haiti. Essa criança aqui no Brasil, eles vão permitir que a família, por exemplo sair da pobreza. Eles vão dizer que se você tem um filho aqui, você tem mais possibilidade de ser milionário, se ele consegue jogar futebol. Entende? Se ele consegue fazer música. Então, as famílias, eles vão vir com essa concepção. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

---

<sup>59</sup> “Pequeno diáspora”, em uma tradução livre. Para ele, no cotidiano, essas crianças são chamadas de “brancas”.

Além disso, ter filhos no Brasil se configura como uma forma de enfrentamento ao racismo. De acordo com Frantz, as famílias haitianas geralmente relacionam episódios racistas ao fato de serem estrangeiros e não à cor da pele. Então, com filhos brasileiros, há uma crença de legitimidade nesse novo território. Frantz comenta:

A outra função que ele tem no Brasil é uma (inaudível) identitária pra combater o racismo. Porque as famílias [...] confundem muito a xenofobia e o racismo. E essas famílias não conseguem enxergar que existe um racismo contra a população negra, entende? Eles vão dizer: - Não, mas o que existe é pelo ... contra o estrangeiro. Então, quando ele consegue fazer esse pequeno filho, chamado de branco, chamado de diáspora, ele está se tornando um quase brasileiro, um quase branco. Aí isso vai fazer na concepção dele que é uma maneira de lidar contra o racismo. Porque eles vão dizer ... o pequeno que nasce, ele é brasileiro. Qualquer coisa que tá acontecendo, ele não pode mandar ele embora. Ele é daqui. O Brasil é a terra dele. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Com relação a essa estratégia e a esse modo de enxergar e lidar com o racismo no Brasil, por parte dos haitianos, ele conclui:

Então, eles pensa que tornar um filho um quase brasileiro, um quase branco, uma forma de branqueamento no sentido haitiano é lidar contra o racismo que existe contra eles, porque eles tão sofrendo racismo no trabalho. Eles vão dizer que geralmente no trabalho, quando uma pessoa vê um haitiano é tipo um coitado. Então, pra proteger os filhos eles vão fazer esse movimento. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Constamos, portanto, que a questão racial é sim uma das marcas da migração haitiana no Paraná e no Brasil, estando presente de maneira vívida nos depoimentos dos migrantes.

Em um outro momento, indagamos a Frantz a respeito da existência de uma visão estigmatizada da população brasileira, no sentido de considerar o migrante haitiano como sendo pertencente a lugares sociais de não prestígio, como no caso dos trabalhadores de frigoríficos. Em resposta, o colaborador diz que percebe uma representação do haitiano como um “coitado” ou “desqualificado”<sup>60</sup>,

<sup>60</sup> “Aí tipo, esse susto que a pessoa leva, parece estranho pra eles é porque eles consegue fazer uma representação do haitiano como um desqualificado, sabe? Ele não ia fazer isso pra um ... europeu, pra um francês ou pra um branco sabe, não ia ter isso, isso com eles [...]” (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

exemplificando, inclusive, como as reações de motoristas de aplicativo mudam quando ele informa a sua ocupação no Brasil:

[...] eu vou por exemplo falar da minha vivência assim. O maior susto que ... Londrina os Uber gosta de conversar. E você já chega e já começa a ouvir as conversa. O maior susto que um pode levar é perguntar:

– Ah, você é do qual país?

– Eu sou do Haiti.

– O que você tá fazendo aqui?

– Ah, eu tô trabalhando lá no tal região, frigorífico.

– Ah, que legal e não sei o que, não sei o que.

Aí o maior susto que ele pode levar ... às vezes, pra fazer a minha observação, eu peguei as duas postura falando que eu tô trabalhando no tal lugar normal [...] mas eu falei:

– Não, mas eu sou estudante, eu tô fazendo doutorado.

– Nossa (reação de surpresa) ...

É como tipo milagre sabe? Por quê? Porque a pessoa tipo, estruturalmente ele naturaliza a população negra do Brasil. E você é haitiano, ainda você é haitiano, vai ser pior. Por quê? Porque a mídia tem um jeito de representar o Haiti, de coitado. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Ele também relata que, em entrevistas de emprego, há uma preferência por migrantes sem qualificações profissionais, em decorrência da possibilidade de pagamento de salários mais baixos:

Até porque tem muitas dificuldades de reconhecer diplomas, eles vão falar: – Se você quer um emprego, não fala das suas competências porque geralmente eles, as pessoas que vão contratar, não quer um haitiano formado. Ele quer um haitiano que não sabe nada, que eles vão colocar em qualquer lugar, sabe? (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Ele conclui falando das diferenças de tratamento conforme a nacionalidade dos migrantes: há uma espécie de “endeusamento” a migrantes europeus e norte-americanos e um desprezo e indiferença (no sentido coletivo) quando se trata de migrantes provenientes de países pobres. Para Frantz,

Se você é branco europeu, se você é francês, já começa a falar francês aí já tem uma outra percepção, mas se você é da Venezuela, do Haiti, da Bolívia aí as pessoas vão ter essa referência construída historicamente sobre essas pessoas. Que são coitados, que saíram da miséria, que tem uma mesma história, vem pra trabalhar aí e vai trabalhar em qualquer lugar... (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).



Mesmo assim, ele nota que há, no Brasil, uma possibilidade de maior estruturação econômica, um movimento de busca por qualificação e melhores empregos e salários por parte de haitianos. O colaborador exemplifica:

Mas eu acho que hoje, eu percebi dentro da migração haitiana, as pessoas que ... os jovens que conseguem se manter, eles estão buscando outro caminho. Por exemplo, tem muitos entre eles que estuda algumas coisas ... profissional por exemplo. Tentar de responder o que o mercado precisa. Tem o SENAI ou SENAC não sei, que as vezes oferece um curso. Aí eles tão tentando de estudar pra ter uma vida melhor, um trabalho melhor, sabe? As pessoas que eu tô observando, eu vi que tem esse movimento. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Um último tema abordado na entrevista foi sobre a permanência (ou não) no Brasil. Em sua fala, a provisoriedade é uma característica marcante:

Mas eu acho que ... eu tô aqui provisoriamente, de qualquer jeito. Não sei quando vou sair. Se depois de um mês, se depois de dois, se depois de três meses ou tipo até o final do ano, até no início do primeiro semestre do ano que vem mas eu tô aqui de maneira provisória. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Posteriormente, ele questiona a escassez de possibilidades profissionais no Brasil, mesmo que um migrante seja qualificado. Em seu caso, sendo um professor, há uma instabilidade profissional para atuar em universidades, por meio de processos seletivos, além da demora para a realização de concursos públicos. Frantz assim se posiciona:

Porque o Brasil ele ... infelizmente ele não tá preparado pra receber migrante qualificado assim. E você pode ver um, dois ... Por exemplo, tem um professor haitiano que tá, tá bem sabe? Mas quantos são? Que precisa ter essa mesma carreira, sabe? Tipo, estar num lugar onde que tá equivalente à sua formação. É difícil. O Brasil não está, não está preparado pra isso. Vai ter concurso de professor cada cinco anos, cada 10 anos e você esperar todo esse tempo aí quando você entra sabe, é um ano pra renovar, aí vai fazendo outro concurso. (Frantz, maio de 2022, Londrina, Paraná).

Entre o Brasil e o Haiti ou a possibilidade de buscar oportunidades em outros países, entrecruzam-se vários caminhos e várias possibilidades permeados de incertezas e esperanças. Mesmo qualificados, há empecilhos

estruturais (como o racismo, a segmentação do mercado de trabalho etc.) para uma integração mais igualitária a migrantes no Brasil, nos diferentes espaços.

Há diversidade, há potencialidades das mais ricas e variadas a serem percebidas nos migrantes haitianos no Paraná, o que nos leva para além das visões estereotipadas desses sujeitos como tendo um lugar determinado na sociedade, ocupando empregos com menor remuneração, frequentando apenas determinados espaços que não aqueles de poder. As entrevistas confirmam essa marca especial dos migrantes haitianos no Paraná.

A fim de sintetizar os elementos mais importantes da integração dos haitianos em Londrina e em Maringá, a partir dos relatos dos colaboradores, elaboramos a Figura 26.

**Figura 26** - Elementos da migração haitiana em Maringá e Londrina



**Fonte:** Elaborada pelo autor (2022).

No caso da entrevista com Frantz, constamos, por meio de seu discurso, uma percepção sobre a diferença do Estado haitiano em relação ao brasileiro, sendo o primeiro um promotor da diáspora a partir de fatores históricos de dependência, de crise e de desemprego que levam grande parte do país a ter a migração como projeto de vida. Assim, em sua ótica, a diáspora é um projeto de Estado realizado com algum planejamento. Os sentidos da diáspora haitiana são muito diferentes dos deslocamentos de refugiados de guerras, por exemplo.

Observamos também, em suas palavras, que o trabalho nos frigoríficos e em ocupações com baixa exigência profissional está relacionado à

necessidade de manutenção básica da vida, tanto no Brasil como no Haiti. Por isso, considerar apenas os frigoríficos e as atividade correlatas (embora sejam ainda mais significativos) como ligadas aos migrantes é incorreto (ainda que seja a principal marca da territorialização haitiana nos municípios paranaenses, não é a única). Tem-se notado, mesmo que em menor escala, uma presença cada vez maior de haitianos nas universidades.

Em 2018, de acordo com dados do Censo da Educação Superior<sup>61</sup>, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2018), no Paraná, de um total de 2.225 matrículas de estrangeiros, 655 eram de paraguaios, 217 de colombianos, 161 de argentinos, 145 de peruanos, 141 de haitianos, 141 de japoneses e 108 de bolivianos. Embora constituam um dos maiores grupos de migrantes no Paraná, juntamente com os venezuelanos, os haitianos são o quinto grupo no tocante às matrículas. Não obstante a isso, há de se considerar uma inclusão cada vez maior desses em espaços educacionais, um importante elemento a se somar em busca de uma igualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2011).

Frantz, em vários momentos de sua entrevista, evidenciou-se o papel do Brasil um território de passagem para os migrantes, os quais têm em países como o Canadá, os Estados Unidos e a França seu objetivo migratório.

O colaborador também mencionou uma dupla relação dos migrantes (que perpassam as esferas familiar, econômica, educacional, de trabalho e outras), entre o Haiti e o Brasil, denominado isso de “dois pés”. Essa analogia coaduna-se aos sentidos da provisoriedade dos migrantes tão bem abordados por Sayad (1998).

O racismo como característica marcante da tentativa de integração dos haitianos no Paraná foi um dos elementos destacados por Frantz, assim como as estratégias de haitianos para lidar com essa prática no Brasil, por meio de seus filhos, os “pequenos diásporas”.

Por fim, ele critica a escassez de oportunidades profissionais aos migrantes qualificados quando diz que “o Brasil não tá preparado pra migração qualificada”. Nessa perspectiva, buscando cumprir seu papel na divisão internacional do trabalho e impulsionado por atividades agrícolas e industriais com vistas ao

---

<sup>61</sup> O Censo reúne dados de matrículas em cursos de graduação, não contemplando, desse modo, os cursos de pós-graduação.

mercado externo, o Brasil tende, nas esferas pública e privada, seguir o corolário neoliberal de flexibilizações que visam à precarização do trabalho. Isso se traduz em um cenário de incerteza coletiva, em que os imperativos do mercado se tornam o caminho hegemônico, inserido os trabalhadores nacionais e os migrantes em um mesmo cenário.

### 6.3 CURITIBA: A METRÓPOLE PARANAENSE E SEUS NOVOS CONTORNOS POPULACIONAIS DEVIDO ÀS MIGRAÇÕES

Em julho de 2022, em Curitiba, entrevistamos Jean, um jovem haitiano de 28 anos que preside União da Comunidade – Estudantes e Profissionais Haitianos (UCEPH), uma associação voltada às demandas de haitianos em Curitiba, assim como visitamos o Centro Estadual de informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná (CEIM), ocasião na qual conversamos com a coordenadora executiva<sup>62</sup> desse Centro, que foi criado em 2016, por meio do Decreto nº 5.232/2016, tornando-se a primeira iniciativa dessa natureza em âmbitos nacional e estadual. Ambas as entrevistas foram realizadas no CEIM. Por isso, a seguir, primeiramente relatamos os aspectos observados durante a visita ao Centro e, posteriormente, consideramos os temas tratados na entrevista com Jean.

Na ocasião, foi possível observar a atuação do Centro na relação com os migrantes de Curitiba, da Região Metropolitana e de outros estados. O CEIM está localizado na região central de Curitiba, em um prédio locado pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), onde funcionam também fundações culturais e serviços comerciais em geral.

A equipe de trabalho era composta, na época da entrevista, por técnicos, cada qual é responsável pelo atendimento a determinado assunto relacionado aos serviços prestados: Documentação, Trabalho, Saúde, Educação. Tendo em vista que a população atendida busca integração no Brasil, as ações ocorrem de maneira humanizada, de acordo com a coordenadora executiva.

Um fato que nos chamou a atenção foi um mural, disponível para os migrantes, em que havia duas grandes seções (escritas em uma folha A4) com

---

<sup>62</sup> Não houve a possibilidade de gravação da entrevista por conta da necessidade de autorização da SEJUF do Paraná.

oportunidades: “trabalho” e “cursos”. No geral, os migrantes buscam informações sobre a regularização documental. A coordenadora executiva informou que esse é um importante serviço, pois há casos de migrantes que procuraram a Polícia Federal quatro ou cinco vezes até preencherem todos os requisitos para a realização de determinado trâmite, assim, com as instruções dos técnicos do CEIM, tem-se uma agilização do processo.

Os migrantes também procuram muito o Centro a fim de conseguirem um encaminhamento para entrevistas de emprego, a partir de vagas disponibilizadas pelo SINE. Inclusive, quando estávamos no local, três rapazes venezuelanos estavam em busca de um encaminhamento para o mercado de trabalho. No atendimento a um deles, foi-lhe dito que havia vagas como Auxiliar de Carga e Descarga em um grande supermercado de Curitiba. A reação dos outros dois, que aguardavam, foi perguntar, em tom de ironia, “- Condor? Condor?”. Em todas as três entrevistas, foram oferecidas entrevistas para emprego no mesmo supermercado. Eles informaram que já haviam procurado o supermercado, mas que não obtiveram resposta quanto ao aceite ou não para o trabalho.

Na conversa com os migrantes para o encaminhamento para entrevistas, perguntava-se sobre o domínio da língua portuguesa, em um tom muito amigável: “O português como que tá? Pra mais ou pra menos?”. Assim como em outros municípios do Paraná, a língua surge como um fator fundamental para uma maior ou menor integração nos diferentes espaços, sobretudo no trabalho. O não domínio da língua portuguesa condiciona os migrantes a limitações quanto às oportunidades de emprego, sendo oferecidas vagas em ocupações que não exigem qualificação profissional e que tendem a pagar salários mais baixos.

Em conversas informais entre os migrantes e servidores do centro, foram relatadas ilicitudes por parte de empresas para com migrantes, a partir da cobrança indevida de empresas para gerar o Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) quando esses sujeitos ainda não têm acesso a esse cadastro, havendo então o encaminhamento do Centro para autoridades competentes apurarem tais denúncias.

Quanto aos atendimentos do CEIM, a coordenadora executiva informou que, antes da pandemia da covid-19, já se atendeu a 600 pessoas em um dia e, por conta disso, quase foram convidados a se retirar do prédio. Nos períodos pandêmicos mais agudos, as atividades presenciais pararam totalmente.

A coordenadora mencionou o projeto de interiorização do CEIM para a capacitação de servidores, de entidades e de órgãos de outros municípios paranaenses que atuam diretamente com os migrantes. Essa ação foi pensada, segundo ela, em virtude da necessidade de se ampliarem os atendimentos em uma perspectiva humanizada para o interior do estado.

O CEIM faz parte de um programa chamado Paraná Cidadão, uma feira de serviços com duração de três dias em determinado município, contemplando-se todas as regiões do Paraná. Entre as ações estão a elaboração de documentos e da habilitação, a entrada no seguro-desemprego, orientações jurídicas e outras.

Além de visitar o CEIM, tivemos a oportunidade de entrevistar Jean, presidente do UCEPH. Ele nos contou que, durante a preparação para a vida acadêmica universitária, tinha o sonho de cursar Agronomia na universidade pública do Haiti, mas isso não foi possível. A partir do contato de um amigo que seus pais ajudaram financeiramente e que migrou para o Brasil, Jean informou-se sobre a possibilidade de estudar e viver em nosso país. Ele nos conta: “Quando eu cheguei aqui, na primeira semana, já percebi, era contrário que ele falou que tá tudo bem questão trabalho, sociedade, faculdade. Ai eu tô aqui uma semana eu já revoltado com ele.” (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Logo após terminar o Ensino Médio, ele chegou ao Brasil em 2015. Relata que aprendeu a língua portuguesa rápido, por isso, logo tentou localizar uma escola em Curitiba para validar seu diploma de Ensino Médio. Com o auxílio de uma professora, ainda em 2015, prestou o vestibular para Logística, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), cursando essa graduação entre 2015 e 2016.

Sobre esse período, ele menciona uma espécie de ruptura entre a sua história no Haiti e a presente e futura, na qual o Brasil apareceu como destino, como uma possibilidade: “[...] é como se você já deixou a história do Haiti pra você porque eu peguei bem no ponto né ... terminei o ensino médio e por esse motivo que eu chego aqui no Brasil.” (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Em 2016, resolveu sair do Brasil para conhecer países da América central, como Honduras. De lá, soube da abertura do vestibular da UFPR, com vagas destinadas exclusivamente a migrantes e refugiados. Assim, retornou ao Brasil, prestou o vestibular para Agronomia e foi aprovado. Sobre isso, ele relata:

[...] visito Honduras, fui fazer um passeio lá. Quando eu tava lá eu vi que tinha um vestibular especial pro imigrante na UFPR. Ai eu falei: - Não, eu tem que voltar aqui. Aí eu voltei, participei nele. Aí eu entrei pra Agronomia. Então final 2017 eu começar a fazer agronomia. E é assim que eu entro na universidade (Jean, julho de 2022, Curitiba – Paraná).

Ele menciona que entrou na universidade por meio das vagas destinadas a migrantes e refugiados. A existência desses mecanismos nas universidades é essencial para a inclusão dos migrantes nos diferentes espaços, inclusive no educacional. Nessa Instituição de Ensino Superior (IES), são disponibilizadas

[...] anualmente 10 (dez) vagas suplementares àquelas ofertadas no processo seletivo em cursos de graduação e cursos técnicos de nível pós-médio, para serem disputadas exclusivamente por estudantes migrantes na condição de refugiados ou com visto humanitário. (UFPR, 2018, s.p.).

Já cursando Agronomia na universidade e vendo poucos migrantes nesse espaço, Jean conta que teve a ideia de criar uma associação para atuar na inclusão educacional desses sujeitos nos ambientes universitários. Sobre o porquê da criação da associação, ele informa:

Então 2017 eu criei a associação na perspectiva pra criar um point pra estudante que está dentro da universidade com o resto da comunidade. Porque eu sei que tem dez pessoa, quinze na comunidade igual eu que quer fazer uma faculdade. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Jean observa dificuldades na manutenção de programas que visam à entrada e à permanência dos migrantes dentro da universidade:

Alguns professores dentro da universidade, eles lutam pra fazer existir esse programa porque eu acho quando eles leva isso no colegiado pra dizer “- Ah, os imigrante precisam uma vaga na universidade”, eles têm pessoa no colegiado também que vai dizer “- Será que os imigrante precisa mesmo? Ou os imigrante não precisa só trabalho?”. Foi uma luta. Então, nós, como os imigrante, criamos uma associação pra poder mostrar que sim, nós precisa sim isso. E tem mais pessoas fora que estão precisando. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).



Ele contesta as visões que defendem que, no novo território, ao migrante seria necessário tão somente trabalho, por isso, argumenta que o acesso ao ensino superior é outra demanda dos migrantes, que buscam afirmação e capacitação no Brasil. Vemos mais uma faceta da migração haitiana no Paraná, que, de maneira geral, se caracteriza pelo trabalho como sendo o motivador e responsável pela permanência. No entanto, seria um reducionismo ignorar essa outra face, mesmo que, infelizmente, ainda tenha menos peso quanto ao lugar do migrante na sociedade paranaense.

São, desse modo, vários os atores (estudantes, estudantes trabalhadores, intelectuais, professores, imigrantes em cargos públicos) atuantes na busca por mais mecanismos de acesso à educação e de consolidação da presença dos migrantes nas universidades. Percebemos as potencialidades da população migrante quando ela se mobiliza em busca de afirmação. Além daqueles que fazem vestibular especial, Jean informa que, sob a orientação da Associação, muitos estudantes prestaram o concurso vestibular regular:

Nos anos seguintes, nós orientamos muitos imigrantes pra entrar nesse processo também pra fazer vestibular igual todos brasileiros. E temos muitos que estão estudando na universidade, fazer o vestibular normal. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Dentre as ações da associação dentro da universidade, Jean explica que foram ofertados cursos de creole e história e cultura da região caribenha aos participantes, pertencentes à comunidade interna universitária:

Tínhamos um curso lá que é um curso de creole e história e cultura da região do Caribe. Tivemos três semestres e tinha muitas pessoas que era professores da universidade, que era aluno de doutorado, mestrado que fazia esse curso e quem dava essa aula era nós dentro da universidade. Isso já serve como horas formativas pra nós. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Segundo Jean, a pandemia da covid-19 impôs ainda mais desafios aos migrantes em Curitiba e região, pois, juntamente com as limitações de circulação (e da possibilidade de atividades remuneradas, principalmente aos migrantes desempregados ou que atuam na informalidade), constatou-se que um

grande número de migrantes haitianos vive em ocupações, principalmente em Campo Magro, na ocupação Nova Esperança:

Tem várias ocupações aqui [...] eu recebi uma ligação de uma pessoa do Ministério Público, promotor, ele chamou disse que teve que prestar atenção com esses imigrante lá. Quando eu chegava, numa semana eu acho que eu encaminhar mais que 300 pra Polícia Federal que não teve documentação. E depois ... era uma situação muito precária também. Cesta básica, essas questão, encaminhar pro trabalho, essas questão. Era em Campo Magro. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Na ocupação, ele relata uma série de questões: migrantes sem documentação, questões de moradia, de desemprego e de trabalhos análogos à escravidão, falta de alimentos e outras. Ele complementa:

Chegou a pandemia e pesquisamos, tem várias comunidades que tem uma concentração de imigrantes que não tinha documentação ou passando dificuldades, questão de trabalho, trabalho camuflado, tipo escravos e não conseguir alimentar. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Como notamos em suas palavras, muitos migrantes vivem em situação de vulnerabilidade social, ocupando áreas mais afastadas da capital e sem uma mínima infraestrutura em decorrência da sua situação econômica, algo que se intensificou após o início da pandemia, afetando grandemente os mais pobres (sejam brasileiros, sejam migrantes). É a mesma situação do conjunto Flores do Campo, em Londrina. Isso revela que há similitudes quanto à vivência de migrantes em ocupações irregulares no estado.

Diante dessa realidade, Jean arrola uma série de ações realizadas pela Associação em parceria com o CEIM:

[...] assistência social pra eles, mas receber muita cesta de alimentação, de empresa, higiene, essas questão. E encaminhamos bastante pra Polícia Federal e orientação quando eles tão no trabalho, tem dificuldade. Com parceria com o CEIM encaminhamos pro trabalho, outras atividades e fazemos essa intermediação na questão de tradução também. Por exemplo, só esse mês eu tem mais que três audiência pras pessoas migrante em situação de rua, migrante questão de trabalho, outros casos. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Outro fato de destaque comentado por Jean é a questão da participação da Associação em audiências públicas em temas diversos, como o dos migrantes em situação de rua, o trabalho dos migrantes e outros. Ele conta que houve a participação em audiência até mesmo no estado de São Paulo, dada a experiência da Associação com as necessidades dos migrantes, que extrapola a questão do acesso ao ensino superior e passa por assistência em casos de extrema vulnerabilidade social.

No entanto, o colaborador relata ameaças aos migrantes que vivem na ocupação, por parte de brasileiros, exigindo a saída forçada desses espaços. Não é o primeiro caso de conflito constatado<sup>63</sup>, evidenciando situações de violência e de hostilidade vivenciadas por haitianos no Paraná:

Mas devido a mau convivência com os brasileiros, porque essa ocupação agora tá na fase pra regularização e eles começar a receber apoio de fato da universidade, do ministério público. Porque estão muitos imigrante, os brasileiros tão fazendo muitas ameaças aos imigrantes, violência. Os imigrantes tão deixando lá. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Em um outro momento, Jean falou sobre o uso do termo diáspora no cotidiano dos haitianos:

Esse que se refere a um grupo de pessoas mesmo, uma comunidade vivendo fora do país, a gente chama diáspora. Por exemplo tem uma ... uma brincadeira que eles fazem: - Ah, os diásporas haitianos do Brasil não são diáspora. Por quê? Porque o diáspora é a pessoa, por exemplo, Brasil é longe do Haiti. Se tinha condição, nunca passar o natal aqui no Brasil, sempre passar com a família né. E frequência de ver minha família, passear e voltar. Então, uma pessoa que tá nos Estados Unidos, França, Canadá, essa pessoa pode ir com frequência lá, a pessoa pode ir a cada dois meses, três meses porque de avião é 45 minutos né. Mas aqui no Brasil é quanto é caro a passagem, quanto é longe, não dá pra ir também. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

O colaborador diferencia as comunidades haitianas nesses países supracitados, que são mais antigas e que começaram a se estabelecer há mais tempo da comunidade haitiana no Brasil:

---

<sup>63</sup> Em outro momento, abordamos a questão da luta por legitimidade da Associação dos Haitianos de Toledo e os conflitos com a comunidade ao redor.

O diáspora é uma pessoa que morando ... vou pegar exemplo esses países que eu tô falando pra você ... isso tem dois aspectos também pra citar esse diáspora, diáspora do Haiti, ou seja a comunidade haitiana, França, Canadá, Estados Unidos, existia há um tempo, há décadas. Então é muito novo pro Brasil. Então lá também, eles têm grande estrutura lá. Eles já fazem parte da vida política lá. Tem haitiano no palácio que fazer lei, prefeito, essas questão lá nos Estados Unidos. Então é diferente, igual no Canadá acontece também. Não sei se alguém pedir pra você, a governadora do Canadá, Michaele Jean é haitiana. Então a diferença do Brasil então ... esse termo de diáspora, as pessoas de lá ver a pessoa vivendo no Brasil e construir uma casa lá, construir um negócio lá, tipo tem um hotel lá, uma casa bonita lá enquanto eu tô no Brasil. Então isso, eu tô vivendo fora do país, mas eu tem minhas raiz lá. Então, quando eu chego lá me chamam diáspora como se fosse uma pessoa que sai pro país pra ter uma condição. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Jean utiliza o termo diáspora como sendo uma estratégia de vida, a partir do trabalho ou dos estudos e da construção de uma vida em um país estrangeiro, mas que tem o Haiti como referência, como objeto de construção material e possivelmente de retorno futuro. Em outra passagem, ele critica o fato de existirem uma série de entidades e ONGs que atuam com migrantes, mas que, de maneira efetiva, têm uma baixa inclusão desses sujeitos em cargos ou funções desempenhadas. Para ele, há muitas

[...] entidades que diz que estão trabalhando para os imigrantes. No Paraná, tem mais que dezenas de entidades, mas vai lá pesquisa quanto dessas entidades que tem um por cento de imigrante fazer parte? Nenhuma, entendeu? Se pegar o estado, tem bastante entidade que trabalha com os imigrante. Não vou dizer trabalha com os imigrante, trabalha pros migrantes. Mas porque os imigrantes não fazem parte dessa estrutura? Pra tomar as decisões junto, construir os projeto junto? Então, isso acontece muito. (Jean, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Em conclusão, ressaltamos que, embora o trabalho seja a marca fundamental da migração haitiana no Paraná, há outras facetas importantes. No caso, constata-se a atuação da UCEPH na questão da luta pelo acesso ao ensino superior em Curitiba.

A questão da moradia está presente no cotidiano dos migrantes. Aqueles em situação de vulnerabilidade social buscaram contemplar tal necessidade por meio das ocupações, mas ainda enfrentam a falta de documentação e de

alimentos, o desemprego, a exploração do trabalho desses sujeitos e violência sofrida ao ocuparem locais para morar.

Ademais, salientamos, com base nas palavras de Jean, a defesa pela inclusão e participação efetivas de migrantes nas questões pertinentes a eles, enfatizando-se a ausência de migrantes em funções de comando, de decisão em entidades, ONGs etc.

Também em Curitiba entrevistamos Willy que à época (2022) tinha 36 anos. É natural da cidade de L'Estère, no Haiti. Filho único, é cantor e conta que, desde criança, se interessou por música, participando de corais e atividades culturais diversas em seu país de origem. Ainda no Haiti, estudou o que ele classifica como Técnico em Jornalismo. Sobre o Haiti, ele dá uma lição:

[...] nós somos um país, primeiro república negro do mundo, uma história forte, porque se o Brasil, o resto do mundo conhece a liberdade, por causa de nós. Nós dá uma lição. Nós dá uma lição ao mundo, aprender o que que é liberdade. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Veio para o Brasil em 2012, por meio da fronteira no Norte do país, de onde partiu para Manaus e ficou ali durante alguns meses. De lá foi para Pato Branco, onde trabalhou em uma indústria de fogões. Depois de alguns meses, foi para Curitiba, já em 2013, onde reside até o momento. Ele relata que a música o impulsionou nos deslocamentos no Brasil, a partir de projetos com outros haitianos, embora tenha exercido outras ocupações, como a de vendedor de roupas, quando chegou em Curitiba.

Em julho de 2022, entrevistei-o em seu ponto comercial; no som ambiente, tocavam músicas sertanejas brasileiras. Willy se diz um grande entusiasta desse estilo, por isso, lançou músicas desse gênero cantando em português e participado de aberturas de shows de artistas conhecidos no meio sertanejo.

Segundo ele, a música o aproximou da Associação para a Solidariedade dos Haitianos no Brasil (ASHBRA), da qual é vice-presidente. Em uma de suas atividades artísticas, conheceu a presidente da Associação e, desde então, tem colaborado em ações culturais, sociais e políticas.

Willy mora no Boqueirão, mas tem um ponto comercial no bairro Cajuru, um comércio de bebidas que congrega também uma mercearia. À época da

entrevista, estava há um mês nesse local. Antes, tinha outro comércio semelhante no Boqueirão, porém, devido à alta no preço do aluguel, mudou-se para o Cajuru.

Quanto à sua trajetória no Brasil, Willy passou por situações comuns aos que se deslocaram nos primeiros anos da migração haitiana no Brasil. Ainda em 2012, em Manaus, uma amiga haitiana o apresentou à música sertaneja, que despertou seu interesse e o fez ver uma visão do Brasil diferente daquela comumente exposta internacionalmente. Ele relata:

Sabe por que que ela me apresentou? Porque eu no meu pensamento, desde lá no Haiti, o povo haitiano seja o que for, acha que o Brasil é samba e futebol né. Então, samba é mais, tem maior divulgação fora do Brasil. Então, todo mundo sabe o samba, samba... (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

De Manaus, Willy se mudou para Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, a partir de uma oportunidade de emprego. Ali ele fez amigos do Haiti e propôs a formação de uma banda:

Eu fui pra Pato Branco, consegui um emprego, fui lá. Então de repente quando tava lá a gente continuar conversando. Falei: - Então, vamo morar junto pra gente montar, fazer alguma coisa cultural pra mostrar que nós tem talento, não é só vem pra trabalhar, só pra estudar só, mas vamo fazer a parte cultural também, porque o Brasil é país cultural também igual como nós, vamo fazer uma coisa assim, (Willy, julho de 2022, Curitiba., Paraná).

É importante quando ele afirma que “não é só vem pra trabalhar, só pra estudar”, o que revela um antagonismo à ideia reificada dos migrantes como sendo única e exclusivamente força de trabalho para atender às demandas de determinados setores brasileiros e internacionais. Pelo contrário, ele defende que são múltiplas as esferas de atuação dos migrantes.

Willy comenta que devido à política brasileira e à falta de empregos, por exemplo, muitos migrantes se deslocaram para países como Chile e Estados Unidos:

[...] a banda não existe mais, teve problema de política no Brasil, falta de emprego e tal. Agora quase noventa e nove por cento deles estão nos Estados Unidos e no Chile. Só eu e algumas que ficou ainda aqui. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

O colaborador, em sua narrativa, apresenta uma motivação diferente daquela vinculada ao trabalho, mas que, em decorrência da necessidade de se manter no Brasil, se entrelaça ao enredo que tem o trabalho como motivador da permanência.

Até a atual etapa da migração haitiana no Brasil, o trabalho se constituiu como o principal motivador, seja da permanência, como promotor de condições de vida no Brasil e no Haiti (por meio do envio de remessas), seja da saída, em decorrência de sua baixa disponibilidade ou das constantes segmentações que tendem a destinar postos de trabalho específicos para migrantes.

Willy descreve que, após passar um tempo em Pato Branco, foi incentivado por amigos a se mudar para Curitiba para desenvolver atividades no campo artístico. A partir disso, conheceu a presidenta da ASHBRA e, desde então, faz parte da Associação. Ele relata:

E pela música também que me levou a conhecer a Associação dos Haitianos, por isso que eu entrei, faço parte da Associação. Em 2014, há pouco tempo, a gente monta a banda e eu cheguei a conhecer a presidente [...]. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

As associações são um importante meio de afirmação e de consolidação da comunidade haitiana nos municípios. Elas têm um papel de grande relevância, pois destacam para a sociedade local a comunidade migrante, de modo a promover a integração desses sujeitos em variadas áreas, além de servir como um meio acolhimento e proteção diante de possíveis casos de violação dos direitos humanos, questões raciais, trabalhistas etc. Além disso, têm um considerável papel de interlocução entre os migrantes, entidades de cunho assistencial e o poder público. Por exemplo, em visitas da embaixadora do Haiti no Brasil em Curitiba, representantes de associações participaram de reuniões com pautas elaboradas com base nas necessidades dos migrantes.

Em Curitiba, existe um debate, com a participação de associações de haitianos e de outras entidades, para a criação de um conselho municipal dos direitos dos imigrantes e refugiados, no âmbito da Câmara Municipal de Curitiba (CMC). Discute-se o enfrentamento a questões como a burocratização para a emissão de documentos, o acesso à moradia, a partir da presença de migrantes em

ocupações e que sofrem violência, e aos direitos básicos, tais como saúde, educação e segurança pública (IMIGRANTES..., 2022).

Willy tem realizado diversas atividades em Curitiba: a carreira como músico cantor, a vice-presidência da ASHBRA e a administração de seu comércio de bebidas. A respeito disso, ele comenta:

A gente tava envolvendo a parte cultural e a cultura me levou na parte social, a parte social também me levou de cultura, social. Eu sou empresário, tô mexendo com outras coisa, assim que vai como imigrante. A minha vida tá resumida dessa forma né. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Quando lhe perguntamos sobre as motivações que o trouxeram ao Brasil, respondeu-nos:

Ao Brasil ... primeiramente eu já ouvi falar do país e teve o terremoto, outro motivo. E depois de terremoto teve um primo meu, agora ele não tá mais aqui, ele já foi pros Estados Unidos. Ele que me aconselhou. Ele falou: – Willy, se você ficar parado lá não é bom, você é jovem da sua idade, vem experimentar, pra você conhecer outra realidade, é bom pra você experimentar, você pode ficar aqui, amanhã voltar ou amanhã vai pra outro país, mas não é bom ficar estagnado num lugar só, você tem que experimentar outro país. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Considera-se a migração haitiana como um processo horizontal, suscitado por razões econômicas, mas que beira uma certa cultura de migração da população haitiana. A reprodução desse mecanismo se dá na esfera da família, como retratado por Willy, ao mencionar os conselhos do primo para migrar para o Brasil. Afirmações como “Não é bom ficar estagnado num lugar só” e “você tem que experimentar outro país” revelam um tom quase impositivo da pressão do mecanismo migratório existente no Haiti sobre a população. Além disso, o retorno ou a migração para outro país são hipóteses sempre consideradas nos discursos dos migrantes.

Indagado se migração é comum entre as famílias haitianas, Willy assim se posiciona:

Sim, é uma coisa que “vira” porque, quando o país tá em falta de emprego, então tem que sobreviver, você vai escolher. Mas diáspora ou alguém que sai dali não é cara que é mais pobre que conseguir



viajar, não é para cara também que é muito bem de vida também. Ele tem uma vida boa no Haiti. Então, ele pode viajar, visitar e volta. Mas a classe média, a classe que eu faz parte escolher: - Não, não vou ficar ali, depois você estuda, você tem boa estudo, você tem não sei o quê... (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

A sua visão de diáspora está calcada em seu papel social de migrante, situação na qual, em decorrência das contínuas crises e baixa oferta de empregos, uma parcela da população é impelida a migrar. Ocorre que, segundo ele, a classe média do país é quem mais adota essa estratégia como meio de vida. Considerando-se os custos e as necessidades impostos ao se realizar o projeto migratório, pode-se dizer que a migração no Haiti confere um status de privilégio social àqueles que migram (JEAN BAPTISTE, 2018). Assim como nos discursos de brasileiros que vivem no exterior, é possível que quem esteja no país de origem (no caso, o Haiti) pense que quem migrou “está bem” em relação às condições econômicas e estruturais da vida cotidiana no país de destino.

Em um outro momento, Willy relata que motivações econômicas, aliadas à inconformidade com a política do país, o levaram a migrar, sendo a migração uma estratégia de construção de bens materiais de maneira mais rápida, comparada aos esforços feitos em seu país de origem:

- Ah, Haiti vai demorar pra mim conquistar alguma coisa que eu preciso de conquistar em dois anos. Então, por causa da dificuldade política e bagunceira que tem lá então você vai precisar 10, 15 anos, talvez você passar sua vida inteira e não conseguir nenhuma. Então, você escolher de ... então, vamos deixar essas bagunceira de lá fazer política deles, então, vou buscar uma outra vida num outro país. É ... nessa coisa, por isso que o povo são muito, acredita muito na vida fora do Haiti, quer viver em outro país. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Para exemplificar, ele conta que parte de seu círculo familiar, inclusive seus filhos, está em outros países, como sua filha mais velha no Haiti e vários familiares no Brasil (duas filhas), Canadá, Estados Unidos e França. Esses vínculos comprovam que a migração é uma estratégia, um meio de vida. Em suas palavras,

Minha família na verdade não é muito porque eu ... minha família é bem pouco. Antes que eu viajei Brasil, depois 2015, meu pai já faleceu, minha mãe ainda é viva. Eu tenho uma filha, filhinha no Haiti, uma que tá com 12e anos e agora eu tenho dois aqui. Mas parente,

primo, prima tem vários nos Estados Unidos, no Brasil, na França, no Canadá. Tem bastante. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Quanto às suas atividades artísticas no Brasil, ele conta que, quando vai fazer *shows*, é comum pensarem que ele, por ser estrangeiro, não irá cantar. A surpresa do público também ocorre por conta do tipo de música que toca, haja vista que a maioria o associa ao samba. Willy relata:

[...] às vezes eu chego num lugar, eu vou fazer um *show* [...] Quando a pessoa me vê, acha que, não acha que sou que vou cantar, mas a pessoa não imaginava que eu, vai ser ele que é estrangeiro, que vai cantar. E de repente você chega lá, apresentar você, a pessoa sempre acha que vai cantar um samba. Muita gente pensa nisso. E de repente você pega o microfone, você pega lá sua equipe e começa a tocar um Leonardo. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Willy informou, a partir de sua percepção, que grande parte dos haitianos no Brasil migraram para destinos tidos como prioritários, mas que só se tornaram efetivos a partir da real possibilidade migratória. Comparando os anos iniciais da migração com a atualidade (2020), ele diz que “agora não é a mesma coisa, porque tem mais, eu acho que 60, 70 % dos haitianos agora não tá mais aqui no Brasil né. Porque a maioria deles foi pros Estados Unidos ou pra outro país.” (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná)

Referindo-se principalmente aos Estados Unidos, perguntamos-lhes por que a população haitiana se muda para outros países. Ele considera que o motivo é

[...] de emprego, a coisa não tava fácil e também Estados Unidos os haitianos têm muito mais familiar, família, parente porque nós tem muito mais parente nos Estados Unidos. Então, os Estados Unidos aparece mais perto, o pessoal sente que vai ser muito mais tranquilo pra eles lá que o Brasil, porque o Brasil está ainda no crise sem saída até agora. Então, o povo vai sempre aproveitar. Eu ... todo mundo tem desejo, mas eu não gostaria de fazer igual como eles, os outros. Por enquanto eu estou por aqui, tô na luta. Porque cada um tem seu sonho, seu objetivo de ganhar o pão de cada dia do seu jeito né. Então eu tô tentando agora do jeito pra ver se vai dar certo (Willy, julho de 2022, Curitiba – Paraná).

Dentre os fatores elencados por Willy para a preferência dos Estados Unidos em detrimento do Brasil, estão os laços familiares, a proximidade

geográfica e a crise econômica no Brasil em meados de 2010. Inclusive, em Miami, há uma grande comunidade haitiana em uma área chamada *Little Haiti*, cuja formação remonta aos anos 1970, com a chegada de pessoas em embarcações precárias no estado da Flórida, denominados *Boat People*. Nesse país, há uma comunidade haitiana mais consolidada.

Willy também nos contou que, em suas atividades musicais, conheceu a presidenta da ASHBRA, em 2014, no início das atividades da entidade. A partir desse contato, desenvolveram variadas ações com migrantes haitianos em Curitiba:

Problema de documentação, problema alimentação porque às vezes a pessoa tá com pouco tempo, não sabe aonde vai, tudo isso. O problema com a justiça depende ... a pessoa perdeu o serviço, o patrão enganou, não sei o que ... tem vários ... nós sempre faz parte dessas coisas pra ajudar, pra acompanhar, (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Questões relacionadas à documentação, ao trabalho e aos problemas judiciais são demandas típicas também relatadas nas demais entrevistas com representantes da comunidade haitiana em outros municípios paranaenses. A questão da alimentação foi menos mencionada, mas é importante considerá-la, pois insere parte dos migrantes em um mesmo cenário de insegurança alimentar que a população brasileira. De acordo com pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2021), 63,2 milhões de pessoas no Brasil não tinham alimentos em quantidade suficiente ou passavam fome em 2020.

Willy informou que, por conta da pandemia da covid-19, as atividades regulares e presenciais da Associação (realizadas na sede do bairro Uberaba) tiveram que ser paralisadas. Além disso, a ASHBRA não recebe aporte financeiro, logo, as pessoas que colaboram não recebem remuneração.

Com relação às dificuldades enfrentadas pela população haitiana em Curitiba, ele destaca aquelas de cunho financeiro:

[...] dificuldade financeira, por exemplo [...] o cara chegou pro Brasil, mas ele tem um parente na França ou ele tem um parente nos Estados Unidos, eles chamam lá e ajudam ou no Haiti mandam pra ele, se ele não conseguir se manter por enquanto ou ele conseguir um emprego já ou ele já tem. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Willy menciona que, especialmente na chegada dos migrantes, a rede de apoio é constituída por familiares no Haiti ou aqueles que são migrantes em outros países, como Estados Unidos ou França. Há, desse modo, uma rede transnacional, em uma relação que envolve países, remessas e diferentes condições econômicas e sociais. É possível que, quando não existe a possibilidade de atuação dessa rede, as ONGs, as igrejas e as entidades diversas que atuam com migrantes no Brasil surjam como apoio.

Apesar das adversidades, o colaborador defende que há, por conta do tempo de integração à sociedade paranaense, uma maior estabilidade dos haitianos. Ele exemplifica:

[...] no início tava mais difícil. Agora, já tem uma estabilidade de muito haitiano, sabe? Eu tô aqui há nove anos. Se eu trazer minha filha pra cá agora, vai ser bem difícil agora pra ela passar necessidade porque eu já estabelecer. Então, eu vou arrumar as condição pra que ela se estabelecer melhor. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Perguntamos-lhes também sobre as ocupações dos migrantes haitianos em Curitiba, e ele nos informou: “[...] aqui em Curitiba você vai achar na coisa mais básica, serviços gerais muita coisa, restaurante muita coisa e tal vai ver os haitiano mais envolver.” (Willy, Julho de 2022, Curitiba, Paraná). Ele pondera sobre o desencontro entre as profissões de formação ou as aptidões profissionais e as funções que são exercidas pelos migrantes em Curitiba:

Mas pode ser a menina que trabalha de serviços gerais tem capacidade de fazer muito mais além de serviços gerais. Mas por causa ela é preta, ela não é americana, porque você pode ser preto, mas se você é americano, você vai ver com outros olhos. Você pode ser preto, você é francês, francesa ou você é não sei o quê, você vai ver com outros olhos. Mas quando você é preto e você veio de um país pobre ou um baixo desenvolvimento, você vai ver com outros olhos. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Como migrante de um país pobre, ele avalia a diferença de olhares e até de tratamento de migrantes advindos de países ricos e pobres, pois, segundo ele, em um país marcado pelo racismo estrutural, como é o caso do Brasil, mesmo

sendo pretos, diferentes migrantes (de países com níveis de desenvolvimento diferente) são vistos (e tratados) com olhares distintos pela população brasileira.

Essa declaração remete ao histórico da migração no Brasil que, desde o final do século XIX, preteriu um perfil de trabalhador branco, europeu e morigerado (VAINER, 2000). Assim, várias das dificuldades enfrentadas pelos migrantes haitianos no cotidiano (sobretudo aquelas de cunho racial, mas também as de cunho educacional, trabalhista e de gênero) advêm de uma construção histórica em que determinados migrantes (à imagem e à semelhança da elite nacional) são desejados, enquanto outros tantos, em sua maioria negros, são tidos como indesejados.

Sobre o racismo no Brasil, Willy informa que nunca foi vítima de racismo, mas que sente algo em situações específicas:

Isso acontece comigo. Eu nunca vivi, nunca fui vítima de racismo de cara a cara, mas eu sente [...] Porque às vezes eu chega, mesmo que o meu carro tava quebrado assim, mas quando eu deixei bem lavado eu cheguei em alguns lugar numa reunião ou você vai fazer um show, não imaginava é você. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Conforme seu relato, até mesmo a aquisição de um carro por parte de um migrante haitiano pode ser estranha aos olhos da sociedade brasileira. No mais, Willy conta outra situação de cunho racial vivida quando foi fazer um show:

Já aconteceu ... uma vez teve uma festa e teve o diretora da aliança francesa sentar, eu, ele. O representante da prefeitura, ela cumprimentou o diretor da aliança francesa, não me cumprimentar. Ela cumprimentou as pessoas não me cumprimentou. E depois ela vem ver quem que tava cantando, eu. Ela não me conhece antes, mas aí ela ouvir falar: - Tem o Willy, haitiano que canta sertanejo tal. Ela vem pra me ver. E ela não me cumprimentou, porque ela não sabe que eu Willy que vai cantar. Ela diminuiu o Willy por causa de um preto tá do lado de um branco. Não liga pra esse preto. E depois ela vai ficar encantado com o preto que tava cantando, ela quer tirar foto comigo, ela quer pra mim cantar de novo, falei que não vou, mas eu sou bem educado com ela, não mostrou pra ela que eu tava bem chateado com ela. Mas pra minha boa educação dos meus pais, não fiz o que ela vai querer depois por causa que ela não tava ... ela tava me olhando de um outro jeito. Então, isso pra você ver como que é a realidade quando você ser já escolher de ser imigrante. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

Mesmo estando em uma situação de destaque e de muita clareza em relação ao que exerceria, constrangimentos que têm natureza na questão racial e migratória ocorreram com Willy do mesmo modo que acontecem diariamente com migrantes haitianos no Paraná e no Brasil. Por isso, é de fundamental importância tratar dessas questões, pois se inserem no bojo de toda uma problemática da migração haitiana no Paraná.

Willy mostra uma postura não reificada e ativa quando lhe perguntamos sobre a importância dos atos do dia da Bandeira do Haiti, ocorridos em 18 de maio de cada ano:

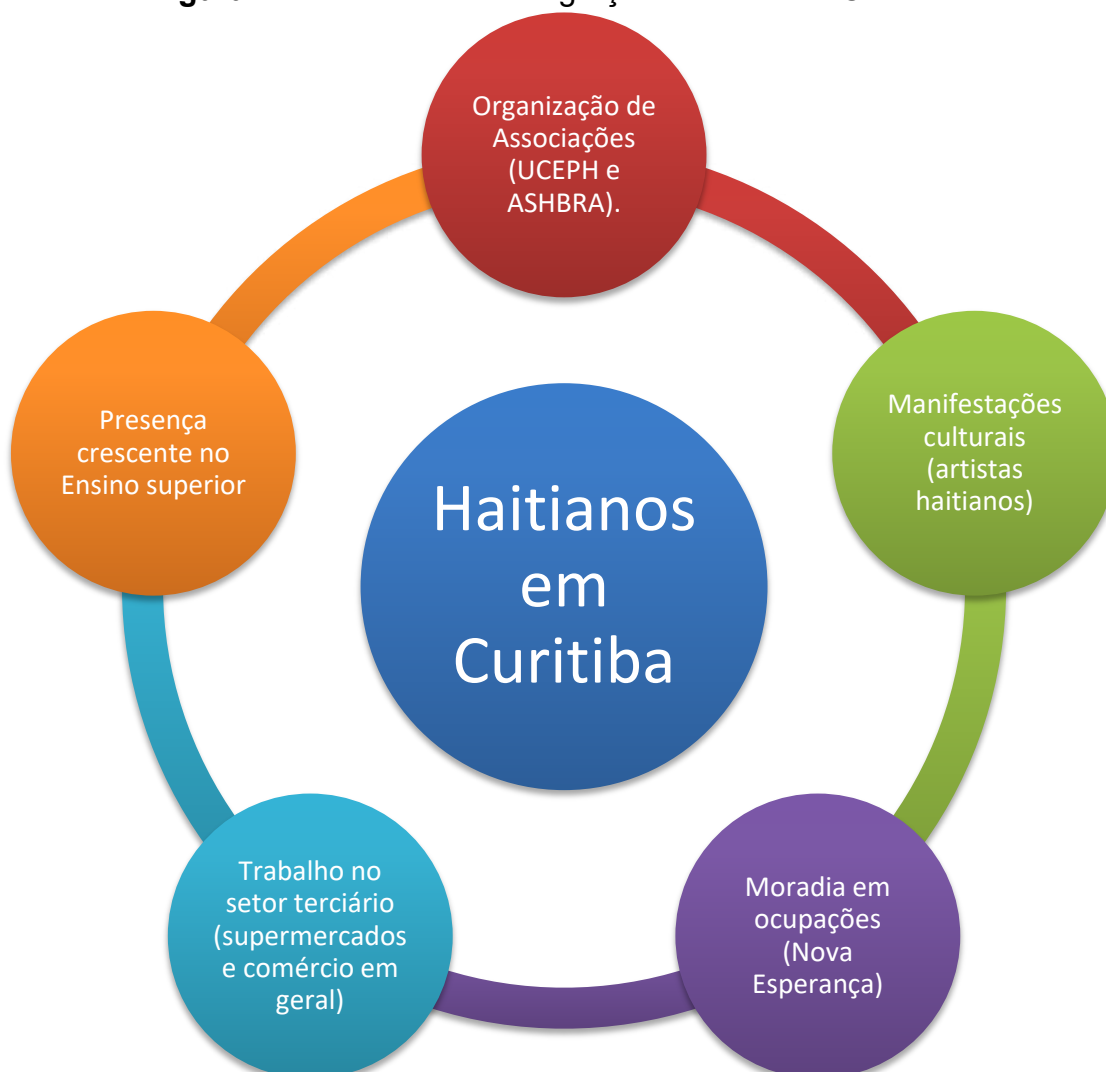
Então, é por isso que o povo sincroniza essa data ... porque, por causa que nós somos um país, primeiro república negro do mundo, uma história forte, porque se o Brasil, o resto do mundo conhece a liberdade, por causa de nós [...] primeiro grupo, primeiro povo preto que fala e que lutava e é por isso que nós estamos pagando o preço hoje, por isso que eu tô aqui. (Willy, julho de 2022, Curitiba, Paraná).

É interessante o modo como ele interpreta que os condicionantes históricos do Haiti, na relação com a França, levaram ao processo atual, de extrema fragilização econômica e social do país, culminando com a migração como uma saída, ou seja, como forma de vida e de afirmação.

Para além do discurso popular (de miséria, desemprego, terremotos etc.), ele conta que há uma série de potencialidades na população, o que faz com que haja muitas qualidades não exploradas, mas que estão presentes:

Mas a imprensa haitiana, a imprensa internacional a imprensa não sei o que, a vagabundagem política do Haiti ... nós não deixamos contar a bela história. Só deixamos ver a miséria, falar da miséria, falar da pobreza tal, mas nós temos também coisa perfeita e tem uma vida de potencialidade, tem muito pra falar. (Willy, julho de 2022, Curitiba – Paraná).

As palavras de Willy expõem um lado pouco explorado nas investigações acerca da migração haitiana no Brasil, que é o cultural. Mesmo o trabalho se fazendo condição primordial para os deslocamentos no Brasil, ele é enfático quando defende que os haitianos não vêm só para trabalhar, mas têm outras facetas que podem ser exploradas. Na Figura 27, sintetizamos os elementos fundamentais da migração haitiana em Curitiba.

**Figura 27** - Elementos da migração haitiana em Curitiba

**Fonte:** Elaborada pelo autor (2022).

Em Curitiba, constatamos a relevância da organização dos migrantes em associações como meio de auxílio, de defesa dos direitos e de afirmação da comunidade haitiana.

Percebemos a influência desse mecanismo migratório, muito presente no Haiti, e que influenciou Willy a migrar. Há, ao mesmo tempo, ideias no sentido tanto da permanência quanto da mobilidade. Quanto mais tempo se permanece no Brasil, mais traços culturais característicos são adquiridos, por isso, não se trata mais do mesmo que migrou anos antes. O sujeito migrante vive a condição de provisoriedade, entre o atual e o antigo, o aqui e o lá, aspectos discutidos por Sayad (1998) e nítidos em várias passagens do discurso de Willy. As

situações de cunho racial também são recorrentes nas falas dos migrantes entrevistados, não sendo diferente com Willy.

Por fim, segundo ele, boa parte dos migrantes haitianos no Brasil se deslocaram em direção a outros países, especialmente Chile e Estados Unidos. Mas por quê? Acreditamos que as condições econômicas e sociais do Brasil, caracterizadas por uma segmentação do trabalho dos migrantes (no caso do interior Paraná, muito embasada em ocupações nos frigoríficos e, na capital, em atividades do setor terciário), levaram a isso. O Brasil é um destino possível, mas não o desejado quanto aos anseios dos migrantes.

#### 6.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MARCAS TERRITORIAIS DO TRABALHO DOS MIGRANTES HAITIANOS NO PARANÁ

Ao analisarmos as entrevistas, elencamos as marcas territoriais do trabalho dos migrantes haitianos no Paraná. Dentre essas, a noção de provisoriedade (por parte dos migrantes) apresentou-se como uma característica marcante. Contudo, nas trajetórias territoriais, sobressai-se, por outro lado, a permanência.

Todavia, o que determina a permanência (em nossa visão, a partir de relatos dos migrantes)? A disponibilidade de trabalhos que promovam uma integração mais digna, a oportunidades de crescimento profissional (que são mais escassas em locais que tradicionalmente empregam migrantes, como frigoríficos) e o acesso à educação (juntamente com condições de permanência) e aos direitos básicos.

De maneira geral, a permanência está muito ligada ao cenário do trabalho no Brasil em determinado momento. Em períodos de estabilidade econômica, a atração de migrantes é a tendência, mas, em crises (aliadas ao movimento de flexibilização total do trabalho no Brasil), a tendência é a busca por melhores condições de vida (por meio do trabalho) em outros países.

Assim, os principais elementos observados na integração dos migrantes haitianos no Paraná são: a) o trabalho nos frigoríficos, especialmente no Oeste, Sudoeste e Norte do Paraná; b) a existência de associações de migrantes; c) a relação entre os migrantes com setores religiosos, sobretudo a igreja católica e a igrejas evangélicas, em vários municípios do Paraná, frequentadas majoritariamente



por migrantes (necessidade de socializar com nacionais do Haiti, de falar sua língua nativa, a partir de seus costumes). Constatamos, por exemplo, o apoio de igrejas evangélicas locais (com o pagamento de aluguel e auxílios diversos), que reservam horários de celebrações especialmente para os migrantes. Além disso, há nos vários municípios (Toledo, Cascavel e Maringá, por exemplo), pastores e padres haitianos em paróquias de municípios como Cascavel; d) há uma relação entre as entidades de assistência, as associações de migrantes e o poder público (em esfera municipal) com vistas ao encaminhamento dos migrantes para o mercado de trabalho. As empresas de destino são geralmente aquelas ligadas ao setor frigorífico ou à dinâmica industrial local. É o que ocorreu em Cascavel, com o encaminhamento da Cáritas para o trabalho nos frigoríficos, em Maringá, com um mutirão de entrevistas de emprego, e, em Londrina, com o encaminhamento dos migrantes atendidos pela Cáritas para o SINE; e) há elementos que visam à integração social e cultural dos migrantes, juntamente com a busca por trabalho e direitos. As festas em alusão ao Dia da Bandeira do Haiti, em 18 de maio, são um exemplo, havendo em vários casos a apresentação de demandas da população haitiana. Além disso, cita-se a formação de times de futebol formados especificamente por haitianos; f) há, sim, migrantes haitianos qualificados, que optaram pelo Brasil como destino para estudo, por exemplo, embora existam condições estruturais e educacionais do Haiti que também favorecem a busca por outras instituições em outros países, considerando-se a tradição de migração haitiana; g) no cotidiano dos municípios, há elementos que diferenciam os padrões culturais e de consumo alimentar dos migrantes, como é o caso da banana verde, cada vez mais presente em supermercados onde a migração haitiana é expressiva; h) a condição de migrante (independentemente das reais condições de vida vivenciadas no Brasil) é vista no Haiti como um *status* de privilégio social, que possibilita a melhoria das condições de vida tanto dos migrantes no Brasil quanto da família no Haiti; i) há no Paraná a formação de comunidades haitianas nos municípios onde a migração foi/é mais intensa; e j) a questão racial é uma das marcas da migração haitiana no Paraná e no Brasil, estando presente de maneira vívida nos depoimentos dos migrantes.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração haitiana no Paraná e no Brasil se configura como fato novo, impelindo-nos ao exercício de pensar aportes teórico-metodológicos que sejam coerentes com a realidade que se manifesta no espaço. A migração haitiana é um fenômeno de grande amplitude escalar que, no caso do Paraná, atinge também os pequenos municípios, não se restringe aos grandes centros.

Nesta tese, consideramos o trabalho como categoria central, pois, ao pensarmos a realidade concreta, constatamos que esse é um motivador da migração haitiana no Paraná, explicando a presença da população haitiana em municípios pequenos, mas que contam com frigoríficos ou setores de atividade correlatos, que tendem a empregar migrantes, como se observou a partir de dados da RAIS. Acreditamos no êxito da busca em evidenciar de maneira multifacetada a migração haitiana no estado do Paraná, considerando suas diferentes dimensões, como a do trabalho, das ONGs e entidades que atuam junto aos migrantes e das organizações dos migrantes.

Acreditamos na potencialidade da presente tese em servir como recurso para a formulação de políticas públicas para os migrantes no Paraná. As falas dos migrantes e dos demais colaboradores levantam uma série de questões que podem (e devem) ser objeto de debate por parte do poder público e da sociedade civil organizada. Por outro lado, evidenciamos como o Paraná vem sendo território do trabalho dos migrantes, onde essa espacialização nem sempre obedece à lógica da busca por grandes centros urbanos, mas vai além disso, mostrando uma vinculação do trabalho dos migrantes com a demanda por força de trabalho também em pequenas cidades, o que enseja um esforço para a formulação de políticas públicas em nível estadual e municipal.

Daí a amplitude do fenômeno. As metrópoles, as cidades médias e as pequenas cidades, que fazem parte da espacialização da população haitiana no Paraná, devem pensar em como acolher, prestar serviços assistenciais com um olhar diferenciado e formular ações para os migrantes. No entanto, é importante que essas ações passem pelo crivo institucional e normativo sendo convertidas em políticas públicas, tendo a capacidade de abranger de maneira muito maior os migrantes.

Ou seja, defendemos que é preciso olhar para os migrantes haitianos estabelecidos no estado do Paraná não como temporários, passageiros, mas como pessoas com capacidades e capacitações diversas que, com o auxílio do poder público e com a atuação de suas diferentes frentes (do trabalho, da educação, da moradia, da saúde) é possível incluir essas pessoas nos diferentes espaços.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, buscamos estabelecer um olhar atento que nos permitisse perceber as reais condições de inserção do imigrante haitiano no estado do Paraná. A busca por reafirmação social, por meio do trabalho, em um outro território leva os migrantes a serem expostos a uma série de constrangimentos no trabalho, no transporte público e em outras situações cotidianas. Por isso, foi de grande importância a análise da categoria trabalho, de seus sentidos e das transformações ocorridas no mundo laboral e em suas diferentes fases, engendradas pelo processo de acumulação flexível do capital.

As transformações ocorridas no capitalismo dão o tom da morfologia do trabalho atualmente, que advém de mudanças ocorridas nesse âmbito desde os anos 1970, a partir da chamada *acumulação flexível*. As flexibilizações se converteram em terceirizações, subcontratações, desregulamentações trabalhistas e informalidade, tonando-se marcas da morfologia do trabalho (HARVEY, 1992).

A precarização do trabalho torna-se cada vez mais regra, a partir de uma processualidade que tende a realizar a subordinação do trabalho ao capital, com amarras e artifícios veiculados como modernizadores, mas que objetivam a extração de mais-valor em detrimento do trabalho de outrem (ANTUNES, 2020).

É nessa conjuntura do mundo do trabalho que o Brasil se insere na atualidade, havendo predileção do capital e do Estado para setores de atividades primárias, como a agricultura, a pecuária e a mineração. No Paraná, a atividade frigorífica aparece entre aquelas ligadas à economia mundo e sujeita aos moldes estruturantes do capital. Assim, foi fundamental que analisássemos a categoria trabalho e as características socioeconômicas do Paraná, pois compreendem o universo ao qual os imigrantes haitianos estão submetidos.

Do mesmo modo, a abordagem da base socioeconômica atrativa para os migrantes, por meio dos espaços econômicos relevantes do Paraná (IPARDES, 2005, 2017), nos permitiu entender a distribuição espacial dos haitianos no Estado, em um cruzamento da relação entre os fluxos populacionais dos migrantes e as atividades produtivas existentes. Observamos uma influência (do

capital na atração da população) que extrapola a cidade de Curitiba, estendendo-se aos polos regionais e municípios adjacentes, com ofertas de emprego e condições de vida atrativas aos migrantes.

Como resultado da tese, é possível estabelecer um “desenho da migração” haitiana no Paraná, que é o desenho da busca por postos de trabalho e por melhores condições de vida, refletindo-se em sua espacialização. A partir da dinâmica do trabalho no estado, há uma configuração espacial interligada aos espaços econômicos relevantes (destacando-se aqueles que abrigam frigoríficos), o que nos permite inferir a existência de territórios do trabalho dos migrantes haitianos no Paraná. Nesse caso, a espacialização é idêntica. A mobilidade da força de trabalho nesse estado se faz a partir das dinâmicas delimitadas pelas atividades produtivas com maior capacidade de absorção de força laboral. Desse modo, embora haja uma série de competências e aptidões dos migrantes haitianos, há uma predominância de inserção em atividades ligadas à cadeia produtiva avícola paranaense, estando esses sujeitos expostos a uma série de constrangimentos, pois se utiliza a sua força de trabalho visando à acumulação do capital.

Também é importante considerar a migração haitiana dentro de um quadro de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), haja vista que o projeto migratório haitiano se faz a partir da diáspora, e o trabalho urge como prioridade primeira (VILLEN, 2016). Em decorrência disso, especialmente para os migrantes recém-chegados, a cadeia produtiva avícola aparece como opção de inserção rápida em um espaço laboral. Os migrantes haitianos são, portanto, um dos atores pertencentes à classe que vive-do-trabalho (ANTUNES, 2005). Apesar de submetida a uma série de constrangimentos e desigualdades geradas na periferia do capitalismo, é fundamental para a construção coletiva de conquistas sociais, a partir de sua organização como classe (por exemplo, por meio de associações, com vimos).

Sendo um fenômeno de natureza transnacional, podemos dizer que a migração haitiana, ou a diáspora haitiana, consolidou-se mais um destino, somado aos já tradicionais, como os Estados Unidos e França. Mesmo que o Brasil tenha se tornado um destino possível e não necessariamente o desejado, observamos uma consolidação do fluxo, ainda que em menor grau, nos últimos anos.

Acreditamos que os objetivos gerais e específicos desta tese foram contemplados, a partir da investigação da dinâmica do trabalho do migrante haitiano

no Paraná, resultando no mapeamento do mercado de trabalho, na análise de políticas públicas para migrantes, na identificação das organizações dos migrantes nos municípios por meio das associações, dos principais problemas e conquistas, além de outros aspectos.

Quanto aos objetivos específicos, identificamos e mapeamos o mercado de trabalho dos haitianos no Paraná, verificando-se a concentração dos locais de trabalho. Além disso, analisamos as políticas públicas referentes aos direitos dos imigrantes haitianos, ressaltando-se como notória a existência de Conselhos Estaduais e Municipais que tratam das questões migratórias.

Verificamos ainda os movimentos representativos dos direitos dos haitianos no Paraná. Na esfera prática, as associações são marcas da presença dos haitianos nos territórios, sendo um símbolo de resistência diante de situações tais como o não reconhecimento da legitimidade dos direitos desses sujeitos pela sociedade local, o preconceito racial e as barreiras linguísticas. No entanto, os migrantes não só se organizam por meio de associações; há lideranças nos municípios que os auxiliam em questões cotidianas, atuando como intérpretes, por exemplo. Isso evidencia uma atuação coletiva, mesmo que não organizada, como entidade representativa que esboça os laços de cooperação entre aqueles nacionais do Haiti.

Interpretar as conquistas alcançadas pelos haitianos, organizados ou não em associações e sindicatos no Paraná, foi de grande relevância para este estudo. Há situações diversas, como a doação da prefeitura de terreno para uso coletivo da AJOHAVITO, em Toledo, a entrada de migrantes em universidades públicas, por meio da atuação da UCEPH, a parceria das associações com entidades religiosas, a alta qualificação profissional de haitianos no Paraná a partir de cursos de pós-graduação e outras ações. No entanto, sinalizamos que, apesar das conquistas, por meio de políticas públicas e da ação da sociedade civil organizada, ainda é possível estimular mais a integração dos migrantes em espaços de poder, já que são uma parcela significativa da população dos municípios.

Por último, propomo-nos identificar os problemas referentes à inserção dos imigrantes haitianos nas diversas esferas sociais do estado do Paraná. Trabalho, educação, saúde e moradia são as questões mais recorrentes, constituindo-se empecilhos para uma integração mais ampla.

Nesse momento, podemos responder às perguntas da pesquisa. Sobre a permanência dos migrantes no Brasil, apuramos que a provisoriedade - a qual envolve tanto o ficar quanto o partir e está relacionada às condições favoráveis ou desfavoráveis à permanência - se fez presente nas narrativas de muitos migrantes. O fato de terem filhos, a falta de emprego a partir da qualificação profissional no Brasil e a incerteza quanto à ocupação aparecem como fatores que podem conferir mobilidade ou permanência.

A respeito das ações do poder público, foram identificadas aquelas realizadas nos âmbitos estadual e municipal. Com relação ao estado do Paraná, por exemplo, há a criação do CEIM, em Curitiba, e o CERMA. Na esfera municipal, verificamos: em Maringá, a instituição do CORMA e do CRI, mais conhecido como Caso do Imigrante, além de uma gerência na SEJUC destinada a migrantes; em Londrina, há o Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias, que é uma parceria entre o Ministério Público, a Prefeitura Municipal de Londrina e a Cáritas Londrina.

Há também iniciativas em âmbito nacional, como a interiorização da Embaixada do Haiti em determinados municípios, a partir do atendimento em forma de mutirão visando à regularização documental dos migrantes residentes no Brasil. Ainda assim, nota-se que as ações são ainda incipientes e abarcam uma pequena parcela de migrantes. Notamos uma vinculação das ações com entidades já estruturadas, como a Cáritas.

O racismo e a xenofobia são alguns dos obstáculos encontrados nos variados espaços cotidianos. Ouvimos relatos de dificuldades para ascensão profissional dos migrantes por causa da cor da pele. Nessas narrativas, o elemento racial aparecia como estranhamento quando da ocupação de espaços onde se vê poucas pessoas negras ou como situações de cunho preconceituoso em detrimento da cor vivenciadas nos variados espaços.

As associações de migrantes desempenham um importante papel na integração dos haitianos aos diferentes espaços. A reivindicação por cursos de língua portuguesa, por oportunidades profissionais, por direitos e pelo acesso à cidadania estão no bojo das variadas questões vivenciadas pelos migrantes no dia a dia.

Em bairros de Toledo, Cascavel e Curitiba, por exemplo, há comércios com oferta de serviços especificamente para haitianos. Geralmente, têm

várias funções, sendo, ao mesmo tempo, salões de cabeleireiro, casa de câmbio, agência de viagens para o Haiti e lojas de impressão de documentos. Possivelmente, essa seja o início da formação de territórios de migrantes nos municípios, a partir da oferta de serviços exclusivos para haitianos.

Com base nas várias entrevistas que realizamos, observamos maiores dificuldades para mulheres no que diz respeito à inserção no trabalho, à aprendizagem da língua portuguesa e à integração nos variados espaços. Em Londrina e Curitiba, relatou-se a presença de migrantes haitianos em situação de vulnerabilidade social que vivem em ocupações. A questão da moradia abarca tanto imigrantes quanto brasileiros, sendo uma faceta da realidade no Brasil.

Constatamos, nas narrativas orais, a entrada de migrantes nas universidades, como visto em Curitiba, com a atuação da UCEPH, que auxilia os haitianos a ingressarem no ensino superior dos haitianos. Quanto à migração qualificada dos haitianos, constatamos, com base nos discursos dos colaboradores entrevistados, que esse é um aspecto menos visível, mas de grande relevância, como se apurou em Londrina, por exemplo. Há, ao mesmo tempo, qualificação profissional de haitianos no Brasil por meio da realização de cursos superiores e técnicos profissionalizantes.

As entrevistas provocaram o exercício de pôr a tese em tese, o que permitiu uma ampliação dos horizontes da pesquisa, elucidando uma série de características da migração haitiana para além do trabalho. Como fruto da pesquisa empírica, a identificação dos territórios do trabalho dos haitianos no Paraná auxiliou-nos a compreender a espacialização do trabalho dos migrantes haitianos no Estado, a partir do cruzamento de variadas informações, tais como: a localização espacial dos frigoríficos, a espacialização da população haitiana no Paraná, o emprego formal dos migrantes nesse estado e as ocupações (ligadas ao abate de aves e de suínos). O “desenho” do trabalho dos migrantes haitianos no Paraná fica muito claro a partir das evidências.

Os migrantes se constituem como força de trabalho fundamental para os frigoríficos e, mais do que isso, como a pedra angular de uma economia que vê descartabilidade rápida nos trabalhadores, prezando pela rotatividade, pela exploração do trabalho e pela baixa valorização dos trabalhadores. Ligados à economia mundo, em uma relação na qual o Brasil se coloca como o principal

exportador de proteína animal do mundo, o capital vê nos migrantes uma forma de expandir seus níveis de acumulação.

Por isso, há no Paraná uma integração dos migrantes permeada por desafios, mas também por conquistas, a partir de atores conscientes de seu papel e da importância da presença dos migrantes nos diferentes espaços, inclusive naqueles de privilégio. Completada uma década da migração haitiana no Paraná, são notórias as potencialidades desses sujeitos, por meio das ações coletivas organizadas e das ações individuais. Reificados, mas não alienados, os haitianos fazem do Paraná um espaço mais diversificado, buscando romper com amarras da precarização do trabalho e do preconceito racial, em direção à igualdade substantiva.



## REFERÊNCIAS

- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas. Desperate Journeys: Refugees and Migrants arriving in Europe and at Europe's borders. **ACNUR**, 2018. Disponível em: <https://www.unhcr.org/desperatejourneys/>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- AGUILAR, Daiane Tais. **A inserção no mundo do trabalho dos imigrantes haitianos residentes no município de Cambé-PR**. 2018. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.
- ALESSI, Mariana L. Batista. A imigração de Haitianos para o Brasil. **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 82-86, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/35339>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho uno ou omni: entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 9–15, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/941>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ASSIS, Gláucia O. **Estar aqui ... Estar lá ... uma cartografia da vida entre dois lugares**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- ÁVILA, Otávio Cezarini. **O Haiti em Curitiba: um olhar interpretativo das práticas comunicativas dos haitianos no novo território**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- BAENINGER, Rosana. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco editorial, 2016, p. 13-44.
- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 119–143, 2017. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/887>. Acesso em: 21 out. 2022.
- BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro. (coords.).

**Migrações Fronteiriças.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018, p. 462-474.

BANCO MUNDIAL. Haiti. **World Bank**, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/haiti?view=chart>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BAPTISTE, Chandeline Jean; VIEIRA, Joice Melo. Catástrofe ambiental e migração internacional: a perspectiva dos migrantes haitianos na cidade de São Paulo. *In*: BAENINGER, Rosana *et al.* (orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco editorial, 2016, p. 577-607.

BARAN, Katna. Contaminação em frigorífico causa surto de Covid-19 em 22 pequenas cidades do PR. **GZH**, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/05/contaminacao-em-frigorifico-causa-surto-de-covid-19-em-22-pequenas-cidades-do-pr-cka8vci6m012p01pfm6rx1kqp.html>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BASSANEZI, M.S. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. *In*: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. FNUAP, 1995.

BASSO, Pietro. Prefácio. *In*: VILLEN, Patrícia (org.). **(In) visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 13-20.

BITTAR, Guilherme. Pesquisa aponta dificuldades dos haitianos em Pato Branco. **Diário do Sudoeste**, 2017. Disponível em: <https://diariodosudoeste.com.br/arquivo/pato-branco/pesquisa-aponta-dificuldades-dos-haitianos-em-pato-branco/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BÓGUS, Lúcia M. M. Brasileiros em Portugal: Novos movimentos migratórios ou a volta às origens? **Revista Travessia**, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 16-19, 1995, jan./abr. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/download/430/390>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. Imigração haitiana no Oeste do Paraná e a disponibilidade laboral em frigoríficos. **Revista EDUCAmazônia – Educação Sociedade e Meio Ambiente**, [s.l.], ano 11, n. 2, v. 21, p. 325-347, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/download/5181/4138/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Câmara Legislativa. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Câmara Legislativa, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

Brasília: Presidência da República, 1980. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm). Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portal de Imigração. **Bases de dados harmonizadas CTPS/RAIS/CAGED**. Brasília: Ministério da Justiça/Portal de Imigração, 2017a. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged>. Acesso em: 4 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília: Presidência da República, 2017b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: MTE, 2018. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portal de Imigração. **Bases de dados harmonizados CTPS/RAIS/CAGED**. Brasília: Ministério da Justiça/Portal de Imigração 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401201-base-de-dados-harmonizadas-ctps-rais-caged>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade brasileira no exterior: estimativas referentes ao ano de 2020**. Brasília: MRE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. Como frigoríficos destroçam os trabalhadores. **Outras Palavras**, 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/como-frigorificos-destrocam-os-trabalhadores/1>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CASCAVEL. Câmara Municipal. **Lei nº 6.728, de 13 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a reestrutura organizacional do município de Cascavel, altera a Lei nº 3800, de 31 de março de 2004, e dá outras providências. Cascavel: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2017/680/6792/lei-ordinaria-n-6792-2017-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-do-municipio-de-cascavel-altera-a-lei-n-3800-de-31-de-marco-de-2004-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CASTRO, Beatriz Leite Gustmann de. **Trabalho e fluxos migratórios: elementos da interculturalidade no contexto organizacional a partir da inserção de haitianos**. 2018.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

CASTOR, Suzy. **Migración y Relaciones Internacionales (el caso haitiano-dominicano)**. Cidade do México: Editora de la UNAM, 1978.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Wagner Faria de. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACÊDO, Marília F. R. (coords.). **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2020, p. 8-16.

CELAG. Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica. Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela. **Celag**, 2019. Disponível em: <https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CONARE. Comitê Nacional para os Refugiados. Decisões Plenária Conare. **Conare**, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNTQ4MTU0NGltYzNkMi00M2MwLWFhZWMTMDBiM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTkyNjQtNDEzNC04YTBjLTkyNDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9>. Acesso em: 18 dez. 2021.

CNIG. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa 97/2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília: CNIG, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 16 maio 2021.

CÁRITAS CASCAVEL. **Comunicado**. Cascavel, 21 de novembro de 2020a. Facebook: Cáritas Cascavel. Disponível em: <https://www.facebook.com/caritascascavel/posts/1546496655546811>. Acesso em: 07 fev. 2022.

CÁRITAS CASCAVEL. **Curso de capacitação às vagas de trabalho que estão abertas para mulheres e homens em uma cooperativa de Cascavel**. Cascavel, 15 de outubro de 2020b. Facebook: Cáritas Cascavel. Disponível em: <https://www.facebook.com/caritascascavel/posts/1581503385379471>. Acesso em: 7 fev. 2022.

CORONAVÍRUS: TRT-PR determina suspensão das atividades de frigoríficos, em Cascavel. **G1**, 24 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2020/07/24/coronavirus-trt-pr-determina-suspensao-das-atividades-da-coopavel-em-cascavel.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2021.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte. **Espaços regionais da agricultura globalizada e novas migrações do agronegócio no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2020.

DEDIHC. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. Migrantes, Refugiados e Apátridas. **Dedich**, [20--]. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=100>. Acesso em: 11 maio 2019.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Coiote. **Dicionário Michaelis**, 2021. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=coiote>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DOMENICONI, Joice; BAENINGER, Rosana. A migração qualificada venezuelana do século XXI: Um estudo a partir dos espaços da migração de trabalhadores do conhecimento da Venezuela no Brasil. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos JaRochinski (coords.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p. 333-348.

DOERINGER, Peter B.; PRIORE, Michael J. **Internal labor market and manpower analysis**. Whashington: Health Lexington Books, 1971.

EBERHARDT, Leonardo Dresch *et al.* Imigração haitiana em Cascavel, Paraná: ponto de convergência entre história(s), trabalho e saúde. **Saúde em Debate [online]**, [s.l.], v. 42, n. 118, p. 676-686, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/B7P5Sp85G53ZXJn3vD4QLPd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2022.

EMBAIXADA DO HAITI NO BRASIL. **Pré requisito para emissão ou renovação de passaporte**. Brasília: Embaixada do Haiti no Brasil, 2021. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/ef5e01b448cc.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2022.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In*: ANTUNES, Ricardo. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 11-28.

FERNANDES, Duval Magalhães; CASTRO, Maria da Consolação G. de. Projeto “**Estudos sobre a Migração Hatiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**”. 2014. Projeto de Pesquisa. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [http://obs.org.br/cooperacao/download/34\\_7a099729afe2d4aaf109503e6daf3908](http://obs.org.br/cooperacao/download/34_7a099729afe2d4aaf109503e6daf3908). Acesso em: 30 dez. 2020.

FERNANDES, Duval Magalhães; CASTRO, Maria da Consolação; RIBEIRO, Carolina F. B. A emigração dos haitianos para os países da América do Sul: desafios de políticas migratória no trajeto e no destino, o caso do Brasil, Equador e Peru. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Peru. **Anais...** Lima: ALAP, 2014, v. 1, p. 1-18.

FERNANDES, Duval Magalhães; FARIA, Andressa Virgínia de. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. *In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs.). Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco editorial, 2016, p. 95-111.

FIGUEIREDO, Euridíce. O Haiti: história, literatura, cultura. *Revista Brasileira do Caribe*, [s.l.], v. 6, n. 12, p. 371-395, jan.-jun. 2006. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/7567/4640>. Acesso em: 30 set. 2020.

FINKLER, Anna Luisa. **Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2007.

FONTOURA, Roberto C. T; UZIEL, Eduardo. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. *In: HEARMANN, Eduarda Passareli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (orgs.) A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB, 2017, p. 9-17. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FREITAS, Patrícia Tavares. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção - em busca de um paradigma analítico alternativo. *In: BAENINGER, Rosana (org.). Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPQ; UNFPA, 2012, p. 155-178

GALEANO, Eduardo. A história do Haiti é a história do racismo. **Eco Debate**, 23 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/01/23/a-historia-do-haiti-e-a-historia-do-racismo-artigo-de-eduardo-galeano/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre. **Populações Ativas**. São Paulo: Difusão Editorial, 1979.

GONÇALVES, Juliana. Cascavel se torna a casa de 44 haitianos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cascavel-se-torna-a-casa-de-44-haitianos-7mm89ruwe0f8lbi21dfu730b2/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GRADILONE, Eduardo. **20 anos dos brasileiros no Japão**. Brasília: FUNAG, 2010.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: Cultura, poder e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HAMDAR, Lina. Homem morre e outros dois ficam feridos após queda em tanque de frigorífico, na região de Curitiba. **G1**, 3 de julho de 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/07/03/homem-morre-e-outros-dois-ficam-feridos-apos-queda-em-tanque-de-frigorifico-na-regiao-de-curitiba.ghtml> > Acesso em: 18 jul. 2022.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HECK, Fernando Mendonça. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2013.

HECK, Fernando Mendonça; NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; RUIZ, Roberto Carlos; MENEGON, Fabrício Augusto. Os territórios da degradação do trabalho na região sul e o arranjo organizado a partir da COVID-19: A centralidade dos frigoríficos na difusão espacial da doença. **Metodologias e Aprendizado**, [s. l.], v. 3, p. 54–68, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1332>. Acesso em: 24 fev. 2022.

HUMAN DEVELOPMENT REPORTS. United Nations Development Programme. **Human Development Reports**, 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/data> >. Acesso em: 30 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 21 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil e das unidades da federação. **IBGE**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Paraná – Panorama. **IBGE, 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 19 ago. 2021.

IMIGRANTES e Refugiados cobram conselho próprio em Curitiba. **Câmara Municipal**, 2022. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/imigrantes-e-refugiados-pedem-conselho-e-lei-municipal-para-garantia-de-direitos>. Acesso em: 18 ago. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2018. Disponível

em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 24 maio 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2019**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 15 ago. 2022.

IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2020**. Genebras: IOM, 2020. Disponível em: [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2020.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf). Acesso em: 24 jan. 2022.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico do município de Itapejara D'Oeste**. Curitiba: IPARDES, 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Taxa de câmbio comercial para compra: real (R\$) / dólar americano (US\$) – média. **IPEA**, 2022. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38590&module=M>. Acesso em: 21 fev. 2022.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald. **O Haiti está aqui: Uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política pública social no Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

JESUS, Alex Dias de. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

LOUIDOR, Wooldy Edson. Uma história paradoxal. *In*: SANTIAGO, Adriana (org.). **Haiti por si: a reconquista da independência roubada**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 12-31.

MAGALHÃES, Marisa Valle; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios**. Curitiba: IPARDES, 2012.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. *In*: BAENINGER, Rosana *et al.* (orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 229-251.



MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MAMED, Letícia Helena; DE LIMA, Eurenice Oliveira. Trabalho, precarização e migração: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 36-64, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2079>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MAMED, Letícia Helena. Haitianos no Brasil: do ingresso pela Amazônia à inserção precarizada. **Argumentum**, [s.l.], v. 8, n. 3, p. 78–90, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14506>. Acesso em: 30 set. 2022.

MARCEL, Yuri. Acre envia dois ônibus com imigrantes para a região Sul. **G1**, 22 de maio de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/05/acre-envia-dois-onibus-com-imigrantes-para-regiao-sul.html>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MARGOLIS, Maxine L. *A minoria invisível : imigrantes brasileiros em Nova York*. **Revista Travessia**, São Paulo , v. 7, n. 21, p. 9-15, jan./abr. 1995. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/download/429/389>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MARINUCCI, Roberto. Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [online]**, [s.l.], 2017, v. 25, n. 49, p. 7-11, 2017. . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/jMcTPPLCs3pxCYvXvC93k9c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

MARTINS, José Renato Vieira *et al.* **A diáspora haitiana: da utopia à realidade**. Foz do Iguaçu: Gráfica Grapel, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **O Capital, livro I**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RIPOLL, Erika Masanet; Padilla, Beatriz. La inmigración Brasileña en Portugal y España. ¿Sistema migratorio Ibérico?. **Obets. Revista de Ciencias Sociales**, Alicante, v. 5, n. 1, p. 49-86, 2010. Disponível em: <https://revistaobets.ua.es/article/view/2010-v5-n1-la-inmigracion-brasilena-en-portugal-y-espana-sistema-migratorio-iberico>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MATOS, Cristina. **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 1993.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MIGRATION DATA PORTAL. Total number of international migrants at mid-year 2020. **Migration Data Portal**, 2020. Disponível em: [https://www.migrationdataportal.org/data?i=stock\\_abs\\_&t=2020](https://www.migrationdataportal.org/data?i=stock_abs_&t=2020). Acesso em: 19 jul. 2021.

MISSÃO PAZ. Quem somos. **Missão Paz**, [20--]. Disponível em: <https://missaonspaz.org/quem-somos/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

MPI. Migration Policy Institute. Immigrant and Emigrant Populations by Country of Origin and Destination. **MPI**, 2020. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/charts/immigrant-and-emigrant-populations-country-origin-and-destination?width=1000&height=850&iframe=true>. Acesso em: 12 set. 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOREIRA, Ruy. **Marxismo e Geografia:** A geograficidade e o diálogo das ontologias. *GEOgraphia*, Niterói, v. VI, n.VI, p. 21-38, 2004.

MOREIRA, Ruy. Trabalho e Movimentos Sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória. **PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 41-62, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/816/838>. Acesso em: 15 ago. 2021.

NATANI, Rayssa. Governo lança força-tarefa para reduzir nº de imigrantes em Brasília. G1, 28 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/01/governo-lanca-forca-tarefa-para-reduzir-imigrantes-em-brasileia.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

NELI, Marcos Acácio. **Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador:** um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NELI, Marcos Acácio; Navarro, Vera Lucia. **Reestruturação Produtiva e Saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil:** o caso dos trabalhadores de uma

unidade produtiva de abate de processamento de aves. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 287-304.

NUNES, Lineker Alan Gabriel Nunes. **Migração e trabalho**: o caso dos haitianos em Cascavel/PR. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção**: além da produção em larga escala. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 1997.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de; BUTIKOFER, Erika Andrea; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Migração e periferização: o caso dos haitianos em Guaianases/SP e os desafios do pertencer. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 16, p. 196–224, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9866>. Acesso em: 5 out. 2022.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de. A transição na legislação migratória: Um estudo empírico para o período 1980-2019. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; MACÊDO, Marília F. R. (coords.). **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2020., p. 41-80.

OLIVEIRA, Márcio Sergio Batista Silveira de. Haitianos no Paraná: distinção, integração e mobilidade. **Periplos: Revista de investigación sobre migraciones**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 24-46, 2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/5870/5314](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5870/5314). Acesso em: 24 jan. 2022.

ONE. Oficina nacional de estadística. Migración. **ONE**, 2012 Disponível em: <https://web.one.gob.do/datos-y-estadisticas/temas/estadisticas-demograficas/migracion/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. Resolución 1524 (2004). **ONU**, 30 de abril de 2004. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2005/3729.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2021.

PARANÁ. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. **Relatório de atividades Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná**. Curitiba: DEDIHC, 2014. Disponível em: [http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2017/relatorio\\_CEIMweb.pdf](http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2017/relatorio_CEIMweb.pdf). Acesso em: 11 maio 2019.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Decreto nº 5.232, 5 de outubro de 2016**. Institui o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná – CEIM. Curitiba: ALEP, 2016. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=163023&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 18 out. 2022.

PARANÁ. Secretaria da Fazenda. **Manual do índice de participação dos municípios (IPM)**. Curitiba: Secretaria da Fazenda, 2021. Disponível em: [https://www.fazenda.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-02/Manual%20do%20IPM%20PR%202021\\_VF1\\_Herval\\_REV\\_Felipe\\_REV\\_Paulo\\_site.pdf](https://www.fazenda.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/Manual%20do%20IPM%20PR%202021_VF1_Herval_REV_Felipe_REV_Paulo_site.pdf). Acesso em: 9 set. 2022.

PARÓQUIA SÃO ROQUE CORONEL VIVIDA. **Promoção da Pastoral do Migrante da Paróquia São Roque**. Coronel Vivida, 13 de abril de 2022. Facebook: Paróquia São Roque Coronel Vivida. Disponível em: <https://www.facebook.com/paroquiasaoroquecvv/posts/pfbid0Lk9S1jBvvXj9f5eRCXLp6s9qiHgaF9Vd1JwNKO7vjZ8u45Bg9qsprQhw1XA9C35S>. Acesso em: 4 ago. 2022.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: Novos desafios para a análise. **Experimental**, São Paulo, n. 2, p. 11-24, mar. 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/171530/168956>. Acesso em: 4 ago. 2022.

PREDESTIN, Emmanuel. **Com apoio da Prefeitura, Embaixada do Haiti renovará passaportes em Maringá nesta terça e quarta-feira**. Maringá, 26 de outubro de 2021. Facebook: Emmanuel Predestin. Disponível em: <https://www.facebook.com/predestin.emmanuel/posts/pfbid02oBg3KbvBVtxRnTVYokvTVauQf8JhaxtWw5TbDiZ2KXW5JV1mJX4bXwKXxXupKsoKI>. Acesso em: 4 ago. 2022.

PREFEITURA apresenta o Centro de Referência do Imigrante de Maringá. **Prefeitura de Maringá**, 27 de maio de 2021. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2021/05/27/prefeitura-apresenta-o-centro-de-referencia-do-imigrante-de-maringa/37691>. Acesso em: 4 ago. 2022.

RAVENSTEIN, Ernest Georg. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**, [s.l.], v. 48, n. 2, p. 167–235, 1885. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i349466>. Acesso em: 15 out. 2021.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília: REDE PENSSAN, 2021. Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 18 maio 2022.

RIBEIRO, Carolina; FERNANDES, Duval; MOTA SANTOS, Carolina. Inserção no mercado de trabalho brasileiro por haitianos: uma perspectiva de gênero. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 126-145, 2019. Disponível em: [https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/11193/pdf\\_7](https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/11193/pdf_7). Acesso em: 15 out. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSSINI, Rosa Ester. Os dekasseguis do Brasil foram para o Japão e lá estão criando raízes. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 65-76, 2003.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123832/120004>. Acesso em: 15 out. 2021.

ROSSETO, Daniele; GOMES, Sueli Castro. Imigração Haitiana e a Mobilidade do Trabalho: Mandaguari - PR, um dos destinos. **Revista Percurso (Online)**, [s.l.], v. 9, n.1, p. 179-198, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49692/751375140677>. Acesso em: 25 fev. 2021.

RUA, João. Repensando a geografia da população. **Geo UERJ**, [s.l.], n. 1, p. 57-72, fev.1997. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/21753/15760>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SALDANHA, Eduardo. Os haitianos de Curitiba: Entre a sociedade civil e o estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/relacoes-internacionais-em-perspectiva/os-haitianos-de-curitiba-entre-a-sociedade-civil-e-o-estado/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1992, p. 119-144. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609/589>. Acesso: 12 abr. 2020.

SAMORA, Daniele Teresa. **Um recorte do discurso midiático sobre o processo de imigração haitiana na Amazônia: uma análise das regularidades discursivas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

SANTOS, Beatriz Barbosa dos. **A ocupação Flores do Campo: o acesso dos moradores aos serviços públicos e sociais do território e entorno**. 2022. Relatório de Iniciação Científica (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SASAKI, Elisa Massae. **O jogo da diferença: a experiência identitária no Movimento Dekassegui**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, , Campinas, 1998.

SASAKI, Elisa Massae. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 20, n. 57, p. 99-117, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10150>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das Migrações Internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: ABAPE, 2000, p. 1-19. Disponível em:

[http://abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=184&nivel=](http://abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=184&nivel=). Acesso em: 12 abr. 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SÃO PAULO. Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. **Imigrantes no Cadastro Único**: perfil dos cadastrados e dos beneficiários. São Paulo: Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, 2021. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/arquivos/informes\\_urbanos/48\\_Imigrante\\_CadUnico.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/arquivos/informes_urbanos/48_Imigrante_CadUnico.pdf). Acesso em: 21 out. 2022.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. O trabalho na indústria avícola brasileira: Do normal-terrível aos novos riscos em meio pandemia da Covid-19. **Revista Pegada**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 438-462, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7749/pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

SILVA, Gabriela Fideles; PAULA, Leonardo Dias. A missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti: uma alternativa para a sucessão de crises? Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. *In*: SOUTO, Bruna Carolina da Silva *et al.*(orgs.). **Retrospectiva da missão nas Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH)**. Franca: GEDES/Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas. 2017, p. 2-4. Disponível em: [https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m4\\_u18\\_14112017-10-17-45-1.pdf](https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2018/06/m4_u18_14112017-10-17-45-1.pdf). Acesso em: 2 mar. 2020.

SILVA, Gustavo Junger de *et al.* **Refúgio em Números**. 5. ed. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SILVA, Sidney Antonio. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e processos identitários. *In*: BAENINGER, Rosana (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPQ; Unfpa, 2012, p. 195-210.

SILVA, Sidney Antonio. A Amazônia na rota das migrações. O caso dos haitianos e os desafios às políticas públicas. **Revista Territórios e Fronteiras**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 138–153, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/463>. Acesso em: 21 out. 2022.

SILVA, Sidney Antonio. Entre o Caribe e a Amazônia: haitianos em Manaus e os desafios da inserção sociocultural. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 30, n. 88, p. 139-152, 2016a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/124272>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SILVA, Sidney Antonio. Braços para toda obra? Os haitianos e o mercado de trabalho no Amazonas. **Cadernos CERU**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 85-99, 2016b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/111166>. Acesso em: 21 out. 2022.

SILVA, Sidney Antonio. Haitianos no Brasil: meandros e desafios de um processo de inserção sociocultural. *In*: BÓGUS, Lucia; BAENINGER, Rosana (orgs.). **A nova face da emigração internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018, p. 459-476.

SILVA, Kawany Cici Teixeira. **A ocupação irregular do residencial Flores do Campo**: Um estudo sobre sua população. 2021. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

SINDIAVIPAR. Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná. Anuário paranaense da avicultura 2020. **Sindiavipar**, 2020. Disponível em: <https://sindiavipar.com.br/anuario-sindiavipar/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GUIMARÃES, Raul Borges. Por que a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia. **Unesp Notícias**, São Paulo, 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35626/por-que-a-circulacao-de-pessoas-tem-peso-nadifusao-da-pandemia>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SISMIGRA. Sistema de Registro Nacional Migratório. Microdados 2019. **Sismigra**, 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SISMIGRA. Sistema de Registro Nacional Migratório. Microdados 2011-2020. **Sismigra**, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 13 de out. de 2021.

SISMIGRA. Sistema de Registro Nacional Migratório. Microdados 2011-2020. **Sismigra**, 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>. Acesso em: 13 out. 2021.

STANDING, Guy. **O precariado**: A nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SVAMPA, Maristella. Commodities Consensus: neoextractivism and enclosure of the commons. **South Atlantic Quarterly**, [s.l.], v. 114, n. 1, p. 65-82, 2015. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/south-atlantic-quarterly/article-abstract/114/1/65/3719/Commodities-Consensus-Neoextractivism-and?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 13 out. 2021.

SUFFRARD, James. **Intercâmbio em 5 idiomas**. 1. ed. Pato Branco: Gráfica Xingu, 2019.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho! reflexões preliminares**. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 6, n. 119, p. 2-21, 2002. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio (org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004.

TOLEDO. Câmara Municipal. **Decreto nº 621, de 11 de setembro de 2019**. Outorga Permissão de uso de imóvel pertencente ao Patrimônio do Município à Associação dos Jovens Haitianos que Vivem em Toledo – Ajohavito. Toledo: Câmara Municipal, 2019. Disponível em:

[http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=15402](http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=15402). Acesso em: 19 out. 2022.

TOLEDO. Câmara Municipal. **Decreto nº 210, de 6 de agosto de 2021**. Outorga permissão de uso de imóvel integrante do patrimônio público municipal à Associação Embaixada Solidária de Toledo. Toledo: Câmara Municipal, 2021. Disponível em: [http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/17714\\_texto\\_integral](http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/17714_texto_integral). Acesso em: 19 out. 2022.

TONEZER, Cristiane; BOENO, Ademir; ALDANA, Myriam. Migração e trabalho: haitianos em Pato Branco-PR. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 7, n. 3, p. 171-192, mar. 2020. Disponível em:

<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/8425>. Acesso em: 5 out. 2022.

TROITINHO, B. R. Política de Acesso ao Ensino Superior e o sonho do diploma Diáspora haitiano. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 225–254, 2019. DOI: 10.30612/rmufgd.v8i16.9849. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9849>. Acesso em: 5 out. 2022.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. Conselho Superior. **Resolução nº 68/2018**. Curitiba: UFPR, 2018. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/11/cepe-63-18-vagas-suplementares-migrantes.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995, p. 39-51.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia – Revista do Migrante**, [s.l.], v. 36, p. 15-32, jan./abr. 2000. Disponível em:

<https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/741>. Acesso em: 5 out. 2022.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana**: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

VASCONCELOS, Alex D. MINUSTAH - O Haiti sob supervisão do Conselho de Segurança da ONU. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2., 2009, Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia: UFG, 2009, p. 2-31. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09\\_AlexDonizeelos.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_AlexDonizeelos.pdf). Acesso em: 18 abr. 2021.



VIEIRA, Alexandre Bergamin; ROMA, Cláudia Marques; MIYAZAKI, Vitor Koiti. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, [s./l.], v. 1, n. 29, p. 133-155, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7415>. Acesso em: 18 abr. 2021.

VILLEN, Patrícia. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. **RUA**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 247–264, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642466>. Acesso em: 24 fev. 2022.

VILLEN, Patrícia. Periféricos na periferia. *In*: BAENINGER, Rosana *et al.* (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 45-64.

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration. An Essay in Historical Epistemology. **International Migration Review**, [s./l.], v. 37, n. 3, p. 576-610, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30037750>. Acesso em: 24 fev. 2022.

WORLD POPULATION PROSPECTS. United Nations, Population Division. **Word Population Prospects**, 2019. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wpp/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

WRONSKI, Fábio. Haitiano que teve 45% do corpo queimado enquanto trabalhava na Coopavel segue em estado grave na UTI. **CGN**, 26 de julho de 2021. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/475489/haitiano-que-teve-45-do-corpo-queimado-enquanto-trabalhava-na-coopavel-segue-em-estado-grave-na-uti>. Acesso em: 18 set. 2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



#### **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa vinculada ao curso de doutorado intitulada “MIGRAÇÃO HAITIANA NO PARANÁ E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS”, sob a responsabilidade do doutorando Lineker Alan Gabriel Nunes.

a) Essa atividade faz parte do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, sob a orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Ideni Terezinha Antonello. A entrevista e o questionário têm como objetivo: Entender como está estruturada a vida e o trabalho dos imigrantes haitianos residentes em municípios do estado do Paraná, a fim de subsidiar políticas públicas referentes aos migrantes no estado do Paraná.

b) A importância da pesquisa se dá porque pretende investigar a migração haitiana no estado do Paraná, suas causas, bem como a importância das políticas públicas e do trabalho para uma inserção mais justa dos imigrantes na sociedade paranaense.

c) Sua participação é voluntária e você poderá interromper a entrevista a qualquer momento, solicitar a retirada de trechos dela ou se recusar a prestá-la, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo ou penalidade.

d) Se problemas psicológicos ou de outra natureza forem desencadeados pela pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador se responsabiliza a encaminhar a algum tipo de ajuda psicológica ou médica, conforme as resoluções nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e nº 510 de 07 de abril de 2016.

e) Os dados e informações por você fornecidos, mediante questionário e/ou entrevista, serão utilizados na pesquisa mencionada que resultará em Tese de doutorado, contribuindo para os seus objetivos.

f) Sua privacidade será respeitada e seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa lhe identificar será mantido em absoluto sigilo, evitando sua exposição pessoal, social ou profissional.

g) A você é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa e suas consequências e a tudo o que queira saber antes, durante e depois da participação.

h) Os materiais obtidos serão utilizados unicamente para a pesquisa e serão guardados cinco anos após o seu término, em local seguro (cofre particular do proponente), ficando os dados sob a responsabilidade e a tutela do proponente da pesquisa.

i) O risco relacionado à pesquisa é o desconforto que você poderá sentir ao responder as questões referentes à sua vivência (no ambiente de trabalho, escola e

outros espaços). O risco se minimiza pela sua não obrigatoriedade em sua participação e de responder às perguntas, sendo os dados sigilosos, não havendo possibilidade de identificação. No entanto, se esse desconforto desencadear outro tipo de problema, o pesquisador deve encaminhar algum tipo de ajuda.

j) As entrevistas serão realizadas nas dependências da Cáritas Arquidiocesana de Cascavel, em sua residência ou em praças públicas.

k) Você pode entrar em contato com o pesquisador responsável por essa pesquisa pelo e-mail [lineker.nunes@ifpr.edu.br](mailto:lineker.nunes@ifpr.edu.br), telefone: (45)99988-3434, endereço: Rua do Sol, 199, Cascavel/PR.

l) Você pode entrar em contato com o comitê de ética ao qual a pesquisa está vinculada. CEP-UEL (Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/UEL, LABESC - Laboratório Escola de Pós-Graduação - sala 14.Campus Universitário - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 (PR 445), Londrina- Pr - CEP: 86057-970, Telefone: 43-3371-5455, e-mail: cep268@uel.br

m) Você receberá em seu e-mail ou de maneira impressa uma via deste Termo de Consentimento assinada pelo pesquisador.

n) Caso ocorra algum dano resultante da pesquisa, você poderá solicitar indenização.

o) Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque se nome no local indicado abaixo. Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo.

Londrina (PR), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Pesquisado (a):

Pesquisador:

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: Lineker Alan Gabriel Nunes

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA COLABORADORES HAITIANOS



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Entrevista – Questões:**

- 1 - Onde morava (em que cidade) no Haiti? Qual era a sua profissão? Escolaridade no Haiti?
- 2 - Que ano veio para o Brasil? O que o motivou a sair do Haiti? Como ficou sabendo do município em que mora?
- 3 - Por quais lugares passou até chegar ao Brasil/Como foi a trajetória?
- 4 - Por quais cidades passou no Brasil até chegar a esse município? Que cidade foi a porta de entrada no Brasil?
- 5 - Migrou sozinho ou com a família? Tem parentes no Haiti?
- 6 - Qual sua ocupação nessa cidade/No que trabalha? Empresa em que trabalha?
- 7 - Tem registro em Carteira? Quantas horas trabalha por dia?
- 8 - Exerce outra atividade trabalhista?
- 9 - Está satisfeito com o trabalho no Brasil?
- 10 - Quais foram/são as dificuldades encontradas no município em que mora?
- 11 - Com quem mora? Quantos moram na casa?
- 12 - Como aprendeu o idioma Português?
- 13 - Já sofreu preconceito/discriminação no Brasil/município em que mora?
- 14 - Pretende permanecer no município?
- 15 - Já recebeu o recebe algum tipo de assistência governamental (CRAS, Auxílio emergencial etc.)?
- 16 - Que tipo de ação realiza (em ONGs, associações, dentre outras)?

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA COLABORADORES BRASILEIROS



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Entrevista – Questões:**

- 1 - De maneira geral, qual é o papel/finalidade da organização e desde que ano atua?
- 2 - Como surgiu a necessidade de realizar ações junto aos imigrantes haitianos (ano de início) e como ocorre o trabalho em relação aos migrantes.
- 3 - Que ações foram/são realizadas em relação ao imigrante haitiano?
- 4 - Para as ações realizadas, os haitianos procuraram a entidade (desde quando?) ou o contrário?
- 5 - De que forma (meios) os imigrantes têm conhecimento dessas ações?
- 6 - Há o apoio/parceria do poder público?
- 7 - Pode relatar o que considera que são as maiores dificuldades/problemas enfrentados pelos haitianos (em sua visão)?
- 8 - Tem conhecimento das condições de vida dos haitianos?
- 9 - Nesse contexto, considera que esses problemas poderiam ser amenizados com a atuação do poder público?
- 10 - Poderia relatar pontos em relação à sua observação da inserção do migrante na sociedade?
- 12 - Você tem conhecimento de outras ações de apoio ao imigrante haitiano no município?
- 13 – Há uma integração com empresas para o auxílio ao trabalho dos migrantes?